

A stylized blue graphic of a person with their arms raised, set against a red background. The figure is composed of a solid blue circle for the head and a blue shape for the torso and arms, with the arms extending upwards and outwards.

**XIV CONVENÇÃO
NACIONAL
DO BLOCO
DE ESQUERDA**

deBatEs#2

Lisboa, 31 de maio e 01 de junho de 2025

Índice

Regulamento do processo preparatório da XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda	4
Proposta de regimento para a XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda.....	9
Propostas de alteração aos Estatutos do Bloco de Esquerda aprovadas pela Mesa Nacional.....	12
Propostas de alteração aos Estatutos do Bloco de Esquerda.....	24
Contributos para os debates da XIV Convenção.....	68
Moção A: Um Bloco para virar o jogo	178
Moção S: Novo Rumo	202
Contributos das Moções de Orientação.....	216
Plataformas Políticas Locais.....	222
Calendário XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda.....	245



Regulamento do processo preparatório da XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda

Nos termos do n.º 2 do artigo 8º dos Estatutos do Bloco de Esquerda, a Mesa Nacional aprova o seguinte Regulamento do Processo Preparatório da XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda.

I - CONVOCAÇÃO

1. O processo preparatório da Convenção Nacional inicia-se com a sua convocação pela Mesa Nacional (MN), a 8 de dezembro de 2024.

2. A XIV Convenção Nacional é convocada para os dias 31 de maio e 01 de junho de 2025, no Complexo Desportivo Municipal do Casal Vistoso, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

P.1 - Instalação da Convenção: I) votação do relatório da COC; II) votação do Regimento da Convenção; III) eleição da Mesa da Convenção;

P.2 - Discussão e votação das propostas de alteração aos Estatutos em vigor;

P.3 - Discussão e votação das Moções de Orientação Política;

P.4 - Eleição da Mesa Nacional e da Comissão de Direitos.

3. A convocatória e Regulamento são publicados no site do Bloco e enviados via e-mail a todas/os as/os aderentes com correio eletrónico disponível no dia útil seguinte ao da sua aprovação. Os documentos seguirão por CTT às/aos restantes aderentes no prazo de duas semanas.

II - COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONVENÇÃO

4. A Mesa Nacional elegerá uma Comissão Organizadora da Convenção (COC) com a seguinte composição:

Dina Nunes, Francisco Alves, Helena Figueiredo, Hugo Evangelista, Isabel Pires, Paulo Jorge Vieira e Rodrigo Machado. Cada Moção de Orientação apresentada à Convenção Nacional indicará um/a representante para integrar a COC. O endereço eletrónico da COC é coc.2025@bloco.org

5. Compete à COC a responsabilidade pelo processo preparatório da XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda. Constituem atribuições específicas da COC, entre outras, a logística, informação e finanças da Convenção; o cumprimento a nível nacional das datas e prazos estabelecidos no presente Regulamento; a receção e edição dos documentos preparatórios através do boletim deBatEs, bem como a coordenação das discussões preparatórias, a sistematização da informação sobre os debates preparatórios e sobre a eleição das/os delegados.

6. Os boletins deBatEs #1 e #2 serão publicados no site do Bloco até às datas indicadas neste Regulamento e enviados de imediato por correio eletrónico para todas/os as/os aderentes inscritas/os e com endereço eletrónico disponível. Os mesmos apenas são entregues em suporte papel às/aos aderentes que o solicitem à Sede Nacional. O deBatEs #3 será distribuído na Convenção.

7. A Comissão Organizadora da Convenção inicia funções a partir da sua designação pela Mesa Nacional e cessa funções no momento da eleição da Mesa da Convenção.

III - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS MOÇÕES DE ORIENTAÇÃO

8. As Moções de Orientação apresentadas à Convenção Nacional deverão ser entregues à COC no dia **03 de fevereiro de 2025**, até às **17 horas**, subscritas por um mínimo de 60 aderentes



- no pleno uso dos seus direitos à data da entrega das Moções à XIV Convenção, sendo publicadas no deBatEs #1 a **07 de fevereiro**. As Moções são entregues em **suporte informático** através do e-mail da COC e não podem ultrapassar os **30 mil caracteres (incluindo espaços)**, devem incluir a lista de subscritores, com indicação dos respetivos números de aderente e distrito/região de filiação, e adquirem a designação de uma letra à escolha dos seus promotores.
9. De modo a disponibilizar e promover toda a informação e esclarecimento necessários às/aos aderentes, compete em exclusivo aos/às promotores/ras das Moções de Orientação a realização de sessões de apresentação e debate das respetivas propostas, no período compreendido entre os dias 07 a 16 de março de 2025. A COC garante os apoios necessários à convocação de uma sessão de cada Moção por distrito/região, que também pode ser realizada em conjunto por acordo entre Moções, bem como à respetiva deslocação das/os representantes das Moções para esse efeito. Os promotores das Moções de Orientação poderão tomar outras iniciativas de divulgação e discussão interna das suas posições, sendo previamente comunicadas à COC que delibera sobre qualquer dúvida acerca da compatibilidade entre estas ações e o quadro regulamentar estabelecido.
 10. Até **14 de fevereiro**, qualquer aderente pode propor adendas e alterações à Moção de Orientação na qual se reconheça na generalidade. Essas adendas e alterações devem ser enviadas para o endereço eletrónico da COC em formato editável.
 11. Os redatores de cada uma das Moções dispõem até dia **24 de fevereiro** para decidirem sobre a inclusão das propostas mencionadas no parágrafo anterior e enviarem à COC o texto final da respetiva Moção já com as alterações aceites, bem como a indicação das alterações que foram rejeitadas.
 12. Os redatores podem decidir, até **24 de fevereiro**, sobre a fusão das respetivas moções e informar desse facto a COC.
 13. Três ou mais aderentes da mesma Assembleia Eleitoral podem apresentar uma plataforma política local através de texto entre 3 mil e 15 mil caracteres (incluindo espaços) que terá de ser enviado à COC até **25 de fevereiro**, sendo publicado no boletim deBatEs #2.
 14. Os textos de debate/contributos a publicar no deBatEs #2 deverão ser enviados para o e-mail da COC **até 17 de fevereiro** em suporte informático editável e não podem ultrapassar os 5 mil caracteres (incluindo espaços).
 15. Cada moção poderá publicar no boletim deBatEs #2 um texto de debate/contributo que deverá ser enviado para o mail da COC **até dia 17 de fevereiro** em suporte informático editável e não ultrapassar os 15 mil caracteres (incluindo espaços).
 16. No boletim deBatEs #2, a publicar a **27 de fevereiro**, é dada informação sobre as alterações produzidas nas moções iniciais no âmbito dos anteriores pontos 11 e 12.
 17. As propostas não incluídas pelas Moções, que serão publicadas nos boletins deBatEs #2 e #3, poderão ser apresentadas para votação na Convenção, desde que subscritas por um mínimo de 5 delegados/as.
 18. Na sua forma de proposta final, as Moções de Orientação serão distribuídas aos delegados/as no início da Convenção.
 19. **Só serão admitidas a votação as Moções publicadas no deBatEs #3 subscritas por 15 delegados/as.** O Regimento dos trabalhos, a ser proposto pela MN cessante e a ser debatido e votado no início da Convenção, estipulará as condições do debate das diferentes propostas.
- #### IV - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS ALTERAÇÕES AOS ESTATUTOS
20. Qualquer grupo de 15 aderentes poderá, até **23 de janeiro**, apresentar à Mesa Nacional propostas de alteração dos Estatutos, através do e-mail da COC.
 21. A Mesa Nacional cessante, tendo em conta essas propostas e o balanço que faça do funcionamento do Bloco à luz dos atuais Estatutos, discutirá e



aprovará uma proposta de alteração aos Estatutos no dia 01 de fevereiro.

22. Essa proposta de Estatutos será divulgada no deBatEs #1, a publicar no dia **07 de fevereiro**, em conjunto com as Moções de Orientação e ainda o relatório de atividades da Mesa Nacional cessante, que constitui a sua prestação de contas pelo mandato exercido desde a última Convenção.
23. Qualquer grupo de 15 aderentes poderá, em função da proposta da Mesa Nacional cessante, apresentar à COC outras propostas de alteração aos Estatutos, até **14 de fevereiro**, de modo a serem incluídas no deBatEs #2. Cada proposta terá de ser enviada em suporte informático, em formato editável, para o e-mail da COC e não deverá exceder os dois mil caracteres (incluindo espaços) de fundamentação.
24. Em Convenção, serão discutidas, nos termos do Regimento dos trabalhos, **as propostas de revisão de Estatutos publicados no debates #3 e subscritas por, pelo menos, 15 delegadas/os.**

V - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS LISTAS

25. As listas candidatas à Mesa Nacional e à Comissão de Direitos deverão ser apresentadas pelas/os delegadas/os, no **mínimo de 15**, e estão vinculadas à apresentação de Moções de Orientação admitidas a votação na Convenção.
26. Essas listas devem ser entregues à Mesa da Convenção até ao limite temporal a estabelecer pelo Regimento da Convenção, podendo apresentar um número inferior ao definido pelo Regimento para cada um dos órgãos. Todavia, devem respeitar, no seu alinhamento interno, pelo menos uma mulher em cada ordenação sequencial de três candidatas/os, tendo de assegurar um resultado final de paridade de género 50/50, nos termos estipulados no artigo 20º dos estatutos.
27. Os órgãos eleitos respeitarão o princípio da atribuição de mandatos pelo método da proporcionalidade direta.

VI - ELEIÇÃO DE DELEGADAS/OS

28. As/os delegadas/os são eleitas/os pelas/os aderentes inscritos no Bloco de Esquerda e com capacidade eleitoral ativa. Nos termos dos estatutos, têm capacidade eleitoral ativa os aderentes cujas inscrições ou reinscrições constem dos registos centrais até 6 meses antes convocação da Convenção, ou seja, até às 0h de dia **8 de junho de 2024**, e que tenham regularizado, até ao momento da votação, o pagamento da quota estatutária referente ao ano de 2025. A quota pode ser regularizada pela/o aderente na Mesa da Assembleia Eleitoral. Na Ata da Assembleia Eleitoral devem constar os nomes e números de aderentes dos eleitores e das eleitoras que procederam ao pagamento presencial da quota e definido um/a responsável pela entrega do dinheiro ao Tesoureiro Distrital.
29. A eleição dos delegados/as é realizada por listas e por voto secreto em um dos dias **16, 17 ou 18 de maio**, em assembleias convocadas especialmente para o efeito pelas Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais (CCD/R) e regidas pelo modelo nacional de Regulamento em anexo.
30. As e os delegadas/os são eleitas/os na **proporção de 1 delegada/o para 16 aderentes**, tendo por base o apuramento das/os inscritas/os até às 0h de dia **8 de junho de 2024**.
31. As listas de candidatas/os a delegadas/os podem, em alternativa:
 - Estar associadas a uma Moção de Orientação;
 - Ser apresentadas por aderentes com outra fundamentação política, expressa em plataforma publicada no deBatEs #2.
32. As listas não precisam de apresentar nomes para a totalidade das/os candidatas/os elegíveis por cada Assembleia Eleitoral, devendo se garantir a paridade estatutária.
33. As Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R) organizam o processo eleitoral nas respetivas áreas e decidem sobre a constituição de assembleias eleitorais, sabendo que o âmbito



das assembleias para a eleição de delegadas/os é definido pelos seguintes critérios, cumprindo as regras definidas pelos Estatutos e por este Regulamento:

- Constitui-se uma assembleia eleitoral em cada concelho com 100 ou mais aderentes;
- Os restantes concelhos de um distrito/região com menos de 100 aderentes cada agregam-se em agrupamentos concelhios que somem 100 ou mais aderentes;
- Na impossibilidade de se cumprir a alínea anterior, os concelhos com menos de 100 aderentes cada juntam-se a concelhos geograficamente mais próximos e do mesmo distrito com mais de 100 aderentes.
- Na Região Autónoma dos Açores, pela sua especificidade geográfica, poderão formar-se assembleias eleitorais com menos de 100 aderentes (em ilhas com menos de 100 aderentes).

34. Cada assembleia eleitoral pode repartir-se por mais do que uma mesa eleitoral.

35. As Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R) enviam à COC, até ao dia **18 de fevereiro**, o respetivo Regulamento Eleitoral das/os delegadas/os à Convenção, utilizando, para o efeito, o modelo anexo a este Regulamento. O Regulamento eleitoral é enviado por e-mail (**até 21 de fevereiro**) aos aderentes do respetivo universo eleitoral e publicado no site bloco.org e no site do Bloco Distrital ou Regional correspondente.

36. Às Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R) competirá organizar o processo eleitoral observando os seguintes aspetos:

- O processo de eleição de delegadas/os à Convenção é autónomo de qualquer outro processo eleitoral para órgãos do Bloco e não coincide com outros atos eleitorais, designadamente para estruturas concelhias, distritais ou regionais.

- As listas de candidatas/os deverão ser entregues às Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R), com conhecimento à COC, até dia **18 de março**, validadas no dia seguinte pelas CCD/R e pela COC e enviadas aos aderentes por correio **até dia 31 de março**. As listas de candidatas/os a delegadas/os, bem como as informações relativas às respetivas Assembleias Eleitorais serão ainda enviadas pela COC às/aos aderentes via e-mail no dia **25 de março**. Para esse efeito, as CCD/R deverão preencher o modelo de minuta anexo a este Regulamento e enviá-lo para a COC logo após a validação das listas de candidatas/os.

- O voto por correspondência será validado para escrutínio se estiver dobrado, colocado num envelope fechado sem qualquer sinal identificativo que, por sua vez, é inserido num segundo envelope exterior que contém uma declaração de exercício de voto por correspondência, na qual consta o nome completo, o código de validação e assinatura do/a aderente conforme o BI/CC. O código de validação é enviado aos/às aderentes pelos serviços centrais da Base de Dados.

- Os envelopes com o voto por correspondência devem chegar à sede distrital/regional até às 20h da véspera do dia da respetiva assembleia eleitoral, registados nesse mesmo dia pela Mesa da Assembleia Eleitoral (MAE) e entregues nas mesas de voto respetivas a tempo de serem escrutinados juntamente com os votos presenciais.

- As MAE são indicadas pelas respetivas Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais, tendo cada Moção de Orientação ou Plataforma direito a indicar um/a representante para cada mesa eleitoral constituída.

- Compete à COC organizar a/s MAE das/os aderentes emigrantes.

37. A eleição dos delegados/as respeitará a proporção direta dos votos obtidos por cada lista.



38.A MAE deve, terminada a votação, elaborar a ata com o registo dos resultados e a lista de delegadas/os eleitas/os, de acordo com o modelo em anexo, e enviá-las à respetiva CCD/R, com conhecimento à COC, imediatamente após o escrutínio, juntamente com os cadernos eleitorais com os votos descarregados, que verificará a legitimidade do processo de eleição. A Comissão Coordenadora Distrital/Regional decidirá até 48 horas após as respetivas assembleias eleitorais sobre eventuais impugnações, cabendo à COC deliberar sobre recursos dessa decisão que venham a ser apresentados nas 72 horas subsequentes à realização da respetiva Assembleia Eleitoral.



Proposta de regimento para a XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda

1. A XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda tem lugar nos dias 31 de maio e 01 de junho de 2025, no Pavilhão do Complexo Desportivo Municipal do Casal Vistoso, em Lisboa, sob o lema “Orgulho na Liberdade”

COMPOSIÇÃO

2. A Convenção é constituída pelas/os delegadas/os que tenham sido eleitas/os em assembleias eleitorais especialmente convocadas para o efeito, nos termos do Regulamento do Processo Preparatório da Convenção aprovado pela Mesa Nacional cessante.

3. Não existem delegadas/os por inerência.

4. Para além das/os delegadas/os, podem assistir aos trabalhos da Convenção representantes credenciados da Comunicação Social, os/as aderentes, simpatizantes e convidados do Bloco de Esquerda.

5. Representantes de outros partidos, organizações ou instituições podem ser convidados pela COC a assistir à Convenção.

6. Compete à Mesa da Convenção decidir sobre a possibilidade de intervenção de convidados.

7. Os trabalhos da Convenção são integralmente transmitidos em direto nos meios do Bloco de Esquerda.

DIREÇÃO DOS TRABALHOS

8. A XIV Convenção inicia-se com a credenciação das/os delegadas/os a partir das 09h30 de sábado, apresentação do relatório da COC sobre o processo da Convenção, apresentação e votação do Regimento da Convenção, e eleição da Mesa da Convenção, ainda sob responsabilidade da COC.

a) O período de trabalho no primeiro dia decorre até às 21h00 de modo a assegurar o maior número possível de intervenções.

b) A Mesa da Convenção pode propor a prorrogação dos trabalhos por mais 60 minutos.

9. Os trabalhos da Convenção são dirigidos pela Mesa, logo que eleita, composta por um mínimo de cinco e um máximo de nove delegadas/os. Compete-lhe, em particular, assegurar - no respeito pelos Estatutos e pelo presente Regimento - o bom andamento dos trabalhos e o caráter democrático dos debates, das votações e do processo eleitoral.

10. A Mesa dirige os trabalhos de acordo com a Ordem de Trabalhos aprovada.

11. É da exclusiva responsabilidade da Mesa dar a palavra a delegadas/os e convidadas/os, anunciar as votações e proclamar os resultados da eleição dos órgãos nacionais.

12. Compete à Mesa da Convenção a elaboração da Ata da Convenção.

13. A Mesa da Convenção assegura e decide sobre a coordenação dos serviços de apoio, a distribuição de todos os documentos sujeitos a votação e os contactos com a Comunicação Social, competindo-lhe resolver qualquer questão relativa ao funcionamento da Convenção, designadamente as não previstas neste Regimento.

INTERVENÇÕES, PROPOSTAS E DEBATES

14. As/os delegadas/os podem tomar a palavra nos debates sobre as moções de orientação e estatutos, nos termos deste Regimento, devendo inscrever-se para o fazer em impresso próprio junto dos serviços de apoio.



15. O debate relativo às moções de orientação é introduzido por um/a representante de cada proposta validada, por ordem decrescente do número de delegadas/os que elegeram, sendo assegurada igualmente a oportunidade de intervir na conclusão do debate, por ordem inversa e, em ambos os casos, em tempos iguais para cada moção.

16. Cada moção de orientação ou plataforma publicada tem direito a um tempo global para intervenções das/os suas e seus delegadas/os, incluindo apresentação e conclusão, proporcional ao número total de eleitos/as para a Convenção.

a) A Mesa garante, como limiar mínimo para qualquer moção ou plataforma, o direito ao tempo de uma intervenção;

b) Nenhuma moção poderá totalizar um tempo de intervenção superior a 75% do tempo global de debate;

c) As/os delegadas/os indicam no boletim de inscrição a moção ou plataforma a que se associaram na eleição para delegadas/os à Convenção.

17. Na Convenção apenas são debatidas e votadas propostas apresentadas durante o processo preparatório, com exceção das listas de candidatura aos órgãos nacionais, nos termos do respetivo Regulamento. As/os delegadas/os só podem dirigir, sempre por escrito, à Mesa: Requerimentos sobre o funcionamento dos debates e votações, que terão de ser votados pela Convenção; Reclamações sobre o cumprimento dos Estatutos e Regimento, que devem ser decididas pela Mesa, com direito de recurso da/o reclamante para a Convenção; Declarações de voto que ficarão anexas à ata da Convenção.

18. Compete à Mesa definir os períodos de inscrição, gerir os tempos de intervenção e conceder ou retirar o uso da palavra.

19. As propostas de alteração aos Estatutos, incluídas no deBatEs#2, devem ser subscritas por um mínimo de 15 delegadas/os de modo a poderem ser consideradas para votação, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.

20. As/os proponentes de proposta(s) de alteração aos Estatutos considerada(s) para votação, podem intervir no início exclusivamente para as respetivas apresentações.

21. As propostas globais de moção de orientação, incluídas no deBatEs#2, são validadas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 15 delegadas/os, devendo as listas das/os delegadas/os subscritores dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.

22. As propostas de adenda, de alteração e de votação na especialidade relativas às moções de orientação apresentadas durante o processo preparatório e incluídas no deBatEs#2, mas cuja inclusão foi recusada pelos redatores da moção a que se destinavam, podem ser mantidas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 5 delegadas/os, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.

VOTAÇÕES

23. As votações para apuramento de maioria simples realizam-se de braço no ar, exibindo o cartão de delegada/o.

a) as votações em alternativa permitem o voto de abstenção.

24. As votações das propostas de moção de orientação e de alteração aos Estatutos decorrem no final dos respetivos pontos da Ordem de Trabalhos.

b) a votação final das moções terá início às 12h de domingo.

25. Todas as propostas de alteração aos Estatutos são sujeitas a votação, não havendo lugar a votação geral e final dos Estatutos.

26. As moções de orientação são votadas na generalidade e em alternativa, passando-se em seguida à votação das propostas de alteração relativas à moção que obteve maioria de votos na generalidade, desde que publicadas no deBatEs#2 e entretanto validadas nos termos do presente Regimento.



27. Compete à Mesa contar os votos, anunciar os resultados e apreciar eventuais impugnações.

ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS NACIONAIS

28. As eleições para os órgãos nacionais - Comissão de Direitos e Mesa Nacional - decorrem em sistema de listas, por voto secreto e em urnas fechadas, de acordo com os Estatutos.

29. Compete à Mesa da Convenção organizar o processo eleitoral, proceder ao escrutínio e apreciar eventuais impugnações.

30. A eleição dos órgãos nacionais decorrerá a partir das 17h do primeiro dia de trabalhos até às 11h da manhã seguinte, com interrupção no período entre o encerramento dos trabalhos no primeiro dia e a abertura no segundo, sendo precedida da distribuição das listas de candidatura.

31. Cada lista de candidatura indicará um/a delegado/a efetivo/a e um/a suplente por cada urna de voto constituída, para poderem acompanhar a votação e assistir à respetiva contagem dos votos.

32. As listas candidatas aos órgãos nacionais devem ser validadas por um mínimo de 15 delegadas/os, têm de obrigatoriamente subscrever uma das moções de orientação apresentadas a votação, assegurar o critério da paridade absoluta - em cada sequência de 2 nomes terão de estar representados ambos os sexos, e indicar de forma legível o nome de cada um das/os candidatas/os, n.º de aderente, distrito/região de militância, idade e profissão.

33. As listas devem ser entregues na Mesa até às 15h do primeiro dia dos trabalhos da Convenção, cabendo à Mesa aceitar ou rejeitar as candidaturas por verificação da sua conformidade com as normas regimentais e estatutárias.

34. Havendo mais do que uma lista candidata, a composição desses órgãos é determinada pela proporção direta dos votos recolhidos por cada lista, sendo o número de lugares definido pelo número de candidatas/os da lista mais numerosa, até ao máximo de 80 no caso da Mesa Nacional e de 7 no caso da Comissão de Direitos.

35. A Mesa distribui as atas de apuramento eleitoral e anuncia à Convenção a composição completa dos órgãos nacionais eleitos.

36. A Mesa convida a lista mais votada para a Mesa Nacional a intervir no final dos trabalhos e procede, posteriormente, ao encerramento da Convenção.

ORDEM DE TRABALHOS

- Início dos trabalhos, apresentação e votação do relatório da COC, apresentação e votação do Regimento da Convenção, instalação da Convenção Nacional (Sábado 11h);
- Eleição da Mesa (11h15);
- Alocução de abertura da Convenção (11h30);
- Estatutos - discussão e votação de propostas de alteração (11h50);
- Moções de Orientação Política - apresentações, debate, conclusões e votação (início 14h30, sábado, votação final 12h00 domingo);
- Eleição dos Órgãos Nacionais: Mesa Nacional e Comissão de Direitos (abertura das urnas às 17h00 sábado, encerramento às 11h00 domingo);
- Sessão de Encerramento (domingo 12h30).



Propostas de alteração aos Estatutos do Bloco de Esquerda

(APROVADAS EM REUNIÃO DA MESA NACIONAL
DE 01 DE FEVEREIRO DE 2025)

NOTA PRÉVIA

O Tribunal Constitucional, através do Acórdão nº 74/2024, decidiu declarar a ilegalidade de algumas normas dos Estatutos do Bloco de Esquerda e isso obriga-nos a uma retificação estatutária na Convenção seguinte.

A filosofia de apreciação dos Estatutos por parte do Tribunal Constitucional alterou-se profundamente. Doravante, o Tribunal não se pronuncia apenas sobre normas alteradas, o que era a prática anterior, mas julga a totalidade dos Estatutos de cada vez que lhe sejam submetidas quaisquer alterações que a Convenção entenda deliberar.

O Tribunal chamou a atenção para vários aspetos dessas regras a que o Anteprojeto de Alteração de Estatutos, aqui apresentado, visa dar resposta.

Referimo-nos à especificação de um catálogo de deveres a que o aderente está obrigado, ao reforço de garantias processuais do aderente sujeito a procedimento disciplinar, à clara determinação de todos os prazos das várias fases desse procedimento até ao seu epílogo.

Ao mesmo tempo, produzem-se outras alterações destinadas a aperfeiçoar o objeto do Partido, ou a clarificar o critério da paridade de género na composição dos órgãos, ou a simplificar a decisão da Mesa Nacional sobre candidaturas à Assembleia da República, ou mesmo a precisar várias normas do articulado. Sendo o Bloco um movimento político que se organiza como Partido, e sendo apenas a Partidos que se refere a respetiva Lei, altera-se a utilização da expressão "Movimento", juridicamente inadequada, por Partido na transversalidade das normas.

Temos consciência da responsabilidade de alcançar Estatutos que, por um lado, expressam a conceção de livre organização dos aderentes do Bloco de Esquerda e, por outro lado, sejam passíveis de um juízo existencial do Tribunal Constitucional, afirmando a nossa legalidade democrática.

Estatutos do Bloco de Esquerda

ARTIGO 1º

DEFINIÇÃO E OBJETIVOS

1 - O Bloco de Esquerda é um movimento político de cidadãos e cidadãs que assume a forma legal de partido político.



2 - O Bloco de Esquerda dá continuidade às lutas e ao exemplo histórico das pessoas, das forças e dos movimentos comprometidos com a liberdade e com o socialismo.

3 - No tempo da crise climática, o Bloco de Esquerda atua pela superação do capitalismo, condição de futuro para a humanidade. O fim da exploração e das desigualdades sociais é um objetivo inseparável da luta contra todas as opressões, sejam de carácter racista e patriarcal ou dirigidas à orientação sexual, à identidade e expressão de género, às características sexuais, à idade, à religião, à deficiência. O pleno respeito pelas pessoas e pelo bem-estar animal é possível num mundo socialista e ecologicamente sustentável.

4 - Como força política internacionalista, o Bloco de Esquerda assume a defesa universal dos direitos humanos, do direito dos povos à sua autodeterminação e à paz.

2 - O Bloco de Esquerda, adiante também referido como Movimento, inspira-se nas contribuições convergentes de cidadãs e cidadãos, forças e movimentos que ao longo dos anos se comprometeram e comprometem com a defesa intransigente da liberdade e com a busca de alternativas ao capitalismo. Pronuncia-se por um mundo ecologicamente sustentável e mais respeitador de todos os animais. Combate todas as fontes de desigualdades sociais, baseadas em formas de exploração e exclusão de carácter étnico-racial, de género, de orientação sexual, de identidade de género, expressão género e características sexuais, de idade, de religião, de opinião, de classe social ou baseadas na existência de diversidade funcional, não sendo complacente com comportamentos que vão contra estes princípios. Como força política internacionalista, assume a defesa dos Direitos Humanos em todo o mundo, sem exceções.

3 - O Bloco de Esquerda defende e promove uma cultura cívica de participação e de ação política democrática como garantia de transformação social, e a perspectiva do socialismo como expressão da luta emancipatória da Humanidade contra a exploração e opressão.

ARTIGO 2º

SÍMBOLO

1 - O símbolo é composto por uma estrela humanizada de cor vermelha.

2 - Na atividade regular do Movimento **Partido**, o símbolo pode ter outras cores, em homenagem aos diversos patrimónios ideológicos e de lutas que no Bloco de Esquerda confluem.

ARTIGO 3º

ADERENTES

1 - São aderentes do Bloco de Esquerda todas e todos os que manifestem o desejo de aderir ao **Partido** Movimento e estejam no pleno gozo dos seus direitos políticos, devendo a adesão ser ratificada pelos órgãos competentes, no prazo máximo de trinta 30 dias.

2 - Excedido o prazo previsto no número anterior, a adesão considera-se tacitamente ratificada.

3 - Para efeitos do nº 1 consideram-se competentes as Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais ou Regionais respetivas ou, quando não exista qualquer um destes órgãos, a Comissão Política.



4 - Cada aderente vincula-se a um concelho e distrito ou região de filiação, a constar no seu cartão de filiação. No caso de aderentes fora do país, a vinculação é feita a um círculo de residentes no estrangeiro, podendo organizar-se por núcleos em cada país ou região.

5 - Considera-se o distrito, no caso do território continental, ou a região, nos casos das **Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira**, ou, para quem reside no estrangeiro, os círculos da Europa e Fora da Europa.

6 - A ratificação da adesão de ex-aderentes é da responsabilidade da Mesa Nacional, sendo neste caso excetuado o prazo definido no nº 1.

7 - A inscrição como aderente caduca por renúncia pessoal expressa, óbito, ou por ausência de contacto com o Bloco de Esquerda nos últimos cinco anos.

8 - 9—A verificação geral da ausência de contactos de aderente decorre de **quatro em quatro** anos, de acordo com um regulamento da Mesa Nacional.

9 - 8—A ausência de contacto de aderente é certificada pelas **Comissões Coordenadoras Concelhias** ou, na sua falta, pela **Comissão Coordenadora Distrital/Regional** ou pela Comissão Política, dispondo de 2 meses para o efeito, findos os quais, ~~se não se contabiliza nenhum pagamento de quota~~, é registada a caducidade da adesão.

ARTIGO 4º

DIREITOS DAS E DOS ADERENTES

1 - São direitos das e dos aderentes do Bloco de Esquerda:

- a) Participar democraticamente na definição da política do Movimento **Partido** e nas suas atividades;
- b) Eleger e ser eleita ou eleito para todos os órgãos e cargos definidos na estrutura do Movimento **Partido**, desde que com inscrição ou reinscrição até 6 meses antes da convocação do ato eleitoral;
- c) Ser informada ou informado sobre a atividade do Movimento;
- d) Obter resposta, no máximo de um mês, a perguntas dirigidas por escrito aos órgãos;
- e) Exercer, querendo, o direito de tendência no âmbito Movimento **partidário**;
- f) Intervir e participar nas organizações de carácter não partidário com autonomia e independência.

2 - O exercício dos direitos das e dos aderentes do Bloco de Esquerda depende do pagamento da quota anual, quando não seja dispensada nos termos do número 2 do artigo 5º.

~~3 - Os direitos de aderente são suspensos, automática e provisoriamente, quando o ou a aderente se candidata em lista eleitoral concorrente do Bloco de Esquerda, enquanto decorre o inquérito respetivo.~~



ARTIGO 5º

RESPONSABILIDADES DEVERES DAS E DOS ADERENTES

1 - São responsabilidades **deveres** das e dos aderentes:

a) Respeitar os presentes Estatutos, bem como as decisões e deliberações dos órgãos do Partido, sem prejuízo da expressão de diferenças de opinião política; Promover os objetivos políticos do Movimento e atuar civicamente em conformidade;

b) Agir com respeito e urbanidade;

b) c) Abster-se de conduta que acarrete sério prejuízo ao bom nome do Partido; Cumprir os Estatutos;

d) Desempenhar com zelo os cargos para que tenha sido eleito ou eleita em listas partidárias;

c) e) Pagar uma quota regular, com exceção da situação prevista no número 2; Contribuir para o financiamento das atividades do Movimento através do pagamento de uma quota regular, na medida das suas possibilidades.

f) Não contrair dívidas ou obrigações contratuais em nome do Partido, sem mandato dos órgãos competentes;

g) Abster-se de participar em listas eleitorais concorrentes com o Partido.

2 - No caso de impossibilidade económica, o pagamento anual da quota pode ser dispensado, por decisão não delegável da Comissão Coordenadora Distrital ou Regional, sob proposta da Comissão Coordenadora Concelhia, caso exista. A dispensa de pagamento da quota termina no fim do ano civil, podendo ser revalidada por solicitação da própria ou do próprio no ano seguinte.

ARTIGO 6º

SANÇÕES

1 - Em caso de infração dos seus deveres, os e as aderentes do Bloco de Esquerda podem estar sujeitos às seguintes sanções, por ordem de gravidade, leve, grave e muito grave:

Às e aos aderentes que violem os Estatutos, podem ser aplicadas, por ordem de gravidade, as seguintes medidas disciplinares:

a) Advertência;

b) Suspensão de direitos até um ano. A pena de suspensão consiste na interrupção de todos os direitos de aderente durante o período da duração da sanção;

c) Exclusão.

2 - A competência de aplicação destas medidas é da Mesa Nacional, por iniciativa própria ou das organizações distritais ou regionais, com direito de recurso para a Comissão de Direitos.

3 - A nenhuma ou a nenhum aderente pode ser imposta qualquer medida disciplinar sem lhe ter sido dada a possibilidade de ser previamente ouvida ou ouvido, no inquérito respetivo.



A inobservância das garantias de defesa implica a nulidade da decisão de aplicação de uma sanção.

3-- A sanção de exclusão é passível de recurso final para a Convenção Nacional.

a) **4 - O recurso das sanções aplicadas terá de ser interposto no prazo de trinta dias úteis após a comunicação à ou ao aderente, tendo de conter as alegações da ou do recorrente. A decisão da Comissão de Direitos sobre o recurso deve decorrer num prazo de trinta dias úteis.** previstas nos números anteriores, 2 e 3, terá que ser interposto no prazo de trinta dias após comunicação à ou ao aderente da sanção que lhe foi aplicada e tem de conter as alegações da ou do recorrente, enquanto que o recurso final em Convenção Nacional pode ser interposto até 30 dias após a divulgação da data da respetiva Convenção;

b) **5 - O recurso da sanção não tem efeito suspensivo.**

4 **6 - Qualquer sanção disciplinar é precedida de inquérito, com direito de defesa assegurado, conduzido por uma Comissão de Inquérito especificamente designada para o efeito e composta por três aderentes indicadas ou indicados pela Mesa Nacional.**

a) O procedimento disciplinar, sob pena de prescrição, tem de se iniciar até sessenta dias úteis após a comunicação do presumível motivo à reunião da Mesa Nacional;

b) É obrigatoriamente facultada à ou ao aderente visado pelo procedimento a consulta do processo, a partir da respetiva notificação, que lhe deverá ser enviada por carta registada, incluindo informação clara sobre a infração imputada, a sanção que poderá ser aplicada e a referência aos principais meios de prova.

c) O inquérito deve estar concluído em trinta dias úteis e a apreciação e decisão subsequente pela Mesa Nacional não pode exceder sessenta dias úteis, sob pena de prescrição.

7 - A situação prevista no artigo 5º alínea g) acarreta uma suspensão de direitos temporária, iniciando-se o respetivo inquérito.

5-**8--** As sanções previstas neste artigo não são aplicáveis por motivo de diferenças de opinião política no Movimento **Partido**.

ARTIGO 7º

ÓRGÃOS

São órgãos do Bloco de Esquerda:

- a) A Convenção Nacional;
- b) A Comissão de Direitos;
- c) A Mesa Nacional;
- d) A Comissão Política;
- e) As Assembleias Distritais ou Regionais;



- f) As Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais;
- g) As Assembleias Concelhias;
- h) As Comissões Coordenadoras Concelhias;
- i) Os Núcleos.

ARTIGO 8º

CONVENÇÃO NACIONAL

- 1 - A Convenção Nacional, como órgão máximo do Movimento **Partido**, é composta pelas e pelos aderentes que para ela foram eleitas e eleitos nos termos do Regulamento da Convenção Nacional.
- 2 - O processo da Convenção Nacional rege-se pelo Regulamento da Convenção Nacional, elaborado pela Mesa Nacional.
- 3 - A Convenção Nacional elege uma Mesa da Convenção para dirigir os seus trabalhos, delibera sobre Estatutos, orientação política e objetivos programáticos, cabendo-lhe igualmente a eleição da Mesa Nacional e da Comissão de Direitos.
- 4 - A Convenção Nacional vota a adesão ou desvinculação do Bloco de Esquerda de organizações internacionais interpartidárias.
- 5 - A Convenção Nacional realiza-se com uma periodicidade de dois anos, podendo ser convocada extraordinariamente por iniciativa da Mesa Nacional ou de **10% dez por cento** das e dos aderentes.

ARTIGO 9º

COMISSÃO DE DIREITOS

- 1 - A Comissão de Direitos é o órgão eleito em Convenção Nacional que tem como competências:
 - a) Zelar pela aplicação dos Estatutos a todos os níveis do Partido;
 - b) Apreciar e emitir parecer prévio sobre as contas da atividade do Partido;
 - c) Analisar e deliberar sobre conflitos relacionados com o cumprimento de matéria estatutária;
 - d) Deliberar sobre recursos nos termos do n. 3 do art.º 3º e do art.º 6º de decisões de órgãos estatutários sobre assuntos administrativos;
 - e) Sugerir, sempre que possível, os procedimentos internos mais adequados a adotar face à exposição apresentada;
 - e) Deliberar sobre matéria disciplinar nos termos do Artigo 6o.



ARTIGO 10º

MESA NACIONAL

1 - A Mesa Nacional é o órgão máximo do **Bloco de Esquerda** no período compreendido entre duas Convenções Nacionais e compete-lhe dirigir **o Partido** no âmbito nacional, ~~o Movimento~~.

2 - A **Mesa Nacional** será composta, no momento da sua eleição, por um mínimo de 60% de membros que não sejam funcionárias ou funcionários do Bloco, ou exerçam cargos remunerados de assessoria a representantes eleitas e eleitos pelo ~~Movimento~~ **Partido**.

3 - A Mesa Nacional elege entre os seus membros, para tarefas de direção, representação e de aplicação das suas deliberações, uma Comissão Política que observa o princípio da paridade de género de **50% de mulheres**, tendo em conta a proporcionalidade dos resultados eleitorais das diferentes **listas concorrentes à Mesa Nacional** ~~moções~~ apresentadas à Convenção Nacional.

4 - A Mesa Nacional é convocada por decisão da Comissão Política ou de 25% dos membros da Mesa Nacional.

5 - 7- A Mesa Nacional adota resoluções políticas e deliberações, por proposta da Comissão Política ou por proposta dos seus membros. Qualquer moção política submetida à Mesa Nacional com a subscrição de 100 aderentes é obrigatoriamente debatida e votada.

6 - 4- É atribuição exclusiva da Mesa Nacional a definição do valor mínimo da quota anual e ~~o seu eventual pagamento faseado~~.

7 - 5- Compete à Mesa Nacional, sob proposta das **Assembleias Distritais e Regionais** e da Comissão Política, decidir sobre a primeira candidata ou candidato das listas à **Assembleia da República** e às **Assembleias Legislativas de Região** Autónoma no caso de círculos com até três deputadas ou deputados, e sobre o primeiro quinto de candidatas e candidatos nos restantes círculos. Em caso de haver mais do que uma proposta para o mesmo círculo eleitoral, estas são votadas em alternativa na Mesa Nacional. ~~As Assembleias Distritais e Regionais podem requerer, como recurso, a votação em alternativa das suas propostas na MN.~~ A decisão sobre a composição restante destas listas compete às respetivas assembleias distritais e regionais.

8 - 6- Tratando-se de eleições para os órgãos das autarquias locais, a Mesa Nacional pode avocar para decisão final as listas aprovadas pelas Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais.

9 - 8- Compete à Mesa Nacional aprovar a lista de candidatas e candidatos ao Parlamento Europeu.

10 - 9- Compete à Mesa Nacional a definição das linhas de orientação política das eleitas e dos eleitos **para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu.**



ARTIGO 11º

COMISSÃO POLÍTICA

A Comissão Política, órgão que assegura a direção quotidiana do **Bloco de Esquerda Movimento**, nomeadamente a ligação com os seus grupos parlamentares nacional e europeu e a aplicação das deliberações da **Mesa Nacional** sobre a orientação política das e dos eleitos, elege um Secretariado Nacional para tarefas de coordenação executiva.

ARTIGO 12º

ASSEMBLEIAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS

1 - As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais são compostas pelas e pelos aderentes respetivos e compete-lhes dirigir, no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com a orientação geral do **Partido Movimento**, a atividade política do Bloco de Esquerda.

2 - As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais elegend as respetivas Comissões Coordenadoras, com mandatos até 2 anos.

a) As Assembleias Distritais, Regionais e Concelhias **são convocadas pelas respetivas Comissões Coordenadoras** ou obrigatoriamente convocadas pela vontade expressa de 5% das e dos aderentes inscritos nos respetivos cadernos eleitorais, no mínimo de 10 aderentes.

3 - Compete às Assembleias Distritais e Regionais propor a composição das listas de candidatura do **Partido Movimento** a cargos públicos eletivos no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com a orientação geral do **Bloco de Esquerda Movimento**.

4 - Compete às Assembleias Concelhias propor às Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais as listas de candidatura para os órgãos das Autarquias Locais.

5 - As Assembleias Concelhias e Distritais reúnem obrigatoriamente, pelo menos, 2 vezes por ano.

6 - As Assembleias Distritais, Regionais e Concelhias podem convocar referendos sobre matérias do seu âmbito, de acordo com o regulamento sobre referendos aprovado pela **Mesa Nacional**.

ARTIGO 13º

COMISSÕES COORDENADORAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS

1 - As Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais exercem o mandato conferido pelas Assembleias que as elegeram, assegurando a direção quotidiana do **Partido Movimento** no respetivo âmbito e, de acordo com a política **geral definida** do Movimento, a atividade do Bloco de Esquerda.



a) As eleições para as Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais regem-se por Regulamento Eleitoral cujo modelo é aprovado pela Mesa Nacional.

2 - As Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais podem eleger, entre os seus membros, um Secretariado para tarefas de representação, de execução e aplicação das suas deliberações.

3 - Compete às Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais organizar a eleição das e dos representantes à Convenção Nacional, nos termos do respetivo Regulamento.

ARTIGO 14º

ORGANIZAÇÕES REGIONAIS AUTÓNOMAS

1 - Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o **Partido Movimento** dispõe de organizações com Estatutos próprios.

2 - Os Estatutos das **Organizações Autónomas**, aprovados pelas correspondentes Assembleias Regionais, podem ser chamados a ratificação pela Mesa Nacional e preveem autonomia política, organizativa e financeira nos respetivos âmbitos regionais.

3 - As **Organizações Autónomas** são responsáveis perante a Mesa Nacional e a Convenção Nacional.

ARTIGO 16º 15º

NÚCLEOS

1 - As e os aderentes, num mínimo de cinco, podem constituir-se em Núcleos, os quais reúnem em plenários, convocados nos respetivos âmbitos, organizando-se do modo que considerem mais adequado.

2 - A constituição dos Núcleos está sujeita a ratificação da Comissão Coordenadora Concelhia respetiva ou, na ausência desta, da Comissão Coordenadora Distrital ou Regional.

3 - Nas atividades dos **Núcleos** podem participar não-aderentes.

ARTIGO 15º 16º

DIREITO À INFORMAÇÃO

1 - Todas e todos os aderentes têm o direito de conhecer as deliberações dos órgãos.

2 - Todos os órgãos estão obrigados à elaboração de minutas sobre as suas decisões.

3 - É obrigatória a publicação dos resultados eleitorais e da composição nominal dos órgãos eleitos e eventuais alterações.



4 – As e os aderentes têm acesso às minutas das reuniões da Mesa Nacional e da Comissão Política e a todas as propostas apresentadas para votação nestes órgãos, que são publicadas no site do Bloco.

ARTIGO 17º

REFERENDOS

1 - A iniciativa de proposta de referendo interno, vinculativo, compete à Mesa Nacional ou a 500 aderentes.

2 - O referendo interno realiza-se sobre questões relevantes para a intervenção política do Bloco de Esquerda.

3 - Cada referendo contém uma só matéria, validada pela Comissão de Direitos.

4 - A deliberação obtém-se por maioria dos votos expressos.

5 - 150 aderentes podem obrigar ao debate e deliberação da Mesa Nacional sobre uma proposta de referendo.

6 - O referendo interno organiza-se de acordo com regulamento próprio, aprovado pela Mesa Nacional.

7 - Os referendos locais sobre matérias do âmbito regional, distrital ou concelhio, obedecem ao regulamento da Mesa Nacional para os referendos.

8 - As decisões tomadas em Convenção Nacional não são referendáveis.

ARTIGO 18º

GRUPOS DE TRABALHO

1 - Os Grupos de Trabalho constituem-se por decisão de um ou vários órgãos do **Movimento Partido**, para aprofundamento, debate e eventual elaboração de recomendações em torno de temas específicos ou setoriais aos quais apresentam conclusões.

2 - Nas atividades dos grupos de trabalho podem participar não-aderentes.

ARTIGO 19º

CONFERÊNCIAS NACIONAIS

1 - A Mesa Nacional pode tomar a iniciativa de convocar Conferências Nacionais destinadas a promover o debate e a elaboração de conclusões e recomendações sobre assuntos de **caráter geral ou** específico.

2 - As Conferências Nacionais são abertas a todas e todos os aderentes do Movimento.



ARTIGO 20º

SISTEMA DE VOTAÇÃO

1 - As deliberações ~~no Movimento~~ são tomadas por maioria simples de votos das e dos aderentes presentes, desde que sejam membros do respetivo órgão.

2 - Nos casos de votação para cargos e órgãos ~~do Movimento~~, a eleição será sempre por voto secreto.

3 - Nas votações de âmbito concelhio, distrital ou regional, o voto pode ser exercido por correspondência, nos termos dos respetivos regulamentos. ~~A Mesa Nacional elege, no início de cada mandato, uma comissão de três membros responsável por verificar e atualizar os recursos materiais e tecnológicos do partido, na perspectiva da eficácia e transparência do voto por correspondência.~~

4 - A Comissão de Direitos, a Mesa Nacional e as Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais ou Concelhias são eleitas pelo sistema de voto em listas, apresentadas nos termos dos regulamentos respetivos, sendo os mandatos atribuídos em número proporcional aos votos obtidos por cada uma das listas sufragadas.

5 - As listas candidatas aos órgãos referidos no número anterior podem ser constituídas por um número de elementos inferior ao necessário para preencher todas as vagas existentes em cada um dos respetivos órgãos, devendo, porém, observar o critério da paridade entre sexos.

a) As listas para a Mesa Nacional e Comissão de Direitos devem observar o critério de paridade de género de **50% de mulheres**.

b) As listas para as Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais ~~e Concelhias~~ observam o critério de paridade de género de **50% de mulheres**.

c) As listas para as Comissões Coordenadoras Concelhias observam o critério de paridade de género de, no mínimo, 40% de mulheres.

d) e) Na elaboração das listas, como em toda a atividade do Bloco, é respeitada a autodeterminação e identidade de género de cada aderente.

6 - Cabe às listas candidatas garantir uma ordenação que respeite o disposto no número 2 do Artigo 10º.

ARTIGO 21º

FINANÇAS

1 - As receitas do Bloco de Esquerda provêm das contribuições das suas e dos seus aderentes e simpatizantes, dos subsídios e subvenções públicas, legados ou donativos que lhe sejam atribuídos e expressamente aceites pelo Partido Movimento, de iniciativas próprias, do rendimento de bens, fundo de reservas ou verbas depositadas.



2 - As despesas do Bloco de Esquerda são as que resultam do exercício das suas atividades estatutárias e das que lhe sejam impostas legalmente.

3 - A gestão financeira do Bloco de Esquerda é objeto de um Regulamento de Finanças aprovado pela Mesa Nacional.

4 - Para efeitos do disposto na Lei do Financiamento dos Partidos Políticos é imputável à Tesoureira ou Tesoureiro a responsabilidade pelas contas.

a) Compete à Comissão Política a nomeação da Tesoureira ou Tesoureiro, sujeita ou sujeito a ratificação pela Mesa Nacional.

b) As Tesoureiras e os Tesoureiros das estruturas locais são responsáveis, no respetivo âmbito, nos termos do Regulamento de Finanças.

5 - O Bloco de Esquerda presta contas nos termos da Lei.

ARTIGO 22º

CASOS OMISSOS

Os casos omissos nos presentes Estatutos são regulados por deliberação da Comissão de Direitos, que deverá apresentar tais decisões na Convenção Nacional imediatamente posterior às mesmas, a fim de serem ratificadas ou alteradas.



Propostas de alteração aos Estatutos do Bloco de Esquerda

ARTIGO 1º

DEFINIÇÃO E OBJETIVOS

1 – O Bloco de Esquerda é um movimento político de cidadãos e cidadãs que assume a forma legalizada de partido político.

2 – O Bloco de Esquerda, **como Partido**, inspira-se nas contribuições convergentes de cidadãs e cidadãos, forças e movimentos que, ao longo dos anos, se comprometeram e comprometem com a defesa intransigente da liberdade e com a busca de alternativas ao capitalismo. Pronuncia-se em favor de um mundo ecologicamente sustentável e respeitador de todos os animais. Combate todas as fontes de desigualdades sociais, resultantes em formas de exploração e exclusão de carácter étnico-racial **ou patriarcal, ou dirigidas à orientação sexual, à identidade ou expressão de género, às características sexuais, idade, religião** ou ainda de opinião, de classe social ou baseadas na existência de diversidade funcional, não sendo complacente com comportamentos que vão contra estes princípios.

3 - Como força política internacionalista, assume **a defesa do ecossocialismo como alternativa global à catástrofe climática** a defesa dos Direitos Humanos sem exceções e pela Paz no mundo.

4 – O Bloco de Esquerda defende e promove uma cultura cívica de participação e de ação política democrática como garantia de transformação social e a perspetiva do socialismo como expressão da luta emancipatória da Humanidade contra a exploração e opressão. [manter tal como nos Estatutos de 2023]

FUNDAMENTAÇÃO: As alterações propostas pela atual maioria aos princípios orientadores da ação política transformadora do nosso partido constituem um recuo político inaceitável que redundam numa espécie de amaciamento político de uma estratégia de luta fundamental contra o sistema capitalista, predador do ecossistema do planeta. Por isso, mantém-se grande parte do enunciado dos Estatutos de 2023.

SUBSCREVEM: *Adelino Fortunato, Alexandra Vieira, António Gil Campos, António Marinho Silva, Heitor de Sousa, Jorge Humberto Nogueira, Maria José Vitorino, Maria Helena Figueiredo, Mónica Rocha, Nuno Pinheiro, Patrícia Barreira.*



DEFINIÇÃO E OBJETIVOS

1 - O Bloco de Esquerda é um movimento político de cidadãos e cidadãs que assume a forma legal de partido político.

2 - O Bloco de Esquerda, adiante também referido como Movimento, inspira-se nas contribuições convergentes de cidadãos e cidadãs, forças e movimentos que ao longo dos anos se comprometeram e comprometem com a defesa intransigente da liberdade e com a busca de alternativas ao capitalismo. Pronuncia-se por um mundo **livre da opressão e exploração do trabalho**, ecologicamente sustentável e mais respeitador de todos os animais. Combate todas as fontes de desigualdades sociais, baseadas em formas de exploração e exclusão de caráter étnico-racial, de género, de orientação sexual, de identidade de género, expressão género e características sexuais, de idade, de religião, de opinião, de classe social ou baseadas na existência de diversidade funcional, não sendo complacente com comportamentos que vão contra estes princípios. Como força política internacionalista, assume a defesa dos Direitos Humanos **e da Paz** em todo o mundo, sem exceções.

3 - O Bloco de Esquerda defende e promove uma cultura cívica de participação, **de descentralização** e de ação política democrática como garantia de transformação social, e a perspetiva do socialismo como expressão da luta emancipatória da Humanidade contra a exploração e opressão.

FUNDAMENTAÇÃO: Mantendo e valorizando o legado histórico e de luta do BE (ao contrário do que faz a proposta da MN que anula por completo os pontos 2 e 3 deste artigo e elimina, por exemplo, os conceitos de classe social e de cultura de participação), introduzem-se nos objetivos do Bloco a luta contra a opressão e exploração do trabalho, a defesa da Paz e de uma cultura política da descentralização, que se consideram essenciais.

SUBSCREVEM: *Adelino Granja, Alexandre Café, Alexandre Carneiro, Álvaro Góis, Ana Castro, Ana Lourenço, Ana Paulo Bastos, Ana Rute Domingues Araújo, Ana Sofia Cortes, Ana Sofia Cotrim Mourão, André Queirós Amorim, Andreia Martins, António Alves, Antonio Carlos Godinho, António Castela, António Fernandes, António Fernandes Augusto, António Ferreira, António Joaquim S Luz, António Manuel Lemos Gonçalves, António Jose Moura Magalhães, António Miguel, António Veloso, Arlindo Rodrigues Cairões, Armandina Fernandes, Armando Mesquita, Armando Quintão, Armando Rocha, Armindo Rodrigues Silveira, Camilo Ferreira, Carlos Manuel Borges, Carlos Marecos, Carlos Marques, Carlos Matias, Catarina Fonseca, Cecília Cunha Bernardo, Cecília Maria Amaral, Célia Silva, Conceição Anjos, Daniela Raquel Borges, Diogo Borges, Eduarda Monteiro, Elisa Antunes, Eva Luísa Coelho, Feliciano Rodrigues dos Santos, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Esteves, Filipe Jose Maio Macieira, Francisco Tomás, Frederico Carvalho, Gabriela Mota Vieira, Hélder Agostinho Moreira, Hélder Romeu Guimarães, Hélio Gouveia, Henrique Leal, Isabel Silva, Israel Silas Araújo, Ivo Emanuel Barros, Jéssica Sofia Jesus Soares, Joana Rita Graça Godinho, João Bau, João Eugénio Teixeira Loureiro, João Hipólito, João Marques, João Marques, João Oliveira, João Vaz, Joaquim Chagas, Joaquim Fernando Araújo, João Pedro Monteiro, Joaquim Fernando Vieira, Joaquina Marques, Jorge Afonso, José Bastos, José Carlos Rodrigues, José Casimiro, José Domingos Frutuoso, José Manuel do Carmo, José Moço, Leandro Miguel Pires, Luís Gomes, Luís Miguel Vale, Luís Mougá Lopes, Luís Silva, Lurdes Gomes, Luz Celeste Santos Batista, Manuel Carlos Silva, Manuela Fonseca, Manuela Tavares, Márcia Filipe Graça Godinho, Maria Bento Rafael, Maria da Luz Lopes, Maria Elisa Correia Vieira, Maria Esmeralda Mateus, Maria Fátima de Andrade, Maria José Vitorino, Maria Rosário Silva, Mário Correia, Mário Fonseca, Mário Rui Nascimento Pinto, Mário Tomé, Miguel Cabral, Miguel João Mota, Nelson Jorge Moura, Nuno Manuel Santos Silva, Nuno Monteiro, Nuno Onça, Palmira Hipólito, Patrícia Carina Ferreira Marques, Patrícia Cristina Freire, Patrícia Quintão, Paula Cristina Silva Sá Pereira, Paulo Gomes, Paulo Gonçalves, Paulo Marques, Paulo Renato Cardoso Pires, Pedro Ferreira, Pedro Queirós Amorim, Pedro Soares, Ricardo Salabert, Roberto Tavares, Rosa Maria Graça Godinho, Ruben Martins, Rui Castro, Rui Cortes, Rui d'Ávila Lourido, Sandra Caçoila, Teresa Valério, Vânia Moreira,*



Vera Medeiros, Vera Timóteo, Vergílio Rafael, Vítor Ferreira, Vítor Gonçalves, Vitor Manuel Magalhães, Vitória Alexandra Silva Oliveira, William Nava.

ARTIGO 3º

ADERENTES

PROPOSTA DE REDACÇÃO:

1 - São aderentes do Bloco de Esquerda todas as pessoas individuais inscritas enquanto tal, que estejam no pleno gozo dos seus direitos políticos e cuja adesão haja cumprido os termos definidos nos Estatutos do Partido, à data de iniciação do processo de adesão.

2 - A gestão dos processos de adesão e de integração no Partido de pessoas cuja adesão seja ratificada é competência de um grupo de trabalho, adiante designado por Grupo de Trabalho para a Integração de Aderentes, constituído por iniciativa da Comissão Política, que funciona na dependência desta e é composto pela pessoa, membros da equipa ou representantes do órgão responsável pela gestão da base de dados de aderentes e por um representante de cada Comissão Coordenadora Distrital ou Regional.

3 - A adesão ao Partido inicia-se com a manifestação, por parte da pessoa, de desejo de aderir, através da entrega ou submissão de formulário de adesão em formato físico ou digital, disponibilizado para o efeito nos espaços físicos e nos canais digitais de divulgação do Partido.

4 - Na ausência de quaisquer dados relevantes ao processamento da adesão, compete à pessoa, equipa ou órgão responsável pela gestão da base de dados de aderentes, adiante designada por gestão de aderentes, diligenciar no sentido de obter esses dados junto da pessoa que manifesta desejo de aderir.

5 - No formulário de adesão, é indicado, pela pessoa, o concelho e distrito ou região de filiação a que pretende estar vinculada, a constar no seu cartão aderente. No caso de aderentes fora do país, a vinculação é feita a um círculo de residentes no estrangeiro.

6 - Para concretização do número anterior, considera-se o distrito, no caso do território continental, ou a região, nos casos das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, ou, para quem reside fora do país, os círculos da Europa e Fora da Europa.

7 - Na sequência da iniciação referida no número 3, a adesão é ratificada, no prazo de 30 dias após receção do formulário de adesão, pela Comissão Coordenadora Concelhia do concelho de filiação ou, quando esta não exista, pela Comissão Coordenadora Distrital ou Regional do distrito ou região de filiação. Quando não exista qualquer um destes órgãos, considera-se competente, para o efeito, a Comissão Política.

8 - Excetua-se do número anterior a nova adesão de pessoa que já haja sido aderente, adiante designada por ex-aderente, em cujo caso a adesão é ratificada pela Mesa Nacional, no prazo de 90 dias após receção do formulário de adesão, ouvida a Comissão Coordenadora Concelhia do concelho de filiação ou, quando esta não exista, a Comissão Coordenadora Distrital ou Regional do distrito ou região de filiação.



9 - Caso seja excedido o prazo aplicável nos termos dos números 7 e 8, a adesão considera-se tacitamente ratificada, devendo, em todo o caso, ser confirmada pelo órgão competente, assim que possível.

10 - Na sequência da ratificação, o órgão competente para a mesma, em articulação com o Grupo de Trabalho para a Integração de Aderentes, toma diligências no sentido de contactar e acompanhar o processo de integração da pessoa aderente.

11 - A inscrição como aderente caduca por óbito, renúncia pessoal expressa ou ausência de contacto com o Bloco de Esquerda por um período ininterrupto de, pelo menos, quatro anos à data de verificação e certificação desta condição.

12 - A renúncia pessoal expressa referida no número anterior é determinada pela comunicação dessa intenção à gestão de aderentes, via correio eletrónico, ou pelo envio, para a sede nacional do Partido, de carta registada a expor essa intenção.

13 - Na sequência da comunicação ou envio efetuado nos termos do número anterior, a gestão de aderentes remove a pessoa da base de dados de aderentes, comunicando a caducidade de adesão à Comissão Política e, quando existam, à Comissão Coordenadora Distrital ou Regional do distrito ou região de filiação e à Comissão Coordenadora Concelhia do concelho de filiação, devendo todos os órgãos proceder em conformidade.

14 - A ausência de contacto de aderente com o Partido é determinada pela verificação e certificação desta condição por parte da Comissão Coordenadora Concelhia do concelho de filiação ou, quando esta não exista, pela Comissão Coordenadora Distrital ou Regional do distrito ou região de filiação. Quando não exista qualquer um destes órgãos, considera-se competente, para o efeito, a Comissão Política.

15 - Na sequência da determinação referida no número anterior, o órgão competente comunica a mesma à gestão de aderentes, que notifica a pessoa aderente para, num prazo de 60 dias, indicar se pretende manter a inscrição como aderente. A falta de resposta ou a rejeição de manutenção da inscrição implica a confirmação de caducidade da adesão, e, conseqüentemente, remoção da base de dados de aderentes, nos termos do número 13 do presente artigo.

16 - Sem prejuízo do exercício corrente da competência descrita nos números 14 e 15, realiza-se, a cada quatro anos, uma verificação geral da ausência de contactos de aderentes, nos termos de regulamento aprovado pela Mesa Nacional.

17 - A caducidade de adesão implica a cessação de envio à pessoa cuja adesão caduca de toda e qualquer comunicação formal destinada a aderentes, assim como a conservação em arquivo ou eliminação de dados relativos a essa pessoa.

FUNDAMENTAÇÃO: A definição da qualidade de aderente, os processos de adesão e integração de novos aderentes e as condições pelas quais se determina o fim do vínculo de aderente são aspetos centrais à construção estatutária do Bloco. Exige-se, portanto, que sejam expostos de forma ordenada, articulada e direta.

Atualmente, o artigo 3º está redigido de modo desestruturado, na generalidade, sendo a leitura, compreensão e interpretação desnecessariamente dificultadas em consequência disso.



Propõe-se, assim, uma reorganização que imprima, neste artigo, uma sequência lógica de normas e distribuição racional de informação:

- estabelece-se a qualidade de aderente independentemente dos termos do processo de adesão, para melhor definição conceptual;
- prevê-se a existência de um grupo de trabalho associado à Comissão Política, que garanta o bom funcionamento dos processos de adesão, assim como a integração de novos aderentes;
- apresenta-se o processo de adesão de forma sequencial, reforçando a evidenciação de competências e de prazos;
- corrige-se algumas inadequações de expressão linguística, para que esta seja correta e coerente.

Mais se propõe melhorias de conteúdo destinadas a colmatar vazios normativos ou refletir estatutariamente a expressão prática de normas estatutárias já consolidada ao longo de largos anos:

introduz-se um prazo para a Mesa Nacional decidir sobre a nova adesão de ex-aderentes, atualmente indefinido;

- exprime-se a forma prática do lançamento do processo de adesão, sob a forma de preenchimento de formulário;
- estabelece-se que, em caso de adesão tácita, deve o órgão competente proceder à confirmação da adesão, em todo o caso, garantindo que se aplica à generalidade das adesões o mesmo mecanismo de verificação;
- define-se a forma material da caducidade por via de renúncia pessoal expressa;
- garante-se a existência de notificação prévia a aderente em risco de caducidade de adesão por ausência de contacto.

SUBSCREVEM: *Adelino Fortunato, Catarina Alexandre, Daniela Sousa, Diogo Pinto, Dirceu Graça, Duarte Carneiro, Duarte Graça, Fábio Martins, Fernando Queiroz, Joana Pina, João Graça, Laurinda Pinto, Maria Helena Figueiredo, Mariana Falcato Simões, Mário Trigo, Matilde de Vilhena, Nádía Leal, Pedro Fernandes, Vítor Quaresma.*

ADERENTES

(...)

8 – A verificação geral da ausência de contactos de aderente decorre **de quatro em quatro anos**, de acordo com um regulamento da Mesa Nacional (igual à proposta da MN).

9. (NOVO) Na sequência da verificação dos contactos com o Partido, conforme ponto anterior, a Mesa Nacional deverá proceder à atualização do registo nacional dos aderentes ativos.



9. **10.** (anterior 9 da MN) A ausência de contacto de aderente é certificada pelas Comissões Coordenadoras Concelhias ou, na sua falta, pela Comissão Coordenadora Distrital/Regional ou **pela Mesa Nacional**, dispondo, após essa certificação, de dois meses para o efeito, findos os quais é registada após essa fica registada a caducidade da adesão.

FUNDAMENTAÇÃO: Considerando os últimos meses de grande agitação interna, por ausência de uma norma estatutária que obrigue à atualização do registo nacional dos aderentes ativos do partido, impõe-se uma norma clara que evite discussões inúteis, que apenas contribuem para socavar as bases de confiança e respeito mútuo dentro do Partido. Também a inclusão de uma norma que obrigue à atualização regular do registo nacional do Partido é algo que evitará discussões e suspeitas de falta de transparência no exercício da democracia interna. Defende-se que todos os assuntos relacionados com o registo de aderentes sejam tomados pela Mesa Nacional, em decisão final.

SUBSCREVEM: *Adelino Fortunato, Alexandra Vieira, António Gil Campos, António Marinho Silva, Heitor de Sousa, Jorge Humberto Nogueira, Maria José Vitorino, Maria Helena Figueiredo, Mónica Rocha, Nuno Pinheiro, Patrícia Barreira.*

ADERENTES

(...)

3 - Para efeitos do nº 1 consideram-se competentes **os Núcleos**, as Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais ou Regionais respetivas ou, quando não exista qualquer um destes órgãos, a Comissão Política.

4 - Cada aderente vincula-se a um concelho e distrito ou região de filiação **ao concelho e distrito correspondente ao seu recenseamento eleitoral ou residência**, a constar no seu cartão de filiação, **podendo, contudo, requerer mudança para o concelho em que trabalhe, estude ou tenha reconhecida ligação política anterior**. No caso de aderentes fora do país, a vinculação é feita a um círculo de residentes no estrangeiro, podendo organizar-se por núcleos em cada país ou região.

(...)

FUNDAMENTAÇÃO: Recupera-se a competência dos Núcleos para ratificação de novos aderentes, eliminada por proposta da moção 'A' na XIII Convenção numa linha de desvalorização daqueles órgãos. Clarificam-se os critérios sobre o local de vinculação de cada aderente, procurando evitar a manipulação da mobilidade entre distritos apenas em função de interesses momentâneos internos de algumas tendências como, por exemplo, a colocação de aderentes em listas para as coordenadoras concelhias ou distritais ou para delegados às Convenções.

SUBSCREVEM: *Adelino Granja, Alexandre Café, Alexandre Carneiro, Álvaro Góis, Ana Castro, Ana Lourenço, Ana Paulo Bastos, Ana Rute Domingues Araújo, Ana Sofia Cortes, Ana Sofia Cotrim Mourão, André Queirós Amorim, Andreia Martins, António Alves, Antonio Carlos Godinho, António Castela, António Fernandes, António Fernandes Augusto, António Ferreira, António Joaquim S Luz, António Manuel Lemos Gonçalves,*



António Jose Moura Magalhães, António Miguel, António Veloso, Arlindo Rodrigues Cairões, Armandina Fernandes, Armando Mesquita, Armando Quintão, Armando Rocha, Armindo Rodrigues Silveira, Camilo Ferreira, Carlos Manuel Borges, Carlos Marecos, Carlos Marques, Carlos Matias, Catarina Fonseca, Cecília Cunha Bernardo, Cecília Maria Amaral, Célia Silva, Conceição Anjos, Daniela Raquel Borges, Diogo Borges, Eduarda Monteiro, Elisa Antunes, Eva Luísa Coelho, Feliciano Rodrigues dos Santos, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Esteves, Filipe Jose Maio Macieira, Francisco Tomás, Frederico Carvalho, Gabriela Mota Vieira, Hélder Agostinho Moreira, Hélder Romeu Guimarães, Hélio Gouveia, Henrique Leal, Isabel Silva, Israel Silas Araújo, Ivo Emanuel Barros, Jéssica Sofia Jesus Soares, Joana Rita Graça Godinho, João Bau, João Eugénio Teixeira Loureiro, João Hipólito, João Marques, João Marques, João Oliveira, João Vaz, Joaquim Chagas, Joaquim Fernando Araújo, João Pedro Monteiro, Joaquim Fernando Vieira, Joaquina Marques, Jorge Afonso, José Bastos, José Carlos Rodrigues, José Casimiro, José Domingos Frutuoso, José Manuel do Carmo, José Moço, Leandro Miguel Pires, Luís Gomes, Luís Miguel Vale, Luís Mougá Lopes, Luís Silva, Lurdes Gomes, Luz Celeste Santos Batista, Manuel Carlos Silva, Manuela Fonseca, Manuela Tavares, Márcia Filipe Graça Godinho, Maria Bento Rafael, Maria da Luz Lopes, Maria Elisa Correia Vieira, Maria Esmeralda Mateus, Maria Fátima de Andrade, Maria José Vitorino, Maria Rosário Silva, Mário Correia, Mário Fonseca, Mário Rui Nascimento Pinto, Mário Tomé, Miguel Cabral, Miguel João Mota, Nelson Jorge Moura, Nuno Manuel Santos Silva, Nuno Monteiro, Nuno Onça, Palmira Hipólito, Patrícia Carina Ferreira Marques, Patrícia Cristina Freire, Patrícia Quintão, Paula Cristina Silva Sá Pereira, Paulo Gomes, Paulo Gonçalves, Paulo Marques, Paulo Renato Cardoso Pires, Pedro Ferreira, Pedro Queirós Amorim, Pedro Soares, Ricardo Salabert, Roberto Tavares, Rosa Maria Graça Godinho, Ruben Martins, Rui Castro, Rui Cortes, Rui d'Ávila Lourido, Sandra Caçoila, Teresa Valério, Vânia Moreira, Vera Medeiros, Vera Timóteo, Vergílio Rafael, Vítor Ferreira, Vítor Gonçalves, Vítor Manuel Magalhães, Vitória Alexandra Silva Oliveira, William Naval.

ADERENTES

(...)

5 – Considera-se o distrito, no caso do território continental, ou a região, nos casos das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, ou, para quem reside no estrangeiro, os círculos da Europa e Fora da Europa:

5 - Considera-se o distrito ou regiões NUT 2 / 3, no caso do território continental, ou a região NUT 2, nos casos das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, ou, para quem reside no estrangeiro, os círculos da Europa e Fora da Europa.

FUNDAMENTAÇÃO: Os distritos, que foram já uma unidade territorial e administrativa muito relevante, estão hoje esvaziados de competências e não são considerados na gestão do território, mantendo-se residualmente como base territorial apenas para as eleições para a Assembleia da República (não contam sequer para todas as restantes eleições).

Nos diferentes campos de política nacional, regional e local, os distritos já não são tidos em consideração: nos vários aspectos da política de desenvolvimento, no planeamento da saúde, dos transportes, do emprego, na atribuição de fundos, etc., a gestão territorial tem hoje outros critérios e outra divisão regional.

A nomenclatura de unidades territoriais (NUT) está hoje genericamente adoptada para todas as políticas que têm uma base geográfica.



A nossa proposta de alteração dos Estatutos não obriga a qualquer mudança na nossa organização, já que mantém a possibilidade de organização por distritos, apenas abre a hipótese de os aderentes de algumas regiões poderem propor à Mesa Nacional (órgão competente para a decisão) uma organização diferente para a sua região, se entenderem que isso é mais eficaz para o funcionamento do partido.

Dois exemplos:

- A pequena mas importante região do Tâmega e Sousa tem 11 concelhos de 4 distritos (Braga, Porto, Aveiro e Viseu) tornando praticamente impossível que o Bloco, com a sua organização distrital, consiga construir uma política coerente para as terras e as populações desta região, que tantos problemas têm em comum.
- Há na Área Metropolitana do Porto políticas que impactam concelhos com grande integração nos campos dos transportes (rede UNIR), da saúde (ULS Gaia Espinho), etc. mas que se encontram em distritos diferentes e nós não temos qualquer organização de nível regional competente para abordar essas políticas, para coordenar propostas e campanhas.

SUBSCREVEM: *Alberto de Sousa e Silva, Domicília Maria Correia da Costa, Duarte João da Costa Graça, Fernando Artur Moura Macedo Fernando Pinto Lacerda, João Emanuel Gouveia Martins, Luísa Maria Porto Ferreira da Silva, Leonardo Trindade Araújo de Pascoal Faria, Maria Adelaide Magalhães Corte, Maria Alexandra Nogueira Vieira, Nelson de Jesus Martins da Silva, Pedro José da Silva Bento, Renato Borges de Araújo de Moura Soeiro, Renato Manuel Cordeiro de Moura Soeiro, Ricardo Fernando Esperança Dias, Vânia Alice de Sousa Leite.*

ADERENTES

(...)

4 – Cada aderente vincula-se **ao concelho e distrito correspondente ao seu recenseamento eleitoral, ou residência em caso de menoridade, podendo, contudo, requerer mudança para o concelho em que trabalhe ou estude.** No caso de aderentes fora do país, a vinculação é feita a um círculo de residentes no estrangeiro, podendo organizar-se por núcleos em cada país ou região.

(...)

FUNDAMENTAÇÃO: Não se ligando a nenhum fator objetivo, a decisão de vinculação a um qualquer concelho presta-se a ser feita e alterada consoante conveniências políticas de momento e pode inclusive deturpar o sentido de processos eleitorais internos. Assim, criar um elemento objetivo que condicione a vinculação é aumentar a transparência.

SUBSCREVEM: *Alexandre Café, Alexandre Cunha, Amaru Mestas, André Marques, Aníbal Rodrigues, An-*



tónio Eduardo Pereira, António Santos, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, João Mineiro, João Patrocínio, Jorge Pereira, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Maria José Samora, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Pedro Taveira, Ricardo Toste, Samuel Cardoso, Soraia Simões, Teresa Ribeiro.

ARTIGO 4º

DIREITOS DAS E DOS ADERENTES

1 – São direitos das e dos aderentes do Bloco de Esquerda:

- a) (...) política **do Partido** e nas suas atividades;
- b) Eleger e ser eleita ou eleito (...) estrutura **do Partido** desde que com inscrição ou re-inscrição até 6 meses antes da convocação do ato eleitoral **e independentemente das opiniões políticas que assumem dentro do partido;**
- c) Ser informada ou informado sobre a atividade do **Partido;**
- d) (Igual à proposta da MN) (...) aos órgãos **estatutários definidos nos Estatutos;**
- e) Exercer, querendo, o direito de tendência no âmbito do **Partido;**
- f) (Igual à proposta da MN)
- g) Exercer livremente o seu direito de opinião, debate de ideias e crítica.

2 – O exercício dos direitos das e dos aderentes do Partido depende do pagamento de **quota regular anual, qualquer que seja a forma dessa prestação (mensal, trimestral, semestral ou anual), com exceção da sua dispensa** nos termos do número 2 do artigo 5º.

FUNDAMENTAÇÃO: A referência explícita a um qualquer aderente poder eleger ou ser eleito independentemente das suas opiniões políticas professadas dentro do partido visa tão só combater práticas enviesadas de favorecimento de certas correntes dentro do Bloco na escolha dos putativos candidatos ou candidatas a serem eleitos ou eleitas para os órgãos do Partido, mesmo que não tenham reunidos as condições para apresentação de listas próprias. Por fim, não se ignora a multiplicação de pedidos de dispensa de pagamentos de quotas que se arrisca a deixar de ser uma exceção, para passar a ser regra. Por isso, defende-se que as comissões coordenadoras concelhias e / ou distritais reavaliem anualmente cada situação.

SUBSCREVEM: *Adelino Fortunato, Alexandra Vieira, António Gil Campos, António Marinho Silva, Heitor de Sousa, Jorge Humberto Nogueira, Maria José Vitorino, Maria Helena Figueiredo, Mónica Rocha, Nuno Pinheiro. Patrícia Barreira*



DIREITOS DAS E DOS ADERENTES

(...)

3 – Os direitos de aderente são suspensos, automática e provisoriamente, quando o ou a aderente se candidata em lista eleitoral concorrente do Bloco de Esquerda, enquanto decorre o inquérito respetivo.

FUNDAMENTAÇÃO: Considera-se que a alteração aprovada na última Convenção, a XIII, pela Moção 'A' de alteração ao artigo 4º é ilegal e coloca em causa direitos elementares dos/as aderentes, pelo que deve ser eliminada daquele artigo. Trata-se de um exemplo das alterações aos Estatutos que a maioria tem vindo a impor e que degradam a vida democrática interna, retirando direitos democráticos e constitucionais a aderentes e a assembleias de aderentes na procura de centralização das decisões. Esta alteração aos Estatutos é de tal forma grave que não foi aceite pelo Tribunal Constitucional (TC) por ter sido considerada ilegal e inconstitucional. Refere o Acórdão do TC que colocar a suspensão de direitos dos aderentes no âmbito do artigo 4º, retirando-a do artigo 6º (Sanções) como estava até à XII Convenção, elimina as "garantias próprias do regime sancionatório" medida que, entende o TC, tendo em conta "a gravidade objetiva da medida – a suspensão integral dos direitos de aderente – não se compadece com a supressão dessas garantias consagradas no nº 2 do artigo 22.º da LPP [Lei dos Partidos Políticos]." Acresce que esta alteração "pode ser interpretada como dispensando a existência de uma deliberação com esse conteúdo, caso em que o aderente se vê privado do direito de impugnação judicial consagrado no n.º 2 do artigo 30.º da LPP e concretizado no artigo 103.º-D da LTC [Lei do Tribunal Constitucional], o qual prevê, nas suas várias modalidades – decisões punitivas dos órgãos partidários, deliberações que afetem os direitos de participação e deliberações que contendam com regras essenciais –, que o objeto do recurso é uma deliberação. São razões suficientes para se concluir que a modificação aqui em causa é ilegal, o que determina, por si só, o indeferimento do pedido de anotação" da alteração aos Estatutos, conclui o Acórdão n.º 74/2024 do TC.

SUBSCREVEM: Adelino Granja, Alexandre Café, Alexandre Carneiro, Álvaro Góis, Ana Castro, Ana Lourenço, Ana Paulo Bastos, Ana Rute Domingues Araújo, Ana Sofia Cortes, Ana Sofia Cotrim Mourão, André Queirós Amorim, Andreia Martins, António Alves, Antonio Carlos Godinho, António Castela, António Fernandes, António Fernandes Augusto, António Ferreira, António Joaquim S Luz, António Manuel Lemos Gonçalves, António Jose Moura Magalhães, António Miguel, António Veloso, Arlindo Rodrigues Cairões, Armandina Fernandes, Armando Mesquita, Armando Quintão, Armando Rocha, Armindo Rodrigues Silveira, Camilo Ferreira, Carlos Manuel Borges, Carlos Marecos, Carlos Marques, Carlos Matias, Catarina Fonseca, Cecília Cunha Bernardo, Cecília Maria Amaral, Célia Silva, Conceição Anjos, Daniela Raquel Borges, Diogo Borges, Eduarda Monteiro, Elisa Antunes, Eva Luísa Coelho, Feliciano Rodrigues dos Santos, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Esteves, Filipe Jose Maio Macieira, Francisco Tomás, Frederico Carvalho, Gabriela Mota Vieira, Hélder Agostinho Moreira, Hélder Romeu Guimarães, Hélio Gouveia, Henrique Leal, Isabel Silva, Israel Silas Araújo, Ivo Emanuel Barros, Jéssica Sofia Jesus Soares, Joana Rita Graça Godinho, João Bau, João Eugénio Teixeira Loureiro, João Hipólito, João Marques, João Marques, João Oliveira, João Vaz, Joaquim Chagas, Joaquim Fernando Araújo, João Pedro Monteiro, Joaquim Fernando Vieira, Joaquina Marques, Jorge Afonso, José Bastos, José Carlos Rodrigues, José Casimiro, José Domingos Frutuoso, José Manuel do Carmo, José Moço, Leandro Miguel Pires, Luís Gomes, Luis Miguel Vale, Luís Mouga Lopes, Luís Silva, Lurdes Gomes, Luz Celeste Santos Batista, Manuel Carlos Silva, Manuela Fonseca, Manuela Tavares, Márcia Filipe Graça Godinho, Maria Bento Rafael, Maria da Luz Lopes, Maria Elisa Correia Vieira, Maria Esmeralda Mateus, Maria Fátima de Andrade, Maria José Vitorino, Maria Rosário Silva, Mário Correia, Mário Fonseca, Mário Rui Nascimento Pinto, Mário Tomé, Miguel Cabral, Miguel João Mota, Nelson Jorge Moura, Nuno Manuel Santos Silva, Nuno Monteiro, Nuno Onça, Palmira Hipólito, Patrícia Carina Ferreira Marques, Patrícia Cristina Freire, Patrícia Quintão, Paula



Cristina Silva Sá Pereira, Paulo Gomes, Paulo Gonçalves, Paulo Marques, Paulo Renato Cardoso Pires, Pedro Ferreira, Pedro Queirós Amorim, Pedro Soares, Ricardo Salabert, Roberto Tavares, Rosa Maria Graça Godinho, Ruben Martins, Rui Castro, Rui Cortes, Rui d'Ávila Lourido, Sandra Caçoila, Teresa Valério, Vânia Moreira, Vera Medeiros, Vera Timóteo, Vergílio Rafael, Vítor Ferreira, Vítor Gonçalves, Vítor Manuel Magalhães, Vitória Alexandra Silva Oliveira, William Naval.

ARTIGO 5º

DEVERES DAS E DOS ADERENTES

1 – São deveres das e dos aderentes:

a) Respeitar e cumprir os presentes Estatutos, bem como as decisões e deliberações dos órgãos do Partido, sem prejuízo da expressão de diferenças de opinião ou de atuação políticas;

b) Promover os objetivos políticos do Partido e atuar civicamente em conformidade; [estatutos de 2023]

c) Pagar uma quota regular, com exceção da situação prevista no número 2; igual à alínea e) da proposta da MN

d) Não contrair dívidas ou obrigações contratuais em nome do Partido, sem mandato dos órgãos competentes (igual à f) da MN);

e) (NOVO) No caso de eleição para lugares de representação política do Partido em listas partidárias ou de coligação, deve ser instituída, entre os órgãos do partido e as ou os eleitos uma relação profícua de interação, apoio e complementaridade com base em relatórios regulares de atividade por parte das e dos eleitos, tendo em vista alavancar a ação política partidária a nível local, regional ou nacional;

f) (NOVO) Desempenhar com correção os cargos para que tenha sido eleito ou eleita em listas partidárias, exercendo as funções com assiduidade, de acordo com os seus objetivos e utilizando as competências adequadas.

g) Abster-se de participar em listas eleitorais concorrentes com o Partido. (igual à proposta da MN)

2 – No caso de impossibilidade económica, o pagamento anual da quota pode ser dispensado por decisão não delegável da Comissão Coordenadora Distrital ou Regional, sob proposta da Comissão Coordenadora Concelhia, caso exista (igual à MN exceto). A dispensa do pagamento da quota regular termina no fim do ano civil. Pode ser reavaliada por solicitação da própria ou do próprio no ano seguinte, junto dos órgãos locais, distritais ou regionais, desde que se verifiquem as condições anteriores de “impossibilidade económica”

FUNDAMENTAÇÃO: As alíneas deste artigo são, em grande medida, iguais às dos Estatutos aprovados em 2023. Opomo-nos frontalmente a qualificativos de ação das e dos aderentes que



são claramente atentatórias do bom nome do Partido como sendo aquele que, em Portugal, defende um normativo estatutário mais extenso que salvaguarda a livre expressão de opiniões e tendências. Por isso, em todos os processos de escolha de representantes partidários no exterior (os eleitos) o Partido rege-se por normas que respeitam as escolhas das organizações locais, distritais ou regionais, para as listas do partido sem estigmatizar as posições contrárias às das maiorias, sejam elas quais forem, nos diversos órgãos do Partido. Por outro lado, reforça-se a obrigação dos órgãos locais, distritais ou regionais de avaliarem expressamente os pedidos de isenção de pagamento de quota.

SUBSCREVEM: *Adelino Fortunato, Alexandra Vieira, António Gil Campos, António Marinho Silva, Heitor de Sousa, Jorge Humberto Nogueira, Maria José Vitorino, Maria Helena Figueiredo, Mónica Rocha, Nuno Pinheiro, Patrícia Barreira*

RESPONSABILIDADES DAS E DOS ADERENTES

1 - São responsabilidades das e dos aderentes:

(...)

b) Não participar em listas partidárias oponentes a candidaturas do Bloco de Esquerda nos mesmos círculos eleitorais em eleições autárquicas, legislativas ou europeias;

(...)

FUNDAMENTAÇÃO: Recupera-se o estatuído na XII Convenção, colocando neste artigo que a não participação em listas oponentes ao Bloco é um dever dos aderentes, restabelecendo-se que o seu não cumprimento é avaliado no regime sancionatório (artigo 6.º) com garantias de direito de defesa/esclarecimento e de impugnação. Rejeita-se a perigosa ambiguidade da proposta da MN sobre “o bom nome do partido” que coloca em causa e ao sabor da discricionariedade da maioria a vitalidade democrática da livre expressão de opiniões e do salutar confronto de ideias com eventuais repercussões públicas.

SUBSCREVEM: *Adelino Granja, Alexandre Café, Alexandre Carneiro, Álvaro Góis, Ana Castro, Ana Lourenço, Ana Paulo Bastos, Ana Rute Domingues Araújo, Ana Sofia Cortes, Ana Sofia Cotrim Mourão, André Queirós Amorim, Andreia Martins, António Alves, Antonio Carlos Godinho, António Castela, António Fernandes, António Fernandes Augusto, António Ferreira, António Joaquim S Luz, António Manuel Lemos Gonçalves, António Jose Moura Magalhães, António Miguel, António Veloso, Arlindo Rodrigues Cairões, Armandina Fernandes, Armando Mesquita, Armando Quintão, Armando Rocha, Armino Rodrigues Silveira, Camilo Ferreira, Carlos Manuel Borges, Carlos Marecos, Carlos Marques, Carlos Matias, Catarina Fonseca, Cecília Cunha Bernardo, Cecília Maria Amaral, Célia Silva, Conceição Anjos, Daniela Raquel Borges, Diogo Borges, Eduarda Monteiro, Elisa Antunes, Eva Luísa Coelho, Feliciano Rodrigues dos Santos, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Esteves, Filipe Jose Maio Macieira, Francisco Tomás, Frederico Carvalho, Gabriela Mota Vieira, Hélder Agostinho Moreira, Hélder Romeu Guimarães, Hélio Gouveia, Henrique Leal, Isabel Silva, Israel Silas Araújo, Ivo Emanuel Barros, Jéssica Sofia Jesus Soares, Joana Rita Graça Godinho, João Bau, João Eugénio Teixeira Loureiro, João Hipólito, João Marques, João Marques, João Oliveira, João Vaz, Joaquim Chagas, Joaquim Fernando Araújo, João Pedro Monteiro, Joaquim Fernando Vieira, Joaquina Marques, Jorge Afonso, José Bastos,*



José Carlos Rodrigues, José Casimiro, José Domingos Frutuoso, José Manuel do Carmo, José Moço, Leandro Miguel Pires, Luís Gomes, Luis Miguel Vale, Luís Mougá Lopes, Luís Silva, Lurdes Gomes, Luz Celeste Santos Batista, Manuel Carlos Silva, Manuela Fonseca, Manuela Tavares, Márcia Filipe Graça Godinho, Maria Bento Rafael, Maria da Luz Lopes, Maria Elisa Correia Vieira, Maria Esmeralda Mateus, Maria Fátima de Andrade, Maria José Vitorino, Maria Rosário Silva, Mário Correia, Mário Fonseca, Mário Rui Nascimento Pinto, Mário Tomé, Miguel Cabral, Miguel João Mota, Nelson Jorge Moura, Nuno Manuel Santos Silva, Nuno Monteiro, Nuno Onça, Palmira Hipólito, Patrícia Carina Ferreira Marques, Patrícia Cristina Freire, Patrícia Quintão, Paula Cristina Silva Sá Pereira, Paulo Gomes, Paulo Gonçalves, Paulo Marques, Paulo Renato Cardoso Pires, Pedro Ferreira, Pedro Queirós Amorim, Pedro Soares, Ricardo Salabert, Roberto Tavares, Rosa Maria Graça Godinho, Ruben Martins, Rui Castro, Rui Cortes, Rui d'Ávila Lourido, Sandra Caçoila, Teresa Valério, Vânia Moreira, Vera Medeiros, Vera Timóteo, Vergílio Rafael, Vítor Ferreira, Vítor Gonçalves, Vítor Manuel Magalhães, Vitória Alexandra Silva Oliveira, William Naval.

RESPONSABILIDADES DAS E DOS ADERENTES

2 – No caso de impossibilidade económica, o pagamento anual da quota pode ser dispensado, por decisão não delegável da Comissão Coordenadora Distrital ou Regional, sob proposta da Comissão Coordenadora Concelhia, caso exista. A dispensa de pagamento da quota termina no fim do ano civil, podendo ser revalidada por solicitação da própria ou do próprio no ano seguinte.

2 - No caso de **dificuldade económica de um(a) aderente**, o pagamento anual da quota pode ser **reduzido para um valor não nulo por pedido do mesmo e** decisão não delegável da Comissão Coordenadora Distrital ou Regional, sob proposta da Comissão Coordenadora Concelhia, caso exista. A **redução** de pagamento da quota termina no fim do ano civil, podendo ser revalidada por solicitação da própria ou do próprio no ano seguinte.

FUNDAMENTAÇÃO: Os Estatutos, no art. 5º, definem como responsabilidades das/dos aderentes apenas estas:

- a) Promover os objetivos políticos do Movimento e atuar civicamente em conformidade;
- b) Cumprir os Estatutos;
- c) Contribuir para o financiamento das atividades do Movimento através do pagamento de uma quota regular, na medida das suas possibilidades.

Das três, apenas o pagamento de quotas requer uma acção positiva concreta. De facto, o pagamento da quota constitui uma ligação regular (anual) ao partido que, por isso, tem uma importância real e simbólica muito significativa.

No entanto, como partido popular da gente trabalhadora, o Bloco valoriza a participação de classes que frequentemente se confrontam com sérias dificuldades económicas e para nós seria inaceitável que alguém pudesse ser excluído do partido por causa dessas dificuldades. Daí ter sido criada, para esses casos, a hipótese de isenção de quota.

No entanto, esta figura excepcional da isenção tem sido usada e abusada sem grande critério e por vezes sem uma real necessidade, quebrando-se assim aquela única responsabilidade estatutária que exige um compromisso concreto do aderente com o partido.



Pensando em como evitar isto sem no entanto excluir ninguém por dificuldades económicas, a nossa proposta permite que se mantenha sempre o vínculo, mas adaptando-o elasticamente às situações mais difíceis: em vez de ou pagar 100% ou não pagar nada (a situação actual), preve-mos que o/a aderente em dificuldade económica excepcional possa propor a quota que lhe é possível pagar e que pode ser, por exemplo, de 1€ por ano, ou 5€ ou 10€, conforme entenda.

Assim, ninguém é excluído por dificuldades económicas mas também ninguém abandona aque-la responsabilidade concreta definida na alínea c) do art. 5º dos Estatutos.

SUBSCREVEM: *Alberto de Sousa e Silva, Domicília Maria Correia da Costa, Fernando Artur Moura Ma-cedo, Fernando Pinto Lacerda, Helga Raquel Tavares Gonçalves Calçada, João Emanuel Gouveia Martins, Luísa Maria Porto Ferreira da Silva, Lurdes Maria da Silva Gomes, Leonardo Trindade Araújo de Pascoal Faria, Maria Adelaide Magalhães Corte, Maria Alexandra Nogueira Vieira, Nelson de Jesus Martins da Silva, Pedro José da Silva Bento, Renato Borges de Araújo de Moura Soeiro Renato Manuel Cordeiro de Moura Soeiro, Ricardo Fernando Esperança Dias, Vânia Alice de Sousa Leite.*

RESPONSABILIDADES DAS E DOS ADERENTES

1 – (...)

2 – (...)

3 - (NOVO) As e os aderentes que sejam eleitas e eleitos para cargos públicos assumem estes cargos enquanto mandatos coletivos sujeitos à decisão democrática dos respec-tivos órgãos do movimento e estão sujeitos/as ao cumprimento de um código de ética aprovado em Mesa Nacional.

FUNDAMENTAÇÃO: Por um lado, é necessário estatuir a natureza coletiva dos cargos de eleição pública de forma a não deixar margem para que interpretações individualistas se sobreponham ao trabalho em comum. Por outro lado, é necessário que os deveres das eleitas e dos eleitos do Bloco de Esquerda sejam públicos e debatidos abertamente no movimento.

SUBSCREVEM: *Alexandre Café, Alexandre Cunha, Amália Oliveira, Amaru Mestas, André Marques, Aníbal Rodrigues, António Eduardo Pereira, António Santos, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, João Mineiro, João Patrocínio, Jorge Pereira, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Maria José Samora, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Pedro Taveira, Ricardo Toste, Samuel Cardoso, Soraia Simões, Teresa Ribeiro*

DEVERES DAS E DOS ADERENTES

1- (...)

a) (...)

b) (...)



c) Abster-se de conduta que prejudique o interesse público ou viole direitos fundamentais previstos na Constituição da República.

d) (...)

e) (...)

f) (...)

g) (...)

2- (...)

FUNDAMENTAÇÃO: A Mesa Nacional aprovou uma proposta de alteração aos Estatutos a ser apreciada e votada pela Convenção.

Entretanto, um específico grupo interno promoveu uma campanha mediática a propósito de uma norma aí contida. Referiram-se ao Bom Nome do Partido como se dependesse da opinião pública a abertura de um inquérito interno. Essa avaliação pretendia desconhecer a proteção legal do Bom Nome, tanto de pessoas individuais como de pessoas coletivas. E que, neste caso, esta expressão visa proteger o Bloco de Esquerda de práticas ilícitas de aderentes que provoquem censura social. A expressão é banal em partidos políticos ou mesmo em associações recreativas e clubes desportivos. Chegou-se a declarar que a norma proposta visaria abrir uma “onda de expulsões”, apesar de nada permitir essa interpretação e durante os últimos quatro anos ter havido uma única exclusão de um aderente do Bloco.

Apesar de toda esta crítica ser instrumental para fins que não o da estabilidade legal conferida pelos Estatutos, vimos propor uma nova redação para a mesma norma, cientes de que é indesejável qualquer polémica prévia à apreciação pelo Tribunal Constitucional dos Estatutos do Bloco de Esquerda.

SUBSCREVEM: Mariana Mortágua, Adriano Campos, Joana Mortágua, Mafalda Brilhante, Isabel Pires, José Soeiro, Fabian Figueiredo, Jorge Costa, Moisés Ferreira, Catarina Martins, Pedro Filipe Soares, Luís Fazenda, José Gusmão, Miguel Cardina, Marisa Matias.

ARTIGO 6º

SANÇÕES

1 – (Iguar MN)

2 – (Iguar MN)

3 – (iguar MN)

4 – (Iguar MN)

5 – O recurso da sanção tem efeito suspensivo.



6 – (Iguar MN)

7 – (iguar MN)

8 – (iguar MN)

FUNDAMENTAÇÃO: No normativo jurídico corrente, qualquer recurso deve ter caráter suspensivo, enquanto decorre os 30 dias úteis de análise do recurso a sanção não pode ser aplicada. Só será aplicada após o estabelecido no ponto 6. Daí a alteração do ponto 5 deste artigo.

SUBSCREVEM: *Adelino Fortunato, Alexandra Vieira, António Gil Campos, António Marinho Silva, Heitor de Sousa, Jorge Humberto Nogueira, Maria José Vitorino, Maria Helena Figueiredo, Mónica Rocha, Nuno Pinheiro, Patrícia Barreira*

SANÇÕES

(...)

2 - Por ordem de gravidade entende-se, da menos para a mais grave:

- a) Violação dos deveres dos/as aderentes previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 5.º;**
- b) Violação de normas estatutárias;**
- c) Incumprimento da alínea b) do n.º 1, do art.º 5.º, violação reiterada de normas estatutárias, participação em atos de corrupção e outros crimes.**

(...)

4 - A sanção de exclusão é passível de recurso final para a Convenção Nacional.

- a) O recurso das sanções previstas **no anterior n.º 1 nos números anteriores, 2 e 3** terá de ser interposto no prazo de trinta dias após comunicação à ou ao aderente da sanção que lhe foi aplicada e tem de conter as alegações da ou do recorrente, enquanto o recurso final em Convenção Nacional pode ser interposto até 30 dias após a divulgação da data da respetiva Convenção;
- b) O recurso da sanção **não** tem efeito suspensivo **até conclusão e decisão final do processo.**
- c) O recurso previsto na anterior alínea a) deve ser objeto de deliberação pela Comissão de Direitos no prazo de 30 dias e imediatamente notificado o requerente, sendo considerado ao fim desse período tacitamente aceite o recurso.**

5 - Qualquer sanção disciplinar é precedida de inquérito, com direito de defesa assegurado, conduzido por uma Comissão de Inquérito especificamente designada para o efeito e composta por três aderentes no mínimo, indicadas ou indicados pela Mesa Nacional **e que reflitam a diversidade da composição dos órgãos nacionais saída da Convenção.**



FUNDAMENTAÇÃO: É introduzida uma norma de caracterização gradativa da gravidade das medidas disciplinares, de acordo com o referido Acórdão do TC (o que é incumprido na proposta de alteração aprovada na Mesa Nacional), de modo que a aplicação das sanções tenha previsibilidade e não fique sujeita à discricionariedade da maioria na MN, passível de ser utilizada como arma de condicionamento político interno à livre opinião e participação. O recurso da deliberação deve ter efeitos suspensivos até conclusão do processo, de modo que o/a aderente não seja sancionado ainda antes de o ter sido conclusivamente. É estabelecido um prazo de resposta à apresentação de um recurso, conforme exigência do TC (mais uma vez a proposta da MN não a observa), e a obrigatoriedade de imediata notificação da deliberação ao requerente.

SUBSCREVEM: *Adelino Granja, Alexandre Café, Alexandre Carneiro, Álvaro Góis, Ana Castro, Ana Lourenço, Ana Paulo Bastos, Ana Rute Domingues Araújo, Ana Sofia Cortes, Ana Sofia Cotrim Mourão, André Queirós Amorim, Andreia Martins, António Alves, Antonio Carlos Godinho, António Castela, António Fernandes, António Fernandes Augusto, António Ferreira, António Joaquim S Luz, António Manuel Lemos Gonçalves, António Jose Moura Magalhães, António Miguel, António Veloso, Arlindo Rodrigues Cairões, Armandina Fernandes, Armando Mesquita, Armando Quintão, Armando Rocha, Armindo Rodrigues Silveira, Camilo Ferreira, Carlos Manuel Borges, Carlos Marecos, Carlos Marques, Carlos Matias, Catarina Fonseca, Cecília Cunha Bernardo, Cecília Maria Amaral, Célia Silva, Conceição Anjos, Daniela Raquel Borges, Diogo Borges, Eduarda Monteiro, Elisa Antunes, Eva Luísa Coelho, Feliciano Rodrigues dos Santos, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Esteves, Filipe Jose Maio Macieira, Francisco Tomás, Frederico Carvalho, Gabriela Mota Vieira, Hélder Agostinho Moreira, Hélder Romeu Guimarães, Hélio Gouveia, Henrique Leal, Isabel Silva, Israel Silas Araújo, Ivo Emanuel Barros, Jéssica Sofia Jesus Soares, Joana Rita Graça Godinho, João Bau, João Eugénio Teixeira Loureiro, João Hipólito, João Marques, João Marques, João Oliveira, João Vaz, Joaquim Chagas, Joaquim Fernando Araújo, João Pedro Monteiro, Joaquim Fernando Vieira, Joaquina Marques, Jorge Afonso, José Bastos, José Carlos Rodrigues, José Casimiro, José Domingos Frutuoso, José Manuel do Carmo, José Moço, Leandro Miguel Pires, Luís Gomes, Luis Miguel Vale, Luís Mougá Lopes, Luís Silva, Lurdes Gomes, Luz Celeste Santos Batista, Manuel Carlos Silva, Manuela Fonseca, Manuela Tavares, Márcia Filipe Graça Godinho, Maria Bento Rafael, Maria da Luz Lopes, Maria Elisa Correia Vieira, Maria Esmeralda Mateus, Maria Fátima de Andrade, Maria José Vitorino, Maria Rosário Silva, Mário Correia, Mário Fonseca, Mário Rui Nascimento Pinto, Mário Tomé, Miguel Cabral, Miguel João Mota, Nelson Jorge Moura, Nuno Manuel Santos Silva, Nuno Monteiro, Nuno Onça, Palmira Hipólito, Patrícia Carina Ferreira Marques, Patrícia Cristina Freire, Patrícia Quintão, Paula Cristina Silva Sá Pereira, Paulo Gomes, Paulo Gonçalves, Paulo Marques, Paulo Renato Cardoso Pires, Pedro Ferreira, Pedro Queirós Amorim, Pedro Soares, Ricardo Salabert, Roberto Tavares, Rosa Maria Graça Godinho, Ruben Martins, Rui Castro, Rui Cortes, Rui d'Ávila Lourido, Sandra Caçoila, Teresa Valério, Vânia Moreira, Vera Medeiros, Vera Timóteo, Vergílio Rafael, Vítor Ferreira, Vítor Gonçalves, Vítor Manuel Magalhães, Vitória Alexandra Silva Oliveira, William Naval.*

ARTIGO 7º

ÓRGÃOS

PROPOSTA DE REDACÇÃO:

1 - São órgãos do Bloco de Esquerda:

- a) A Convenção Nacional;**
- b) A Comissão de Direitos;**



- c) A Mesa Nacional;**
- d) A Comissão Política;**
- e) As Assembleias Distritais ou Regionais;**
- f) As Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais;**
- g) As Assembleias Concelhias;**
- h) As Comissões Coordenadoras Concelhias;**
- i) Os Núcleos.**

2 - O sítio de internet do Partido deve conter um registo atualizado dos órgãos existentes, incluindo a composição da Comissão de Direitos, da Mesa Nacional, da Comissão Política e das Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais e Concelhias.

3 - Compete a cada órgão comunicar à pessoa, equipa ou órgão responsável pela gestão do sítio de internet do Partido as respetivas alterações em composição, estado ou âmbito.

FUNDAMENTAÇÃO: Para quem pretende aderir ao partido, pode ser difícil determinar se existe uma estrutura local ou distrital do Bloco nas áreas geográficas às quais alguém pretenda estabelecer o vínculo de aderente.

Mesmo para aderentes, a falta de um espaço com informação centralizada das estruturas sub-nacionais do Bloco dificulta o exercício de uma militância plena, dependente do acesso a informação sobre a sua dinâmica interna.

Por isso, seria importante que se disponibilizasse, no website do Bloco, uma lista global de Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais e Concelhias e a sua composição, o que já é feito para os órgãos nacionais (Comissão de Direitos, Mesa Nacional e Comissão Política). Indissociável disto é a necessidade de manter esse registo actualizado, devendo cada órgão contribuir para o registo das respectivas actualizações.

SUBSCREVEM: *Adelino Fortunato, Catarina Alexandre, Daniela Sousa, Diogo Pinto, Dirceu Graça, Duarte Carneiro, Duarte Graça, Fábio Martins, Fernando Queiroz, Joana Pina, João Graça, Laurinda Pinto, Maria Helena Figueiredo, Mariana Falcato Simões, Mário Trigo, Matilde de Vilhena, Nádía Leal, Pedro Fernandes, Vítor Quaresma.*

ÓRGÃOS

1 – (...)

2 - (NOVO) O Bloco de Esquerda é um projeto coletivo que recusa no seu âmbito organizativo a existência de órgãos unipessoais. Assim, não tem coordenador ou coordenadora, secretário-geral ou secretária-geral a qualquer nível da sua organização.



FUNDAMENTAÇÃO: Apesar de todos os órgãos estatutários serem de natureza colegial, a prática dos últimos anos tem imposto a existência de um órgão supra-estatutário que é o lugar de coordenação e que assume competências e poderes próprios. Esta alteração estatutária pretende clarificar a não existência de qualquer órgão unipessoal vincando o princípio do trabalho coletivo a todos os níveis do partido.

SUBSCREVEM: Alexandre Café, Alexandre Cunha, Amália Oliveira, André Marques, Aníbal Rodrigues, António Eduardo Pereira, António Santos, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, João Patrocínio, Jorge Pereira, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Maria José Samora, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Pedro Taveira, Ricardo Toste, Samuel Cardoso, Soraia Simões, Teresa Ribeiro.

ARTIGO 8º

CONVENÇÃO NACIONAL

~~1- A Convenção Nacional, como órgão máximo do Movimento, é composta pelas e pelos aderentes que para ela foram eleitas e eleitos nos termos do Regulamento da Convenção Nacional.~~

1- O Regulamento da Convenção Nacional prevê a constituição de uma Comissão Organizadora da Convenção que deve refletir a ponderação das moções eleitas para os órgãos nacionais.

(...)

FUNDAMENTAÇÃO: O Regulamento das Convenções aprovado na Mesa Nacional passa a garantir (ainda antes da apresentação das moções) a formação plural de uma Comissão Organizadora da Convenção, ou seja, todas as moções eleitas para a MN têm de estar representadas desde início na COC, como garantia democrática do processo. A COC da XIV Convenção indicada pela MN só tem aderentes eleitos/as pela Moção 'A'

SUBSCREVEM: Adelino Granja, Alexandre Café, Alexandre Carneiro, Álvaro Góis, Ana Castro, Ana Lourenço, Ana Paulo Bastos, Ana Rute Domingues Araújo, Ana Sofia Cortes, Ana Sofia Cotrim Mourão, André Queirós Amorim, Andreia Martins, António Alves, Antonio Carlos Godinho, António Castela, António Fernandes, António Fernandes Augusto, António Ferreira, António Joaquim S Luz, António Manuel Lemos Gonçalves, António Jose Moura Magalhães, António Miguel, António Veloso, Arlindo Rodrigues Cairões, Armandina Fernandes, Armando Mesquita, Armando Quintão, Armando Rocha, Armindo Rodrigues Silveira, Camilo Ferreira, Carlos Manuel Borges, Carlos Marecos, Carlos Marques, Carlos Matias, Catarina Fonseca, Cecília Cunha Bernardo, Cecília Maria Amaral, Célia Silva, Conceição Anjos, Daniela Raquel Borges, Diogo Borges, Eduarda Monteiro, Elisa Antunes, Eva Luísa Coelho, Feliciano Rodrigues dos Santos, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Esteves, Filipe Jose Maio Macieira, Francisco Tomás, Frederico Carvalho, Gabriela Mota Vieira, Hélder Agostinho Moreira, Hélder Romeu Guimarães, Hélio Gouveia, Henrique Leal, Isabel Silva, Israel Silas Araújo, Ivo Emanuel Barros, Jéssica Sofia Jesus Soares, Joana Rita Graça Godinho, João Bau, João Eugénio Teixeira Loureiro, João Hipólito, João Marques, João Marques, João Oliveira, João Vaz, Joaquim Chagas, Joaquim Fernando Araújo, João Pedro Monteiro, Joaquim Fernando Vieira, Joaquina Marques, Jorge Afonso, José Bastos, José Carlos Rodrigues, José Casimiro, José Domingos Frutuoso, José Manuel do Carmo, José Moço, Leandro Miguel Pires, Luís Gomes, Luís Miguel Vale, Luís Mougá Lopes, Luís Silva, Lurdes Gomes, Luz Celeste Santos Batista, Manuel Carlos Silva, Manuela Fonseca, Manuela Tavares, Márcia Filipe Graça Godinho, Maria Bento



Rafael, Maria da Luz Lopes, Maria Elisa Correia Vieira, Maria Esmeralda Mateus, Maria Fátima de Andrade, Maria José Vitorino, Maria Rosário Silva, Mário Correia, Mário Fonseca, Mário Rui Nascimento Pinto, Mário Tomé, Miguel Cabral, Miguel João Mota, Nelson Jorge Moura, Nuno Manuel Santos Silva, Nuno Monteiro, Nuno Onça, Palmira Hipólito, Patrícia Carina Ferreira Marques, Patrícia Cristina Freire, Patrícia Quintão, Paula Cristina Silva Sá Pereira, Paulo Gomes, Paulo Gonçalves, Paulo Marques, Paulo Renato Cardoso Pires, Pedro Ferreira, Pedro Queirós Amorim, Pedro Soares, Ricardo Salabert, Roberto Tavares, Rosa Maria Graça Godinho, Ruben Martins, Rui Castro, Rui Cortes, Rui d'Ávila Lourido, Sandra Caçoila, Teresa Valério, Vânia Moreira, Vera Medeiros, Vera Timóteo, Vergílio Rafael, Vítor Ferreira, Vítor Gonçalves, Vítor Manuel Magalhães, Vitória Alexandra Silva Oliveira, William Naval.

CONVENÇÃO NACIONAL

1 – (...)

2 – O processo da Convenção Nacional rege-se pelo Regulamento da Convenção Nacional, elaborado pela Comissão Organizadora da Convenção, ouvida a Mesa Nacional.

3 – (...)

4 – (...)

5 – (...)

6 – (NOVO) A Convenção Nacional elege a Comissão Organizadora da Convenção seguinte através de listas propostas por delegados e delegadas, não estando diretamente vinculadas às moções de orientação estratégica.

FUNDAMENTAÇÃO: Atualmente, a Mesa Nacional, e nela a maioria política cessante, concentra o poder de decisão sobre muitos aspetos da Convenção seguinte em que é parte interessada. Ao contrário da designação da Comissão Organizadora da Convenção pela Mesa Nacional, a sua eleição na Convenção anterior institui uma outra legitimidade, independente, a partir do órgão máximo do movimento.

SUBSCREVEM: *Alexandre Café, Alexandre Cunha, Amália Oliveira, Amaru Mestas, André Marques, Aníbal Rodrigues, António Eduardo Pereira, António Santos, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, João Patrocínio, Jorge Pereira, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Maria José Samora, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Pedro Taveira, Ricardo Toste, Samuel Cardoso, Soraia Simões, Teresa Ribeiro.*

ARTIGO 9º

COMISSÃO DE DIREITOS

1 - A Comissão de Direitos é o órgão eleito em Convenção Nacional que tem como competências:

(...)



e) Analisar e deliberar sobre atos de impugnação de decisões de órgãos estatutários num prazo de cinco dias úteis, com notificação imediata da deliberação ao requerente, sendo a impugnação considerada precedente no caso de ausência de resposta no prazo determinado;

(...)

FUNDAMENTAÇÃO: É instituída a jurisprudência do TC que considera exigível que "os estatutos dos partidos imponham aos respetivos órgãos de jurisdição prazos máximos de decisão" sobre requerimentos de impugnação de deliberações de um órgão partidário (mais uma vez, a proposta da MN não acautela esta questão colocada pelo TC). A não observância de um prazo para deliberação da CD sobre uma impugnação, inviabiliza qualquer ato sequencial.

SUBSCREVEM: Adelino Granja, Alexandre Café, Alexandre Carneiro, Álvaro Góis, Ana Castro, Ana Lourenço, Ana Paulo Bastos, Ana Rute Domingues Araújo, Ana Sofia Cortes, Ana Sofia Cotrim Mourão, André Queirós Amorim, Andreia Martins, António Alves, Antonio Carlos Godinho, António Castela, António Fernandes, António Fernandes Augusto, António Ferreira, António Joaquim S Luz, António Manuel Lemos Gonçalves, António Jose Moura Magalhães, António Miguel, António Veloso, Arlindo Rodrigues Cairões, Armandina Fernandes, Armando Mesquita, Armando Quintão, Armando Rocha, Armindo Rodrigues Silveira, Camilo Ferreira, Carlos Manuel Borges, Carlos Marecos, Carlos Marques, Carlos Matias, Catarina Fonseca, Cecília Cunha Bernardo, Cecília Maria Amaral, Célia Silva, Conceição Anjos, Daniela Raquel Borges, Diogo Borges, Eduarda Monteiro, Elisa Antunes, Eva Luísa Coelho, Feliciano Rodrigues dos Santos, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Esteves, Filipe Jose Maio Macieira, Francisco Tomás, Frederico Carvalho, Gabriela Mota Vieira, Hélder Agostinho Moreira, Hélder Romeu Guimarães, Hélio Gouveia, Henrique Leal, Isabel Silva, Israel Silas Araújo, Ivo Emanuel Barros, Jéssica Sofia Jesus Soares, Joana Rita Graça Godinho, João Bau, João Eugénio Teixeira Loureiro, João Hipólito, João Marques, João Marques, João Oliveira, João Vaz, Joaquim Chagas, Joaquim Fernando Araújo, João Pedro Monteiro, Joaquim Fernando Vieira, Joaquina Marques, Jorge Afonso, José Bastos, José Carlos Rodrigues, José Casimiro, José Domingos Frutuoso, José Manuel do Carmo, José Moço, Leandro Miguel Pires, Luís Gomes, Luis Miguel Vale, Luís Mougá Lopes, Luís Silva, Lurdes Gomes, Luz Celeste Santos Batista, Manuel Carlos Silva, Manuela Fonseca, Manuela Tavares, Márcia Filipe Graça Godinho, Maria Bento Rafael, Maria da Luz Lopes, Maria Elisa Correia Vieira, Maria Esmeralda Mateus, Maria Fátima de Andrade, Maria José Vitorino, Maria Rosário Silva, Mário Correia, Mário Fonseca, Mário Rui Nascimento Pinto, Mário Tomé, Miguel Cabral, Miguel João Mota, Nelson Jorge Moura, Nuno Manuel Santos Silva, Nuno Monteiro, Nuno Onça, Palmira Hipólito, Patrícia Carina Ferreira Marques, Patrícia Cristina Freire, Patrícia Quintão, Paula Cristina Silva Sá Pereira, Paulo Gomes, Paulo Gonçalves, Paulo Marques, Paulo Renato Cardoso Pires, Pedro Ferreira, Pedro Queirós Amorim, Pedro Soares, Ricardo Salabert, Roberto Tavares, Rosa Maria Graça Godinho, Ruben Martins, Rui Castro, Rui Cortes, Rui d'Ávila Lourido, Sandra Caçoila, Teresa Valério, Vânia Moreira, Vera Medeiros, Vera Timóteo, Vergílio Rafael, Vítor Ferreira, Vítor Gonçalves, Vítor Manuel Magalhães, Vitória Alexandra Silva Oliveira, William Naval.

COMISSÃO DE DIREITOS

1- (...)

2- (NOVO) A eleição da Comissão de Direitos em Convenção Nacional é realizada através de listas propostas por delegados, não estando diretamente vinculada às moções de orientação política.



FUNDAMENTAÇÃO: A Comissão de Direitos é eleita na Convenção, mas a apresentação de listas pode estar, não estatutariamente mas nos termos do seu regimento, condicionada às moções. Para além disto limitar a possibilidade de apresentação de listas a um órgão que não deveria estar estritamente sujeito a uma determinada orientação política que não faz parte da sua natureza e competências, faz com que este, que à partida deveria ser independente, de forma a analisar e fiscalizar o trabalho dos órgãos e aderentes, seja eleito de acordo sobretudo com o peso das moções nessa convenção.

SUBSCREVEM: Alexandre Café, Alexandre Cunha, Amália Oliveira, Amaru Mestas, André Marques, Aníbal Rodrigues, António Eduardo Pereira, António Santos, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, João Mineiro, João Patrocínio, Jorge Pereira, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Maria José Samora, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Pedro Taveira, Ricardo Toste, Samuel Cardoso, Soraia Simões, Teresa Ribeiro.

Proposta de alteração aos estatutos nº 9 (altera os 6º e 7º e cria um novo Artigo 10º)

ARTIGO 6º

SANÇÕES

1 – (...)

2 – A competência de aplicação destas medidas é da **Comissão de Jurisdição**, por iniciativa **da Mesa Nacional** ou das organizações distritais ou regionais, com direito de recurso para a Comissão de Direitos.

a) (...)

3 – (...)

4 – Qualquer sanção disciplinar é precedida de inquérito, com direito de defesa assegurado, conduzido por uma Comissão de Inquérito especificamente designada para o efeito e composta por três aderentes indicadas ou indicados pela **Comissão de Jurisdição**.

a) O procedimento disciplinar, sob pena de prescrição, tem de se iniciar até 60 dias úteis após a comunicação do presumível motivo à reunião da **Comissão de Jurisdição**;

b) (...)

5 – (...)



ARTIGO 7º

ÓRGÃOS

1 - São órgãos do Bloco de Esquerda:

a) (...)

b) (...)

c) Comissão de Jurisdição

(...)

[NOVO] ARTIGO 10º

COMISSÃO DE JURISDIÇÃO

1 - A Comissão de Jurisdição é o órgão eleito em Convenção Nacional que tem como competências:

a) Designar as Comissões de Inquérito;

b) Decidir sobre as medidas disciplinares aplicadas às e aos aderentes que violem os Estatutos.

2 - A Comissão de Jurisdição é eleita em Convenção Nacional através de listas propostas por delegados, não estando diretamente vinculadas às moções de orientação política.

3- Os membros da Comissão de Jurisdição não poderão ser simultaneamente membros da Mesa Nacional, das Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais.

FUNDAMENTAÇÃO: O Bloco não tem um órgão de jurisdição autónomo, estando essas competências nas mãos da Mesa Nacional. A criação deste órgão pela Convenção assegura uma separação de atribuições e previne possíveis conflitos de interesses.

SUBSCREVEM: *Alexandre Café, Alexandre Cunha, Amália Oliveira, Amaru Mestas, André Marques, Aníbal Rodrigues, António Eduardo Pereira, António Santos, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, João Patrocínio, Jorge Pereira, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Maria José Samora, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Pedro Taveira, Ricardo Toste, Samuel Cardoso, Soraia Simões, Teresa Ribeiro.*

ARTIGO 10º

MESA NACIONAL

1 – (Igal MN)

2 – (Igal MN)



3 – (Igal MN)

4 – (Igal MN)

5 – (NOVO) A Mesa Nacional adota resoluções políticas e deliberações (...) por proposta dos seus membros. Qualquer moção política submetida à Mesa Nacional, subscrita por um mínimo de 60 aderentes é obrigatoriamente discutida e votada.

6 – (Igal MN)

7 – (NOVO) Compete à Mesa Nacional, sob proposta das Assembleias Distritais e Regionais e da Comissão Política decidir sobre a primeira candidata ou primeiro candidato das listas à Assembleia da República, às Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas e ao Parlamento Europeu. Os procedimentos de decisão sobre as listas regem-se pelo disposto nas alíneas seguintes:

a) Para a Assembleia da República as listas de cada círculo são previamente sufragadas pela respetiva Assembleia do Círculo Eleitoral e, se a maioria da Mesa Nacional recusar a indicação da ou do primeiro candidato, poderá votar essa alteração por maioria de entre os membros presentes na sua reunião, sendo que toda a restante lista é obrigatoriamente aceite pela Mesa Nacional.

b) Para as Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas adota-se um procedimento semelhante ao da alínea anterior, incluindo a possibilidade de recusa da primeira candidata ou do primeiro candidato, caso em que a Mesa Nacional decidirá em última análise, sendo que toda a restante lista é obrigatoriamente aceite pela Mesa Nacional;

c) Para o caso das eleições autárquicas locais compete às Assembleias Locais ou Distritais do Partido decidir sobre o programa e sobre todas as candidaturas próprias que se pretende apresentar em cada região/distrito, com exceção das situações de coligações eleitorais ou de participação em listas de cidadãos independentes, casos em que, os termos dessa participação, deve ser ratificado previamente pela Mesa Nacional;

d) Para o Parlamento Europeu, a escolha da lista é inteiramente da responsabilidade da Mesa Nacional, sob proposta da Comissão Política.

FUNDAMENTAÇÃO: Sendo a Mesa Nacional o órgão máximo do Partido entre Convenções não pode deixar de ser a Mesa Nacional a assumir a escolha final das listas de candidatas ou candidatos do Partido para os processos eleitorais nacionais com que o partido se confronta. Porém, os subscritores desta proposta, ao contrário do que a atual maioria da MN defende, considera que a Mesa Nacional apenas poderá alterar o nome do nome da/do primeiro candidato. Também se salvaguarda a responsabilidade da Mesa Nacional ser extensiva às decisões relativas a coligações ou à integração em movimentos de cidadãos.

SUBSCREVEM: *Adelino Fortunato, Alexandra Vieira, António Gil Campos, António Marinho Silva, Heitor de Sousa, Jorge Humberto Nogueira, Maria José Vitorino, Maria Helena Figueiredo, Mónica Rocha, Nuno Pinheiro, Patrícia Barreira*

MESA NACIONAL

PROPOSTA DE REDACÇÃO

(...)

7 - Compete à Mesa Nacional, sob proposta das Assembleias Distritais e Regionais e da Comissão Política, decidir sobre o primeiro elemento efectivo das listas à Assembleia da República e às Assembleias Legislativas de Região Autónoma, no caso de círculos com até sete mandatos atribuídos, e sobre o primeiro quinto, arredondado à unidade, de elementos efectivos, nos restantes círculos. Em caso de haver mais do que uma proposta para o mesmo círculo eleitoral, estas são votadas em alternativa na Mesa Nacional. A decisão sobre a composição restante destas listas compete às respetivas assembleias distritais e regionais.

(...)

9 - Compete à Mesa Nacional decidir sobre a composição da lista candidata ao Parlamento Europeu, ouvidas as Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais.

(...)

FUNDAMENTAÇÃO: Em relação ao número 7, a alteração proposta é meramente de ordem formal, dado que o resultado prático da redacção proposta é o mesmo que o da actual formulação.

A motivação que sustenta esta proposta é a simplificação e optimização da aplicação das normas em causa. Na versão estatutária em vigor, a competência da Mesa Nacional de decidir sobre composição de listas às Assembleias da República e Legislativas Regionais incide sobre:

- o primeiro elemento da lista, no caso de círculos eleitorais que atribuem até 3 mandatos;
- o primeiro quinto de elemento da lista, nos restantes casos, isto é, para círculos eleitorais que atribuem um número de mandatos superior a 3.

Ora, algum desenvolvimento algébrico básico permite concluir que um quinto de qualquer número inteiro entre 4 e 7, inclusive, arredondando à unidade, é 1, pelo que também neste intervalo a competência em causa da Mesa Nacional incide apenas sobre o primeiro elemento da lista.

Assim, considera-se que o número invocado como fronteira de incidência deve ser o que se verifica, na prática, como sendo o limite após o qual a incidência realmente se altera.

Inclui-se, também, algumas alterações cirúrgicas, nomeadamente a introdução de referência explícita ao método de arredondamento à unidade do cálculo de um quinto do número de mandatos de um círculo eleitoral, assim como a substituição de referência a deputadas e deputados por mandatos, o que é mais conceptualmente adequado e torna a formulação mais inclusiva.

Sobre o número 9, julgamos que, ainda que a eleição para o Parlamento Europeu seja, essencialmente, de âmbito nacional, a representação geográfica será sempre relevante, pelo que a recolha



de perspectivas das estruturas intermédias - Distritais e Regionais - sobre o processo pode reforçar as condições de exercício da competência em causa por parte da Mesa Nacional.

SUBSCREVEM: *Adelino Fortunato, Catarina Alexandre, Daniela Sousa, Diogo Pinto, Dirceu Graça, Duarte Carneiro, Duarte Graça, Fábio Martins, Fernando Queiroz, Joana Pina, João Graça, Laurinda Pinto, Maria Helena Figueiredo, Mário Trigo, Matilde de Vilhena, Nádía Leal, Pedro Fernandes, Vítor Quaresma.*

MESA NACIONAL

(...)

5 – Compete à Mesa Nacional, sob proposta das assembleias distritais e regionais e da Comissão Política, decidir sobre a primeira candidata ou candidato das listas à A.R. e às A.L.R., no caso de círculos com até três deputadas ou deputados, e sobre o primeiro quinto de candidatas e candidatos nos restantes círculos. A decisão sobre a composição restante destas listas compete às respetivas assembleias distritais e regionais. Em caso **de rejeição pela Mesa Nacional de proposta das assembleias distritais e regionais, obrigatoriamente justificada, é requerida a apresentação de nova proposta que deverá ser previamente consensualizada com a Comissão Política. Mantendo-se a divergência, a Mesa Nacional decide sobre o primeiro candidato ou candidata, ficando a decisão sobre a restante lista para as respetivas assembleias distritais e regionais.** ~~de haver mais do que uma proposta para o mesmo círculo eleitoral, estas são votadas em alternativa na Mesa Nacional.~~

6 - Tratando-se de eleições para os órgãos das autarquias locais, a Mesa Nacional pode avocar para decisão final as listas aprovadas pelas Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais **que, em caso de rejeição, apresentam novas propostas que devem superar os motivos alegados para a rejeição.**

7 - Qualquer moção política submetida à MN com a subscrição de 100 **50** aderentes é obrigatoriamente debatida e votada.

8 - Compete à MN aprovar a lista de candidatas e candidatos ao Parlamento Europeu **após consulta às Coordenadoras Distritais e Regionais.**

9 - Compete à MN a definição das linhas de orientação política das eleitas e dos eleitos **de acordo com os respetivos programas eleitorais.**

FUNDAMENTAÇÃO: É reposta a importância, originalmente estabelecida desde os primórdios do Bloco, da participação das assembleias distritais e regionais de aderentes na definição dos primeiros lugares nas listas de candidatura autárquica, legislativa e europeia, com graus diferenciados de participação, e a recuperação da ideia descentralizadora na formação das mais importantes decisões do partido, em alternativa ao centralismo de cúpula e antidemocrático, com mecanismos de resolução de eventuais conflitos na tomada de decisão sobre a matéria. As direções não precisam de se defender da vontade dos militantes, os militantes é que precisam de se defender de eventuais pulsões autoritárias das direções.



SUBSCREVEM: Adelino Granja, Alexandre Café, Alexandre Carneiro, Álvaro Góis, Ana Castro, Ana Lourenço, Ana Paulo Bastos, Ana Rute Domingues Araújo, Ana Sofia Cortes, Ana Sofia Cotrim Mourão, André Queirós Amorim, Andreia Martins, António Alves, Antonio Carlos Godinho, António Castela, António Fernandes, António Fernandes Augusto, António Ferreira, António Joaquim S Luz, António Manuel Lemos Gonçalves, António Jose Moura Magalhães, António Miguel, António Veloso, Arlindo Rodrigues Cairões, Armandina Fernandes, Armando Mesquita, Armando Quintão, Armando Rocha, Armindo Rodrigues Silveira, Camilo Ferreira, Carlos Manuel Borges, Carlos Marecos, Carlos Marques, Carlos Matias, Catarina Fonseca, Cecília Cunha Bernardo, Cecília Maria Amaral, Célia Silva, Conceição Anjos, Daniela Raquel Borges, Diogo Borges, Eduarda Monteiro, Elisa Antunes, Eva Luísa Coelho, Feliciano Rodrigues dos Santos, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Esteves, Filipe Jose Maio Macieira, Francisco Tomás, Frederico Carvalho, Gabriela Mota Vieira, Hélder Agostinho Moreira, Hélder Romeu Guimarães, Hélio Gouveia, Henrique Leal, Isabel Silva, Israel Silas Araújo, Ivo Emanuel Barros, Jéssica Sofia Jesus Soares, Joana Rita Graça Godinho, João Bau, João Eugénio Teixeira Loureiro, João Hipólito, João Marques, João Marques, João Oliveira, João Vaz, Joaquim Chagas, Joaquim Fernando Araújo, João Pedro Monteiro, Joaquim Fernando Vieira, Joaquina Marques, Jorge Afonso, José Bastos, José Carlos Rodrigues, José Casimiro, José Domingos Frutuoso, José Manuel do Carmo, José Moço, Leandro Miguel Pires, Luís Gomes, Luis Miguel Vale, Luís Mougã Lopes, Luís Silva, Lurdes Gomes, Luz Celeste Santos Batista, Manuel Carlos Silva, Manuela Fonseca, Manuela Tavares, Márcia Filipe Graça Godinho, Maria Bento Rafael, Maria da Luz Lopes, Maria Elisa Correia Vieira, Maria Esmeralda Mateus, Maria Fátima de Andrade, Maria José Vitorino, Maria Rosário Silva, Mário Correia, Mário Fonseca, Mário Rui Nascimento Pinto, Mário Tomé, Miguel Cabral, Miguel João Mota, Nelson Jorge Moura, Nuno Manuel Santos Silva, Nuno Monteiro, Nuno Onça, Palmira Hipólito, Patrícia Carina Ferreira Marques, Patrícia Cristina Freire, Patrícia Quintão, Paula Cristina Silva Sá Pereira, Paulo Gomes, Paulo Gonçalves, Paulo Marques, Paulo Renato Cardoso Pires, Pedro Ferreira, Pedro Queirós Amorim, Pedro Soares, Ricardo Salabert, Roberto Tavares, Rosa Maria Graça Godinho, Ruben Martins, Rui Castro, Rui Cortes, Rui d'Ávila Lourido, Sandra Caçoila, Teresa Valério, Vânia Moreira, Vera Medeiros, Vera Timóteo, Vergílio Rafael, Vítor Ferreira, Vítor Gonçalves, Vítor Manuel Magalhães, Vitória Alexandra Silva Oliveira, William Naval.

Proposta de alteração aos estatutos nº 9 (altera os 7º e 9º e cria um novo Artigo 11º)

ARTIGO 7º

ÓRGÃOS

1- São órgãos do Bloco de Esquerda:

a) (...)

b) (...)

c) A Comissão de Contas

(...)

ARTIGO 9º

COMISSÃO DE DIREITOS



1 - A Comissão de Direitos é o órgão eleito em Convenção Nacional que tem como competências:

- a) (...)
- b) Apreciar e emitir parecer prévio sobre as contas da atividade do Movimento;
- (...)

[NOVO] ARTIGO 11º

COMISSÃO DE CONTAS

1 - A Comissão de Contas é o órgão eleito em Convenção Nacional que tem como competências:

- a) Analisar e pedir esclarecimentos sobre as contas do Movimento;**
- b) Apreciar e emitir parecer prévio sobre as contas da atividade do Movimento.**

2 - A Comissão de Contas é eleita em Convenção Nacional através de listas propostas por delegados, não estando diretamente vinculadas às moções de orientação política.

3- Os membros da Comissão de Contas não poderão ser simultaneamente membros da Mesa Nacional, das Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais.

FUNDAMENTAÇÃO: Não há um órgão específico para analisar as contas do partido. Quem o faz neste momento é a Comissão de Direitos. Esta acumula a função com outra absolutamente distinta que é a de analisar recursos disciplinares e disputas de matéria estatutária em última instância. A criação de um novo órgão com estas atribuições permite distinguir dois tipos de competências que não estão relacionadas introduzindo clareza.

SUBSCREVEM: *Alexandre Café, Alexandre Cunha, Amália Oliveira, Amaru Mestas, André Marques, Aníbal Rodrigues, António Eduardo Pereira, António Santos, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, João Patrocínio, Jorge Pereira, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Maria José Samora, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Pedro Taveira, Ricardo Toste, Samuel Cardoso, Soraia Simões, Teresa Ribeiro.*

ARTIGO 11º

COMISSÃO POLÍTICA

1- A Comissão Política, órgão que assegura a direção quotidiana do Partido, nomeadamente a ligação com os seus grupos parlamentares nacional e europeu e a aplicação das deliberações da Mesa Nacional **(sobre a orientação política das e dos eleitos).**

2- A Comissão Política tem **uma composição proporcional à representação das listas que elegeram membros para a Mesa Nacional.**



3- Elege, de entre os seus membros, um Secretariado Nacional onde têm assento, pelo menos, um representante da(s) minoria(s) existentes na Mesa Nacional desde que tenham alcançado 10% dos eleitos.

FUNDAMENTAÇÃO: A proposta pretende clarificar as atribuições de direção quotidiana do Partido e garantir que o Secretariado exerce funções executivas que resultam de deliberações da Comissão Política. Por sua vez, defende-se que o Secretariado seja composto apenas por membros eleitos para a CP e que se assegure a integração no Secretariado das minorias com um limiar mínimo de representação.

SUBSCREVEM: *Adelino Fortunato, Alexandra Vieira, António Gil Campos, António Marinho Silva, Heitor de Sousa, Jorge Humberto Nogueira, Maria José Vitorino, Maria Helena Figueiredo, Mónica Rocha, Nuno Pinheiro, Patrícia Barreira*

COMISSÃO POLÍTICA

PROPOSTA DE REDACÇÃO:

A Comissão Política, órgão que assegura a direção quotidiana do Bloco de Esquerda Movimento, nomeadamente a ligação com os seus grupos parlamentares nacional e europeu e a aplicação das deliberações da Mesa Nacional sobre a orientação política das e dos eleitos, é constituída, quanto possível, com base num princípio de pluralidade de percursos de militância, académicos e profissionais, e elege um Secretariado Nacional para tarefas de coordenação executiva. A eleição é realizada atendendo a um princípio de representação proporcional, nos termos do nº 3 do artigo 10º.

FUNDAMENTAÇÃO: O Secretariado Nacional tem como responsabilidade o tratamento de tarefas de “coordenação executiva” no âmbito das competências da Comissão Política.

Verifica-se que não se encontra definido o seu método de eleição nos Estatutos em vigor. Isto significa que a sua definição fica ao critério da lista maioritária (ou de um conjunto de listas que corresponda à maioria no órgão) na Comissão Política, levando a que, frequentemente, a composição do Secretariado Nacional seja inteiramente decidida pela maioria que o venha a eleger.

Ora considerando que a discricionariedade característica da prossecução do fim do Secretariado Nacional está sempre vinculada à(s) perspectiva (s) que serviu(ram) de base à eleição dos seus membros, julga-se exigível que a pluralidade de perspectivas e sensibilidades representadas na Comissão Política tenha expressão no Secretariado Nacional, que, não sendo um órgão estatutário, existe sempre circunscrito às competências e à vontade da Comissão Política.

Conclui-se, então, que deve ser definido o método de eleição do Secretariado Nacional e que este deve seguir o mesmo princípio de representação proporcional que o que está previsto para a eleição do próprio órgão do qual emana, a Comissão Política, a bem da coerência.

Coloca-se ênfase, também, na necessidade de a composição da Comissão Política reflectir percursos diversos em vários domínios de actividade e intervenção, garantindo que opera assente num vasto leque de experiências e conhecimento.



SUBSCREVEM: *Adelino Fortunato, Catarina Alexandre, Daniela Sousa, Diogo Pinto, Dirceu Graça, Duarte Carneiro, Duarte Graça, Fábio Martins, Fernando Queiroz, Joana Pina, João Graça, Laurinda Pinto, Maria Helena Figueiredo, Mário Trigo, Matilde de Vilhena, Nádía Leal, Pedro Fernandes, Vítor Quaresma.*

COMISSÃO POLÍTICA

(...)

2 - O Secretariado Nacional observa o princípio da paridade de género e tem em conta na sua composição a diversidade da composição dos órgãos nacionais saídos da Convenção.

3 - Os membros eleitos para o Secretariado são membros da Comissão Política e respondem pelas suas tarefas e decisões, sempre que solicitados, em reunião da Comissão Política.

4 - O Secretariado Nacional cumpre tarefas de coordenação executiva deliberadas nos órgãos nacionais e não se substitui à Comissão Política a quem compete a direção efetiva e permanente do Bloco de Esquerda, salvo exceções expressamente deliberadas e devidamente justificadas pela Comissão Política com informação à Mesa Nacional.

FUNDAMENTAÇÃO: Reafirma-se que compete à Comissão Política a direção política quotidiana do partido, não sendo substituível, a não ser em casos excecionais, pelo secretariado nacional que não é um órgão estatutário nem tem qualquer mandato estatutário que lho permita ser, como tem vindo a acontecer abusivamente; há membros do secretariado nacional que não são membros da Comissão Política, mas que tomam decisões que competem à Comissão Política eximindo-se ao seu escrutínio e ao seu debate no órgão próprio. O secretariado nacional e os seus membros comportam-se como se estivessem acima dos Estatutos, eliminando na prática as competências democráticas conferidas à Comissão Política. O caso do processo de despedimentos de funcionários é paradigmático, decidido e executado em petit comité no secretariado, sem nunca ter ido para debate e votação na Comissão Política, teve os resultados conhecidos.

SUBSCREVEM: *Adelino Granja, Alexandre Café, Alexandre Carneiro, Álvaro Góis, Ana Castro, Ana Lourenço, Ana Paulo Bastos, Ana Rute Domingues Araújo, Ana Sofia Cortes, Ana Sofia Cotrim Mourão, André Queirós Amorim, Andreia Martins, António Alves, Antonio Carlos Godinho, António Castela, António Fernandes, António Fernandes Augusto, António Ferreira, António Joaquim S Luz, António Manuel Lemos Gonçalves, António Jose Moura Magalhães, António Miguel, António Veloso, Arlindo Rodrigues Cairões, Armandina Fernandes, Armando Mesquita, Armando Quintão, Armando Rocha, Armindo Rodrigues Silveira, Camilo Ferreira, Carlos Manuel Borges, Carlos Marecos, Carlos Marques, Carlos Matias, Catarina Fonseca, Cecília Cunha Bernardo, Cecília Maria Amaral, Célia Silva, Conceição Anjos, Daniela Raquel Borges, Diogo Borges, Eduarda Monteiro, Elisa Antunes, Eva Luísa Coelho, Feliciano Rodrigues dos Santos, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Esteves, Filipe Jose Maio Macieira, Francisco Tomás, Frederico Carvalho, Gabriela Mota Vieira, Hélder Agostinho Moreira, Hélder Romeu Guimarães, Hélio Gouveia, Henrique Leal, Isabel Silva, Israel Silas Araújo, Ivo Emanuel Barros, Jéssica Sofia Jesus Soares, Joana Rita Graça Godinho, João Bau, João Eugénio Teixeira Loureiro, João Hipólito, João Marques, João Marques, João Oliveira, João Vaz, Joaquim Chagas, Joaquim Fernando Araújo, João Pedro Monteiro, Joaquim Fernando Vieira, Joaquina Marques, Jorge Afonso, José Bastos, José Carlos Rodrigues, José Casimiro, José Domingos Frutuoso, José Manuel do Carmo, José Moço, Leandro*



Miguel Pires, Luís Gomes, Luis Miguel Vale, Luís Mouga Lopes, Luís Silva, Lurdes Gomes, Luz Celeste Santos Batista, Manuel Carlos Silva, Manuela Fonseca, Manuela Tavares, Márcia Filipe Graça Godinho, Maria Bento Rafael, Maria da Luz Lopes, Maria Elisa Correia Vieira, Maria Esmeralda Mateus, Maria Fátima de Andrade, Maria José Vitorino, Maria Rosário Silva, Mário Correia, Mário Fonseca, Mário Rui Nascimento Pinto, Mário Tomé, Miguel Cabral, Miguel João Mota, Nelson Jorge Moura, Nuno Manuel Santos Silva, Nuno Monteiro, Nuno Onça, Palmira Hipólito, Patrícia Carina Ferreira Marques, Patrícia Cristina Freire, Patrícia Quintão, Paula Cristina Silva Sá Pereira, Paulo Gomes, Paulo Gonçalves, Paulo Marques, Paulo Renato Cardoso Pires, Pedro Ferreira, Pedro Queirós Amorim, Pedro Soares, Ricardo Salabert, Roberto Tavares, Rosa Maria Graça Godinho, Ruben Martins, Rui Castro, Rui Cortes, Rui d'Ávila Lourido, Sandra Caçoila, Teresa Valério, Vânia Moreira, Vera Medeiros, Vera Timóteo, Vergílio Rafael, Vítor Ferreira, Vítor Gonçalves, Vítor Manuel Magalhães, Vitória Alexandra Silva Oliveira, William Naval.

ARTIGO 12º

ASSEMBLEIAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS

1 – (Iguar MN)

2 – (Iguar MN)

3 – (NOVO) Compete às Assembleias Distritais e Regionais propor e decidir sobre a composição das listas de candidaturas do Partido a cargos públicos eleitos no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com a orientação geral do Partido. No caso da participação do Partido em coligações regionais ou a participação de aderentes em listas de cidadãos independentes, a decisão final deve ser remetida para a Mesa Nacional para decisão final;

4 – (NOVO) Compete às Assembleias Concelhias propor e decidir sobre as listas de candidatura para os órgãos das Autarquias Locais, com base num programa de acordo com a orientação geral do Partido para as autarquias, com exceção da participação em coligações locais ou participação em listas de cidadãos independentes deverá ser remetida para a Mesa Nacional para decisão final.

5 – (Iguar MN)

6 – (Iguar MN)

FUNDAMENTAÇÃO: É o tempo e o lugar de descentralizar as decisões políticas que têm a maior relevância para a emergência, afirmação e a vida das organizações e das direções locais, sem que tenham de ter a “bênção” dos órgãos de direção nacional do Partido. O essencial dessas disputas será sempre o programa político da proposta e da alternativa que as organizações se propõem defender a nível local e regional.

SUBSCREVEM: *Adelino Fortunato, Alexandra Vieira, António Gil Campos, António Marinho Silva, Heitor de Sousa, Jorge Humberto Nogueira, Maria José Vitorino, Maria Helena Figueiredo, Mónica Rocha, Nuno Pinheiro, Patrícia Barreira*



ASSEMBLEIAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS

(...)

2 - As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais elegem as respetivas Comissões Coordenadoras, com mandatos até 2 anos.

a) As Assembleias Concelhias podem decidir não eleger uma Comissão Coordenadora, assegurando de forma coletiva a direção quotidiana do Movimento no seu âmbito.

(...)

FUNDAMENTAÇÃO: É conferida às assembleias concelhias, em função de situações específicas e por vontade das/os militantes, a possibilidade de não elegerem uma comissão coordenadora, sendo assegurada pela assembleia em reunião a distribuição de tarefas e a direção quotidiana do Bloco no seu âmbito.

SUBSCREVEM: Adelino Granja, Alexandre Café, Alexandre Carneiro, Álvaro Góis, Ana Castro, Ana Lourenço, Ana Paulo Bastos, Ana Rute Domingues Araújo, Ana Sofia Cortes, Ana Sofia Cotrim Mourão, André Queirós Amorim, Andreia Martins, António Alves, Antonio Carlos Godinho, António Castela, António Fernandes, António Fernandes Augusto, António Ferreira, António Joaquim S Luz, António Manuel Lemos Gonçalves, António Jose Moura Magalhães, António Miguel, António Veloso, Arlindo Rodrigues Cairões, Armandina Fernandes, Armando Mesquita, Armando Quintão, Armando Rocha, Armindo Rodrigues Silveira, Camilo Ferreira, Carlos Manuel Borges, Carlos Marecos, Carlos Marques, Carlos Matias, Catarina Fonseca, Cecília Cunha Bernardo, Cecília Maria Amaral, Célia Silva, Conceição Anjos, Daniela Raquel Borges, Diogo Borges, Eduarda Monteiro, Elisa Antunes, Eva Luísa Coelho, Feliciano Rodrigues dos Santos, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Esteves, Filipe Jose Maio Macieira, Francisco Tomás, Frederico Carvalho, Gabriela Mota Vieira, Hélder Agostinho Moreira, Hélder Romeu Guimarães, Hélio Gouveia, Henrique Leal, Isabel Silva, Israel Silas Araújo, Ivo Emanuel Barros, Jéssica Sofia Jesus Soares, Joana Rita Graça Godinho, João Bau, João Eugénio Teixeira Loureiro, João Hipólito, João Marques, João Marques, João Oliveira, João Vaz, Joaquim Chagas, Joaquim Fernando Araújo, João Pedro Monteiro, Joaquim Fernando Vieira, Joaquina Marques, Jorge Afonso, José Bastos, José Carlos Rodrigues, José Casimiro, José Domingos Frutuoso, José Manuel do Carmo, José Moço, Leandro Miguel Pires, Luís Gomes, Luis Miguel Vale, Luís Mougá Lopes, Luís Silva, Lurdes Gomes, Luz Celeste Santos Batista, Manuel Carlos Silva, Manuela Fonseca, Manuela Tavares, Márcia Filipe Graça Godinho, Maria Bento Rafael, Maria da Luz Lopes, Maria Elisa Correia Vieira, Maria Esmeralda Mateus, Maria Fátima de Andrade, Maria José Vitorino, Maria Rosário Silva, Mário Correia, Mário Fonseca, Mário Rui Nascimento Pinto, Mário Tomé, Miguel Cabral, Miguel João Mota, Nelson Jorge Moura, Nuno Manuel Santos Silva, Nuno Monteiro, Nuno Onça, Palmira Hipólito, Patrícia Carina Ferreira Marques, Patrícia Cristina Freire, Patrícia Quintão, Paula Cristina Silva Sá Pereira, Paulo Gomes, Paulo Gonçalves, Paulo Marques, Paulo Renato Cardoso Pires, Pedro Ferreira, Pedro Queirós Amorim, Pedro Soares, Ricardo Salabert, Roberto Tavares, Rosa Maria Graça Godinho, Ruben Martins, Rui Castro, Rui Cortes, Rui d'Ávila Lourido, Sandra Caçoila, Teresa Valério, Vânia Moreira, Vera Medeiros, Vera Timóteo, Vergílio Rafael, Vitor Ferreira, Vítor Gonçalves, Vítor Manuel Magalhães, Vitória Alexandra Silva Oliveira, William Naval

ASSEMBLEIAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS

1 – (...)



2 – As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais elegem as respetivas Comissões Coordenadoras, com mandatos até 2 anos, salvo o disposto no artigo seguinte.

3 – (NOVO) As Assembleias Concelhias podem decidir não eleger uma Comissão Coordenadora, assegurando de forma coletiva a direção quotidiana do Movimento no seu âmbito.

(...)

FUNDAMENTAÇÃO: A criação de Comissões Coordenadoras Concelhias é apenas uma das formas possíveis de organização do trabalho ao nível concelhio. O funcionamento em Assembleia é uma outra forma. Na prática, já vários concelhos trabalham ou trabalharam sem Comissão Coordenadora por várias razões. Trata-se aqui, apenas, de possibilitar estatutariamente que aconteça uma situação que, de facto, já acontece.

SUBSCREVEM:

Alexandre Café, Alexandre Cunha, Amália Oliveira, Amaru Mestas, André Marques, Aníbal Rodrigues, António Eduardo Pereira, António Santos, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, João Mineiro, João Patrocínio, Jorge Pereira, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Maria José Samora, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Pedro Taveira, Ricardo Toste, Samuel Cardoso, Soraia Simões, Teresa Ribeiro.

ARTIGO 13º

COMISSÕES COORDENADORAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS

PROPOSTA DE REDACÇÃO:

(...)

2 - As Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais podem eleger, entre os seus membros, um Secretariado para tarefas de representação, de execução e aplicação das suas deliberações. A eleição é realizada tendo em conta a proporcionalidade da representação das listas com membros eleitos no órgão.

(...)

FUNDAMENTAÇÃO: Os secretariados de CCCs, CCDs e CCRs não são de natureza deliberativa, tendo como missão representar, executar e aplicar as deliberações da Comissão Coordenadora Concelhia, Distrital ou Regional a que respeitam.

A versão dos Estatutos em vigor prevê, para esses órgãos, a possibilidade de eleição de um secretariado, não definindo, porém, o método da mesma. Isto significa que a sua definição fica ao critério de cada órgão, levando a que, frequentemente, a composição dos secretariados seja reduzida à lista maioritária (ou a um conjunto de listas que corresponda à maioria no respectivo órgão).



Ora considerando que a discricionariedade característica da prossecução da sua missão está sempre vinculada à(s) perspectiva (s) que serviu(ram) de base à eleição dos seus membros, julga-se exigível que a pluralidade de perspectivas e sensibilidades representadas nos órgãos eleitos tenha expressão nos secretariados que executam as decisões suas.

Conclui-se, então, que deve ser definido o método de eleição dos secretariados e que este deve ser o mesmo que o que está previsto para a eleição dos próprios órgãos dos quais emanam, a bem da coerência.

SUBSCREVEM: *Adelino Fortunato, Catarina Alexandre, Daniela Sousa, Diogo Pinto, Dirceu Graça, Duarte Carneiro, Fábio Martins, Fernando Queiroz, Joana Pina, João Graça, Laurinda Pinto, Maria Helena Figueiredo, Mário Trigo, Matilde de Vilhena, Nádía Leal, Pedro Fernandes, Vítor Quaresma.*

COMISSÕES COORDENADORAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS

(...)

4 - O orçamento nacional do Bloco de Esquerda prevê verbas que assegurem o funcionamento próprio das Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais, que são transferidas diretamente para cada um dos órgãos.

FUNDAMENTAÇÃO: São garantidos meios para o funcionamento das Comissões Coordenadoras em cumprimento da autonomia que lhes é estatutariamente conferida.

SUBSCREVEM: *Adelino Granja, Alexandre Café, Alexandre Carneiro, Álvaro Góis, Ana Castro, Ana Lourenço, Ana Paulo Bastos, Ana Rute Domingues Araújo, Ana Sofia Cortes, Ana Sofia Cotrim Mourão, André Queirós Amorim, Andreia Martins, António Alves, Antonio Carlos Godinho, António Castela, António Fernandes, António Fernandes Augusto, António Ferreira, António Joaquim S Luz, António Manuel Lemos Gonçalves, António Jose Moura Magalhães, António Miguel, António Veloso, Arlindo Rodrigues Cairões, Armandina Fernandes, Armando Mesquita, Armando Quintão, Armando Rocha, Armindo Rodrigues Silveira, Camilo Ferreira, Carlos Manuel Borges, Carlos Marecos, Carlos Marques, Carlos Matias, Catarina Fonseca, Cecília Cunha Bernardo, Cecília Maria Amaral, Célia Silva, Conceição Anjos, Daniela Raquel Borges, Diogo Borges, Eduarda Monteiro, Elisa Antunes, Eva Luísa Coelho, Feliciano Rodrigues dos Santos, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Esteves, Filipe Jose Maio Macieira, Francisco Tomás, Frederico Carvalho, Gabriela Mota Vieira, Hélder Agostinho Moreira, Hélder Romeu Guimarães, Hélio Gouveia, Henrique Leal, Isabel Silva, Israel Silas Araújo, Ivo Emanuel Barros, Jéssica Sofia Jesus Soares, Joana Rita Graça Godinho, João Bau, João Eugénio Teixeira Loureiro, João Hipólito, João Marques, João Marques, João Oliveira, João Vaz, Joaquim Chagas, Joaquim Fernando Araújo, João Pedro Monteiro, Joaquim Fernando Vieira, Joaquina Marques, Jorge Afonso, José Bastos, José Carlos Rodrigues, José Casimiro, José Domingos Frutuoso, José Manuel do Carmo, José Moço, Leandro Miguel Pires, Luís Gomes, Luis Miguel Vale, Luís Mougá Lopes, Luís Silva, Lurdes Gomes, Luz Celeste Santos Batista, Manuel Carlos Silva, Manuela Fonseca, Manuela Tavares, Márcia Filipe Graça Godinho, Maria Bento Rafael, Maria da Luz Lopes, Maria Elisa Correia Vieira, Maria Esmeralda Mateus, Maria Fátima de Andrade, Maria José Vitorino, Maria Rosário Silva, Mário Correia, Mário Fonseca, Mário Rui Nascimento Pinto, Mário Tomé, Miguel Cabral, Miguel João Mota, Nelson Jorge Moura, Nuno Manuel Santos Silva, Nuno Monteiro, Nuno Onça, Palmira Hipólito, Patrícia Carina Ferreira Marques, Patrícia Cristina Freire, Patrícia Quintão, Paula Cristina Silva Sá Pereira, Paulo Gomes, Paulo Gonçalves, Paulo Marques, Paulo Renato Cardoso Pires, Pedro Ferreira, Pedro Queirós Amorim, Pedro Soares, Ricardo Salabert, Roberto Tavares, Rosa Maria Graça Godinho, Ruben Martins, Rui Castro, Rui Cortes, Rui d'Ávila Lourido, Sandra Caçoila, Teresa Valério, Vânia Moreira,*



Vera Medeiros, Vera Timóteo, Vergílio Rafael, Vítor Ferreira, Vítor Gonçalves, Vitor Manuel Magalhães, Vitória Alexandra Silva Oliveira, William Naval

COMISSÕES COORDENADORAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS

2- (...)

a) (NOVO) As Comissões Coordenadoras Concelhias podem nomear um dos seus membros para participar, sem direito de voto, nas reuniões da respetiva Comissão Coordenadora Distrital ou Regional, de modo a agilizar o fluxo permanente de informação entre os dois órgãos.

b) (NOVO) As Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais podem nomear um dos seus membros para participar, sem direito de voto, nas reuniões da Mesa Nacional, de modo a agilizar o fluxo permanente de informação entre os dois órgãos.

FUNDAMENTAÇÃO: O que é proposto nestas duas novas alíneas é opcional (a mera hipótese de nomeação de alguém para participar em reuniões, sem direito de voto), não alterando, portanto, o funcionamento, composição e balanço de poderes resultante da eleição dos respetivos órgãos.

Aquilo que permitem é que uma Comissão Coordenadora que sinta a necessidade, ou vontade, de ter maior conhecimento e informação das discussões dos organismos imediatamente superiores na hierarquia geográfica, ou que deseje maior envolvimento e participação nessas discussões, passe a ter um mecanismo claro e transparente através do qual possa agir sobre essa necessidade.

Embora seja expectável que, em geral, esta possibilidade não seja necessária, ela permite evitar situações em que uma Comissão Coordenadora se sinta isolada, considerando que a eleição para os diferentes órgãos é independente e que não existe nenhum mecanismo que lhe permita garantir um fluxo de informação permanente e eficaz.

SUBSCREVEM: Renato Araújo Soeiro, Miguel Semedo, Artur Macedo, Diogo Pinto, Domicília Costa, Estela Rodrigues, Fernando Lacerda, Hugo Monteiro, João Martins, Leonardo Faria, Maria José Araújo, Miguel Heleno, Nelson Silva, Renato Manuel Soeiro, Ricardo Lafuente, Tatiana Moutinho, Vânia Leite.

[NOVO] ARTIGO 15º

LIMITAÇÃO DE MANDATOS

1 - O Partido adopta como regra a aplicar em todos os órgãos para os quais é necessária uma escolha para cargos de representação política ou de funcionamento interno, a limitação temporal de mandatos pelo mesmo membro, nos seguintes termos:



a) Qualquer cargo em que a escolha da candidata ou do candidato resulte de atos eleitorais é exercido em regime de exclusividade, não podendo ser acumulado com qualquer outro cargo de representação partidária, qualquer que seja a sua natureza e o seu âmbito geográfico; no caso em que se registre acumulação de representações, será necessário respeitar a procedência de outra candidata ou candidato imediatamente a seguir;

b) Qualquer cargo em que a escolha da candidata ou do candidato resulte de atos eleitorais de alcance nacional (Assembleia da República ou Parlamento Europeu) a limitação temporal de exercício do mandato será de dois mandatos consecutivos ou, se forem interpolados, pelo o tempo equivalente a dois mandatos;

c) Para os cargos de órgãos internos do Partido, e considerando que, em regra, o mandato de cada eleição é, em condições de normalidade, de dois anos, a limitação da pertença aos órgãos internos será de 4 mandatos consecutivos ou, se for interpolado, pelo tempo equivalente à situação anterior.

2 - A aplicação destas regras de limitação de mandatos, qualquer que seja a sua natureza, entra em vigor a partir da presente Convenção Nacional, considerando que os mandatos que estão a ser exercidos por membros do Partido, interna e externamente, se contam como sendo o primeiro de cada caso.

FUNDAMENTAÇÃO: Exercer cargos de representação política é uma tarefa da maior responsabilidade política, especialmente para um partido que tem pouca representatividade eleitoral como é atualmente o Bloco de Esquerda. Por isso, tem de haver dedicação exclusiva no exercício de cada mandato e essa atividade tem de ser partilhada pelas organizações locais, regionais ou nacionais em perfeita sintonia, complementaridade e partilha para que todos e todas, sem quaisquer exclusões de orientação política interna, aprendam na escola da luta política os caminhos da construção duma alternativa socialista para o nosso futuro comum. Esta estratégia pode ajudar à formação de novos quadros.

SUBSCREVEM *Adelino Fortunato, Alexandra Vieira, António Gil Campos, António Marinho Silva, Heitor de Sousa, Jorge Humberto Nogueira, Maria José Vitorino, Maria Helena Figueiredo, Mónica Rocha, Nuno Pinheiro, Patrícia Barreira*

LIMITAÇÃO DE MANDATOS

1- O limite para o exercício de cargos eletivos públicos de representação política é de dois mandatos completos consecutivos ou tempo equivalente.

2 - O limite para o exercício de cargos de direção política nos órgãos nacionais, regionais, distritais e concelhios do Movimento é de quatro mandatos completos consecutivos ou tempo equivalente.

3- O estatuído na alínea anterior não se aplica se o universo eleitoral for igual ou inferior a 200 aderentes.



4 - As contagens do tempo de exercício dos cargos eletivos e do número de mandatos referidas no ponto 1 e 2 têm início nos processos eleitorais realizados a partir da XIVª Convenção do Bloco.

FUNDAMENTAÇÃO: O Bloco de Esquerda quando surgiu foi uma lufada de ar fresco tanto na proposta como na forma de fazer política em Portugal. Na forma, o princípio da rotatividade dos primeiros deputados na Assembleia da República foi disso exemplo. Apesar dos limites legais vigentes, impõe-se ao Bloco lutar por este princípio e também responder a necessidade de renovação e de formação de novos quadros, assim como de precaver o Movimento dos potenciais perigos da profissionalização e da eternização em cargos de direção política.

SUBSCREVEM: Alexandre Cunha, Amália Oliveira, Amaru Mestas, André Marques, Aníbal Rodrigues, António Eduardo Pereira, António Santos, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, João Patrocínio, Jorge Pereira, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Maria José Samora, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Pedro Taveira, Ricardo Toste, Samuel Cardoso, Soraia Simões, Teresa Ribeiro.

ARTIGO 15º

DIREITO À INFORMAÇÃO

(...)

5 - As e os aderentes têm o direito de transmitir informações e expressar livremente a opinião num boletim interno editado, no mínimo, trimestralmente sob a responsabilidade da Comissão Política e distribuído a toda a organização por via eletrónica.

FUNDAMENTAÇÃO: Um boletim interno de distribuição digital a todas/os aderentes para incrementar os níveis de informação e participação e que possibilite o debate político interno de forma livre e organizada.

SUBSCREVEM: Adelino Granja, Alexandre Café, Alexandre Carneiro, Álvaro Góis, Ana Castro, Ana Lourenço, Ana Paulo Bastos, Ana Rute Domingues Araújo, Ana Sofia Cortes, Ana Sofia Cotrim Mourão, André Queirós Amorim, Andreia Martins, António Alves, Antonio Carlos Godinho, António Castela, António Fernandes, António Fernandes Augusto, António Ferreira, António Joaquim S Luz, António Manuel Lemos Gonçalves, António Jose Moura Magalhães, António Miguel, António Veloso, Arlindo Rodrigues Cairões, Armandina Fernandes, Armando Mesquita, Armando Quintão, Armando Rocha, Armindo Rodrigues Silveira, Camilo Ferreira, Carlos Manuel Borges, Carlos Marecos, Carlos Marques, Carlos Matias, Catarina Fonseca, Cecília Cunha Bernardo, Cecília Maria Amaral, Célia Silva, Conceição Anjos, Daniela Raquel Borges, Diogo Borges, Eduarda Monteiro, Elisa Antunes, Eva Luísa Coelho, Feliciano Rodrigues dos Santos, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Esteves, Filipe Jose Maio Macieira, Francisco Tomás, Frederico Carvalho, Gabriela Mota Vieira, Hélder Agostinho Moreira, Hélder Romeu Guimarães, Hélio Gouveia, Henrique Leal, Isabel Silva, Israel Silas Araújo, Ivo Emanuel Barros, Jéssica Sofia Jesus Soares, Joana Rita Graça Godinho, João Bau, João Eugénio Teixeira Loureiro, João Hipólito, João Marques, João Marques, João Oliveira, João Vaz, Joaquim Chagas, Joaquim Fernando Araújo, João Pedro Monteiro, Joaquim Fernando Vieira, Joaquina Marques, Jorge Afonso, José Bastos, José Carlos Rodrigues, José Casimiro, José Domingos Frutuoso, José Manuel do Carmo, José Moço, Leandro Miguel Pires, Luís Gomes, Luís Miguel Vale, Luís Mouga Lopes, Luís Silva, Lurdes Gomes, Luz Celeste Santos



Batista, Manuel Carlos Silva, Manuela Fonseca, Manuela Tavares, Márcia Filipe Graça Godinho, Maria Bento Rafael, Maria da Luz Lopes, Maria Elisa Correia Vieira, Maria Esmeralda Mateus, Maria Fátima de Andrade, Maria José Vitorino, Maria Rosário Silva, Mário Correia, Mário Fonseca, Mário Rui Nascimento Pinto, Mário Tomé, Miguel Cabral, Miguel João Mota, Nelson Jorge Moura, Nuno Manuel Santos Silva, Nuno Monteiro, Nuno Onça, Palmira Hipólito, Patrícia Carina Ferreira Marques, Patrícia Cristina Freire, Patrícia Quintão, Paula Cristina Silva Sá Pereira, Paulo Gomes, Paulo Gonçalves, Paulo Marques, Paulo Renato Cardoso Pires, Pedro Ferreira, Pedro Queirós Amorim, Pedro Soares, Ricardo Salabert, Roberto Tavares, Rosa Maria Graça Godinho, Ruben Martins, Rui Castro, Rui Cortes, Rui d'Ávila Lourido, Sandra Caçoila, Teresa Valério, Vânia Moreira, Vera Medeiros, Vera Timóteo, Vergílio Rafael, Vitor Ferreira, Vítor Gonçalves, Vítor Manuel Magalhães, Vitória Alexandra Silva Oliveira, William Naval.

DIREITO À INFORMAÇÃO

1 - (...)

2 - (...)

3 - (...)

4 - (...)

5 - (NOVO) As e os aderentes têm o direito de transmitir informações e expressar livremente a sua opinião num boletim interno editado, no mínimo, trimestralmente sob a responsabilidade da Comissão Política.

FUNDAMENTAÇÃO: O direito à informação não pode ser pensado apenas enquanto o direito passivo a receber informação sobre as decisões tomadas na direção. Deve ser estendido à partilha ativa de informação relevante entre aderentes. Por outro lado, a liberdade de expressão abstrata sem meios de comunicação próprios impede a comunicação de posições entre aderentes e o debate político alargado. Sendo a matriz política do Bloco de Esquerda a pluralidade, um instrumento de debate interno continuado é fundamental para consolidar a democracia interna.

SUBSCREVEM: *Alexandre Café, Alexandre Cunha, Amália Oliveira, Amaru Mestas, André Marques, Aníbal Rodrigues, António Eduardo Pereira, António Santos, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, João Mineiro, João Patrocínio, Jorge Pereira, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Maria José Samora, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Pedro Taveira, Ricardo Toste, Samuel Cardoso, Soraia Simões, Teresa Ribeiro.*

ARTIGO 16º

NÚCLEOS

1 - As e os aderentes, num mínimo de cinco, podem constituir-se em Núcleos, os quais reúnem em plenários, convocados nos respetivos âmbitos, organizando-se do modo que considerem mais adequado, **informando regularmente a respetiva Coordenadora Concelhia ou, na sua ausência, a Coordenadora Distrital, da sua atividade.**



2 - A constituição dos Núcleos está sujeita a ratificação **de âmbito local ou de atividade laboral nos termos do número anterior é ratificada pela** Comissão Coordenadora Concelhia respetiva ou, na ausência desta, pela Comissão Coordenadora Distrital ou Regional, **para definição da área de intervenção e garantir que não se sobrepõe a outros núcleos pré-existentes no âmbito do mesmo bairro, freguesia, concelho ou empresa.**

3 - Nas atividades do Núcleo podem participar não-aderentes, **sem direito a voto nas deliberações e ratificações de novos aderentes.**

FUNDAMENTAÇÃO: O mecanismo da ratificação pelas coordenadoras concelhias ou distritais da constituição de novos núcleos não deve servir para que seja impedido o fortalecimento da base do Bloco com uma rede de núcleos, como tem acontecido, mas tão só a regulação das respetivas áreas de intervenção. Construir uma densa rede de núcleos de base a partir da iniciativa das/os militantes deve ser estratégico, como forma de ligação às múltiplas realidades concretas e consolidação da ação política.

SUBSCREVEM: *Adelino Granja, Alexandre Café, Alexandre Carneiro, Álvaro Góis, Ana Castro, Ana Lourenço, Ana Paulo Bastos, Ana Rute Domingues Araújo, Ana Sofia Cortes, Ana Sofia Cotrim Mourão, André Queirós Amorim, Andreia Martins, António Alves, Antonio Carlos Godinho, António Castela, António Fernandes, António Fernandes Augusto, António Ferreira, António Joaquim S Luz, António Manuel Lemos Gonçalves, António Jose Moura Magalhães, António Miguel, António Veloso, Arlindo Rodrigues Cairões, Armandina Fernandes, Armando Mesquita, Armando Quintão, Armando Rocha, Armindo Rodrigues Silveira, Camilo Ferreira, Carlos Manuel Borges, Carlos Marecos, Carlos Marques, Carlos Matias, Catarina Fonseca, Cecília Cunha Bernardo, Cecília Maria Amaral, Célia Silva, Conceição Anjos, Daniela Raquel Borges, Diogo Borges, Eduarda Monteiro, Elisa Antunes, Eva Luísa Coelho, Feliciano Rodrigues dos Santos, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Esteves, Filipe Jose Maio Macieira, Francisco Tomás, Frederico Carvalho, Gabriela Mota Vieira, Hélder Agostinho Moreira, Hélder Romeu Guimarães, Hélio Gouveia, Henrique Leal, Isabel Silva, Israel Silas Araújo, Ivo Emanuel Barros, Jéssica Sofia Jesus Soares, Joana Rita Graça Godinho, João Bau, João Eugénio Teixeira Loureiro, João Hipólito, João Marques, João Marques, João Oliveira, João Vaz, Joaquim Chagas, Joaquim Fernando Araújo, João Pedro Monteiro, Joaquim Fernando Vieira, Joaquina Marques, Jorge Afonso, José Bastos, José Carlos Rodrigues, José Casimiro, José Domingos Frutuoso, José Manuel do Carmo, José Moço, Leandro Miguel Pires, Luís Gomes, Luís Miguel Vale, Luís Mougá Lopes, Luís Silva, Lurdes Gomes, Luz Celeste Santos Batista, Manuel Carlos Silva, Manuela Fonseca, Manuela Tavares, Márcia Filipe Graça Godinho, Maria Bento Rafael, Maria da Luz Lopes, Maria Elisa Correia Vieira, Maria Esmeralda Mateus, Maria Fátima de Andrade, Maria José Vitorino, Maria Rosário Silva, Mário Correia, Mário Fonseca, Mário Rui Nascimento Pinto, Mário Tomé, Miguel Cabral, Miguel João Mota, Nelson Jorge Moura, Nuno Manuel Santos Silva, Nuno Monteiro, Nuno Onça, Palmira Hipólito, Patrícia Carina Ferreira Marques, Patrícia Cristina Freire, Patrícia Quintão, Paula Cristina Silva Sá Pereira, Paulo Gomes, Paulo Gonçalves, Paulo Marques, Paulo Renato Cardoso Pires, Pedro Ferreira, Pedro Queirós Amorim, Pedro Soares, Ricardo Salabert, Roberto Tavares, Rosa Maria Graça Godinho, Ruben Martins, Rui Castro, Rui Cortes, Rui d'Ávila Lourido, Sandra Caçoila, Teresa Valério, Vânia Moreira, Vera Medeiros, Vera Timóteo, Vergílio Rafael, Vitor Ferreira, Vítor Gonçalves, Vitor Manuel Magalhães, Vitória Alexandra Silva Oliveira, William Naval.*

ARTIGO 17º

REFERENDOS

1 - A iniciativa de proposta de referendo interno, vinculativo, compete à Mesa Nacional ou a 500 100 aderentes.



(...)

5 - 150 **100** aderentes podem obrigar ao debate e deliberação da Mesa Nacional sobre uma proposta de referendo.

(...)

FUNDAMENTAÇÃO: É atualizado o número de aderentes necessário para um processo de consulta por referendo interno, de acordo com a realidade da participação atual.

SUBSCREVEM: Adelino Granja, Alexandre Café, Alexandre Carneiro, Álvaro Góis, Ana Castro, Ana Lourenço, Ana Paulo Bastos, Ana Rute Domingues Araújo, Ana Sofia Cortes, Ana Sofia Cotrim Mourão, André Queirós Amorim, Andreia Martins, António Alves, Antonio Carlos Godinho, António Castela, António Fernandes, António Fernandes Augusto, António Ferreira, António Joaquim S Luz, António Manuel Lemos Gonçalves, António Jose Moura Magalhães, António Miguel, António Veloso, Arlindo Rodrigues Cairões, Armandina Fernandes, Armando Mesquita, Armando Quintão, Armando Rocha, Armindo Rodrigues Silveira, Camilo Ferreira, Carlos Manuel Borges, Carlos Marecos, Carlos Marques, Carlos Matias, Catarina Fonseca, Cecília Cunha Bernardo, Cecília Maria Amaral, Célia Silva, Conceição Anjos, Daniela Raquel Borges, Diogo Borges, Eduarda Monteiro, Elisa Antunes, Eva Luísa Coelho, Feliciano Rodrigues dos Santos, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Esteves, Filipe Jose Maio Macieira, Francisco Tomás, Frederico Carvalho, Gabriela Mota Vieira, Hélder Agostinho Moreira, Hélder Romeu Guimarães, Hélio Gouveia, Henrique Leal, Isabel Silva, Israel Silas Araújo, Ivo Emanuel Barros, Jéssica Sofia Jesus Soares, Joana Rita Graça Godinho, João Bau, João Eugénio Teixeira Loureiro, João Hipólito, João Marques, João Marques, João Oliveira, João Vaz, Joaquim Chagas, Joaquim Fernando Araújo, João Pedro Monteiro, Joaquim Fernando Vieira, Joaquina Marques, Jorge Afonso, José Bastos, José Carlos Rodrigues, José Casimiro, José Domingos Frutuoso, José Manuel do Carmo, José Moço, Leandro Miguel Pires, Luís Gomes, Luis Miguel Vale, Luís Mougá Lopes, Luís Silva, Lurdes Gomes, Luz Celeste Santos Batista, Manuel Carlos Silva, Manuela Fonseca, Manuela Tavares, Márcia Filipe Graça Godinho, Maria Bento Rafael, Maria da Luz Lopes, Maria Elisa Correia Vieira, Maria Esmeralda Mateus, Maria Fátima de Andrade, Maria José Vitorino, Maria Rosário Silva, Mário Correia, Mário Fonseca, Mário Rui Nascimento Pinto, Mário Tomé, Miguel Cabral, Miguel João Mota, Nelson Jorge Moura, Nuno Manuel Santos Silva, Nuno Monteiro, Nuno Onça, Palmira Hipólito, Patrícia Carina Ferreira Marques, Patrícia Cristina Freire, Patrícia Quintão, Paula Cristina Silva Sá Pereira, Paulo Gomes, Paulo Gonçalves, Paulo Marques, Paulo Renato Cardoso Pires, Pedro Ferreira, Pedro Queirós Amorim, Pedro Soares, Ricardo Salabert, Roberto Tavares, Rosa Maria Graça Godinho, Ruben Martins, Rui Castro, Rui Cortes, Rui d'Ávila Lourido, Sandra Caçoila, Teresa Valério, Vânia Moreira, Vera Medeiros, Vera Timóteo, Vergílio Rafael, Vitor Ferreira, Vítor Gonçalves, Vítor Manuel Magalhães, Vitória Alexandra Silva Oliveira, William Naval.

ARTIGO 19º

CONFERÊNCIAS NACIONAIS

(...)

3 - A comissão organizadora de uma Conferência Nacional deve expressar a diversidade da composição dos órgãos nacionais saídos da Convenção.

FUNDAMENTAÇÃO: Amplia-se de forma plural a constituição da comissão organizadora de uma conferência nacional para que a representatividade e a democraticidade dos processos sejam asseguradas e verificáveis.



SUBSCREVEM: Adelino Granja, Alexandre Café, Alexandre Carneiro, Álvaro Góis, Ana Castro, Ana Lourenço, Ana Paulo Bastos, Ana Rute Domingues Araújo, Ana Sofia Cortes, Ana Sofia Cotrim Mourão, André Queirós Amorim, Andreia Martins, António Alves, Antonio Carlos Godinho, António Castela, António Fernandes, António Fernandes Augusto, António Ferreira, António Joaquim S Luz, António Manuel Lemos Gonçalves, António Jose Moura Magalhães, António Miguel, António Veloso, Arlindo Rodrigues Cairões, Armandina Fernandes, Armando Mesquita, Armando Quintão, Armando Rocha, Armindo Rodrigues Silveira, Camilo Ferreira, Carlos Manuel Borges, Carlos Marecos, Carlos Marques, Carlos Matias, Catarina Fonseca, Cecília Cunha Bernardo, Cecília Maria Amaral, Célia Silva, Conceição Anjos, Daniela Raquel Borges, Diogo Borges, Eduarda Monteiro, Elisa Antunes, Eva Luísa Coelho, Feliciano Rodrigues dos Santos, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Esteves, Filipe Jose Maio Macieira, Francisco Tomás, Frederico Carvalho, Gabriela Mota Vieira, Hélder Agostinho Moreira, Hélder Romeu Guimarães, Hélio Gouveia, Henrique Leal, Isabel Silva, Israel Silas Araújo, Ivo Emanuel Barros, Jéssica Sofia Jesus Soares, Joana Rita Graça Godinho, João Bau, João Eugénio Teixeira Loureiro, João Hipólito, João Marques, João Marques, João Oliveira, João Vaz, Joaquim Chagas, Joaquim Fernando Araújo, João Pedro Monteiro, Joaquim Fernando Vieira, Joaquina Marques, Jorge Afonso, José Bastos, José Carlos Rodrigues, José Casimiro, José Domingos Frutuoso, José Manuel do Carmo, José Moço, Leandro Miguel Pires, Luís Gomes, Luis Miguel Vale, Luís Mougá Lopes, Luís Silva, Lurdes Gomes, Luz Celeste Santos Batista, Manuel Carlos Silva, Manuela Fonseca, Manuela Tavares, Márcia Filipe Graça Godinho, Maria Bento Rafael, Maria da Luz Lopes, Maria Elisa Correia Vieira, Maria Esmeralda Mateus, Maria Fátima de Andrade, Maria José Vitorino, Maria Rosário Silva, Mário Correia, Mário Fonseca, Mário Rui Nascimento Pinto, Mário Tomé, Miguel Cabral, Miguel João Mota, Nelson Jorge Moura, Nuno Manuel Santos Silva, Nuno Monteiro, Nuno Onça, Palmira Hipólito, Patrícia Carina Ferreira Marques, Patrícia Cristina Freire, Patrícia Quintão, Paula Cristina Silva Sá Pereira, Paulo Gomes, Paulo Gonçalves, Paulo Marques, Paulo Renato Cardoso Pires, Pedro Ferreira, Pedro Queirós Amorim, Pedro Soares, Ricardo Salabert, Roberto Tavares, Rosa Maria Graça Godinho, Ruben Martins, Rui Castro, Rui Cortes, Rui d'Ávila Lourido, Sandra Caçoila, Teresa Valério, Vânia Moreira, Vera Medeiros, Vera Timóteo, Vergílio Rafael, Vítor Ferreira, Vítor Gonçalves, Vítor Manuel Magalhães, Vitória Alexandra Silva Oliveira, William Naval

ARTIGO 21º

FINANÇAS

(...)

3 - A gestão financeira do Bloco de Esquerda é objeto de um Regulamento de Finanças aprovado pela Mesa Nacional.

a) A lista dos salários dos funcionários e assessores deve estar acessível no site do Bloco de Esquerda.

(...)

FUNDAMENTAÇÃO: Em paralelo com a prática geral das pessoas em funções públicas ou com cargos políticos, fica estabelecido que a lista das remunerações no Bloco deve estar acessível, não só pelo direito dos/as aderentes a essa informação, mas também para o combate pela transparência pública e contra as especulações populistas em que o Bloco deve ser exemplo.

SUBSCREVEM: Adelino Granja, Alexandre Café, Alexandre Carneiro, Álvaro Góis, Ana Castro, Ana Lourenço, Ana Paulo Bastos, Ana Rute Domingues Araújo, Ana Sofia Cortes, Ana Sofia Cotrim Mourão, André Quei-



rós Amorim, Andreia Martins, António Alves, Antonio Carlos Godinho, António Castela, António Fernandes, António Fernandes Augusto, António Ferreira, António Joaquim S Luz, António Manuel Lemos Gonçalves, António Jose Moura Magalhães, António Miguel, António Veloso, Arlindo Rodrigues Cairões, Armandina Fernandes, Armando Mesquita, Armando Quintão, Armando Rocha, Armino Rodrigues Silveira, Camilo Ferreira, Carlos Manuel Borges, Carlos Marecos, Carlos Marques, Carlos Matias, Catarina Fonseca, Cecília Cunha Bernardo, Cecília Maria Amaral, Célia Silva, Conceição Anjos, Daniela Raquel Borges, Diogo Borges, Eduarda Monteiro, Elisa Antunes, Eva Luísa Coelho, Feliciano Rodrigues dos Santos, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Esteves, Filipe Jose Maio Macieira, Francisco Tomás, Frederico Carvalho, Gabriela Mota Vieira, Hélder Agostinho Moreira, Hélder Romeu Guimarães, Hélio Gouveia, Henrique Leal, Isabel Silva, Israel Silas Araújo, Ivo Emanuel Barros, Jéssica Sofia Jesus Soares, Joana Rita Graça Godinho, João Bau, João Eugénio Teixeira Loureiro, João Hipólito, João Marques, João Marques, João Oliveira, João Vaz, Joaquim Chagas, Joaquim Fernando Araújo, João Pedro Monteiro, Joaquim Fernando Vieira, Joaquina Marques, Jorge Afonso, José Bastos, José Carlos Rodrigues, José Casimiro, José Domingos Frutuoso, José Manuel do Carmo, José Moço, Leandro Miguel Pires, Luís Gomes, Luís Miguel Vale, Luís Mougá Lopes, Luís Silva, Lurdes Gomes, Luz Celeste Santos Batista, Manuel Carlos Silva, Manuela Fonseca, Manuela Tavares, Márcia Filipe Graça Godinho, Maria Bento Rafael, Maria da Luz Lopes, Maria Elisa Correia Vieira, Maria Esmeralda Mateus, Maria Fátima de Andrade, Maria José Vitorino, Maria Rosário Silva, Mário Correia, Mário Fonseca, Mário Rui Nascimento Pinto, Mário Tomé, Miguel Cabral, Miguel João Mota, Nelson Jorge Moura, Nuno Manuel Santos Silva, Nuno Monteiro, Nuno Onça, Palmira Hipólito, Patrícia Carina Ferreira Marques, Patrícia Cristina Freire, Patrícia Quintão, Paula Cristina Silva Sá Pereira, Paulo Gomes, Paulo Gonçalves, Paulo Marques, Paulo Renato Cardoso Pires, Pedro Ferreira, Pedro Queirós Amorim, Pedro Soares, Ricardo Salabert, Roberto Tavares, Rosa Maria Graça Godinho, Ruben Martins, Rui Castro, Rui Cortes, Rui d'Ávila Lourido, Sandra Caçoila, Teresa Valério, Vânia Moreira, Vera Medeiros, Vera Timóteo, Vergílio Rafael, Vitor Ferreira, Vítor Gonçalves, Vítor Manuel Magalhães, Vitória Alexandra Silva Oliveira, William Naval.

ARTIGO 22º

LIMITAÇÃO DE MANDATOS

1- O limite para o exercício de cargos eletivos públicos de representação política é de três mandatos completos consecutivos ou tempo equivalente.

2 - O limite para o exercício de cargos de direção política nos órgãos nacionais, regionais, distritais e concelhios do Movimento é de três mandatos completos consecutivos ou tempo equivalente.

3- O estatuído na alínea anterior não se aplica se o universo eleitoral for igual ou inferior a 100 aderentes.

4 - As contagens do tempo de exercício dos cargos eletivos e do número de mandatos referidas no ponto 1 e 2 têm início nos processos eleitorais realizados a partir da XIV Convenção do Bloco.

FUNDAMENTAÇÃO: É definido o princípio democrático e republicano da limitação de mandatos para os cargos nos órgãos de direção e para os cargos eletivos públicos de representação política, bem como os respetivos critérios. A limitação do tempo de exercício de qualquer cargo político constitui a expressão qualificada da democracia, contra a personalização, o carreirismo,



a concentração e o perigo do abuso de poder, que não pode ser elidida por qualquer argumento 'operacional'. Liga-se, igualmente, à formação e renovação de quadros políticos, ao estímulo à participação e à fundamental abertura à sociedade nas suas diversas realidades.*

SUBSCREVEM: Adelino Granja, Alexandre Café, Alexandre Carneiro, Álvaro Góis, Ana Castro, Ana Lourenço, Ana Paulo Bastos, Ana Rute Domingues Araújo, Ana Sofia Cortes, Ana Sofia Cotrim Mourão, André Queirós Amorim, Andreia Martins, António Alves, Antonio Carlos Godinho, António Castela, António Fernandes, António Fernandes Augusto, António Ferreira, António Joaquim S Luz, António Manuel Lemos Gonçalves, António Jose Moura Magalhães, António Miguel, António Veloso, Arlindo Rodrigues Cairões, Armandina Fernandes, Armando Mesquita, Armando Quintão, Armando Rocha, Armindo Rodrigues Silveira, Camilo Ferreira, Carlos Manuel Borges, Carlos Marecos, Carlos Marques, Carlos Matias, Catarina Fonseca, Cecília Cunha Bernardo, Cecília Maria Amaral, Célia Silva, Conceição Anjos, Daniela Raquel Borges, Diogo Borges, Eduarda Monteiro, Elisa Antunes, Eva Luísa Coelho, Feliciano Rodrigues dos Santos, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Esteves, Filipe Jose Maio Macieira, Francisco Tomás, Frederico Carvalho, Gabriela Mota Vieira, Hélder Agostinho Moreira, Hélder Romeu Guimarães, Hélio Gouveia, Henrique Leal, Isabel Silva, Israel Silas Araújo, Ivo Emanuel Barros, Jéssica Sofia Jesus Soares, Joana Rita Graça Godinho, João Bau, João Eugénio Teixeira Loureiro, João Hipólito, João Marques, João Marques, João Oliveira, João Vaz, Joaquim Chagas, Joaquim Fernando Araújo, João Pedro Monteiro, Joaquim Fernando Vieira, Joaquina Marques, Jorge Afonso, José Bastos, José Carlos Rodrigues, José Casimiro, José Domingos Frutuoso, José Manuel do Carmo, José Moço, Leandro Miguel Pires, Luís Gomes, Luís Miguel Vale, Luís Mougá Lopes, Luís Silva, Lurdes Gomes, Luz Celeste Santos Batista, Manuel Carlos Silva, Manuela Fonseca, Manuela Tavares, Márcia Filipe Graça Godinho, Maria Bento Rafael, Maria da Luz Lopes, Maria Elisa Correia Vieira, Maria Esmeralda Mateus, Maria Fátima de Andrade, Maria José Vitorino, Maria Rosário Silva, Mário Correia, Mário Fonseca, Mário Rui Nascimento Pinto, Mário Tomé, Miguel Cabral, Miguel João Mota, Nelson Jorge Moura, Nuno Manuel Santos Silva, Nuno Monteiro, Nuno Onça, Palmira Hipólito, Patrícia Carina Ferreira Marques, Patrícia Cristina Freire, Patrícia Quintão, Paula Cristina Silva Sá Pereira, Paulo Gomes, Paulo Gonçalves, Paulo Marques, Paulo Renato Cardoso Pires, Pedro Ferreira, Pedro Queirós Amorim, Pedro Soares, Ricardo Salabert, Roberto Tavares, Rosa Maria Graça Godinho, Ruben Martins, Rui Castro, Rui Cortes, Rui d'Ávila Lourido, Sandra Caçoila, Teresa Valério, Vânia Moreira, Vera Medeiros, Vera Timóteo, Vergílio Rafael, Vítor Ferreira, Vítor Gonçalves, Vitor Manuel Magalhães, Vitória Alexandra Silva Oliveira, William Naval.

[NOVO] ARTIGO 23º

IMPEDIMENTOS

1 - O exercício de funções na Mesa Nacional ou no Secretariado Nacional é incompatível com o exercício simultâneo de funções na Comissão de Direitos.

2 - O exercício de funções no Secretariado Nacional é incompatível com o exercício simultâneo de funções em Secretariado de Comissão Coordenadora Distrital ou Regional.

3 - A existência de vínculo laboral com o Partido ou com órgão de soberania em funções associadas à atividade do Partido é incompatível com o exercício simultâneo de funções na Comissão de Direitos, na Mesa Nacional, na Comissão Política ou no Secretariado Nacional.

4 - Em caso de exercício de funções adstrito a uma área geográfica particular, a existência de vínculo laboral, conforme definido no número anterior, é ainda incompatível com o exercício de funções em Comissão Coordenadora Distrital, Regional ou Concelhia cujo âmbito tenha correspondência, em parte ou no todo, com a referida área geográfica.



5 - As listas candidatas à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu, aprovadas nos termos dos Estatutos do Partido, não podem incluir quem haja exercido mandatos num período cumulativo superior a 12 anos no órgão a que respeita a lista candidata.

FUNDAMENTAÇÃO: Entre os factores que contribuem para uma boa dinâmica organizacional, identificamos dois que servem de base para os pontos 1 a 4 desta proposta:

- a distribuição equilibrada de responsabilidades, no sentido de permitir o envolvimento de tanta gente quanto possível e impedir uma acumulação de funções altamente prejudicial à dedicação e exercício competente de cada função em particular;
- a separação de esferas de responsabilidade, com vista a garantir que, para lá do evitar de acumulação de funções, se evita a existência de quaisquer conflitos de interesses que comprometam as decisões de ordem interna de qualquer natureza - isto é especialmente importante na separação entre participação na Mesa Nacional ou Secretariado Nacional e na Comissão de Direitos, que deve ser isenta e imparcial no exercício das suas funções, e na separação entre participação nos órgãos e exercício de funções laborais associadas ao partido.

Nota-se que, a ser aprovado este artigo, o número 2 do artigo 10º necessitará de ser, futuramente, alterado, tendo em conta que se torna redundante a exigência de um mínimo de peso na Mesa Nacional de camaradas que não sejam funcionários face aos impedimentos aqui propostos.

Paralelamente, o permanente reforço da intervenção no plano externo exige que o exercício de mandatos em órgãos de soberania que sejam confiados ao Bloco por vontade popular seja limitado no tempo para cada pessoa em particular.

Dar forma estatutária a essa exigência seria saudável tanto para o Bloco, evitando a excessiva dependência da estrutura colectiva relativamente a pessoas em particular, como para cada camarada cujo contributo assume a forma de exercício de mandato em órgão de soberania, a quem nunca deverá ser exigido um compromisso para lá de um período de tempo razoável.

Enquanto organização de Esquerda, de natureza necessariamente colectivista, devemos procurar que a força do Bloco não dependa excessivamente da sua associação à imagem de quem representa o partido a cada momento.

SUBSCREVEM: *Adelino Fortunato, Catarina Alexandre, Daniela Sousa, Diogo Pinto, Dirceu Graça, Duarte Carneiro, Duarte Graça, Fábio Martins, Fernando Queiroz, Joana Pina, João Graça, Laurinda Pinto, Maria Helena Figueiredo, Mariana Falcato Simões, Mário Trigo, Matilde de Vilhena, Nádia Leal, Pedro Fernandes Rui Pedro Moreira, Vítor Quaresma.*



Contributos para os debates da XIV Convenção



Dezoito anos depois do Sim: este é o tempo de melhorar a lei!

Ada Pereira da Silva, Adriana Lopera, Alda Sousa, Almerinda Bento, Ana Campos, Ana Carolina Gomes, Ana Durães, Ana Vasquez, Andrea Peniche, Aurora Ribeiro, Bárbara Xavier, Beatriz Realinho, Berta Alves, Carolina Serrão, Catarina Martins, Catarina Valente Ramalho, Catarina Vitorino, Cecília Honório, Cláudia Braga, Cyntia de Paula, Diana Santos, Dina Letra, Dina Nunes, Estela Rodrigues, Filipa Alexandre, Helga Calçada, Inês Antunes, Isabel Pires, Jessica Pacheco, Joana Mortágua, Joana Pires Teixeira, Leonor Rosas, Lúcia Cunha, Mafalda Brilhante, Manuela Antunes, Maria da Graça Marques, Maria Deolinda Martin, Maria do Carmo Marques, Maria Helena Loureiro, Maria Leonor Figueiredo, Maria Manuel Rola, Mariana Falcato, Mariana Rodrigues, Marisa Matias, Nádía Leal, Paula Sequeiros, Rebeca Moore, Rita Gorgulho, Sandra Cunha, Sofia Roque, Sofia Valadas Lopes, Susana Constante Pereira, Tainara Machado, Teresa Amorim, Veronica Lopes.

Passados trinta e três anos de democracia e dois referendos, em 2007, foi, finalmente, aprovada a lei que despenaliza a interrupção voluntária da gravidez (IVG) a pedido da mulher. É uma data que não esquecemos, um marco extraordinário no avanço dos direitos das mulheres e no direito à saúde sexual e reprodutiva, que resultou de uma luta que mobilizou diversos setores da sociedade, dos movimentos sociais à saúde e à justiça, rompendo sectarismos e visões estreitas. Desde 2007, que o país mudou, e mudou muito. Acabou o aborto clandestino, baixou o número de abortos realizados, recuou a mortalidade materna, reduziu a reincidência no recurso ao procedimento. A democracia aprofundou-se com a conquista deste direito. Um país que não senta no banco dos réus mulheres acusadas de decidir sobre o seu corpo é um país mais decente.

É tempo de fazer o balanço da lei, é tempo de a melhorar, pois, apesar dos muitos avanços que a vitória do Sim no referendo de há dezoito anos possibilitou, muitas são as mulheres e pessoas gestantes com acesso ao aborto legal e seguro limitado ou impedido.

O direito ao aborto não está garantido em todo o território nacional, desenhando-se um mapa de desigualdade que é o espelho de um progressivo deslaçar da coesão territorial. Não está garantido, também, às mulheres migrantes, desde a recente alteração à Lei de Bases da Saúde. Os tempos de espera para a primeira consulta são longos e a insuficiência de profissionais capacitados são obstáculos ao cumprimento da lei.

Mais de uma dezena de hospitais não asseguram o acesso ao aborto, servindo-se, tantas vezes, de uma interpretação abusiva e autoritária da figura da objeção de consciência, o que tem posto em causa o acesso a um cuidado de saúde protegido por lei. Além da humilhação e das dificuldades a que estão sujeitas, muitas mulheres acabam por ter de recorrer a serviços de saúde privados (no país ou no estrangeiro) ou simplesmente são empurradas para a clandestinidade, num regresso inaceitável ao passado. A objeção de consciência não pode continuar a servir de barreira ao acesso a um direito. No SNS, a lei tem de ser cumprida e, por isso, é imperativo impedir que a objeção de consciência de alguns resulte na paralisação de todo um serviço e na negação da prestação de um cuidado de saúde, negando o exercício de um direito.



No Bloco de Esquerda, estamos atentas e nunca baixamos os braços. Por isso, em janeiro de 2025, apresentámos um projeto de lei e lançámos uma campanha orientada para o aperfeiçoamento da lei, para que sejam corrigidas as suas deficiências e ela possa, efetivamente, responder às necessidades do presente.

Propomos quatro alterações fundamentais:

1. Fim do período de reflexão obrigatório, por representar uma menorização das mulheres e da sua capacidade de decisão, servindo, na prática, apenas para estender o processo ao ponto de o poder impedir.
2. Fim da exigência de duas médicas ou médicos no processo de IVG, porque não há justificação clínica para tal.
3. Alargamento do prazo do limite gestacional para 14 semanas, acompanhando a maioria das legislações europeias assentes no conhecimento disponível.
4. Descentralização do aborto medicamentoso para os cuidados de saúde primários, por estarem mais próximos das pessoas e aumentarem a capacidade de resposta do SNS.

O projeto de lei foi chumbado, conforme previmos. Todavia, fizemos o que deveríamos ter feito. O contexto político não pode ser um entrave ao debate e à vontade de mudança. Pelo contrário, as iniciativas legislativas mantêm vivo o compromisso com os direitos sexuais e reprodutivos, são eco e dão voz às reivindicações do movimento feminista. Agora e no futuro, juntaremos forças com todas as pessoas que não desistem dos direitos sexuais e reprodutivos e sabem que a igualdade não é uma proclamação, mas a possibilidade concreta de sermos livres. Ajudaremos a construir e seremos parte da maioria social que há de garantir o aperfeiçoamento da lei, em nosso nome e em memória de todas aquelas que durante décadas lutaram, dentro e fora das instituições, e nos trouxeram até aqui.

A história ensina-nos que a persistência e a mobilização são fundamentais para conquistar avanços. Hoje, tal como no passado, importa mostrar que não há lugar para o medo ou para a resignação e que as forças progressistas estão preparadas para defender e aprofundar este direito. A democracia constrói-se nas instituições e na rua, e não há democracia sem autodeterminação sexual e reprodutiva.

Dezoito anos depois da vitória do Sim no referendo, é tempo de aperfeiçoar a lei. Este é o tempo de garantir que o acesso ao aborto é um direito efetivo. É o tempo de olhar para a frente, para não voltarmos para trás!



QUE FAZER?

Adelino Fortunato

Diferentes observadores colocam hoje de novo a pergunta clássica “Que Fazer?”, formulada num célebre panfleto de 1901 a propósito da social-democracia russa. Nessa altura tratava-se de justificar a construção de um tipo de partido inspirado na social-democracia alemã (SPD) para enfrentar os rigores da repressão czarista e, ao mesmo tempo, dar corpo a um projeto de unificação nacional e de organização do proletariado russo na luta pelo socialismo. Este, em breve, daria mostras de atividade revolucionária (1905). Mais de um século passado, recheado de acontecimentos contraditórios e de muitas derrotas, de grandes mudanças no próprio capitalismo e na estratificação das classes sociais, de crise da esquerda e da própria ideia de revolução e de socialismo, aquela pergunta volta a ter atualidade.

Já em 2010, no Fórum Social Mundial, David Harvey afirmava que “a questão de Lenine exige uma resposta” (Que Fazer?) e, uma década mais tarde, o mesmo autor retoma o tema tendo em conta as profundas transformações do capitalismo contemporâneo, em particular da própria classe trabalhadora. Concentrando-se na evolução do panorama económico dos Estados Unidos e da Inglaterra desde os anos 70, Harvey constata o óbvio, é tentador afirmar que a classe trabalhadora “desapareceu”, mas se pararmos para pensar com mais cuidado concluímos que ela simplesmente mudou de configuração. Uma parte transferiu-se para países como a China ou o México onde a remuneração do trabalho é mais baixa (offshoring), a restante não está fabricando apenas as mesmas coisas, nem está envolvida nas mesmas atividades de antigamente.

Uma parte da “nova classe trabalhadora” deve ser encontrada nas vastas cadeias de fast food, na logística ou nos terminais dos aeroportos, setores de atividade que ganharam uma importância estratégica enorme. Desde logo porque esses trabalhadores podem paralisar a atividade económica de um país quando mobilizados para greves e outras ações de resistência prolongada. Por outro lado, estas atividades estão associadas a mudanças nos estilos e nas modalidades de vida contemporâneos que não serão revertidos. A entrada das mulheres no mercado de trabalho retirou a produção de alimentos dos lares da população trabalhadora e transferiu-a para o mercado em muitas partes do mundo, da mesma forma que o turismo e outros modelos de vida “modernos” instalaram-se decisivamente.

Por outro lado, ainda, muitos destes trabalhadores, mesmo sem ocuparem postos de trabalho em fábricas ou outros locais convencionais, são essenciais para a criação de valor e para a realização da mais-valia, fazem parte de uma espécie de trabalhador coletivo que mantém o capitalismo em funcionamento. A luta anticapitalista deve partir da abordagem do sistema como uma totalidade, travada na esfera da produção, da realização no mercado e noutras atividades no domínio da circulação e na esfera da reprodução social. O/a trabalhador de uma cadeia de fast-food, um(a) caixa de supermercado, um(a) professor(a) ou um(a) trabalhador(a) da banca integram essa mesma massa de assalariados cuja ação conjugada será decisiva para qualquer projeto de derrube do capitalismo.

Para além de tudo isto, a “renovação” da classe trabalhadora envolve também uma alteração mais profunda da sua composição em termos de género (mulheres), de raça (minorias racializadas) e étnica (africanos, hispânicos, imigrantes da Europa Oriental e de outros lugares) com



consequências táticas importantes para a luta anticapitalista. Trata-se de uma classe trabalhadora dominada, em certas áreas, por mulheres, por afro-americanos e outros grupos étnico-raciais marginalizados e por imigrantes. As identidades destes grupos sociais da população trabalhadora permanecem vivas (daí a emergência de novos movimentos sociais) mesmo quando eles se integram no quadro das lutas contra o capital, mas um forte movimento dos trabalhadores é condição indispensável para as superar em algo mais vasto e que as transcende.

As implicações de todos estes fenómenos para a resposta à questão “Que Fazer?” são enormes. Assim como Lenine procurou formular uma pergunta e respostas adaptadas à resolução dos problemas da sua época, hoje precisamos de evitar as pressões para a fragmentação que resultam da diversidade da composição da classe trabalhadora nos mais diversos domínios, criando um poderoso instrumento de unificação que é o partido de massas dos trabalhadores. A grande questão é, como acomodar na mesma organização autonomia estratégica e implantação social indispensáveis para um processo de derrube do capitalismo e de tomada do poder pelo proletariado, com a descentralização e a variedade de pontos de vista que hoje predominam no plano social. Só um programa anticapitalista consistente e abrangente, que combine lutas com a educação revolucionária, isto é, que as articule com a natureza capitalista da sociedade e a necessidade de transformação social, o pode assegurar.



Aprofundar a intervenção Bloquista no mundo do Trabalho

Alberto Pestana, Almerinda Bento, Ana Durães, Ana Paula Rodrigues, António Ferreira, António Teixeira, Aurora Ribeiro, Beatriz Moura Pontes, Bruno Góis, Carla Quintas, Carlos Faria, Carlos Guinote, Carlos Luís Ramalhão, Carlos Oliveira, Catarina Santos, Cátia Domingues, Cecília Macau, Célia Rodrigues, Cipriano Pisco, Daniel Bernardino, Daniel Carapau, David Andrés Vargas, Diogo Mira, Diogo Teixeira, Elisabete Carvalho, Elsa Pereira, Edmundo Fonseca, Eduardo Couto, Esmeralda Susana, Florentino Silva, Francisco Alves Ramos, Francisco Morais, Francisco Pinto, Gonçalo Filipe, Higinio Vasconcelos, Iara Sobral, Isabel Pires, Jaime Barros Mestre, Joana Pina, João Carvalho, José Jesus, João Pedro Silva, Joaquim Espírito Santo, Jorge Magalhães, José António Sousa Figueira, José Machado Castro, José Soeiro, Liliane Raquel Sardo Ribeiro, Luís Filipe, Marc Aboim, Maria da Conceição Azevedo Sereno, Maria Deolinda Martin, Maria do Céu Silva, Maria Margarida Lourenço Monteiro, Maria Pestana, Mariana Aiveca, Marina Romana, Mário Manaia, Marta Maria Fernandes Marques, Miguel Silva, Mónica Pestana, Nelson Silva, Norberta Grilo, Paula Serralha, Paulo Aguiar, Paulo Guimarães, Paulo Sousa, Pedro Faria, Pedro Ferreira, Pedro Filipe Soares, Pedro Ramos, Raul Noetzold, Ricardo Barros, Ricardo Brito, Ricardo Cerqueira, Rodrigo Machado, Roberto Henriques, Romana Sousa, Rui Nóvoa, Rui Tavares, Sandra Cunha, Sérgio Pestana, Sérgio Sousa, Silvia Guerreiro, Sofia Figueiredo, Sónia Ribeiro, Tânia Russo, Tiago Gillot, Vasco Gusmão, Verónica Lopes, Virgílio Matos, Vitor Brilhante, Vitor Cavalinhos, Vítor Ruivo, Yessica Magalhães

A participação das e dos camaradas do Bloco de Esquerda nas Organizações Representativas dos Trabalhadores (Sindicatos; CT's; SST) tem-se mostrado essencial e diferenciadora na ação organizativa da classe trabalhadora, contrariando o sectarismo vigente e considerando o sujeito explorado em todas as suas dimensões. No Bloco de Esquerda a centralidade do trabalho faz-se sem esquecer as lutas todas e a sua interseccionalidade: os direitos das mulheres e das pessoas LGBTQI+, o combate à xenofobia e ao racismo que criminaliza a pobreza e as periferias urbanas, em particular as pessoas racializadas e migrantes.

Neste momento em que a opressão capitalista e os seus instrumentos de dominação do conjunto da classe trabalhadora se aprofundam, temos de reforçar a nossa presença nas ORT's.

O ataque aos sindicatos e ao sindicalismo, colocando-os em estado de necessidade devido ao grande golpe que foi a caducidade da contratação coletiva introduzida por PSD/CDS em 2003, agravada pelos vários governos, e mantida pelo PS após 2015, sempre com o apoio da direita, deu força à chantagem feita pelas entidades patronais sobre sindicatos e trabalhadores, desregulando horários, aumentando o trabalho extraordinário, noturno, por turnos, laboração contínua sem justificação, e mantendo os rendimentos do trabalho ao nível dos mais baixos da Europa. Este governo PSD/CDS e esta ministra, conhecida pelas suas posições e pareceres anteriores, favorecendo sempre os interesses do patronato e indo contra os trabalhadores, põe em risco até



os pequeníssimos avanços das últimas alterações ao código laboral, que estamos a começar a testar.

É urgente e mais que justo reduzir o tempo de trabalho, com horários semanais que permitam a conciliação com a vida pessoal e familiar. Devemos exigir a redução imediata para as 35 horas e que se faça o caminho para as 32 horas semanais. Neste sentido, a implementação de uma semana de quatro dias deve ser efetuada com mais um dia de descanso semanal, sem aumento da jornada diária e sem redução de retribuição, tendo em conta a participação efetiva dos sindicatos e nos termos que os trabalhadores definam.

É absolutamente necessário recuperar 25 dias de férias para todos, acabar com os bancos de horas, repor os 30 dias de indemnização por ano de trabalho em caso de despedimento, impedir a utilização excessiva do trabalho por turnos, a laboração contínua deve ser apenas permitida quando for imprescindível, os trabalhadores por turnos e laboração contínua devem ver diminuída a sua idade de reforma. Impõe-se o fim da caducidade da contratação coletiva e a reposição do princípio do tratamento mais favorável e a alteração das leis impostas pela Troika que ainda se mantêm no Código do Trabalho.

A atual ministra do Trabalho volta a promover o assalto à Segurança Social, com o velho objetivo de transformá-la em fundos entregues ao capital financeiro, individualizando os direitos associados e retirando-lhes a garantia universal.

Temos a responsabilidade de dar luta a esta pretensão das velhas e novas direitas e para isso uniremos esforços com sindicatos, associações de pensionistas, academia e partidos de esquerda. A campanha e petição sobre o trabalho por turnos, com dezenas de milhares de subscritoras e subscritores, é demonstrativa da diferença que o Bloco de Esquerda faz quando interage na base da classe trabalhadora, dando corpo aos seus reais sentimentos e necessidades.

Precisamos de ampliar esta prática e, ao mesmo tempo, sermos exigentes no combate ao sectarismo existente nos sindicatos e na central sindical onde estamos representados no Conselho Nacional, a CGTP, embora sistematicamente afastados da Comissão Executiva.

Esta circunstância só obriga a uma maior participação efetiva dos nossos aderentes nas estruturas sindicais de classe, disputando no local de trabalho a eleição para delegadas/os sindicais, integrando e promovendo a eleição de Comissões de Trabalhadores e de representantes para a Saúde e Segurança no Trabalho.

É um caminho difícil e que exige firmeza ideológica, não estamos em tempos de criar uma nova entidade que só dividirá e diminuirá ainda mais a capacidade de luta da classe que queremos representar.

Precisamos de um Bloco de Esquerda mais enraizado no mundo do trabalho, com mais participação dos nossos ativistas, num sindicalismo renovado, progressista e de classe.

Somos essenciais neste combate!



Porque se teme a democracia na escola? (parte 1)

Alexandra Vieira, Jorge Humberto, Cátia Domingues, Maria José Vitorino, Nuno Pinheiro, Raúl Rasga, Maria Deolinda Martin, Catarina Vieira e Castro, Duarte Graça, Helena Amaral, Maria Veríssimo Vieira, Fabíola Cardoso, Miguel Correia, Sandra Costa, André Julião, Manuela Antunes, Paula Teixeira, Alexandre Mano, João Martins, Renato Silva, Almerinda Bento, Cristina Guedes, João Vasconcelos, Lúcia Cunha, Carlos Costa, Albertina Pena

Passadas quase duas décadas de aplicação do Decreto-Lei 75 de 2008, que implementou a gestão unipessoal, ao mesmo tempo que se iniciava o processo de junção das escolas e, mais tarde, de formação de megagrupoamentos, não se vislumbram sinais de avaliação deste modelo, em tempos de “cultura da avaliação aguda”. Estas medidas provocaram uma transformação profunda na vida das escolas, a par da alteração do Estatuto da Carreira Docente (ECD), em 2005, mas não são merecedoras de avaliação.

Estas profundas alterações provocaram mudanças no quotidiano das escolas, na complexificação dos processos e na proletarianização e burocratização do trabalho dos docentes. É facilmente verificável que a plataformação do trabalho com monitorização remota tomou conta do tempo de todas as pessoas que trabalham nas escolas.

Paralelamente, e ao arripio da Pedagogia e da Didática, a “cultura da avaliação aguda” continua com novas provas integralmente em formato digital e em qualquer nível de ensino. Os custos elevados da implementação destes procedimentos não são acompanhados por objetivos claros e pedagógicos e muitas questões se levantam. Uma delas, a da gadgetização das aprendizagens que visa monitorizar apenas o que se ensina e não tanto o que se aprende, obriga a demora na preparação e retira tempo às aprendizagens.

Decorrente da alteração do modelo de gestão, constata-se a confusão perigosa entre o que é a participação dos Pais e Encarregados de Educação (PEE) e a fiscalização perniciosamente, intrusiva e ameaçadora do trabalho docente, combinado com a perda de autoridade e a proletarianização do trabalho. Supostamente, de aliado, o PEE passa a considerar o professor um inimigo, supostamente, mesmo quando o próprio é docente, o Pai ou Encarregado de Educação passa a considerar o professor não um aliado mas um inimigo, sugerindo até como as aulas devem ser lecionadas. Este é mais um sinal evidente do crescimento de uma cultura nociva, da perda de identidade docente, da usurpação de papéis e da perda de autoridade do docente decorrente da alteração do ECD.

A (in)governabilidade dos megagrupoamentos e a perda de identidade dos grupoamentos parece não levantar questões de maior e serve os requisitos da descentralização de competências e da municipalização, acarretando uma tutela entre ministério da educação e município, numa relação a três, na qual a escola é o elo mais fraco, como nos diz Licínio Lima.

Uma vivência democrática das escolas inclui uma proposta transformadora dos próprios alunos e alunas enquanto cidadãos e cidadãs e valoriza o papel de toda a comunidade educativa. Para



além da ausência de uma eleição entre pares, a gestão unipessoal afasta-se de modelos de liderança partilhada e representativa. As lideranças intermédias deixaram de ter intervenção vinculativa ou influência nas soluções e os processos de tomada de decisão não são participados. Isso promove um clima de isolamento e falta de apoio ao corpo docente, que não se sente envolvido nem faz parte das decisões para a resolução dos dilemas do quotidiano escolar.

A Escola não pode propor valores democráticos de liberdade e participação cívica se é gerida de cima para baixo e de fora para dentro, se não confia, se não partilha responsabilidades em equipas educativas, nem dá voz à comunidade educativa. Como se pode viver a democracia se não se desenvolve o sentimento de pertença e de participação, nomeadamente, considerando a voz dos professores, funcionários, técnicos e alunos, envolvendo-os nas decisões?

Como é fácil de constatar, mais uma vez, a autonomia das escolas foi completamente esvaziada de sentido no contexto atual. Persiste a confusão permanente entre diretor, direção e gestão, gestão intermédia, Conselho Geral e Conselho Pedagógico, este último remetido a mero órgão consultivo. Já a passividade docente tem múltiplas origens desde a kafkiana Avaliação de Desempenho Docente, a ausência de participação nas decisões, entre outras.

Assim como foi possível através de um processo democrático de auscultação, participação e decisão, desagregar freguesias, numa iniciativa vetada pelo atual PR, também deveria haver um processo similar junto das escolas. Ao contrário do que se pensa, são dezenas as versões de agrupamentos desde o tempo de Maria de Lourdes Rodrigues, agravadas pela austeridade de Passos Coelho. Esta reorganização nunca foi avaliada nem colocada a possibilidade da sua reestruturação ou reversão.

Outra faceta desta aparente autonomia hetero governada é visível nas inócuas ações de formação promovidas pelo Ministério da Educação (MECI), quase sempre de caráter obrigatório e que nunca resultam da necessidade de atualização dos professores. São disso exemplo as ações de formação no âmbito dos Decreto-Lei 54 e 55, de 2018, também eles a necessitar de avaliação, mas longe do sentido que lhe quer atribuir o mais recente decisor político. Na verdade, nem a inclusão o é, verdadeiramente, nem o é a formação para a cidadania. Estas ações de formação são de doutrinação já muito pouco disfarçado, com o objetivo de fazer alinhar pela mesma bitola. O exemplo mais recente, a formação de curta duração sobre o “Nível 0” para os alunos não falantes de português.

A propósito de decisor político, o que falta à escola é não só dar voz aos professores e a todos os que nela trabalham, como também aos especialistas em Ciências da Educação. Afinal, valorizam-se as opiniões “criativas” de pessoas distantes da escola e não aqueles que nela vivem e que a estudam. Este paradoxo precisa de resolução urgente e é condição para que as visões gestionárias e meritocráticas possam ser substituídas por ideias com fundamento científico.

Há quase duas décadas que se vive nas escolas em esforço permanente para cumprir as demandas mais ou menos ao ritmo do ministro da pasta. O desgaste docente é enorme, o sentido de impotência é desarmante. Os reflexos na saúde dos professores e demais trabalhadores são também evidentes.

Muitos dos problemas com que se confrontam as escolas estão intrinsecamente associados ao modelo de gestão não democrático e de aparente autonomia, em escolas agrupadas sem critério e de difícil coordenação.



Não se pode defender a Escola Pública sem defender que ela seja intrinsecamente uma organização democrática e com autonomia. No entanto, este assunto tornou-se numa espécie de tabu. Quem tem medo da escola democrática em Portugal?...

Numa altura em que se anuncia para breve o início do processo de análise do atual regime de gestão pelo MECI, o Bloco de Esquerda deve garantir que não será um processo de maquilhagem que perpetua o atual modelo e que as alterações propostas irão ao encontro da defesa da democracia e da autonomia nas escolas.

Porque se teme a democracia na escola? (parte 2)

Alexandra Vieira, Jorge Humberto, Cátia Domingues, Maria José Vitorino, Nuno Pinheiro, Raúl Rasga, Maria Deolinda Martin, Catarina Vieira e Castro, Duarte Graça, Helena Amaral, Maria Veríssimo Vieira, Fabíola Cardoso, Miguel Correia, Sandra Costa, André Julião, Manuela Antunes, Paula Teixeira, Alexandre Mano, João Martins, Renato Silva, Almerinda Bento, Cristina Guedes, João Vasconcelos, Lúcia Cunha, Carlos Costa, Albertina Pena

Outra faceta desta aparente autonomia hetero governada é visível nas inócuas ações de formação promovidas pelo Ministério da Educação (MECI), quase sempre de carácter obrigatório e que nunca resultam da necessidade de atualização dos professores. São disso exemplo as ações de formação no âmbito dos Decreto-Lei 54 e 55, de 2018, também eles a necessitar de avaliação, mas longe do sentido que lhe quer atribuir o mais recente decisor político. Na verdade, nem a inclusão o é, verdadeiramente, nem o é a formação para a cidadania. Estas ações de formação são de doutrinação já muito pouco disfarçado, com o objetivo de fazer alinhar pela mesma bitola. O exemplo mais recente, a formação de curta duração sobre o “Nível 0” para os alunos não falantes de português.

A propósito de decisor político, o que falta à escola é não só dar voz aos professores e a todos os que nela trabalham, como também aos especialistas em Ciências da Educação. Afinal, valorizam-se as opiniões “criativas” de pessoas distantes da escola e não aqueles que nela vivem e que a estudam. Este paradoxo precisa de resolução urgente e é condição para que as visões gestionárias e meritocráticas possam ser substituídas por ideias com fundamento científico.

Há quase duas décadas que se vive nas escolas em esforço permanente para cumprir as demandas mais ou menos ao ritmo do ministro da pasta. O desgaste docente é enorme, o sentido de impotência é desarmante. Os reflexos na saúde dos professores e demais trabalhadores são também evidentes.

Muitos dos problemas com que se confrontam as escolas estão intrinsecamente associados ao modelo de gestão não democrático e de aparente autonomia, em escolas agrupadas sem critério e de difícil coordenação.

Não se pode defender a Escola Pública sem defender que ela seja intrinsecamente uma organização democrática e com autonomia. No entanto, este assunto tornou-se numa espécie de tabu. Quem tem medo da escola democrática em Portugal?...

Numa altura em que se anuncia para breve o início do processo de análise do atual regime de gestão pelo MECI, o Bloco de Esquerda deve garantir que não será um processo de maquilhagem que perpetua o atual modelo e que as alterações propostas irão ao encontro da defesa da democracia e da autonomia nas escolas.



Crescer em Meios Conservadores: A Luta pela Nossa Voz

Alexandre Cerqueira, Ana Letícia Lopes, Andreia Gonçalves, Beatriz Coelho, Carla Pimenta, Chaima Badri, Crowley de Lima, Francisca Sousa, João Azevedo, Joana Neiva, Lúcio Neiva, Micaela Gomes, Rui Araújo, Teresa Amorim

Crescer em ambientes conservadores é, para muitas e muitos, uma experiência de isolamento e medo. Desde cedo, aprendemos que há um modelo do que é certo e errado. Quem ousa desafiar a norma torna-se um alvo. Sentimos isso na escola, onde o silêncio é autoproteção. Em casa, onde o medo de desiludir nos obriga a esconder partes de quem somos. Nas ruas, onde tudo parece feito para reforçar um mundo onde não há espaço para a diversidade.

Ouvimos professores, vizinhos e familiares ridicularizarem quem somos e o que sonhamos. Somos as “crianças difíceis e teimosas”, aqueles que “quando crescerem, vão perceber melhor”. Mas o que nos exigem não é paciência, é submissão.

À rejeição junta-se ainda o silêncio. Sem acesso a debates, a livros, a espaços onde possamos encontrar respostas para as nossas inquietações, crescemos isolados, sem referências que nos provem que há alternativas.

Para quem cresce nestes contextos, a pressão para se conformar é avassaladora. Quem resiste paga o preço: insultos, solidão, exclusão e, em casos extremos, violência física e psicológica. Quem se resigna, esconde a sua identidade, com medo de perder família ou amigos.

Hoje dizemos: não nos resignamos. Lutamos por um país onde todos os jovens possam crescer num ambiente que respeite as suas identidades, opiniões e sonhos. Para isso, exigimos:

- **Educação inclusiva** – Inclusão de conteúdos sobre diversidade sexual, identidade de género, feminismo e direitos humanos nos currículos escolares.
- **Proteção contra o ódio, discriminação e violência** – Mecanismos eficazes para denunciar casos de bullying e violência, com respostas rápidas e adequadas.
- **Espaços seguros** – Criação de redes de apoio e locais de acolhimento onde jovens possam encontrar solidariedade, partilhar experiências e construir resistência.
- **Descentralização cultural e política** – Garantir o acesso à cultura, à informação e ao ativismo em todo o país, não apenas nas grandes cidades.

Não aceitamos mais um país que ignora a sua juventude. Ser jovem em meios conservadores não pode continuar a ser uma sentença de isolamento e sofrimento. Durante demasiado tempo, quiseram fazer-nos acreditar que estávamos sós. **Mas somos muitas. E não nos calamos. Existimos. Resistimos. Porque somos o futuro.**

Das autárquicas ao trabalho local, construir raízes no território

Alexandre Cunha, António Eduardo Pereira, António Santos, Carlos Carujo, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Miguel Barrantes, Samuel Cardoso

Desde a sua formação, o Bloco representou uma lufada de ar fresco na esquerda portuguesa, transportando consigo a esperança da construção de uma esquerda anti-capitalista combativa e plural.

Foi crescendo de eleição em eleição, atingindo rapidamente resultados que sinalizavam uma influência eleitoral de massas. Infelizmente, estes resultados não tiveram correspondência a nível organizativo e de inserção social.

Este facto é o que verdadeiramente explica que o Bloco nunca tivesse obtido em eleições autárquicas resultados semelhantes aos obtidos em eleições nacionais.

26 anos depois, uma geração inteira depois, é tempo de deixar de justificar maus resultados com a “experiência” de muitos anos dos outros partidos.

Esta é uma discussão recorrente em anos de eleições autárquicas que falha em olhar para a raiz do problema: a redução do trabalho local ao trabalho autárquico.

Queixam-se os eleitos de falta de apoio das concelhias, queixam-se os militantes de ignorância do que se passa e do que fazemos nas instituições de poder local.

Evidentemente que nem as concelhias podem deixar isolados os seus eleitos, nem estes podem deixar de prestar contas aos seus eleitores a começar naturalmente pelos seus camaradas de partido.

MAS O QUE FAZ FALTA É INVERTER ESTA LÓGICA!

Reduzir o trabalho local ao trabalho autárquico significa condenar os eleitos a defender quixotesca posição de princípio contra governações locais neo-liberais de maiorias absolutas naturais ou construídas para o efeito. Com a particularidade de cá fora ninguém saber que o andamos a fazer.

Hoje, mais do que nunca, face ao crescimento da extrema-direita (nas suas diversas variantes) é necessário encontrar ou criar os locais de resistência e partilha nas cidades: nos movimentos sociais, nas comissões de moradores, nas comissões de utentes, nas associações culturais, nos grupos de intervenção cívica, nos grupos de teatro e animação cultural, nos clubes de bairro, etc. Numa sociedade atomizada, em que a interação por meios digitais exponencia o isolamento e funciona como combustível para a extrema-direita, é necessário assumir a tarefa exigente de criar rede. É preciso construir comunidade com tudo aquilo que sejam as forças vivas dos territórios.



A nossa presença nesses lugares é o garante do reconhecimento público e alimentará a intervenção dos nossos eleitos, que necessariamente terão de ser porta-vozes das preocupações, reivindicações e exigências da cidadania ativa da cidade e demais territórios.

O programa que defendemos ao nível autárquico resultará necessariamente deste enraizamento. Nem um programa que seja apenas “fazer melhor” nem um horizonte abstrato de superação do capitalismo, mas sim um programa que se baseie nas necessidades e desejos das populações para as radicalizar e, a partir delas, oferecer linhas de rutura com o mundo em que vivemos.

Salvo raras exceções, estamos longe disto no nosso trabalho local e autárquico.

Ontem já era tarde para começarmos. Vamos a isso?



Aprender com os erros, funcionar melhor

Alexandre Cunha, António Eduardo Pereira, António Santos, Carlos Carujo, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Miguel Barrantes, Ricardo Toste, Samuel Cardoso

Recebemos a herança da mitologia do revolucionário profissional que abdica de tudo na vida pela causa. Mas também a da crítica aos processos de burocratização no interior dos partidos e da defesa de uma democracia radical. A questão é o que fazer de tudo isto hoje nas condições atuais da sociedade e de um partido anti-capitalista.

E como responder aos graves erros cometidos pela direção do Bloco no caso dos despedimentos recentemente denunciados na comunicação social.

No passado recente, o partido implementou e desistiu de um modelo de contratação por concurso para afastar o espectro das contratações por grupos de amigos ou fações no interior do partido. Contudo, isso reproduziu muitas das práticas anteriores e nenhuma lição foi tirada.

E é preciso tirar lições. Sobre isso e sobre muito mais. Sobre os privilégios que implica para quem a comanda haver uma estrutura profissional, sobre os perigos da profissionalização política prevalecer sobre os espaços de militância, sobre a reprodução no interior do partido da divisão do trabalho, das desigualdades salariais e estruturas hierárquicas, sobre carreiras e como o trabalho político pode ser também um privilégio ao alcance de poucas pessoas e de pessoas de certas camadas sociais ou então como se torna uma dependência com consequências políticas e na vida, como condiciona todo um percurso de vida, sobre condições de trabalho e como de certas formas trabalho e militância se podem misturar num cocktail explosivo ou numa realidade esgotante. Sobre tudo isto e muito mais.

Há uma fragilidade imensa num partido dependente para o seu funcionamento de resultados eleitorais. Condiciona modos de funcionamento e até estratégias políticas. Há uma dificuldade estrutural em construir e fazer crescer um partido suportado sobretudo pelo autofinanciamento militante. Há uma forma dominante de fazer política que implica determinados gastos, com tudo o que isso implica. Estas são questões estruturantes num projeto político e as respostas não são factos adquiridos.

E, para além de outras consequências, e dos aspetos humanos da questão dos despedimentos no Bloco que não são de somenos importância, tudo isto implica que o partido se repense profundamente. Um amplo processo de debate sobre isto deverá ser lançado desde já. E deve ter consequências de cima a baixo no partido.

Este trecho integra o texto de uma plataforma que vários aderentes do Bloco vão apresentar à próxima convenção. O texto completo está disponível em subversao.pt. Para subscrever, envia email para asubversao@gmail.com.



POR MAL DAS NOSSAS TENDÊNCIAS

Américo Campos, Mónica Ferreira

1. TENDÊNCIAS DOMINANTES

A existência de tendências faz parte da natureza do Bloco, pois, sem as suas tendências fundadoras, o Bloco nem sequer existiria. Além disso, é saudável que haja diferentes sensibilidades ideológicas dentro do partido. Por isso, o facto de haver tendências no Bloco de Esquerda não é, em si, um problema.

O verdadeiro problema é que as duas principais tendências não se preocupam com ideologia, focando a sua atenção e energia em aspetos que possam favorecer o seu grupo, em prejuízo do Bloco, através dos seguintes **enviesamentos**:

1) Fazem-nos perder democracia, porque as decisões políticas mais importantes são predefinidas pelas cúpulas das duas principais tendências e a as reuniões dos órgãos dirigentes servem apenas para sufragar as decisões antes «cozinhadas». As bases só servem para trabalhar, mas não são ouvidas nem achadas para escolher as/os candidatas/os nas principais eleições, nem para a tomada de decisões estratégicas.

As decisões do Bloco precisam de ser decisões coletivas, de baixo para cima e de cima para baixo.

2) A falta de democracia interna é o principal fator do declínio do Bloco.

Os novos aderentes entram com entusiasmo, mas logo este é esfriado, por dois motivos: são imediatamente cacticados por uma tendência ou então desiludem-se com a falta de democracia interna. A maioria acaba por se afastar.

3) Não respeitam as minorias internas e isso é um sintoma inequívoco da falta de democracia. Esse desrespeito ficou bem patente na forma como as pequenas moções foram expurgadas pelas duas tendências dominantes.

4) O facto de o Regulamento da Convenção definir que as/os delegadas/os das Plataformas não podem ser eleitas/os para os órgãos dirigentes.

Este facto constitui uma clara discriminação destes aderentes, que podem eleger e não podem ser eleitos, contrariando uma regra básica da democracia.

5) Estimulam o esvaziamento político do Bloco, pois, dadas as diferenças ideológicas entre as duas principais tendências, estas, ao invés de conviverem fraternalmente com essas diferenças, preferem reduzir a sua práxis apenas ao pouquinho em que estão de



acordo. Ou seja, o Bloco renuncia voluntariamente a fazer política, em nome da coexistência pacífica entre as duas maiores tendências.

As duas tendências dominantes, em vez de abafarem as suas diferenças, precisam de saber usá-las para construir um Bloco pujante, plural, democrático, socialista e inclusivo, que está ao nosso alcance.

2. PEQUENAS TENDÊNCIAS

2.1. Convergência

- Grupo estalinista que, de uma forma ignóbil, mas não surpreendente, fez coro com os nossos inimigos, quando estes denegriram o Bloco, a pretexto do despedimento de funcionárias.
- Por despeito e vingança, estão disponíveis para prejudicar o mais possível o Bloco e quantos mais danos causarem ao nosso partido, antes de saírem, mais satisfeitos ficarão.
- O seu líder foi destacado dirigente do Bloco durante 19 anos, mas foi destituído, por castigo. As divergências políticas só surgiram após a sua saída do Secretariado e terminariam, se o quisessem de volta.

2.2. Radar/Moção S

- Grupo trotskista que, de repente, acordou para a falta de democracia no Bloco. Pena é que não tenham notado isso quando as pequenas moções foram expurgadas, aliás com o silêncio cúmplice deles.
- **Um dos subscritores desta moção foi um dos quatro membros da Comissão Política (CP) eleitos pela Convergência, que se demitiram em janeiro** e chamaram a Imprensa, com o intuito claro e de se juntarem à campanha para denegrir e destruir o Bloco de Esquerda.
- Pertenceram à maioria por uma década, mas saíram, não por divergências políticas, mas porque o líder desta tendência não se conformou por ter saído do Secretariado para a CP.
- Sonham que estão ainda no PREC e fazem propostas ultrarrevolucionárias e lunáticas. Frases como as seguintes são esclarecedoras:
 - «O útero capitalista (Marx) está mais que grávido, só precisa de uma parteira»;
 - «O socialismo que queremos construir... não dispensa a tomada do poder pelo proletariado»;
 - «Instala-se uma época de revolução social. É a época que nos coube viver».
- **Revelam uma enorme falta de noção da realidade.**



3. CONCLUSÃO

As **tendências dominantes** são a «cara» do Bloco, para o bem e para o mal. Apontamos os seus erros, na esperança que venham a ser corrigidos, porque o Bloco é e será a nossa casa.

As **pequenas tendências** aproveitam-se do descontentamento de muitos aderentes com o nosso funcionamento. Ou seja, a falta de democracia interna é o combustível que alimenta essas tendências. Mas não têm um projeto político que disfarce o seu oportunismo e falta de credibilidade.

Como diz o ditado popular, «**Mal por mal, antes Pombal**».



A força da comunidade

Ana Alves, Ana Costa, Ana Filipe, Bruno Góis, Diogo Gomes, Duarte Arsénio, Jéssica Vassalo, José Baptista, José Filipe, Júlia Mendes Pereira, Paula Monteiro, Santiago Lima

O ultra-nacionalismo oferece uma comunidade ilusória. Procura mobilizar a maioria, sob falsa bandeira, no interesse de uma minoria de donos. E, para isso, fomenta divisões. Opõe os trabalhadores nacionais aos estrangeiros, opõe os brancos aos negros, opõe os homens às mulheres. Ergue conspirações. Apropriou-se de uma palavra para identificar os seus inimigos: woke. O estar desperto (woke) da cultura de libertação afro-americana foi ampliado para as várias libertações. E logo os reacionários se apropriaram dela para a caricaturar. Ser anti-woke pode ter muitos matices, mas na ponta do anti-arco-íris há sempre um pote de ódio, um caldo fascista.

Comunidades verdadeiras são urgentes. O que é comum está a saque. Em nome do lucro e de uma transição energética só para alguns, os super-ricos e os seus lacaios secam rios, queimam florestas, invadem países. A pretexto da guerra e do sucesso só para alguns, os super-ricos e os seus lacaios sugam o dinheiro público, desmantelam os serviços públicos e saqueiam a segurança social.

A maioria trabalhadora e popular precisa tomar consciência de si. Salário, casa, transportes, saúde, escola, estes interesses imediatos exigem um programa político geral para a sua concretização. Este programa geral vai desde o direito à vila e à cidade até à promoção da paz e do desenvolvimento internacional, passando sempre pelo poder de quem trabalha.

Quebrar as divisões – fomentadas por várias estruturas de opressão – é chave para a força coletiva. E as divisões só se quebram com a força da solidariedade, não deixando ninguém para trás, e exigindo avançar em todas as lutas da justiça social e ecológica, do socialismo de futuro.

Para a construção de uma sociedade verdadeiramente justa e equitativa, importa reconhecer que as lutas pela justiça social e ecológica são indissociáveis. O socialismo de futuro deve abraçar a diversidade e a inclusão de todas e todos. A solidariedade deve ser vista não apenas como um princípio, mas como uma estratégia necessária e urgente para desmantelar as estruturas de opressão que perpetuam as desigualdades.

Fortalecendo as redes de apoio e o trabalho colaborativo, é possível criar uma nova resistência coletiva, capaz de desafiar as dinâmicas de poder instituídas pelo capitalismo absoluto. Não há espaço para o individualismo nesta luta; é urgente a criação de comunidades mais fortes e unidas no combate às injustiças e desigualdades. A verdadeira transformação social só será possível com comunidades coesas, unidas e determinadas no confronto para o desmantelamento dos alicerces do capitalismo.

As bandeiras que apontam a construção de um socialismo de futuro, como a redução do tempo de trabalho ou a nacionalização de setores estratégicos como a energia, precisam de uma militância presente em todo o país. Mas essa tarefa da elevação da consciência trabalhadora é dura como dura é a vida de quem trabalha. Para romper com o isolamento e com o cansaço é necessário construir espaços coletivos a nível local.



É na organização local que se desenvolve e amplia a camaradagem. Por isso, é necessário revitalizar a rede de comissões coordenadoras concelhias por todo o país e apoiar estes órgãos democráticos não só na intervenção política local institucional (autárquica), mas também na dinamização político-cultural, com momentos de formação, de convívio e de partilha. Um Bloco de Esquerda forte a nível local, casa onde se encontram milhares de ativistas das várias lutas, casa da gente comum, casa da auto-organização popular.

A luta LGBTQI+ como um projeto anticapitalista com perspectiva de classe

Ana Carolina Gomes, Ana Durães, Beatriz Pedroso, Beatriz Realinho, Duarte Graça, Duarte Santos, Gustavo Mourinho, Inês Antunes, Jéssica Vassalo, João Carvalho, Júlia Mendes Pereira, Lou Loução, Eduardo Figueiredo, Paulo Aguiar, Paulo Jorge Vieira, Ricardo Barros, Santiago Lima, Teresa Amorim, Tiago Resende

Foi nos anos 80 que começámos a assistir a algumas conquistas legais. Porém, somente no final dos anos 90, com o crescimento do movimento, é que se começou a arrancar do ponto de vista político, um vasto leque de mudanças legislativas e de políticas públicas que testemunhamos nos últimos vinte anos. O nascimento do Bloco de Esquerda, em 1999, só veio acelerar estas conquistas, sendo uma força determinante no parlamento e nas lutas. A participação do Bloco nos movimentos não está desligada de propósitos transformadores da sociedade, porque o Bloco nasceu desses mesmos movimentos.

Contudo, enquanto esquerda temos de enfrentar os desafios que temos pela frente, desafios estes que se encontram dentro da própria esquerda. Tais desafios passam por constatarmos o facto de que a luta LGBTQI+ não é a luta de uma minoria, nem uma luta identitária, mas sim a luta pela libertação sexual e de género da classe trabalhadora.

O individualismo neoliberal e o crescimento de uma direita que procura ir ao encontro de um projeto político que, dissimuladamente, se diz libertador e emancipador tem de ser rejeitado. Enquanto anticapitalistas, entendemos a complexidade das nossas experiências e o ambiente que condiciona as nossas identidades. A emancipação dos grupos oprimidos não pode ser apenas uma luta pela identidade das pessoas que compõem os mesmos, tem de passar por uma luta coletiva e interseccional, capaz de ambicionar horizontes políticos que sejam verdadeiramente emancipadores para toda a classe trabalhadora. Não aceitamos que o nosso projeto político seja confundido com o capitalismo arco-íris e cor-de-rosa, não aceitamos menos que uma verdadeira luta pelo fim do cisheteropatriarcado e do sistema capitalista que o suporta e dele se alimenta.

Temos de discutir, no debate, o facto de, e, no capitalismo, nenhum aspeto da vida, incluindo a sexualidade, existe alienada pelo modo de produção. A sexualidade está, igualmente, imersa no trabalho da produção e reprodução de todos os aspetos da realidade social. A filósofa Nancy Fraser, na sua obra *Justice Interruptus*, explora o género como um princípio básico que estrutura o trabalho reprodutivo não remunerado, uma vez que o género - como o conhecemos - está vinculado à reprodução da heterossexualidade. A reprodução de pessoas genderizadas depende da regulação social da família heterossexual, como lugar de reprodução de pessoas também elas heterossexuais que estejam aptas para dar continuidade ao sistema.

Enquanto ativistas queer, sentimos, naturalmente, os mais diretos efeitos das diversas formas da opressão cisheteropatriarcal nas nossas experiências pessoais. Ainda assim, não podemos deixar que se normalize a ideia de que a nossa luta é pela libertação de uma minoria. As amarras que denunciámos são comuns a toda a classe trabalhadora. A opressão que nos revolta é



comum a todas as pessoas que, assim como nós, vivem condicionadas por um sistema capitalista e patriarcal. Por essa razão, a esquerda tem que ser capaz de identificar que não existe uma verdadeira libertação do capitalismo enquanto não existir uma libertação do binarismo e do cisheteropatriarcado; não existe uma verdadeira emancipação das mulheres e da classe trabalhadora sem a libertação sexual; não existe uma verdadeira libertação da violência de gênero sem a emancipação do gênero.

O cisheteropatriarcado vive em constante simbiose com o sistema capitalista. A nossa crítica à divisão da classe trabalhadora não pode ser na falsa crença de um conservadorismo que agrega, mas sim de uma interseccionalidade que expõe. O Bloco de Esquerda tem que ser a força agregadora, crítica da homofobia e da transfobia, crítica da misoginia, crítica de uma extrema-direita que instrumentaliza e diaboliza parte da população como arma política.

É importante que, enquanto ativistas LGBTQI+ e militantes do Bloco de Esquerda, estejamos organizadas, em coletivo, nas marchas que enchem as ruas em dezenas de cidades. Mas é ainda preciso que, enquanto esquerda, exista um debate aberto e democrático em torno destas questões, lembrando que as nossas lutas, com uma perspectiva de classe, são comuns a toda a classe trabalhadora, quando falamos de educação, saúde, cuidados, habitação, trabalho. As mudanças que reivindicamos e o trabalho coletivo e político que realizamos são estruturais e implicam uma visão crítica ao capitalismo e ao cisheteropatriarcado que exploram a classe trabalhadora, mulheres, pessoas racializadas, migrantes e pessoas LGBTQI+ de formas desiguais.

A aspiração marxista que nos move faz com que sejam possíveis alianças com lutas quotidianas, por meio da solidariedade, reconhecendo politicamente que os nossos futuros estão vinculados àquilo que a nossa luta sempre foi: um processo que aspira a uma revolução que põe fim ao cisheteropatriarcado capitalista e ao gênero como uma experiência imposta e normativa, de modo a sermos totalmente livres.

O local é nacional.

Ana Carolina Gomes, Bárbara Xavier, Beatriz Realinho, Carlos Couto, Cristina Guedes, Inês Antunes, Manuela Antunes, Marco Mendonça

O Interior é o território fraco, menos povoado, mais silencioso, mais paisagístico. E isto é um conjunto de observações centralistas, quase paternalistas, de um olhar que divide o território nacional. Os problemas do interior não são os problemas de uns quantos distritos muito extensos e pouco povoados, são os problemas de sustentabilidade de um país, do seu desequilíbrio e das condições desiguais das comunidades que lhe dão vida.

Recentemente o interior teve uma grande vitória: a reposição das SCUT – Estradas Sem Custos para os Utilizadores. Mas sobre estas estradas ainda há muito para fazer: os pórticos têm que sair, a iluminação tem que voltar aos vários nós deixados na penumbra e o país tem que se livrar das ruinosas PPP rodoviárias, que continuam a ser um grande sorvedouro de recursos.

Ligar o interior através da ferrovia não pode ser atirado para o longínquo ano de 2050, como previsto, bem como não podem os municípios e as CIM esperar que o comboio passe para ligar as freguesias e os concelhos. Para promover o uso deste transporte em zonas de baixa densidade necessitamos de sistemas de transporte coletivo rodoviário e gratuito que permitam esta ligação. Sim - gratuito. O serviço ferroviário precisa de ser flexível, interligado e multimodal, assim como garantido em horários decentes. Enquanto não chega, a resposta rodoviária deve existir. É preciso ousar no desenho de uma rede pública de transportes que aproxime territórios e comunidades, seja qual for a sua escala.

O acesso à saúde de qualidade é um direito fundamental e deve ser garantido independentemente da localização geográfica. No interior, a escassez de serviços de saúde pública é o resultado da implantação da narrativa de que não há procura. No entanto, grandes clínicas e hospitais privados crescem como cogumelos, para lucrar com o abandono promovido por um estado gerido à medida dos interesses privados. A implementação de políticas que levem o SNS até às populações é urgente e crucial.

O acesso ao ensino, pretensamente e idealmente universal, é colocado em causa quando existem concelhos sem escolas secundárias, mesmo quando o ensino obrigatório vai até ao 12.º ano. Ou ainda quando antes do início do dia de aulas existem crianças e jovens estudantes que viajam mais de uma hora de autocarro até à escola, desde os primeiros níveis de ensino, viagem que se repete ao final do dia.

A presença do estado, seja através de tribunais, escolas ou conservatórias de proximidade, mas também de serviços que foram sendo privatizados, como os CTT, ou com gestão sem o interesse público, como a CGD, é essencial para a pertença a esta comunidade organizada no estado português. A lógica é sempre a mesma: encerrar serviços porque não há gente. Mas também funciona no sentido contrário: porque não há serviços, não haverá gente. O critério para a presença de serviços públicos no território não pode ser unicamente economicista.

Outro grande desafio que enfrentamos é o extrativismo desenfreado. Um modelo de exploração económica focado na extração massiva de recursos naturais que tem como consequência tornar o território cada vez mais suscetível a incêndios, que deterioram o solo através da perda de



flora autóctone. As populações, esquecidas em processos que dificultam a vivência quotidiana, ao mesmo tempo que facilitam a instalação de estruturas turísticas com impacto negativo na paisagem, são quem lida diretamente com as consequências nefastas do extrativismo, como a degradação ambiental, os riscos para a saúde e a perda de biodiversidade.

É crucial ouvir quem poderá ficar na sombra das grandes explorações e promover um modelo de desenvolvimento que respeite os limites naturais e a sustentabilidade a longo prazo do território. O foco deve estar em práticas que não apenas preservem, mas também fortaleçam o ecossistema e as populações que dele dependem, através de investimento que tenha como garantia o emprego não precário e o mínimo de impacto possível na fauna, na flora, na saúde das populações, mas também nas atividades que pressuponham a utilização de recursos naturais para consumo (sejam elas atividades agrícolas, de exploração animal, captações de água para consumo ou termas).

Reconhecer que as desigualdades territoriais são mais um dos fossos cavados por um sistema moldado aos interesses da elite do 1% é uma obrigação da esquerda anticapitalista. Reconhecer que as lutas locais e os anseios do interior são, de facto, lutas e anseios nacionais, é o primeiro passo para a luta pela construção coletiva ambientalmente responsável e por serviços públicos universais e justos para todas as pessoas que neste país vivem.



Semear Militância

Ana Carolina Gomes, Carlos Couto, Célia Rodrigues, Luis Diogo Figueiredo, Eduardo Marques, Elisabete Frade, Manuela Antunes, Miguel R. Cardoso, Patrícia Cardoso, Pedro Cardoso, Tiago Resende

E se vos disséssemos que há um lugar de militância que se cumpre, sem intervalos, há treze anos? Que se cumpre como lugar de aprendizagem de militância e construção de coletivo. Que se cumpre como lugar de abertura a novas vozes e perspectivas, de aproximação e desafio. Que se cumpre como lugar de experimentação artística. Que se cumpre como ritual de renovação da esperança num outro mundo possível.

Nunca ouviste falar da Sementeira? Então lê.

Esta iniciativa nasce e renasce todos os anos, reinventando-se em resposta às especificidades e exigências de cada momento. Normalmente é em julho, mas já foi em setembro. Normalmente é concentrada no tempo, mas já foi dividida em sessões ao longo do ano. Normalmente é na sede, mas já ocupou o Ícaro, centro comercial com um cinema desativado e entregue a um fundo imobiliário.

Nasceu em 2013, na sede do Bloco de Esquerda em Viseu, situada em pleno centro histórico, possibilitando condições para a exposição de artistas locais sem espaço nos Jardins Efémeros, evento cultural experimental e multidisciplinar cuja última edição foi em 2022. A Sementeira não abandonou desde então a sua missão democratizadora, crescendo e afirmando-se para além da sua existência como resposta de emergência a uma situação específica e circunstancial.

Continua hoje a garantir espaços, divulgação e condições técnicas e logísticas para acolher propostas recebidas através de uma chamada aberta a artistas, de qualquer local, que queiram apresentar os seus trabalhos, ideias e reflexões sobre o mundo que nos rodeia. A iniciativa tem tido expressão através de exposições de artes visuais e plásticas, concertos, recitais, teatro, dança, tertúlias, debates, oficinas, projeção de filmes, apresentações de livros...

O quando e a forma mudam, mas a cada edição mantém-se um certo sentido de identidade comum da Sementeira, atravessada por quatro características basilares.

Coletiva: só é possível porque pessoas diversas, aderentes e não aderentes, se encontram e discutem, constroem o programa, respondem à chamada para artistas, inventam novas formas de divulgação, montam a exposição, carregam material técnico, cozinham tachadas para partilhar ao jantar. Um coletivo fluído que vai crescendo durante os dias da iniciativa.

Artística: a arte, de todas as formas e feitios, é o fator de coesão. Como meio para a inclusão e aproximação de pessoas. Como processo de reflexão sobre o mundo social, como trabalho de desconstrução do real e imaginação de outros possíveis, como campo de construção de contra-narrativas, de narrativas alternativas às do poder dominante.

Ativista: assumindo todas as pessoas como seres artísticos e políticos e, por isso, com potencial de ação e transformação sobre o mundo social, a Sementeira age sobre o espaço e as pessoas que a rodeiam e que nela participam.



Livre: é um momento para a experimentação e para a intersecção da arte e da política, sem limites pré-determinados ou curadoria. Não é um fim e sim um processo que se desenvolve em contínuo desde 2013, resistindo à visão capitalista da arte como produto. O desafio é “o que fazer diferente?” a cada ano e começar a fazer, arriscando, terminando ou não...

Para o Bloco de Esquerda, a Sementeira é um momento de construção de partido, exemplo de consolidação e formação de militância, bem como de participação ativa e interessada.

Estamos em 2025, o desafio é, continua a ser: “o que fazer diferente?”. A resposta é: lançar sementes mais longe. Queres fazer parte? Faz.

Desmantelar o sistema das injustiças e desigualdades

Ana Carolina Gomes, Eduardo A. S. Figueiredo, Mariana Rodrigues, Miguel Cardina

O 1% mais rico da população mundial possui agora 45% da riqueza global, enquanto 44% da humanidade vive com menos de 6,85 dólares por dia (*Oxfam, 2024*). Em Portugal, a taxa de risco de pobreza ou exclusão social mantém-se nos 20,1% (comparando dados de 2023 com os de 2022), sendo, porém, acompanhada de um aumento efetivo de 20 mil pessoas em situação de risco de pobreza ou exclusão social (*Observatório Nacional da Luta Contra a Pobreza, 2024*). Por sua vez, as discriminações multiplicam-se e aprofundam-se de forma galopante, designadamente traduzindo-se num aumento exponencial do assédio, opressão e violência baseados no género, na raça-etnia, no território de origem, na língua, na religião, na deficiência, na orientação sexual, na identidade e expressão de género, nas características sexuais, nas condições socioeconómicas, entre outras (*Amnistia Internacional Portugal, 2023/2024*). A consideração das devidas interseccionalidades agrava o cenário e esboça os retratos sofrentes das gentes esfarrapadas do mundo, para quem a mera sobrevivência constitui uma luta de todos os dias.

Nenhum dos dados agora apresentados é resultado de uma mera casualidade do destino ou de uma qualquer distorção ocasional e temporária do sistema económico capitalista. Em boa verdade, representam a concretização do seu programa de acumulação e concentração da riqueza nas mãos de um grupo minúsculo à custa da exploração de outros tantos – desiderato este que depende geneticamente da edificação e manutenção de complexas relações e estruturas de poder e dominação, as quais não só privam quem trabalha de aceder ao produto do seu labor, mas também definem estrategicamente a posição de cada pessoa na hierarquia social, quais os corpos que contam, o que cada um deles pode ousar ser e fazer, até onde pode ambicionar ir. O sistema económico capitalista é, portanto, o sistema das injustiças e desigualdades, e os factos – e não apenas as perceções – estão aí para o comprovar de maneira irrefutável. É por isso que as democracias liberais burguesas falharam redondamente não só na concretização dos mais elementares imperativos de igualdade e fraternidade (que, recorde-se, houve quem pretendesse ver substituída pela propriedade), mas também de liberdade, a qual, em boa verdade, nunca logrou ir além de um simples produto de transações fragmentadas e parcelares que foram sendo historicamente materializadas à custa do sangue, suor e lágrimas de quem vive engaiolado pelo capital. Defraudadas todas as promessas, a humanidade vê-se permanentemente condenada à barbárie, que nenhuma reforma ou reestruturação sistémica parece ser capaz de evitar.

Nas suas tentativas de frear a crise do sistema económico capitalista (e mesmo a própria crise das respostas à crise), a extrema-direita tem feito de tudo para manter as hierarquias sociais, lançando mão de variadas estratégias político-ideológicas que se aproveitam da miséria, do medo e do desespero para dividir a humanidade em dois polos (“nós” e os “outros”) e transformar a igualdade (mas também a liberdade e a fraternidade) num privilégio ou regalia a que só uma certa casta pode aceder. Nessa senda, reportando-se nostalgicamente a um mundo glorioso que nunca existiu, impõe a sua mundivisão funcionalizada à proteção dos interesses de uma elite



rica, forte e poderosa; arroga-se o poder de definir quem é “igual” e quem é “diferente”, fazendo da atração pela mesmidade o seu talismã referencial e condenando a uma brutal despersonalização quem se atreva a transgredir as normas definidas; esforça-se para produzir, disseminar e normalizar os preconceitos e estereótipos que alimentam a exclusão; empenha-se em revestir de uma aura fantasmagórica as mais elementares reivindicações por justiça e igualdade material; escuda-se na igualdade formal – na qual verdadeiramente nem sequer acredita – para escamotear as suas mais perversas intenções e propósitos. O capital rejubila e estende a mão – recheada de milhões, é claro – a quem faz por si um trabalho tão sujo.

À esquerda não resta alternativa senão lutar e resistir com vista ao desmantelamento do sistema das injustiças e desigualdades. É urgente a organização política – no mundo, no país, nas nossas comunidades – para desafiar o sistema económico capitalista, bem como as relações e estruturas de poder e dominação que lhe subjazem, abrindo espaço à esperança numa realidade radicalmente diferente. É preciso reivindicar o socialismo e a premissa básica de que todas as pessoas devem ser reconhecidas enquanto tal e tratadas em conformidade, com o respeito que a sua dignidade intrínseca exige. Todos os atos contam, na conquista de direitos e liberdades, na oposição face a retrocessos. Levemo-los a cabo com ousadia, coragem e assertividade; com compreensão, afeto e sensibilidade. Como se o florescimento e emancipação, nossa e de quem nos rodeia, dependesse disso. Porque efetivamente depende.

A necessária e radical utopia de um direito à cidade

Ana Carolina Gomes, Eduardo Figueiredo, Maria Manuel Rola, Mariana Rodrigues, Miguel Cardina

Cem anos volvidos da escrita d' "O Capital", com a publicação de um manifesto que se propunha homenagear a obra, Henri Lefebvre cunha, em 1968, a expressão "direito à cidade". Inspirado nos protestos efervescentes que se viviam nas ruas de Paris, Lefebvre apercebe-se que os centros urbanos se tinham convertido num locus de reprodução das relações capitalistas, mas também no lugar onde a resistência pela comunidade poderia construir formas criativas de superação desse modelo.

Ao analisar as cidades pela lente da industrialização e da urbanização, processos estruturais que redefinem as sociedades e as suas dinâmicas no espaço e no tempo, Lefebvre conclui que com o nascimento do capitalismo concorrencial também veio uma paulatina substituição do valor de uso da cidade – a cidade enquanto obra, festa, construção coletiva e palco dialético – pelo seu valor de troca – a cidade enquanto produto, mercadoria. Em consequência, ao criticar a vida urbana, despolitizada e monótona, com uma classe operária oprimida tanto no *tempo* – trajeto casa-trabalho, sem possibilidade de lazer, encontros e manifestação de desejos – como no *espaço*, Lefebvre apresenta-nos a ideia radical do "direito à cidade": o "direito dos cidadãos-citadinos e dos grupos que eles constituem de figurar sobre todas as redes e circuitos de comunicação, de informação e de troca".

Hoje, o espaço urbano está longe de se parecer com as cidades industriais analisadas pelo sociólogo, mas a sua proposta radical permanece crucial. A imagética da crise da habitação já não é dominada por densos bairros sociais e alojamentos sobrelotados, associando-se principalmente a problemática do acesso à habitação aos efeitos do alojamento local e à gentrificação e turistificação dos centros urbanos. Estas imagens não são contraditórias, nem a mediatização da segunda em detrimento da primeira é um mero acaso, mas a consequência categórica da ausência: aqueles que sempre ficaram excluídos do acesso a uma habitação digna, também ficam necessariamente excluídos da discussão dos "modelos atuais de produção de cidade".

Ora, é claro que a financeirização da habitação, a turistificação e a gentrificação – isto é, a asunção da cidade pelo seu valor de troca – trouxe ao drama do acesso à habitação digna novos atores: uma classe média fragmentada e novas gerações em que possuir casa própria ou ter um arrendamento estável é uma miragem. No entanto, esta não é uma crise nova e devemos afastar-nos de uma análise geracional da crise se a queremos resolver estruturalmente. Querer resolver a problemática da habitação é, necessariamente, pensar a cidade para todas as pessoas que nela habitam; que dela fazem obra. Mais que uma visão fragmentada e sectorial, urge inserir na discussão do espaço e do tempo – dentro e fora de portas – componentes essenciais para uma vida verdadeiramente democrática, que resgate a ideia de cidade como um bem comum e amplamente participado. A cidade é, por definição, uma construção coletiva, e, por isso, devemos exigir protagonismo na edificação de novos modelos de cidade e da partilha do espaço para aquelas que mais sofrem – e há mais tempo – com a exclusão urbana.



Na era da cidade-mercadoria, em que “a qualidade da vida urbana se tornou uma mercadoria”, como nos diz David Harvey, dominada pela ética neoliberal do intenso individualismo, resgatar a utopia de Lefebvre como lema operacional para um desenho estrutural de cidade é um imperativo revolucionário do qual não podemos prescindir.



Apostamos no Bloco, apostamos no futuro

Ana Durães, Andreia Galvão, Beatriz Pinto, Beatriz Realinho, Catarina Santos, Diogo Duarte Silva, Diogo Gomes, Diogo Machado, Diogo Mira, Diogo Teixeira, Duarte Graça, Eduardo Couto, Esmeralda Susana, Frederico de Moura Portugal, Gonçalo Filipe, Henrique Lourenço, Hugo Andrade, Iara Dias Sobral, Íris Sá, Jéssica Costa, João Carvalho, Lou Loução, Madalena Guerreiro, Marc Aboim, Maria Leonor Costa, Mariana Guerreiro, Paulo Aguiar, Rafael Valadares, Rafaela Pereira, Raquel Lindner, Raul Noetzold, Rodrigo Machado, Santiago Carrilho, Sofia Valadas Lopes, Tatiana Monteiro, Tomás Fernandes, Vasco Ruela

Os próximos anos serão de ofensiva daqueles que defendem a guerra, atacam os trabalhadores e as trabalhadoras e manipulam a verdade. Encontramo-nos numa nova crise do capitalismo, proveniente da sua incapacidade de responder às necessidades das pessoas. Por outro lado, vemos um aumento sem precedentes nos níveis de concentração de capital. Esta conjuntura beneficia os que prosperam com a política do medo, do ódio e da violência, apostando em dividir a classe trabalhadora. O Bloco de Esquerda é a alternativa política contra a exploração e opressão capitalistas. As e os jovens do Bloco devem desempenhar um papel fulcral nesta que é a tarefa do momento: sedimentar raiz popular, robustecer redes de solidariedade, construir partido.

O programa do Bloco responde a esta conjuntura e propõe-nos perspectivas de futuro. E conseguir imaginar um futuro que não seja marcado pela catástrofe climática ou pela desigualdade ferroz não é coisa pouca para uma jovem. A nossa proposta política de transformação da sociedade e rumo ao socialismo leva-nos a conseguir projetar um futuro melhor. Isso é feito, em primeiro lugar, respondendo a esta crise do capitalismo com propostas concretas de melhoria da vida das pessoas. A luta por um ensino universal, gratuito e emancipatório é particularmente relevante para o espaço de intervenção política jovem.

As escolas e as universidades não podem funcionar como pontas-de-lança da doutrina liberal. As instituições de ensino superior e a escola pública replicam a reprodução capitalista de forma acrítica, implementando o modelo empresa-universidade. A educação está voltada para o mercado, numa óptica de utilizador/pagador, em que as palavras-chave são a rentabilidade, o sucesso e o desempenho. A educação deve ser um pilar da igualdade e da democracia, um espaço político que nos encoraja a seguir um processo de reflexão e emancipação. Enquanto houver estrada para andar, o estudante continuará a ser um sujeito político com potencial revolucionário. Queremos acabar com os exames nacionais, descolonizar os currículos, abolir a propina e instituir nas universidades um modelo de gestão democrática. O Bloco deve reforçar a sua presença junto das comunidades escolares e universitárias e absorver as suas reivindicações.

Também a formação ideológica e teórica dos e das militantes deve ser alvo de reforço, de maneira a termos uma base jovem capaz de levar o projeto político do Bloco às suas faculdades, escolas e locais de trabalho. A formação de quadros políticos é essencial ao reforço da estrutura do partido e da sua capacidade de disputa jovem. Anualmente, organizamos o Acampamento Liberdade e o



Inconformação e continuam a ser dois contributos essenciais nesse caminho. Também o reforço da presença de jovens nos vários grupos setoriais do Bloco, nas organizações locais e nos órgãos da direção favorecem uma aposta em novos militantes.

Os e as Jovens do Bloco constituem um grupo de trabalho inserido no partido, porque somos militantes do Bloco na sua totalidade e é dentro do partido que avançamos com propostas e atividades. Continuamos a identificar-nos inteiramente com essa formulação e acreditamos na força do Bloco de Esquerda. Valorizamos a diversidade e importância dos movimentos sociais, participamos neles e respeitamos a sua autonomia. No entanto, o elemento de continuidade de ação política que a organização partidária permite é fundamental. O partido, organizado e coletivo, continua a ser o melhor instrumento de organização com fins revolucionários, porque possui os meios para tal. E a troca permanente de informação entre movimento social e partido permite-nos uma visão plural do rumo a seguir.

Perante a necessidade de resistência contra a crise do capitalismo neoliberal, sentimos uma maior necessidade de pensar estruturalmente qual é a nossa perspetiva estratégica e militante. Porque afirmar a necessidade de mudar o mundo não nos responde à pergunta de como o mudar. Hoje, é fundamental não escapar a essa tarefa. É preciso incentivar a criação de grupos de trabalho e mobilização na universidade, virada não só para as questões estudantis e do trabalho, mas também para a luta feminista, *queer* e antirracista. Somos o olho da tempestade da crise multidimensional do capitalismo. A ofensiva conservadora cresce nas escolas, principalmente nas secundárias. A extrema-direita cativa os jovens através das redes sociais e espalha desinformação e propaganda. Mais que nunca, devemos criar espaços de disputa e de participação. Para isso é preciso uma estrutura coletiva forte, capaz de fazer autocrítica e de mobilizar a esperança.

As e os jovens do Bloco de Esquerda reafirmam o seu interesse por novas formas de luta contra o capitalismo e mantêm o seu compromisso político para com a construção do partido. Os tempos que se seguem são incertos, e não tomamos como garantida uma sociedade mais justa e solidária. Pelo contrário: lutamos por ela, apostando incontestavelmente no futuro.

Compromisso autarca

Ana Durães, António Soares, Bruno Góis, Carlos Oliveira, Carolina Serrão, Catarina Santos, Diogo Gomes, Diogo Mira, Eduardo Couto, Elisabete Carvalho, Elsa Pereira, Filipa Gonçalves, Florentino Silva, Francisco Alves, Francisco Cordeiro, Francisco Morais, Frederico de Moura Portugal, Inês Antunes, Isabel Pires, Jaime Mestre, Jefferson Oliveira, Joana Ideias, Joana Mortágua, Joana Pires Teixeira, João Carvalho, João David Almeida, Joaquim Raminhos, Jorge Pinto, José António Rocha, Leonor Costa, Luís Filipe Pereira, Marc Aboim, Maria Helena Nunes, Maria Manuel Rola, Marina Romana, Paula Serralha, Paulo Aguiar, Pedro Celestino, Pedro Faria, Pedro Filipe Soares, Pedro Henrique, Ricardo Moreira, Ricardo Reys, Rodrigo Machado, Rui Nóvoa, Santiago Carrilho, Sofia Marques, Susana Constante Pereira

A 12 de dezembro de 1976 realizaram-se as primeiras eleições autárquicas em Portugal. A revolução de Abril permitiu que, pela primeira vez, os autarcas fossem eleitos pelo povo e não nomeados pelo regime fascista. Em liberdade, celebramos 49 anos de poder local e de lutas sem conta pela construção dos nossos lugares.

Livremo-nos do mito de que o Bloco de Esquerda não é um partido autárquico. Primeiro, porque não fazemos política com base na soma de resultados eleitorais. Segundo, porque temos uma longa herança de autarcas apaixonados pelas suas terras e cuja militância está embrenhada na história, nas praças e nos valores das suas freguesias e concelhos. Tantas vezes das nossas esquerdas que se dedicaram à defesa dos serviços públicos, fizeram frente aos lóbis instalados nos paços das presidências e que ajudaram a desenhar identidades locais. Temos um legado de milhares de ativistas autárquicos que foram e são partes vivas das suas comunidades. Honremos esse compromisso.

As autarquias locais não são uma simples administração autónoma do Estado. Se a democracia ganha com a proximidade, têm de ser o espaço renovado da participação cidadã e do debate público. São as estruturas que seguram o nosso quotidiano, determinando a gestão do território, a dinamização do tecido cultural e associativo e com ação direta no combate às desigualdades sociais. São as primeiras linhas de adaptação às alterações climáticas que ameaçam os nossos territórios.

A política autárquica em Portugal parece afogada na gestão de mínimos, apesar das competências reforçadas em áreas fundamentais. Sem qualquer pretensão de debate alargado e de conceber um projeto para o país a partir do local. A decadência do sistema político, corrompido pelos interesses económicos e pela falência social e democrática do neoliberalismo, atinge proporções perversas nas autarquias. As Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia são capturadas pelo presidencialismo que se verga ao clientelismo, abandonando o seu desígnio de resposta às populações. As máquinas locais entretêm-se com a distribuição de cargos, entregando os rumos da maioria dos municípios aos interesses especulativos, à destruição ambiental e a promessas dormentes. É desta dormência e compadrio que o PS e o PSD tomou as autarquias e mesmo os Executivos Municipais da CDU distinguem-se pela gestão viciada e sem projeto.



Autarcas rendidos às rotundas dos supermercados e às adjudicações oportunistas. A submissão da política municipal aos privados, à monocultura do turismo e vergados ao conformismo sobre a crise da habitação resultou num país com concelhos mais desiguais, descaracterizados e hostis.

Os sucessivos Governos alimentaram a degradação do poder local, sufocando, as autarquias de meios para de facto responderem aos desafios dos seus territórios. Ao mesmo tempo, vemos em muitos casos da descentralização de competências uma autoestrada para o desmantelamento dos serviços públicos, reforçando o carácter autocrático do presidencialismo autárquico, a desresponsabilização e a asfixia de setores essenciais, como a ação social, a educação e a saúde.

Perante este sentimento de estagnação, cabe-nos a tarefa de questionar qual é o papel do autarca do Bloco de Esquerda?

O Bloco tem se afirmado como alternativa aos modelos cansados que tomaram conta das nossas autarquias. Está na hora de renovar o nosso compromisso, orientado pelo extenso histórico de propostas e de lutas locais. Discutimos mais do que o buraco no passeio ou o prédio: concebemos uma ideia de cidade. Nos concelhos onde os jovens são impedidos de viver onde cresceram, onde trabalham, onde constroem laços, o Bloco tem de ser o agente do confronto com a especulação imobiliária, a desertificação e o turismo desenfreado que nos retira o direito a uma casa para viver e os nossos espaços comuns.

Escolhemos os transportes públicos em vez do alcatrão. Escolhemos a casa em vez do alojamento local. Escolhemos o teatro além da Web Summit. Escolhemos proteger a mercearia local em vez de monopólios. Escolhemos a valorização dos trabalhadores da higiene urbana em vez das colunas de lixo. Escolhemos a justiça social em vez da criminalização da pobreza. Escolhemos a proteção ambiental em vez das urbanizações megalómanas. Escolhemos não sacrificar a memória aos cafés da moda.

É esta a força do nosso programa de defesa dos trabalhadores, aliado à luta progressista, radical e de autodeterminação contra a escalada do movimento reacionário e individualista.

O Bloco de Esquerda não se propõe a eleições autárquicas apenas para a implementação do seu programa. A diferença do nosso movimento e o nosso objetivo também é dar voz a quem é permanentemente excluído do debate público e das escolhas políticas. Dignificar as populações dos bairros precários. Exaltar as reivindicações cívicas. Abrigar a diversidade. Unir os subalternos. É este o princípio que guia o autarca do Bloco de Esquerda, dar voz ao povo.

Para fazer frente a candidaturas de marasmo e a movimentos fascizantes, assumimos o dever de somar forças e abrir diálogos para expandir o espaço político progressista. Temos um papel avançado no debate de ideias e na construção de uma candidatura de esquerda reivindicativa e transformadora, contando com a participação de quem ambiciona o direito à comunidade acima do negócio.

Contra uma política autárquica monolítica, o Bloco de Esquerda é a força da unidade popular, da esperança e do progresso. Em cada lugar.



Organizar para começar

Ana Durães, Catarina Santos, Diogo Mira, Francis Caetano, João Carvalho, Marc Aboim, Paulo Aguiar, Leonor Costa

Os tempos que correm são de acelerada mudança e isso também se faz sentir na nossa realidade interna. Somos tantos e tão poucos; somos um mar de gente que luta contra a maré. Enfrentamos uma realidade que não nos sorri e que não foi moldada por quem todos os dias se levanta para construir um mundo melhor. Seja nos nossos locais de trabalho seja nos espaços de ensino, observamos como os tentáculos da ideologia mais extremista que a direita tem para oferecer se vão espalhando; o “senso comum” molda-se à medida de uma sociedade fragmentada pelo discurso reacionário que procura um público jovem que lhe permita a sua disseminação.

Vemos a nossa organização como algo imperativo. Apenas ocupando espaço poderemos traçar um rumo nos mais diversos meios que englobam a luta por um ensino superior democrático e com os valores que herdamos da revolução de 74.

Temos o dever de reforçar o nosso compromisso militante e levar este para todas as nossas lutas. O compromisso é, acima de tudo, com os valores progressistas que prezam por um ensino para todas as pessoas; um ensino livre dos entraves que o capitalismo nos impõe todos os dias.

As e os estudantes precisam de um espaço de intervenção e de construção coletiva, organizando coletivos, mobilizando a comunidade estudantil e lançando a agenda da defesa dos princípios progressistas e em ofensiva contra a privatização e elitização do ensino superior. Agregamos lutas numa matriz de interseccionalidade e de agitação social, pressionando as associações de estudantes, as direções e a sociedade. Num momento de grande transmutação das nossas identidades e dos nossos valores, é fundamental que os nossos lugares de intervenção sejam inclusivos, com base na confiança mútua e na partilha de convicções.

É necessário reconhecer a realidade e as fragilidades no ensino que se multiplicam e se densificam. É necessário reconhecer a falta de inclusão que cada vez mais afasta os jovens. Compele-nos a urgência da ação, usando a nossa voz e força como um coletivo de estudantes pela mudança. Como jovens estudantes, temos a ânsia da busca, integrando coletivos para darmos forma à nossa militância, que mais do que nunca precisa de ganhar balanço e ocupar as nossas faculdades. Juntar forças para fazer com que as nossas preocupações e exigências sejam, de uma vez por todas, reconhecidas.

Juntar forças para sermos os e as agentes da transformação.



Despejar o capital da habitação

Ana Durães, Diogo Mira, Gonçalo Filipe, Jefferson Oliveira, Joana Mortágua, João Carvalho, Paulo Aguiar, Raul Noetzold, Rodrigo Machado, Santiago Carrilho

No tempo do capitalismo absoluto o desafio não é só salvar a democracia de um algoritmo totalitário controlado por oligarcas. Não é só a extração de mais-valia que se digitalizou e que potencia novas formas de precariedade disfarçadas de empreendedorismo auto-realizável. A promessa já não é a da distribuição popular do capital, mas a da acumulação selvagem ao alcance de um bom investidor.

A financeirização da habitação foi lançada nesse sistema de mercado como um ativo disponível para a especulação. Essa história está contada: é a falácia repetida pela direita sobre a lei da procura e oferta - nem a procura é por habitação, nem a oferta é para responder à maioria. A procura é potenciada por um segmento que procura no imobiliário somente um investimento financeiro. E a oferta está desenhada para responder às necessidades das elites endinheiradas ou de uma classe média mais remediada do que a maioria.

É neste paradigma que setores que procuram altas taxas de rentabilidade, como o turismo, encontraram terreno fértil. Uma fertilidade que tem tido o apoio de sucessivos governos, ao permitir que seja o mercado a impor um modelo de desenvolvimento que assenta na monocultura do turismo e na especulação imobiliária. Um modelo perverso que empobrece o país e que só consegue oferecer baixos salários ao exército de trabalhadores precários que o sustenta ao mesmo tempo que é ultra rentável para os especuladores.

Sobram então poucas casas para a função social que a habitação deve ter. Tão pouco que, para fingir que resolvem o problema, a solução foi arrasar o ordenamento do território e propor uma nova lei de gestão dos solos, como se fosse esse o problema. A expansão ilimitada da malha urbana é um desastre anunciado que vai unicamente facilitar a turistificação, a corrupção e a destruição do meio ambiente. É colocar a terra ao serviço do capital.

Podemos prever o resultado: fortunas imobiliárias com a conivência dos mesmos que fizeram a Herdade da Comporta, com empreendimentos demasiado caros para os salários portugueses e a habitação como um bem completamente submetido ao livre mercado, sobreaquecido. Este sistema com gula do capital estrangeiro, atraído por benefícios fiscais, vistos gold e sol o ano todo, permite que o negócio engula as nossas cidades enquanto para os trabalhadores sobram apenas os restos.

O mercado oferece-nos rendas absurdas face aos nossos salários e o Governo e as autarquias abandonam qualquer intenção de fazer frente a este flagelo. O reforço da habitação pública tarda em chegar e os bairros municipais estão entregues à degradação e à segregação, reproduzindo a narrativa da guetização e do falhanço das respostas sociais. Milhões do erário público queimados em regimes de privilégio fiscal que animam o frenesim da especulação enquanto as infraestruturas e os serviços públicos estão em decadência. Empurrada para cada vez mais longe da cidade, a classe trabalhadora acrescenta horas de transportes ao roubo diário do salário.



A habitação é central na luta pelo salário. Sabemos que num país de pequenos proprietários não basta (mas é preciso) desafiar a sacrossanta propriedade privada quando ela pertence a fundos imobiliários que não cumprem a função de uma casa: para lá morar gente. É preciso recorrer a todos os mecanismos públicos e o primeiro, além da construção, é o controle de rendas. É isso que a esquerda está a discutir em toda a Europa. Essa proposta que até há uns anos era uma monstruosidade ultrajante é hoje, face ao absurdo da realidade, uma reivindicação largamente apoiada pela classe trabalhadora. É do confronto com o sistema da ganância que abrimos espaço para a mobilização à esquerda e para disputar maiorias.

O desafio para um partido popular é apresentar bandeiras que respondam às necessidades dos trabalhadores e que estes se identifiquem com elas. Quando perguntarem “mas o que defende o Bloco de Esquerda?” que imediatamente nos role da língua o direito a casa para viver. Salários justos. Uma vida boa. Quando o país todo souber de cor as nossas propostas, ganhamos esse desafio.



Queremos mais Bloco: Aqui estamos!

Ana Penas, Ana Sartóris, Ana Sofia Ligeiro, Bruno Candeias, Carlos Cabrita, Constantino Piçarra, Cristiana Sousa, David Roque, Jéssica Oliveira, João Madeira, Jorge Teixeira, José Maia dos Santos, Nádia Penas, Rogério Ferreira, Rosário Vaz, Teodósio Alcobia, Tiago Carvalho, Victor Santos

O colapso climático e o aumento das desigualdades, o autoritarismo e o conservadorismo, a desumanidade da guerra e as disputas imperialistas pela hegemonia global, a exploração dos trabalhadores e a espoliação e destruição da natureza correspondem ao reforço de uma ínfima minoria de ricos sobre uma esmagadora maioria de pobres.

A “direitização” das instituições e o avanço das direitas populistas, oligárquicas e profundamente reacionárias, sucedem à falência das políticas neoliberais, alimentada pelas indústrias tecnológicas que promovem e difundem a mentira, os velhos e novos medos e a fragmentação da massa trabalhadora numa União Europeia cada vez mais distante dos povos e da paz. Acompanhando a tendência internacional, também em Portugal há um deslocamento do espectro político para a direita que ganha força, enquanto a esquerda perde influência sem conseguir repensar, organizar e afirmar uma alternativa, necessariamente plural, reunindo e conjugando forças.

Defendemos um Bloco de Esquerda, popular e socialista, com autonomia e independência política, radicalmente democrático que coloque o Ecosocialismo como força-motriz da luta por uma sociedade nova que queremos construir.

Queremos combater todas as formas de discriminação e de exclusão, seja de classe, etnia, género ou orientação sexual; queremos transformar e eliminar todas as formas de exploração combatendo a falsa ideologia de progresso baseada no crescimento infinito, socializando os meios de produção ao serviço das reais necessidades da maioria da população.

Para derrubar o capitalismo defendemos um Bloco de Esquerda ativo e interventivo nos novos contextos da luta de classes, sejam económicos, sociais, políticos ou culturais.

Face à acentuada desconfiança nos partidos, julgamos ser por esta via que trabalhamos pela construção de uma maioria social. Politizar e socializar o espaço público, do bairro ao local de trabalho, do sindicato à associação, na rua, no parlamento, para pensar global e agir local.

O Bloco de Esquerda não pode ser um partido meramente institucional e parlamentar, tem de estar sobretudo ligado ao pulsar da vida e ao dinamismo do movimento social. Precisa de ser (re)construído de baixo para cima, dotado de uma visão horizontal de organização, permanentemente oxigenado, descentralizado, baseado na valorização do ativismo militante, superando uma lógica de acertos e equilíbrios formais entre tendências e grupos organizados.

É necessário superar a lógica de acertos e equilíbrios formais entre tendências e grupos organizados que têm vindo a esmagar as minorias. A concentração de poderes no Secretariado, que se substitui à Comissão Política, torna a gestão quotidiana do partido opaca e pouco democrática;



o processo de reestruturação de funcionários levantou a distância entre a prática e os princípios que se diz defender. As alterações regulamentares e estatutárias seguem a mesma linha, seja para alterar à última hora, sem critério ou explicação, as regras da Convenção, preterindo a normal e atempada organização dos aderentes (ao invés de limpar cadernos eleitorais ou repensar o modelo convencional). Também a alteração dos Estatutos, eivada de ambiguidade, incorre na discricionariedade de penalizar militantes para manter o “bom nome” do partido.

É fundamental vivificar o partido, conhecer e responder aos problemas reais da população, incentivando a integração nas lutas e nos movimentos sem os capturar, trabalhando por um efetivo enraizamento político e social, única forma de melhor resistir e ultrapassar este prolongado período de refluxo.

Queremos um Bloco de Esquerda maior, que enquadre aderentes e simpatizantes, atraia gente nova, forme quadros, renove lideranças e contrarie a perda de influência em todos os níveis e instâncias do espaço público. Queremos um Bloco que estimule o pensamento crítico, o trabalho em rede e fortaleça as estruturas de base.

Somos e queremos continuar a ser aderentes do Bloco de Esquerda. Aqui estamos, alguns de nós desde a sua fundação. Movimentamo-nos nas margens de liberdade que o partido nos permite, nas suas estruturas, nas assembleias, onde entendemos que a nossa participação é politicamente útil, com reflexão crítica e proposta política, contribuindo para os desafios que temos pela frente. **Um partido de liberdade reforça-se, valorizando e respeitando a sua pluralidade e diferenças.**

É verdade que a nossa insatisfação vem de longe. Participámos em várias Convenções contribuindo para o aprofundamento do debate interno, quisemos e queremos apresentar soluções para a afirmação do partido, para melhorar a sua organização e aprofundar a democracia interna.

Aprendemos e tirámos lições que não esquecemos. Não promovemos nem apoiamos nenhuma Moção à XIV Convenção do Bloco de Esquerda, mas é aqui que continuaremos, atentos e críticos, por um Bloco plural, espaço de crescimento, espaço de todas as lutas, no caminho da emancipação social.



Feminismo e armadilhas liberais: não há mudança sem organização coletiva

Ana Vasquez, Andrea Peniche, Catarina Valente Ramalho, Helga Calçada, Joana Pires Teixeira, Maria Leonor Figueiredo, Maria Manuel Rola, Sofia Roque, Tainara Machado

Já houve muitas reflexões e críticas no Bloco de Esquerda sobre o feminismo liberal e estratégias em que não nos revemos. Para crescermos e contarmos para o debate, cremos que temos de falar sobre como os nossos ativismos têm sido, em muitos momentos, permeáveis às armadilhas do pensamento liberal.

As redes sociais transformaram profundamente a forma como nos organizamos. Se é positivo que tenham amplificado várias causas feministas e LGBTQIA+, precisamos perguntar se esse progresso é real, já que grande parte das vezes não assenta, na nossa opinião, em formas reais de organização coletiva. Estamos cada vez mais reféns das redes sociais e parece-nos seguro dizer que, sopesadas vantagens e desvantagens, elas empobreceram e enfraqueceram, em muitos casos, os debates e a capacidade de resistência e progresso. Isto não tem apenas que ver com o facto de as redes sociais serem um espaço onde todos os discursos se equivalem e em que pouco importa a fronteira entre a mentira e a verdade. Tem que ver, também, com as ilusões que este espaço digital cria e alimenta. Há quem ache que a presença nas redes sociais é uma forma de ativismo, mas essa é uma ilusão liberal, porque não há organização coletiva sem relação com outras pessoas.

Algumas ideias e práticas do feminismo liberal perpassam os nossos ativismos. Uma parte do feminismo (e do movimento LGBTQIA+) tem-se mostrado permeável ao individualismo, com consequências nocivas para o movimento e para a sua intervenção. Demasiadas vezes, o sujeito coletivo tem cedido lugar a casos individuais, erodindo a ideia de que a opressão é estrutural e só pode ser vencida se a resposta transformadora for também ela estrutural. Demasiadas vezes tem tido voz o feminismo centrado nos tetos de vidro e na capacitação individual como panaceia para a superação das desigualdades, mas ele é um logro classista e individualista. A resposta que precisamos criar ou é coletiva ou é desabafo. O individualismo é antifeminista, é a receita liberal para o imobilismo social e assenta, simultaneamente, na autodepreciação e no autoelogio e não em proposta política.

A velha e justa reivindicação dos espaços seguros, livres de assédio, foi distorcida para dar lugar a um pensamento perigoso, segundo o qual o outro é, por princípio, uma ameaça. Esta obsessão persecutória, aliada ao enfraquecimento e/ou desistência de formas de organização e participação coletivas, tem favorecido a emergência da gritaria, da delação, da vingança, da vaidade e, sobretudo, da ausência de horizonte político. Vários ativismos têm não só sido permeáveis a esta tendência, como a têm abraçado, tantas vezes, de forma acrítica. E, pior, acreditando que aí reside um compromisso com a justiça social. Puro engano.



Não nos serve um feminismo-polícia, que vigia e olha os outros sempre como ameaça, nem um feminismo-securitário, para o qual a emancipação passa por proteger cada mulher da própria sociedade, isolando-a numa espécie de redoma e remetendo-a para o papel de vítima sem agência. Nós não queremos ser vitimizadas, queremos ser livres.

Um feminismo que desiste da organização coletiva e não discute um projeto concreto de transformação e de combate às opressões é um feminismo-eucalipto. Centrado em casos particulares e em indignações incendiárias (mas fátuas) pouco ou nada contribui para a crítica, a reflexão e a construção de uma resposta. Pelo contrário, não só seca possibilidades de articulação, como, totalitariamente, ousa tentar impor a sua casuística à agenda do movimento social organizado, reproduzindo, com violência, aquilo que critica: autoritarismo e intimidação. Não se trata, pois, de debate ou proposta política, mas de chantagem. O resultado de um feminismo-eucalipto é a despolitização, a fragmentação do movimento e a ausência de horizonte político.

Enfrentamos tempos difíceis. O desespero não será útil, mas também não nos serve a ilusão. O feminismo anticapitalista e interseccional não se pode deixar capturar pelas armadilhas liberais, pelo punitivismo e pelos usos oportunistas das suas causas. Não nos resignamos aos sinais dos tempos e sabemos que o confronto que importa disputar não se trava dentro de bolhas protegidas. Em vez de nos fecharmos em espaços autorreferenciais e de nos iludirmos com fantasias liberais, devemos empenhar-nos na organização coletiva, na solidariedade política e na construção de alternativas que rompam com a lógica neoliberal do eu contra o outro.



Um ecossocialismo para os dias que correm

Andreia Galvão, Daniel Borges, Luís Fazendeiro, Mafalda Brilhante, Manuel Afonso, Maria Manuel Rola, Nelson Peralta, Ricardo Moreira, Ricardo Vicente, Rita Calvário

Desde o encerramento do ciclo das grandes Greves Climáticas Estudantis que o movimento por justiça ecológica em Portugal tem tido dificuldades em encontrar momentos e disputas para grandes mobilizações de massas. Isso não quer dizer que não tenha tido vitórias importantes a nível local - na luta contra a mineração de lítio - e a nível institucional - com a moratória à mineração em mar profundo. Mas no meio da crise da saúde, de habitação e de custo de vida, e perante o ascenso das forças da extrema-direita e hiperliberais, a luta por uma transformação socioecológica justa e por proteção ambiental tem tido dificuldade em encontrar raízes entre quem trabalha ou em ganhar protagonismo no conflito social.

A intensificação dos fenómenos climáticos extremos e das consequências das alterações climáticas trará novas dificuldades, atacando de forma desigual e prejudicando as pessoas mais vulneráveis na nossa sociedade. O abismo entre a natureza e a humanidade, escavado por uma ideologia dominante que exalta a supremacia humana sobre a natureza, dominando-a, resulta de um processo de alienação. A humanidade faz parte da natureza e o trabalho, como fonte de valor, é a expressão de uma força da mesma. Assim, a alienação entre o trabalho e o ambiente e entre o trabalho e o que é produzido é a mesma. Nas contradições que emergem da aplicação das políticas dominantes e seus conflitos, onde o trabalho não perde centralidade, poderemos encontrar brechas. Nas contradições que abrem, no entanto, poderemos encontrar brechas para avançar na luta ecossocialista.

De norte a sul do país é possível e urgente encontrar aliados. Nas populações residentes em territórios rurais e urbanos com maior risco de seca que cada vez mais veem o seu acesso a água limitado em detrimento das grandes explorações intensivas. Nos pequenos agricultores e proprietários florestais que frequentemente são assolados por secas, inundações e incêndios potenciados por eventos meteorológicos extremos e agravados por políticas de ordenamento do território que contrariam o interesse público em prol de interesses financeiros. Nas regiões onde o extrativismo mostra as suas garras.

O Bloco encontra-se numa posição dianteira para construir alianças alargadas entre os diversos setores da sociedade afetados pela seca, pela precariedade, e, de forma geral, pela gula extrativista e predatória do sistema capitalista. Mas não pode perder fôlego. Na construção de um novo programa, a planificação ecológica deve assumir um papel transversal, e central na transformação do atual modelo económico e por um mundo ecossocialista. Como pensamos as cidades, o território, a mobilidade, o trabalho, a saúde, mas também a transformação de uma economia que se afunilou no turismo de forma autodestrutiva.

A planificação ecológica é um projeto de poder popular e democrático para reconfigurar cidades construídas sobre uma manta de desigualdades e resolver a crise de habitação, mas também



para reverter a desertificação do “interior” do país e o seu isolamento com ligações rápidas de transportes públicos e mais acesso a cuidados de saúde. É também essencial para construir soberania alimentar e o direito humano à alimentação e pensar em modelos de democracia energética, reduzindo o desperdício e criando milhares de postos de trabalho com qualidade.

Mas lançar as bases de um ecossocialismo para os dias que correm não passa só por desenhar um programa para uma transformação socioecológica justa e rejeitando a produção pela produção, que só serve para alimentar a acumulação capitalista. É preciso ir onde estão as populações afetadas, trabalhar com elas para perceber os problemas de quem lá trabalha e vive, juntar forças para lutar contra os projetos do capitalismo fóssil e extrativista, entender os desafios junto dos especialistas, e descolonizar as formas de olhar e imaginar outros modos de vida. Nessa dinâmica, encontrar-se-à uma maioria para lutar, não só contra a exploração desenfreada dos bens comuns, mas também por um outro futuro melhor.



TÓPICOS PARA DEBATE

António Cruz Mendes

Podemos imaginar um futuro onde todo ou quase todo o trabalho seja executado por robots? Penso que sim. Mesmo grande parte do trabalho criativo pode ficar a cargo da Inteligência Artificial. Nesse caso, a validade da teoria do valor-trabalho fica em causa e, sendo ela a pedra basilar da teoria económica marxista, ela terá que ser revista. Nomeadamente, as teses da queda tendencial da taxa de lucro e da inevitabilidade da sucessão de crises de superprodução que, sendo cada vez mais graves, acabariam por pôr em causa a sobrevivência do capitalismo. De facto, o capitalismo tem conseguido sobreviver a muitas crises e poderá perpetuar-se por um tempo indefinido.

Esse estágio avançado da automação do trabalho pode libertar as pessoas de muitos trabalhos penosos, repetitivos e entediantes, oferecer-lhes mais tempo livre e qualidade de vida. Muitas poderão ser beneficiadas. Porém, numa sociedade capitalista, onde a economia não se guia pela satisfação de necessidades colectivas, mas pelo desejo de maximização de lucros privados, essa evolução irá originar também situações de desemprego crónico, pobreza e exclusão social. As desigualdades sociais, que já são brutais, tenderão a acentuar-se.

Além disso, as guerras pela disputa de zonas de influência entre as grandes potências e as graves alterações climáticas que inevitavelmente vão ocorrer tornarão insustentável a vida em muitas regiões do planeta, o que provocará grandes movimentos migratórios, choque culturais e o recrudescimento de sentimentos xenófobos e racistas que serão explorados pelos movimentos de extrema-direita. As democracias liberais que Fukuyama via como “o fim da história” estarão cada vez mais ameaçadas e regimes autoritários, ainda que por vezes camuflados sob a sobrevivência de alguns formalismos democráticos, poderão tornar-se dominantes.

Os poderes detidos pela alta finança e por grandes multinacionais, ou por organismos internacionais como o FMI, o Banco Central Europeu ou a Comissão Europeia, sobrepõem-se ao poder dos governos eleitos. No chamado “Ocidente”, vive-se já num regime pós-democrático. As liberdades básicas ainda são observadas, mas a governação encontra-se em larga medida refém da vontade de um pequeno número de oligarcas.

Perante isto, os movimentos e partidos de esquerda têm assumido uma postura essencialmente defensiva. Estão remetidos a lutas identitárias ou à defesa dos serviços sociais herdados do passado e carecem de um objectivo estratégico que lhes sirva como referência.

Contudo, a médio prazo, o agravamento das contradições sociais e políticas pode voltar a pôr na ordem-do-dia o socialismo como alternativa às guerras imperialistas e às sociedades capitalistas existentes.

O confronto capitalismo / socialismo trava-se, antes do mais no plano das ideias e, a esse nível, neste momento, a hegemonia do neoliberalismo é por demais evidente. Esta situação só se poderá inverter se a esquerda conseguir fazer vingar uma ideia de socialismo muito diferente daquela que historicamente se afirmou ao longo do século XX: socialismo = ditadura do proletariado (i. e., de um partido que se autodenomina como a sua vanguarda organizada) + colectivização de todas as forças de produção (de facto, a estatização não só de todo o sector primário e secundário da actividade económica, mas também de todo o sector terciário e até mesmo da grande



maioria das habitações) + economia centralmente planificada. Esse regime, que foi designado pelos seus defensores como “o socialismo realmente existente” e pelos seus detractores como “comunismo”, revelou-se economicamente ineficiente, socialmente injusto, ficou associado a ditaduras totalitárias e já foi rejeitado pela grande maioria dos trabalhadores que o experienciaram. A sua memória é, no plano da luta ideológica, uma das principais armas da burguesia na defesa que faz das virtudes do capitalismo liberal.

O marxismo, pelo menos nas suas versões mais ortodoxas, considera a moralidade como uma mera manifestação de interesses de classe. Os fundamentos do marxismo seriam científicos e, portanto, a sua defesa dispensaria argumentos de ordem ética. Pelo contrário, penso que a crítica do capitalismo e a defesa do socialismo implicam princípios que não podem ser relativizados ou considerados como meramente instrumentais, como a liberdade, a igualdade e a tolerância perante diferentes opções individuais de vida.

Neste sentido, as lutas feministas, anti-racistas e outras lutas identitárias, devem ser integradas num projecto socialista de transformação social. No entanto, para que este se possa tornar vitorioso, não se pode fragmentar numa multiplicidade de movimentos actuando de forma mais ou menos independente. É necessário valorizar as causas que são comuns às diferentes classes e grupos sociais mobilizáveis para a defesa de uma sociedade mais livre, mais igualitária e mais justa. Desde logo, as reivindicações laborais (salários, condições de trabalho, etc.) e a implementação de reformas sociais que, no campo da educação, da saúde, da habitação, etc. garantam o acesso a bens essenciais de todas as pessoas independentemente da sua condição económica.

Mas, é ainda preciso que a esquerda socialista não se reduza a tentativas de resolução de problemas muito particulares e imediatos. É necessário radicalizar a luta reivindicativa para que todos possam compreender através da sua própria experiência que os seus objectivos últimos só poderão ser alcançados na sequência de uma revolução social.

A luta pelo socialismo é um processo que ainda se poderá estender por muitos anos e que só se concretizará no quadro de uma crise profunda da ordem política e social actualmente existente. Mas, para a prosseguirmos, é indispensável que não se percam de vista os seus objectivos finais. Para tal, é necessário construir um consenso alargado em torno de um programa que defina nas suas linhas gerais o tipo de sociedade que se pretende construir. Não chega ser-se “anticapitalista”. É indispensável ser capaz de responder de uma forma convincente e mobilizadora à pergunta “o que é o socialismo?”



Os programas do Bloco

António Cruz Mendes

Os programas que têm sido aprovados no Bloco ou são meros programas eleitorais ou são moções de orientação política aprovadas em diferentes Convenções. Em qualquer dos casos, são sobretudo propostas que elencam uma série de reivindicações pontuais determinadas por conjunturas particulares. O Bloco define-se como um partido socialista, mas não é possível encontrar em nenhum dos seus textos programáticos uma ideia clara acerca do que entende por socialismo. A referência que lhe é feita nos seus Estatutos é demasiado breve e evasiva.

Isto tem várias consequências negativas. Em primeiro lugar, coloca-nos num patamar de intervenção política afim da de outros partidos reformistas, mais ou menos de esquerda, dificultando a afirmação de uma identidade própria; em segundo, favorece a possibilidade da direita continuar a retirar frutos da identificação demagógica entre o socialismo que queremos e os regimes autoritários que se definiram ou ainda se definem como "socialistas"; por fim, enfraquece a coesão do próprio partido porque, não havendo um cimento que agregue todos os seus aderentes em torno de um objectivo estratégico comum, qualquer divergência tática, qualquer pequeno desacordo, ganha uma dimensão desmesurada e torna-se motivo de rupturas e dissidências.

Não há uma resposta fácil para a questão "o que é o socialismo?". Embora, o marxismo seja para alguns uma referência fundamental, a verdade é que Marx se concentrou sobretudo na crítica do capitalismo, referindo-se de uma forma muito vaga àquilo que poderia ser uma sociedade socialista. No Bloco, os diferentes partidos que estiveram na sua fundação tiveram no passado concepções muito diferentes a esse respeito. Assim, para viabilizar a fundação do partido, preferiram concentrar-se naquilo que os unia, o "anticapitalismo", varrendo para baixo do tapete possíveis divergências sobre a sociedade que desejavam construir. Actualmente, o passado desses partidos está mais ou menos esquecido, mas a questão de saber o que entendemos por socialismo continua sob o tapete para onde foi varrida.

Entretanto, as experiências fracassadas de todas as revoluções populares ocorridas ao longo do século XX vieram pôr em causa muitas das ideias a propósito da revolução e do socialismo que, durante muito tempo, foram tidas como indiscutíveis. As próprias teorias que as fundamentavam, formuladas há mais de um século, não podem deixar de ser reavaliadas à luz das experiências das últimas décadas.

Na ausência de um debate descomplexado, franco e aberto, continuarão a prevalecer concepções que oscilam entre o dogmatismo e o ecletismo e que acabam por se traduzir numa política que flutua ao sabor das conjunturas, numa prática política eleitoralista e, em última análise, oportunista porque desprovida de um horizonte estratégico.

É certo que todos os partidos convivem mal com a incerteza. O seu processo de mobilização de apoiantes passa pela elocução de discursos peremptórios e pela afirmação de verdades insofismáveis. Nos partidos de esquerda, há uma longa tradição de lideranças carismáticas. O líder é um sujeito dotado de qualidades excepcionais e pôr em causa a sua clarividência assemelha-se quase a uma traição.



Compreende-se: a incerteza é paralisante, só a crença nos predispõe para a acção. Porém, a crença, quando se apoia num princípio de autoridade ou numa tenacidade cega aos factos que a contradizem, só nos pode conduzir à derrota. A única forma correcta de a validar funda-se na avaliação dos resultados da nossa acção e, portanto, num permanente exercício crítico.

A esquerda socialista vive actualmente uma crise indisfarçável. Os problemas que lhe são colocados pelas mudanças ocorridas nas últimas décadas são novos, são complexos, e ninguém está na posse de verdades inquestionáveis acerca da melhor forma de os resolver. Nestas circunstâncias, o pluralismo não pode continuar a ser visto como uma concessão benévola que as "maiorias" fazem às "minorias". A democracia não se reduz ao acatamento geral da vontade da maioria, é uma metodologia que exclui a hipótese de existirem verdades definitivas, mas apenas decisões a todo o momento passíveis de crítica e correcção. A divergência de opiniões no seio da esquerda é inevitável e a sua exposição sem medo de "cercos sanitários" ou de outras retaliações é a condição de um debate frutuoso na ausência do qual ninguém conseguirá avançar.



“A guerra é a pilhagem de outros povos” (K Marx)

António J Marinho da Silva, António Ribeiro Pereira, Carlos Jorge Menezes Ferreira Machado, César Gastão Cardoso Pinheiro Silva, Francisco Monteiro da Silva, José Carlos Ribeiro Gonçalves da Cunha, Maria Teresa Teixeira Mota Silva, Maria Virgínia Lima Rebelo Cerqueira, Nuno Manuel da Rocha e Freitas, Orlanda Manuela Carvalho Silva, Patrícia Kok M Silva

A atual crise de excesso de capital, e a não realização de mais-valia, é transversal a todos os imperialismos que disputam entre si a posse de mercados, de matérias-primas, e de território, acentuando a financeirização da economia. A presente guerra na Europa, e Médio-Oriente espelha, a seu modo, aquela competição. A invasão russa da Ucrânia tem como objetivo apoderar-se das suas riquezas económicas, mineiras e agrícolas e da sua integridade territorial como valor de uso, como se fosse uma mercadoria. Putin aspira a uma reversão total do que foi reconhecido internacionalmente, em 1991, inclusive pela própria Federação Russa de Yeltsin: a independência da Ucrânia, onde se inclui a Crimeia como região autónoma, e também o Donbass. O substrato ideológico justificativo foi a “nazificação” da Ucrânia e a política de “agressão do ocidente”!

Esta invasão teve uma resposta algo inesperada, com a resistência ucraniana a assumir-se de forma unida anti russa, reforçando um presidente de direita, Zelenski, e ressuscitando a NATO. Esta organização, em declínio desde as intervenções bélicas e assassinas, nos Balcãs ou Afeganistão, debatia-se com a crescente crítica e hostilidade de amplos sectores populares, designadamente na Europa. Em pouco tempo, viu-se revigorada com a adesão da Suécia e Finlândia e um aumento do seu orçamento militar. A militarização consome recursos público imensos, que são desviados de outras funções que deveriam reforçar o bem-estar social, na habitação, na saúde, e nas medidas eco socialistas. Guerra significa pilhagem dos povos agredidos, antes de mais. Mas também do agressor. Nenhum outro sistema de produção de mercadorias dispõe de financiamento em tão larga escala e assegurado pelos impostos públicos, como o militar: “dronização” e “armas inteligentes”, colocando os generais num terminal de uma qualquer rede guerreira, são uma alternativa fiável e altamente rentável: – o míssil hipersónico da Lockheed Martin custa 10 milhões de euros e os da russa NPO Splav 8 milhões!

A entrada em cena de Trump e das suas propostas de paz negociada, visam a partilha com Putin, das riquezas ucranianas, agora potenciadas pelos investimentos na recuperação de um país devastado (onde a própria Rússia está incluída). O fim da guerra significará que a solução para os problemas da partilha foi encontrada. Contudo, este plano de partilha inter-imperialista é problemático na sua concretização. A começar pela cedência de Putin aos negócios de Trump e o grau de avidez e compromisso com outras potências onde se destaca a China. E, claro, da capacidade do povo ucraniano na recusa da chantagem anunciada. O uso de armas de longo alcance, onde se inclui a aviação, poderá permitir quebrar as fontes de produção da guerra, no interior da Rússia. As restrições ao seu uso, que a UE defende, deve ser abandonado, deixando aos próprios ucranianos a decisão de o fazer ou não. Reiterando que o caminho para a paz é indissociável da retirada imediata e incondicional das tropas russas de todo o território da Ucrânia.



A invasão israelita de Gaza, como resposta ao ataque terrorista do Hamas, organização fundamentalista de natureza fascista religiosa, transformou-se numa cruel caça ao povo palestino, em continuidade com as anteriores ocupações de território na Cisjordânia. O genocídio em curso, evidencia a crise de valores, de crimes contra a humanidade, a hipocrisia e natureza barbara do capitalismo, "adocicada" agora como a "oportunidade de investimento imobiliário trampista"!

A guerra em curso irá proporcionar ao capital um novo ciclo de recuperação económica, reforçando o complexo militar-industrial, e ainda uma nova recomposição na disputa pela hegemonia imperialista à escala global. Guerra à guerra implica um trabalho minucioso, junto das camadas populares onde se inscrevem os emigrantes, criando comités antimilitaristas desde já, de que os movimentos de solidariedade com a Palestina são exemplo.



O acordo das Lajes no tempo do trumpismo

António Lima, Aurora Ribeiro, Avelina Ferreira, Francisco Mesquita, Jessica Pacheco, Joana Bettencourt, Mónica Moura, Paulo Mendes, Pedro Amaral

O trumpismo tem um pé em Portugal com o acordo bilateral de cooperação e defesa com os EUA, também conhecido como Acordo das Lajes. A utilização, não apenas da base das Lajes, mas da maioria dos aeroportos dos Açores prevista no acordo, significa que Trump poderá fazer uso de uma parte significativa do território português.

O que farão os EUA e Trump com esse acordo é uma incógnita, mas certamente que não abdicará de o utilizar. Não se espera que a mesma administração que quer comprar a Gronelândia com objetivos estratégicos de controlo do Ártico, dos recursos minerais e da passagem do noroeste, abdique do controlo de um ponto estratégico no Atlântico Norte.

O plano de limpeza étnica de Gaza, caso venha a ser posto em prática, pode vir a ter nos Açores, e nas Lajes em particular, um ponto de paragem para envio de tropas e armas para Gaza e Israel. Seriam as armas de um crime hediondo. É certo que o governo português já recusou o sobrevoo de um avião que transportava armas destinadas a Israel durante a invasão de Gaza por Israel. Mas serão futuras recusas aceites pela administração Trump sem retaliações?

A histórica subserviência de Portugal aos interesses estadunidenses, a que se juntam os postos de trabalho existentes na base das Lajes - que representam ainda uma importante parte do emprego na ilha Terceira - significam que Trump e a sua administração não precisarão de grande esforço para, fazendo uso do acordo bilateral com Portugal, utilizar os Açores em seu benefício. Não se espera grande contestação por parte do consenso Atlantista histórico de PS, PSD e CDS, a que se junta a extrema-direita e a direita trumpistas.

Acresce à tradicional posição estratégica dos Açores novos fatores de interesse para o trumpismo e os seus aliados do capitalismo tecnológico: a crescente importância dos cabos submarinos e as necessidades de minerais, que, a pretexto da corrida às novas tecnologias e às energias renováveis e seu armazenamento, as potências se apressam a estabelecer o controlo das zonas com potencial de exploração mineral.

O mar profundo e as suas vastas áreas ricas em recursos minerais constituem uma nova reserva de exploração para o capitalismo extrativista a que nenhum poder imperial irá abdicar. O conhecimento atual permite, pelo menos, colocar o mar profundo português e, em especial, o mar contíguo aos Açores no lote das zonas com potencial de exploração, o que não passará despercebido aos aliados de Trump.

Este quadro extravasa a NATO e o seu futuro, que já parece ter ultrapassado a "morte cerebral" decretada por Macron no primeiro mandato de Trump. Diz respeito a Portugal e à relação com os EUA na era do trumpismo.



A utilização dos Açores como plataforma para os planos imperialistas da administração Trump e para a limpeza étnica de Gaza só pode ser recusada liminarmente.

A ameaça e a chantagem no que respeita ao emprego que as forças militares dos EUA geram nos Açores só se combate preventivamente com planos de desenvolvimento económico de justiça social, credíveis e associados a elevada proteção social.

Ao aliciamento com milhões resultantes da exploração extrativista do mar profundo, de ambas as margens do Atlântico, que obviamente beneficiarão em Portugal apenas as elites económicas nacionais e locais que se associarem a esse plano - e há sempre quem o faça - a resposta encontra-se nas vantagens ambientais da sua preservação e num desenvolvimento científico e tecnológico que eleve as condições de vida com vista ao fim das desigualdades gritantes.



Feminismo para dentro e para fora

Bárbara Góis, Clara Sandra, Rebeca Moore, Sofia Rajado

Temos vindo a desenvolver uma discussão sobre a importância de aprofundar uma compreensão interseccional das opressões, procurando convencer o conjunto da nossa militância da necessidade de construir política capaz de unir a classe na sua diversidade, de ampliar a luta coletiva e de contribuir para uma visão que coloca como central, no seio da luta de classes, a luta contra todas as opressões - não como desvio identitário - mas como parte essencial dessa mesma luta. Uma abordagem interseccional coloca em pé de igualdade as lutas contra a opressão e as demais lutas dos/as trabalhadoras/es, como parte de uma só luta indivisível. E a realidade demonstra-o - cada vez mais, trabalhadores e jovens que se identificam como feministas, anti-racistas ou ambientalistas, através de greves, protestos de massa e mobilizações, enfrentam diretamente o sistema capitalista. Estes confrontos convertem-se em espaços para a criação e ampliação de uma consciência de classe. Reconhecemos a centralidade do papel desempenhado por grupos historicamente marginalizados, e compreendemos que são os setores que mais têm a ganhar com a derrota do capitalismo.

Contudo, o capitalismo exerce sobre nós, e sobre as nossas organizações, uma pressão brutal. Ignorar isso significa ignorar que as nossas organizações e os seus membros carregam, em diferentes graus, a marca do mundo machista, racista, capacitista e LGBTfóbico em que vivemos e também diferentes níveis de compreensão sobre as opressões. Isto implica a necessidade de lutar de igual forma dentro das organizações onde militamos (partido, sindicatos, movimento social), não para hostilizar ou dividir mas para avançar coletivamente. É uma luta justa e necessária, que é trilhada já há muitos anos e que se expressa na nossa política, no programa, nas campanhas e nas nossas figuras públicas. Mas não nos sustentamos só nestes aspetos - o nosso funcionamento interno e cultura política são igualmente decisivos. O partido precisa de ser encarado como uma ferramenta e um espaço que contraria estas pressões.

Façamos uma análise que inclua os impactos da condição de género, raça, orientação sexual e diversidade funcional na nossa militância, pois, embora almejamos uma sociedade em que sejamos todas/os "socialmente iguais humanamente diferentes e totalmente livres", a sociedade capitalista não nos dá essas condições. Faz pouco tempo que se abriu um debate dentro do Bloco sobre ser mãe da classe trabalhadora e militante, sobre a qual podemos pensar coletivamente - assumir que queremos ser representativas, que queremos mães trabalhadoras como militantes e quadros implica pensar em políticas internas para a parentalidade e sobretudo, para a maternidade (horários de reuniões, garantir sempre, em todas as atividades, creche, etc.), o que nos reforça como partido feministas com capacidade de dialogar e integrar mães, sobretudo mães trabalhadores.

Como podemos contribuir para um funcionamento e cultura política que coloquem sempre em cheque a lógica da sobrevivência do mais forte? Como podemos ter uma militância plena que tenha em conta as vidas de cada uma? Como podemos encontrar formas para que mais mulheres se sintam confortáveis, capazes e confiantes a militar, partindo de um lugar de fortalecimento? Frente aos fatores objetivos, materiais (dupla ou tripla jornada de trabalho, violência, etc.) e subjetivos, ao crescimento do conservadorismo e os ataques à esquerda, o nosso fortalecimento é



essencial. A diversidade deve tornar-se ainda mais a nossa arma, em vez de um obstáculo ou um suposto divisor. Para que isso seja possível, é essencial dar ainda mais visibilidade, voz e protagonismo aos setores mais oprimidos dentro da nossa organização.

A experiência histórica e prática (grupo antirracista, secretaria LGBTQIA+), mostra-nos que a auto-organização destes setores (em plenário/secretaria/grupos alargados), cria espaços de discussão livre, garante segurança, ajuda a fortalecer e a consolidar militantes. Sabemos que a auto-organização (não de uma perspectiva separatista!) não é a única (ou principal) instância de luta contra as opressões, mas ter um espaço dentro do Bloco que agregue e incentive discussão e elaboração feminista de forma mais ampla, que inclua a base do partido, é uma ferramenta a ponderar. Escutar, estudar e elaborar com o conjunto do nosso partido, através da formação, ajudará também a combater as expressões da opressão no nosso seio, permitirá fortalecer a nossa militância e afinar a nossa intervenção política. Ter práticas de discriminação positiva para com militantes de setores oprimidos, construir representatividade dando condições práticas para a sua consolidação, aprofundar ainda mais a nossa ligação a movimentos e lutas feministas, antirracistas, LGBTQIA+, pelos direitos das pessoas imigrantes e pessoas com diversidade funcional torna-nos, de igual modo, mais capazes de avançar juntas, para dentro e para fora.



Palestina: presente!

Beatriz Realinho, Chaima Badri, Crowley de Lima, Diogo Mira, Diogo Gomes, Gonçalo Filipe, João Azevedo, João Carvalho, Lou Loução, Paulo Aguiar, Rebeca Moore, Rodrigo Machado, Teresa Amorim

16 de fevereiro de 2025. 498 dias de genocídio. Mais de 46.707 pessoas foram assassinadas, incluindo aproximadamente 18.000 crianças. Bombardeamentos diários, ferimentos, amputações, fome, deslocamentos, privação de água e bens essenciais, ausência de liberdade. 76 anos de um projeto colonialista e sionista de ocupação, apartheid e limpeza étnica. É esta a realidade transmitida em direto. 7 de outubro de 2023 não foi o princípio, mas apenas o dia em que a venda da ignorância seletiva caiu.

Em resposta à apatia generalizada, surge um grito de protesto, de revolta e denúncia. As estudantes ocuparam universidades um pouco por todo o mundo, e Portugal não foi exceção. Face a intempéries e vozes negacionistas, o movimento estudantil 'acordou', anos após o seu *momentum* em 2019 com o movimento climático. Pintaram-se os campi e as ruas com bandeiras, cartazes e *keffiyeh*, comeu-se melancia e cultivou-se empatia. Aliadas às estudantes multiplicaram-se protestos, manifestações, vigílias diárias e semanais, sessões de cinema e debate, angariações de fundos, sendo transversal a todas estas ações a exigência de um cessar-fogo imediato e permanente e o reconhecimento do Estado da Palestina.

Para muitas de nós, este movimento foi o gatilho para expandirmos a nossa militância crítica. As jovens estudantes uniram-se em torno da solidariedade para com a Palestina, e fizeram ouvir as suas vozes nas escolas e faculdades. Encontraram no Bloco a força política crítica do sionismo e do colonialismo. Este chão comum de ativismo tomou novas proporções e sentidos: estamos atentas e só baixamos os braços quando a Palestina for livre, desde o rio até ao mar.

Passados dois anos, alcançamos um cessar-fogo tardio e muito longe de corresponder às reivindicações que tantas proferiram. Porém, esta mudança de paradigma marca um novo capítulo para o movimento. Com o desgaste acumulado de longos meses de luta ininterrupta, vemos as ações a perder adesão, mesmo mantendo as vigílias, os protestos e a luta pela libertação do povo da Palestina na ordem do dia. Mas, não será que esta mesma luta exige a libertação de todos os povos de todas as formas de opressão? Talvez, de forma a mantermos a chama viva, tenhamos de ser mais abrangentes e formar um movimento de bases que englobe e exalte quem está na linha da frente da luta contra o imperialismo, o neo-colonialismo e outras formas não tão diretas de genocídio e apagamento cultural e histórico. Desde os povos originários das Américas e Oceania que sofrem tentativas de limpeza étnica há mais de 500 anos, até ao Congo, Sudão, Haiti, Arménia, entre outros.

Com a extrema-direita a disputar espaço político, onde o contexto internacional é marcado pela tensão da reeleição de Trump, que vem marcar a aceleração da viragem à direita em vários países, como é o caso da Alemanha e do Reino Unido. Esta alteração abrupta traz, também, consigo a política da guerra com a ameaça sobre Gaza e os palestinianos com a promessa do seu esvaziamento. Trump desencadeia novas dimensões sobre o genocídio, sobre o direito democrático, a sobreania dos povos e é o símbolo de um capitalismo totalmente militarizado.



Face a um contexto internacional de ameaça, um cessar-fogo incerto, é a nossa responsabilidade, enquanto esquerda que tem uma visão internacionalista das opressões que atravessam o mundo, de acabar com a impunidade do Estado sionista de Israel e de exigir que o mesmo seja responsabilizado. Para tal, o movimento Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) é uma ferramenta poderosa, tal como nos mostra a luta contra o apartheid na África do Sul. Enquanto ativistas e militantes do Bloco de Esquerda sabemos que o caminho para a libertação da Palestina do colonialismo e do sionismo passa por fazermos uso do BDS para dirigirmos ações concretas contra o Estado de Israel.

É através da força coletiva, da nossa organização nos movimentos sociais, nos campi universitários, no partido político em que militamos, que podemos acabar com o apartheid, a ocupação, a barbárie e o genocídio. Só quando a Palestina for livre é que o verdadeiro significado de 'Nunca mais' pode ser respeitado.



Tirem as mãos dos nossos descontos e das nossas pensões

Berta Alves, Célia Rodrigues, Daniel Carapau, Deolinda Martin, Francisco Alves, João Pedro Silva, Isabel Pires, José Soeiro, Nelson Silva, Pedro Faria, Rui Távora, Sofia Figueiredo, Sónia Ribeiro, Tiago Gillot

Aproveitando o debate aberto pelo “Livro Verde para a Sustentabilidade do Sistema Previdencial”, lançado pelo anterior Governo, a coligação de direita prepara um ataque inédito à segurança social pública. A operação começou com a publicação de um relatório do Tribunal de Contas que retrata de forma falsa as contas da Segurança Social, misturando o sistema previdencial assente em descontos com as contas da Caixa Geral de Aposentações (cujas pensões são encargos do Orçamento do Estado) e com o sistema de solidariedade (não contributivo, financiado também pelo Orçamento). O objetivo político desta confusão técnica é criar uma falsa percepção de um suposto problema de sustentabilidade que não existe no regime previdencial, que funciona através dos descontos dos trabalhadores e que tem sido superavitário.

Foi a partir desta manipulação que o governo do PSD e do CDS criou um Grupo de Trabalho cujo programa é já um indicador claro da agenda que se quer por em marcha: misturar no debate da sustentabilidade o Regime Previdencial, a Caixa Geral de Aposentações e o Sistema de Proteção Social de Cidadania; mexer na taxa social única; promover os “regimes complementares” e os regimes de capitalização, através de benefícios fiscais e do desvio de contribuições para o sistema financeiro; “adequar” as prestações sociais “prolongando a vida ativa”, nomeadamente através da eliminação de regimes de acesso a pensão antecipada, e da penalização das suas regras. Entre as medidas que se têm debatido encontra-se também a possibilidade de utilizar o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (constituído pelos saldos positivos dos descontos dos trabalhadores) para pagar as pensões da CGA, que são um compromisso do Estado com os seus funcionários. Trata-se de abrir a porta ao velho projeto liberal para a Segurança Social, individualizando os direitos, retirando-lhes a garantia universal e entregando-os ao mercado.

Este programa merece uma resposta organizada do mundo do trabalho, das associações de reformados, da academia e dos partidos à esquerda.

Em primeiro lugar, é preciso denunciar e desmontar a alegação de que a Segurança Social é deficitária. No ano passado, o sistema previdencial teve receitas 4,4 mil milhões superiores às despesas. Para 2025 projeta-se um saldo positivo de quase 6 mil milhões de euros. Desse saldo fazem parte cerca de 2 mil milhões de saldo positivo resultado da contribuição dos trabalhadores imigrantes. Os recursos acumulados e capitalizados na Segurança Social correspondem a mais de 40 mil milhões de euros. De acordo com o próprio relatório constante no Orçamento do Estado apresentado pelo Governo para 2025, o Fundo de Estabilização tem saldos positivos garantidos até 2070 o que garante que suportam o sistema durante mais de uma década, mesmo sob o efeito do desejado aumento da esperança média de vida.

Em segundo lugar, é preciso denunciar os protagonistas desta operação. O economista Jorge



Bravo, nomeado pelo Governo para presidir ao Grupo de Trabalho que vai analisar e propor medidas para a Segurança Social, é o intelectual orgânico das seguradoras. Esteve por detrás da “auditoria” do Tribunal de Contas que misturou Segurança Social e CGA para agitar o fantasma da insustentabilidade do sistema. Em 2012, previu que o défice na Segurança Social chegaria este ano aos 2,5 mil milhões, quando o que há é afinal um superavite de mais de 5 mil milhões. É um defensor empenhado da abertura a regimes complementares por iniciativa das empresas a troco de benefícios fiscais. Na última década e meia, Jorge Bravo tem assinado estudos, artigos e intervenções que procuram criar uma perceção de insustentabilidade do sistema público de Segurança Social e de necessidade de um maior mercado privado de fundos de pensões, ainda com expressão reduzida em Portugal. A nova Secretária de Estado da Segurança Social vem também dos grupos que têm defendido os fundos de pensões privados. Enquanto académica, tem-se dedicado a estudar e a defender as alternativas privadas para complementar as reformas.

O Bloco deve pois promover um amplo debate e uma mobilização unitária em defesa da segurança social pública, do regime previdencial, das pensões e dos descontos dos trabalhadores, melhorando a justiça no sistema, garantindo atualizações das pensões que protejam o poder de compra, valorizando as carreiras contributivas mais longas, taxando o capital intensivo, combatendo a pobreza e promovendo o reconhecimento do desagaste de profissões e regimes de trabalho especialmente penosos. Para isso, é preciso um programa consistente e uma ação determinada para impedir o assalto que se prepara.



Renovar para Incluir: Uma Proposta para o Grupo +60

Berta Soares, Catarina Santos, António Soares, João Carvalho, Rui Tavares, Helena Martins, Adriana Martins, Soraia Oliveira, Marc Aboim, Pedro Faria, Fábio Martins, Pedro Filipe Soares, Elisabete Carvalho, Miguel Correia, Ana Isabel Silva, João Rui Mendes, Francisca Soares

Portugal é o segundo país mais envelhecido da União Europeia. Está cientificamente provado que a convivência e o debate entre diferentes gerações são fundamentais para quebrar preconceitos, combater o idadismo, promover a educação para o envelhecimento e melhorar a cognição, entre outros aspectos. Assim, torna-se evidente a necessidade de integrar no Grupo +60 pessoas que se identificam com este tema, independentemente da sua faixa etária. É para lá que todos caminhamos, e é lá que pretendemos acrescentar vida aos anos, e não apenas anos à vida. Por isso, abrir o Grupo +60 promovendo a camaradagem e a aprendizagem através de diálogos intergeracionais é fundamental para o futuro do partido e do país.

No âmbito do regulamento do processo preparatório da XIV Convenção, e após se verificar nos Boletins +60 a pouca adesão dos militantes, considerando que a Gerontologia e o apoio ao Cuidador Informal são bandeiras do Bloco de Esquerda desde 2014, propomos a criação de um Grupo de Trabalho sobre Envelhecimento. Este grupo deve ser corretamente definido, sem restrições de faixa etária, tendo legitimidade para criar atividades, conferências, encontros e debates em todo o país.

Torna-se também necessário alterar o nome do Boletim de Aposentados, Pensionistas e Reformados, uma vez que se verifica que os assuntos ali tratados são de índole nacional, não se focando no tema principal: o envelhecimento e as políticas públicas!

Eles têm pressa, nós também.

Bruno Maia

O Ministério da Saúde e o SNS são hoje geridos por um grupo de pessoas com interesses privados no setor. Foi a partir do trabalho de investigação do Esquerda que o país pôde conhecer as caras desse grupo: Eurico Castro Alves, amigo pessoal do primeiro-ministro, antigo Secretário de Estado, ex-presidente do Infarmed, dirige hoje a Ordem dos Médicos a norte e já colocou no governo os cinco primeiros nomes da sua direção. É o ministro sombra, ou melhor, o ministro de facto. A Ordem dos Médicos foi, no governo anterior, um polo de oposição e desgaste ao governo de António Costa (aliás o anterior bastonário foi, por isso, premiado com o lugar de deputado do PSD), é hoje um local de recrutamento de governantes que entram e saem ao ritmo dos escândalos dos conflitos de interesses. Eurico Castro Alves, autor do plano de emergência da saúde, responsável por atribuir 65 milhões de euros à misericórdia do Porto é, imagine-se, membro da misericórdia do Porto.

Este grupo de interesses colocados no topo da Saúde, são os facilitadores do negócio privado, que viram na governação da direita, uma oportunidade para expandir lucros, à custa do SNS. Meu dito, meu feito. Não há no programa do governo qualquer investimento no SNS que não passe pelas parcerias com o privado. É a passagem de unidades para as misericórdias, os centros de saúde privados, a promessa do retorno das PPP, o estímulo à constituição de empresas pelos profissionais. Todo um programa de assalto ao orçamento de Estado para a Saúde.

Não é novidade. Conhecemos o programa da direita dos últimos 20 anos e conhecemos bem a ação executiva do Partido Socialista, que converge com esta. A novidade está na pressa! O PSD tem pressa! Por todo o país, a ministra demite conselhos de administração e substitui-os rapidamente. O mesmo em relação à administração da saúde. Já vamos em 2 "CEO"! Só que a pressa é o sintoma de um desespero estrutural do PSD. Tantos anos longe do poder, esvaziaram as instituições públicas dos seus "boys and girls" e está, por isso, a tentar fazer num ano, aquilo que o PS fez durante oito. Autarcas que passam a dirigir hospitais sem experiência alguma, jovens militantes do PSD subitamente nomeados para altos quadros dirigentes, até um acusado de assédio sexual no local de trabalho foi nomeado para um conselho de administração. Tudo trapalhadas, pressa e desespero, com um só objetivo: acelerar as parcerias e o crescimento do negócio!

O Bloco tomou uma primeira atitude positiva de propor limites à corrida às nomeações - quem dirige os hospitais e os cuidados de saúde primários não podem ser comissários políticos! Por isso, devem submeter-se a concurso. Também já propomos, há vários anos, que os representantes dos profissionais nos conselhos de administração têm que ser eleitos.

Mas temos que ir mais longe. Ou paramos a pressa hoje, ou tudo o que no SNS for destruído (entregue a privados) já não volta - não vai ser o PS a reverter este caminho, como já nos mostrou no passado, nas alterações às leis laborais ou no campeonato das privatizações dos anos 90. Precisamos de estar nos locais onde este assalto se faz sentir, para poder denunciar e organizar. E isso faz-se com militância local. As organizações locais do Bloco devem procurar pontes, contactos, redes de comunicação com profissionais e utentes das unidades do SNS, e desenvolver uma conversa que seja constante no tempo e fiel na retribuição (com proposta política e ação local). Em cada local protagonizam-se vários combates, seja o centro de saúde que não consegue contratar médico de família, seja a lista de espera para cirurgia que aumenta, seja a falta de



especialistas no hospital. Só a proximidade com os problemas nos pode permitir encabeçar lutas que queremos multiplicar. E para isso temos pressa, porque eles têm pressa!

Juro pela minha honra defender o bom nome do partido

Carlos Carujo

A direção do Bloco pretende introduzir nos estatutos do partido o dever de “abster-se de conduta que acarrete sério prejuízo ao bom nome do partido”. Justifica a mudança com uma decisão do Tribunal Constitucional que insta o Bloco a explicitar os deveres dos militantes (mas em que a questão do bom nome obviamente não é recomendada). Isto de forma a passar a haver mais “densidade” (mas um conceito tão vago e sem sentido como este o que introduz é subjetividade, só introduziria densidade se por isso se entendesse uma espécie de nevoeiro).

A argumentação a favor desta introdução é fraquinha. Garante-se que ele até há outros partidos que o têm, como se o PS fosse modelo organizativo para nós, e que a diferença de opinião se mantém de qualquer forma porque o direito está garantido estatutariamente.

E aqui é que a porca começa a torcer o rabo. Sendo o conceito ambíguo e sujeito a interpretações diversas, surge imediatamente o problema: onde começa o prejuízo ao bom nome do partido e acaba o direito à crítica?

A este junta-se outro. O Bloco de Esquerda não tem um órgão jurisdicional que faça comissões de inquérito e aplique sanções que seja independente do órgão de direção política. Será assim a Mesa Nacional, o que na prática significa a sua maioria, a decidir a cada momento o que é o “bom nome do partido”. Sendo portanto juíza em causa própria porque imagino que nalguns casos as críticas que afetam esse tal de bom nome do partido serão críticas mais dirigidas à direção e menos dirigidas ao conjunto da militância bloquista.

Houve ainda um outro argumento avançado: que com isto não se julgarão opiniões internas mas a “atuação cívica individual e exterior ao partido”. A explicitação não colhe porque é uma justificação que está bem para além da letra da alteração. Ou seja, é uma interpretação forçada e não é o que lá está. Seja como for, apesar de não pretender entrar aqui numa discussão sobre Filosofia da Linguagem, a expressão de opinião é também uma conduta pelo que me parece estar abrangida no pacote.

Mas ainda que assim não fosse, e isso depende da interpretação que seja feita a cada momento, regressam os mesmos problemas que ficaram por resolver: mas então é o órgão que é eleito para ser a direção política do partido que vai passar a vigiar a “atuação cívica” dos aderentes? O que são condutas afinal que colocam em causa o “bom nome” do Bloco?

Para além disso, somam-se outros porque a ambiguidade continua a ser o elemento determinante da formulação. Se é para avaliar “comportamentos”, o que vai concretamente ser avaliado? Com isto vai-se precisamente contra a ideia do Tribunal Constitucional de que o aderente tem direito à partida a saber o que constitui uma violação dos estatutos. Para além disso, como vai ser avaliado? Com que instrumentos? Com que critério se julga o cumprimento do bom nome? A moral burguesa dominante? Vão passar a haver queixas sobre o que uma pessoa faz “fora”



seguidas de um julgamento “dentro”? É que como a extensão e o objeto dessa “avaliação” não é dada, corre-se o risco de violar assim os direitos de cada aderente.

E se a ideia é que alguém que seja racista ou homófobo, por exemplo, não possa ser do Bloco, isso já não pode acontecer à partida porque é uma violação os estatutos de um partido que se estabelece contra isso, não porque colocaria o “bom nome” da organização em causa.

Não nos enganemos. O assunto é sério. Tão sério que até se introduz o adjetivo sério nos estatutos. Pode até ser que não hajam muitos problemas com isto. Porque será preciso muito para acarretar um “sério prejuízo ao bom nome do partido”. Pela minha parte, eu, que não tenho bom nome, só nome, posso-me comprometer a não o fazer. Até porque sou preguiçoso e isso de acarretar sério prejuízo parece-me coisa que dá muito trabalho.

Agora aquilo com o qual não me comprometerei de todo é com outra das alterações que inclui o dever de agir com “urbanidade”. Para além de não saber o que seja, soa-me a cena muito clas-sista. Quer-me parecer que não me apanharão a agir com urbanidade. Estou habituado há muito a agir com suburbanidade com traços de ruralidade. O que hei-de fazer...? Sou fiel às minhas origens.

O deserto é menos árido em conjunto

Carlos Carujo, João Patrocínio, Samuel Cardoso

A política envolve todos os poros da sociedade, quer se queira, quer não: não podemos fugir a ela. O envolvimento político mais direto, quer num partido, numa associação, num sindicato, no que seja, já parte de uma escolha mais explícita de agir de forma coletiva para procurar moldar o funcionamento da sociedade.

Esta escolha de se envolver pode prender-se a racionais tão distintos como a tentativa de combater as injustiças sociais ou conseguir status e empregos. Mesmo à esquerda, quando este impulso de engajamento é indissociável de uma determinada forma de ver o mundo e de se situar nele – desnaturalizando as desigualdades sociais e concebendo um mundo onde sejamos, usando de empréstimo as palavras de Rosa Luxemburgo, socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres –, não quer dizer que os motivos não sejam múltiplos e complexos. A necessidade de reconhecimento, por exemplo, atravessa toda a nossa existência. É quase aberrante dizer que não nos importa o que os outros pensam de nós. Importa, é essencial, somos animais sociais: ignorar isso é escolher colocar palas nos olhos. Negar a multiplicidade de motivos e desejos é um mau serviço a uma causa que se quer emancipadora e libertadora da humanidade.

Por causa da multiplicidade de desejos que presidem à participação política, é difícil concebê-la de uma forma unidimensional (por exemplo enquanto desejo meramente altruísta ou simplesmente egoísta). E mais difícil fica quando levamos em linha de conta que o envolvimento ativo na política é inerentemente caracterizada pelo expressar de relações de poder de uma forma particularmente intensa, ostensiva e permanente.

Dentro dos movimentos políticos, esta importância sublimada do poder faz com que muitas das piores coisas das pessoas venham ao de cima, porque o poder altera e inebria. De entre as mais evidentes, podemos pensar na prepotência, na ridicularização dos outros, no intriguismo, na soberba. Termos consciência disto é importante: até porque todos, de uma forma ou outro, caímos em hábitos enraizados e replicamos algumas destas coisas. O envolvimento político é uma prática difícil.

Estas características criam um desgaste emocional, mais acentuado para quem não “manda”, ou manda pouco. Pensamos que isso ajuda a compreender em larga medida a dificuldade de a esquerda manter a sua militância: décadas de derrotas consecutivas intercaladas apenas por breves e pequenas vitórias, uma sociedade que por ser capitalista é estruturalmente repelidora da esquerda anticapitalista com exceção dos momentos de rutura sistémica, e a centralização de poder em movimentos políticos onde a capacidade de disputar o poder a nível social escasseia geram uma sensação de impotência e um derrotismo generalizado.

É sempre bom lembrarmo-nos que fazer política implica construir laços entre humanos e que o conflito é uma inerência. Se queremos militar sempre pelo socialismo num contexto histórico que se nos apresenta como tão desfavorável, precisamos de conseguir ter o distanciamento para



saber que as relações entre pessoas, num movimento político então, são complexas, e não patologizar aqueles que se apresentam como nossos adversários internos, para que o ressentimento não tome conta do essencial do desejo político. Ninguém está a salvo disto: maiorias, minorias, seja qual for a geometria política de que falemos.

Que ilações políticas tirar destas constatações?

Temos de contribuir, na disputa de ideias e na prática quotidiana – nas associações locais, nos bairros, em todos os lugares onde se constrói coletivo – para um movimento de massas que gere convulsões no capitalismo e nos tire do caminho de retrocesso, liberalização económica e fascização social das nossas sociedades. Para o fazer, é preciso aceitar que, mesmo quando estamos muito convencidos da nossa razão, precisamos de dialogar com outros com que discordamos e construir em conjunto. Excluir das decisões afasta e enfraquece-nos coletivamente.

A direção do Bloco deve reconhecer a necessidade de uma militância intensa e com liberdade de tomada de decisão, dentro do que são os parâmetros políticos basilares que nos definem. Não hostilizar quem se apresente de forma diferente, e compreender que uma melhor distribuição de poder vai não apenas mais em linha com a sociedade por que nos batemos, como é a melhor forma de manter militantes e de incentivar uma militância intensa. Precisamos de abertura para dialogar com quem foi do Bloco e dele saiu, para quem com ele se desiluiu, para quem dele duvida num conjunto de assuntos, mas se situa inequivocamente do lado da política emancipatória: é preciso trazer estas pessoas para o Bloco, dar-lhes este espaço para militarem e construir mais Bloco.

A caminhada no deserto, que esperemos que não seja particularmente longa no tempo, em que nos encontramos, é menos penosa pessoalmente, e menos prologada politicamente, se a fizermos em conjunto.



Moção S

Carlos Costa

1)- O Bloco deve defender a construção de Habitação pública com rendas acessíveis calculadas pelo rendimento anual bruto (RAB), da declaração do IRS. A construção de Habitação pública deve ser através do programa do IRU, em articulação das autarquias, recorrendo aos subsídios existentes atribuídos para a sua construção e execução, segundo o panarimeiro direito da Habitação, como consta na constituição da república portuguesa.

2)- SNS, conforme da lei de bases de António Arnaud e João Semedo, e mais autonomia dos Hospitais, centros de saúde, ULS, para apresentar candidaturas para Gestão e Direção dos serviços, nesses locais de profissionais de saúde exercer a sua atividade laborar, e que seja feito por concurso público, cumprido a Constituição da República.

3)- Educação inclusiva e democrática; As escolas sejam mais autónoma na nomeação de gestores e diretores escolares que possam concorrer através de concurso público aos cargos profissionais para dirigir as escolas em articulação com as autarquias assim cumprir a lei atual.

4)- Trabalho com salários dignos que possam as famílias pagar as suas despesas de casa, educação dos filhos, despesas de saúde. O cálculo para salário digno sobre a inflação anual e o custo de vida dos bens essenciais anual.

5)- Reforma digna para os os pensionistas que recebem reformas abaixo do limiar da pobreza, o aumento deve ser igual ao salário mínimo nacional, e atualização anual, igual à inflação.

Todos que escrevi devem ser a bandeira na luta do Bloco, está na nossa constituição estes direitos, que falta ser cumprido pelos governos, e dos representantes dos portugueses no parlamento, Assembleia da República Portuguesa.



Migração, Palestina E NATO: Linhas Vermelhas da Esquerda Internacionalista

Carlos Vieira

1. Ao contrário da propaganda do Chega e do governo, ter acabado com a “manifestação de interesse” só agrava a imigração clandestina, infernizando a vida dos imigrantes e dos empresários honestos. A necessidade de mão-de-obra em todas as áreas da economia é que tem “efeito de chamada”, e não o acolhimento legal e digno dos imigrantes que contribuem para a sustentabilidade da Segurança Social a quem deram, em 2024, um saldo positivo de 1.800 milhões de euros. Mas Pedro Nuno Santos segue o mau exemplo de outros sociais-liberais europeus do centro que, impotentes perante o ascenso da extrema-direita, resvalam para a valeta do populismo e ignoram os direitos humanos.

2. Envergonha-nos a cumplicidade da União Europeia (Portugal incluído) com o genocídio dos palestinianos, quer por acção (a Alemanha de Scholtz foi o 2º. maior fornecedor de armas a Israel, a seguir aos EUA de Biden & Trump), quer por omissão (recusando reconhecer o Estado da Palestina, contra várias resoluções da ONU desde 1947, e cortar relações diplomáticas com os genocidas no poder em Israel com mandados de captura do Tribunal Penal Internacional).

3. A realidade também está a desmentir a propaganda dos EUA/NATO/UE de que é necessário os países europeus cortarem nas despesas sociais para aumentar a despesa com a Defesa. O secretário-geral da NATO, Mark Rutte, diz que “é altura de mudar para uma mentalidade de guerra”. Nuno Severiano Teixeira, que foi ministro da Defesa e ministro da Administração Interna de governos do PS, faz coro com a direita: “O investimento na defesa é um factor de desenvolvimento (...) é preciso equilibrar um pouco mais as despesas sociais”. E o “chefe” Costa do Conselho Europeu admite que o esforço financeiro para a Defesa chegue aos 5%, como exige Trump.

A melhor defesa é o ataque... à ignorância, às desigualdades sociais, à pobreza e às alterações climáticas. Num país com 2 milhões de pobres, com tantas carências na Saúde, Habitação e Educação, e onde nem 1% do PIB vai para a Cultura, seria obsceno um aumento para a Defesa de 2%, muito menos de 3%, o que equivaleria a metade do Orçamento anual do SNS.

Rutte argumenta com a ameaça da Rússia, que consegue atingir a costa portuguesa. Como se Putin tivesse forças para entrar em conflito directo com a UE. Com a sua criminoso invasão da Ucrânia, nem conseguiu manter a NATO longe das fronteiras russas, como era seu objectivo, compreensível. Também os EUA, quando a URSS enviou mísseis para Cuba, em retaliação pela colocação de mísseis balísticos dos EUA na Turquia, ameaçaram com uma guerra nuclear. Mário Soares, num artigo na Visão, em 2008, alertou: “A NATO (...) está a tornar-se uma ameaça à paz. Cuidado União Europeia”, aludindo à provocação do “braço armado dos EUA” ao expandir as suas bases para as fronteiras da Rússia. A interferência da União Europeia também contribuiu para a guerra. A Comissão Europeia, presidida por Durão Barroso, disse ao presidente Ianukovitch que tinha de escolher entre ter relações comerciais amigáveis com a vizinha Rússia ou com a União



Europeia; Merkel e Hollande confessaram que apadrinharam os Acordos de Minsk apenas para “ganhar tempo”, traindo Putin e o direito à autodeterminação do povo russófono do Donbass; von der Leyen (com Biden e Boris), pouco depois da invasão desviou Zelensky das negociações para o cessar-fogo com Putin, apostando na escalada da guerra, no interesse dos maiores vendedores de armas (EUA, RU, Alemanha e França).

Afinal, é o dono da NATO, os EUA de Trump, que ameaça invadir países da Europa, como a Gronelândia, território da Dinamarca. Não será a NATO a defender-nos dos paranóicos fascistas Trump e Musk à frente do império hegemónico. Se os portugueses sofreram quase meio século de ditadura foi porque a NATO a incluiu na sua fundação em 1949. A NATO, durante as décadas de 1960, 70 e 80, organizou, em colaboração com a CIA, uma rede de exércitos paramilitares clandestinos, em 14 países europeus, coordenados por serviços secretos militares (Rede “Stay Behind”), a pretexto de uma eventual invasão soviética, responsáveis por atentados terroristas de falsa bandeira, perpetrados por fascistas e ex-nazis. Em 1990, em Itália, o juiz Casson, enquanto investigava terroristas de direita, descobriu nos arquivos dos Serviços Secretos Militares a operação “Gladio”, um exército secreto dentro do Estado, que instaurou o terror bombista (491 mortos e 1181 feridos), acusando falsamente a esquerda, com o objectivo de impedir o “compromisso histórico” do Partido Democrata-Cristão, de Aldo Moro, com o Partido Comunista (o 2º maior de Itália, na época). Tudo isto foi provado em inquéritos do Parlamento e do Senado italianos.

Não a um exército europeu! Seria a antecâmara de um anacrónico império europeu de nostálgicos do colonialismo. Mas a cumplicidade da NATO/EUA com o genocídio em Gaza é a gota de água que exige a

Saída de Portugal da NATO, já! Para vivermos todos em PAZ!



Resistir, construir, transformar **– o nosso horizonte de ação**

Daniel Borges

O avanço da direita no plano nacional e no plano internacional concretizaram-se rápido. A nível internacional avançam a uma velocidade vertiginosa com a política externa de Trump, guiada pelas grandes empresas tecnológicas. Conflito em Gaza, negócio na Ucrânia, dominação da União Europeia e insinuações pouco inocentes sobre a anexação da Gronelândia e do Canadá são guiadas pela necessidade de suportar uma economia que foge à crise com a ajuda da Big Tech.

A nível nacional, a direita confirma a sua maioria. Luís Montenegro fazia campanha até ter a certeza que o Orçamento do Estado passava. O Partido Socialista, desnorteado e sem liderança, cedeu e cumpriu o seu papel histórico. Agora, Aliança Democrática aproxima-se da extrema-direita na segurança e imigração. A esquerda está cada vez mais cercada e a reação responde com força aos avanços do final da década passada.

No horizonte próximo coloca-se a tarefa imediata da resistência. Resistência das conquistas que conseguimos, que não podemos permitir que sejam colocadas em cheque; e resistência aos novos ataques da direita, que se qualificam num primeiro momento (como nas outras sociedades capitalistas avançadas) pela guerra cultural, mas que se traduzem inevitavelmente no plano material.

Essa orientação obriga-nos a um debate fundamental sobre tática e alianças, ao qual não podemos fugir. Resistir nas garantias do atual Estado social não significa morrer na espada pela forma como a sua neoliberalização falhou milhares de pessoas. Mas também não significa deixar os avanços que o período democrático trouxe aos abutres da direita.

Alianças defensivas, então, serão necessárias nas ruas - como foi o caso dos 50 anos do 25 de abril e da manifestação Não Nos Encostem À Parede – mas configuram-se como momentos de polarizar com o centro e conseguir mobilizações com propostas claras contra a barbárie da extrema-direita. Serão também precisas alianças institucionais, sem sectarismo mas também sem ilusões sobre a natureza dos partidos do centro. Um pé em falso é um prego no caixão.

Mas a orientação para a resistência obriga-nos também a um debate organizativo, que só pode ser tido em boa fé e tendo como linha guia a auto-crítica. O percurso do Bloco marca as suas fragilidades. Ondas sucessivas de alto sucesso e retrocesso na representação institucional funcionaram numa necessidade de reorientar a organização do partido por várias vezes. Quando elegia muitos deputados, o Bloco era obrigado a orientar a sua estrutura para um trabalho parlamentar exigente, quando os perdia, a focar-se no trabalho interno. Essa situação deixa o partido com estruturas orgânicas fragilizadas, particularmente em momentos de resistência. A erosão de quadros e militantes é disso uma consequência natural em tempos de refluxo.

Ultrapassar as fragilidades orgânicas da nossa estrutura e a atrofia organizativa é uma necessidade evidente para os militantes. Para isso precisamos de debater nesta Convenção o que correu mal no passado e o que podemos melhorar. Trabalho de base, formação de quadros,



enraizamento social. São palavras que, repetidas num texto destes, não têm significado se não forem acompanhadas da sua experiência real com 26 anos de história e 25 antes, de diferentes tradições políticas.

Como é que se reativam os núcleos que estão adormecidos ou depauperados? Que tipos de quadros queremos formar? Que ferramentas utilizamos para o fazer? Como é que a estrutura militante se organiza no movimento social? E dentro do partido? É possível reconstruir a militância jovem? Como é que a estrutura militante pode construir o partido para preencher as suas necessidades fundamentais? E, em último plano, como é que se escala essa estrutura para um partido de massas?

A essas questões soma-se a política em concreto. A agenda que a esquerda socialista avança em 2025, face à extrema-direita, está ligada ao seu enraizamento social e ao seu apelo de massas. O programa que o Bloco está a construir será a pedra angular da sua ação. Uma política que defenda o ecossocialismo, o regresso do planeamento e uma agenda de justiça social anticapitalista.

A direção do partido não se pode fechar para dentro para ter esta discussão, nem os militantes a podem deixar a falar sozinha. Resistir, ultrapassar as debilidades organizativas, reforçar a organização, construir estruturas para transformar a sociedade é um trabalho e responsabilidade de todos os militantes.



Balanço e perspetivas no movimento pelo direito à habitação

Daniel Borges, Gonçalo Filipe, Mariana Rodrigues, Maria Manuel Rola, Raquel Lidner, Teresa Amorim, Vasco Barata

Depois de anos sem expressão popular relevante, a luta pelo direito à habitação ganhou fôlego e relevância política, e chegou a ser o centro da disputa. Tal deveu-se à situação calamitosa em que as pessoas sobrevivem mas também à capacidade dos vários movimentos sociais de se reorganizar, privilegiando lutas conjuntas que tiveram a capacidade de massificar a luta pelo direito à habitação. Dois anos passados desde a primeira manifestação da plataforma Casa Para Viver, num contexto de maioria absoluta do PS, a disputa tornou-se ainda mais clara. Se com o Partido Socialista era marcada por avanços e recuos - e não há como ignorar o papel essencial daqueles movimentos em desmontar o pacote Mais Habitação - o Governo da direita trouxe uma nova realidade, mais clara na necessidade de luta, mas também apanhando o movimento social parcialmente esgotado no imaginário e na capacidade de organização depois de 3 anos de luta intensa.

O caminho de oposição é óbvio: não só as ténues vitórias e as poucas medidas úteis do Mais Habitação foram revertidas e descartadas, como o programa Construir Portugal é uma carta branca à especulação imobiliária sob a premissa falsa de que a solução para a habitação está na construção. Exemplo da agressividade deste governo é a alteração ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, que permite que terrenos rústicos sejam transformados em terrenos urbanos para maximizar as possibilidades de lucro na indústria da construção e no mercado imobiliário.

Apesar de, à esquerda, o Bloco tomar a dianteira nas propostas para resolver a crise de habitação e na presença no movimento, articulando-se com os coletivos e associações já existentes e promovendo processos unitários, é preciso fazer uma avaliação sobre o ponto a que o movimento social chegou e a sua relação com o partido.

As manifestações de massas da plataforma Casa Para Viver perderam momentum e não revelaram capacidade de disputa com o governo da Aliança Democrática. Esta não é uma crítica, apenas constata que luta também é tática e que boas ações num contexto, podem ser questionadas noutra. As manifestações foram essenciais, mas manter o ritmo sem tática só nos faz "sair à rua com hora marcada". A experiência do Movimento pelo Referendo na Habitação traz lições sobre a construção de campanhas e trabalho de base. Tanto nas suas vitórias, como nas suas derrotas. É um ciclo que agora se encerra com o chumbo do Tribunal Constitucional e a traição do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Lisboa, mas que abriu caminhos. A ferramenta dos Referendos Locais em matérias como a habitação demonstrou ter a potência para criar militância real, para chegar a gente afastada da política. Este movimento foi a maior oposição a Carlos Moedas na cidade porque o que mais eficazmente expôs a hipocrisia do Presidente da Câmara. Justificou, por isso, ser figura central nos destinos da cidade. A habitação será



o centro das próximas eleições autárquicas, e só quem, à esquerda, conseguir ir além da política programática, importante mas insuficiente, dando conteúdo de luta real, concreta, é que estará em condições de liderar a esquerda. Se tal não for feito, será uma oportunidade perdida e uma desvalorização da política autárquica como campo de luta.

Assistimos à recomposição dos movimentos mas menos ao seu reforço no trabalho concreto diário. Não obstante, o trabalho de fundo feito na periferia da área metropolitana de Lisboa tem somado forças, e esse é o caminho. O Casa para Viver chegou a jovens e precários que não têm onde viver e o Movimento pelo Referendo mobilizou uma cidade a rebentar pelas costuras com o turismo. Nisso, a pressão política das manifestações e ações disruptivas deve ser acompanhada de um trabalho de construção de bases do movimento, que se encontra fragilizado. Aí o Bloco deve garantir uma visão estrutural e de longo alcance que ultrapasse lógicas utilitaristas partidárias. As visões de curto prazo não se coadunam com o problema massivo que a habitação representa. Os atropelos por vezes provocados fragilizam o movimento e minam processos reais de construção e relações de confiança.

Em tudo isto é essencial respeitar a autonomia do movimento social, não abdicando de participar na sua organização e construção. Pelo contrário, quanto mais respeito há por essa vida própria de cada movimento, mais importante é a presença das ativistas do Bloco - que podem (e devem) participar enquanto tal -, ajudando a construir a luta e aceitando que, por vezes, a mesma não segue o ritmo dos interesses imediatos do partido.

É igualmente necessário relançar os esforços organizados no Porto, Coimbra, Aveiro, Setúbal, Covilhã, Braga, nas Regiões Autónomas e ainda reforçar as organizações e movimentos unitários na Grande Lisboa e criar um momento de discussão sobre o caminho em frente no movimento pelo direito à habitação.



A maldição do betão

Daniel Borges, Maria Manuel Rola, Mariana Rodrigues, Vasco Barata

Portugal tem alavancado a economia à volta do imobiliário. Antes, no marcelismo e após o 25 de abril, apostou na construção para a criação de emprego e dinamização económica, mais recentemente apostou no turismo e na financeirização internacional do imobiliário para responder à crise soberana. Já em 1945, Keil do Amaral identificava em *O Problema da Habitação* que “os gaviões do negócio, tocados por esse coro de lamentos, decidiram lançar uma boia de salvação à classe média desamparada, propondo-se construir e fornecer-lhe casas em certa abundância. E com aquele desinteresse que os caracteriza, fazendo ressaltar até que a obra tinha uma feição francamente humanitária, começaram por pedir facilidades e mais facilidades – isenção de contribuições, terrenos baratos, entorses às boas regras da higiene e da intimidade, etc., etc. – para que os capitais a investir na empresa (por pura e desinteressada filantropia, nunca é demais recordá-lo) tivessem um benefíciozinho de 20 ou 30 por cento. Faltam as casas mas não as boas almas (...)”.

Recentemente voltamos a esta discussão, primeiro por proposta do Partido Socialista no *Mais Habitação* e, mais recentemente, num pacote legislativo do PSD com o nome sugestivo *Construir Portugal* com um conjunto de 30 medidas em que a mais paradigmática tem sido a alteração aos terrenos de rústicos para urbanos, ao arrepio do que vinha a ser o entendimento desde 2007 que apostava na reabilitação e densificação urbana. Esta estratégia não é nova, já após o PREC se iniciou um processo de apoio à construção e à banca, especialmente a partir do crédito bonificado, que promoveu a ideia de resposta à crise habitacional através da compra de casa própria. Foi no início do século que mais se construiu em Portugal através do apoio estatal e, no entanto, continua a existir uma crise habitacional. Ora, casas existem, mas muitas estão vazias ou canalizadas para outros fins que não o habitacional. O que isto indicia é que a habitação, ao contrário do que têm vindo a propor as políticas nacionais, não se responde com mais construção, até porque muito deste edificado devoluto se encontra de facto onde são necessárias habitações: áreas metropolitanas. Estamos de volta a uma narrativa que se provou falhada no passado, e que até à esquerda ressoa, a da compra de casa própria, mesmo que esta se prove um erro no ordenamento do território e na resposta às necessidades habitacionais.

Entretanto, propostas de limitação dos valores do arrendamento e ainda de disponibilização da habitação devoluta parecem ser vacas sagradas, mesmo que se saiba que a construção não responde ao problema, nem a longo, muito menos a curto prazo, e que para que se responda aos problemas habitacionais é necessário recuperar a ideia da função social da propriedade. A propriedade não pode ser sagrada quando tanta gente fica excluída do seu acesso e ainda quando esta limita o direito à habitação, o que limita o acesso a todos os outros direitos. A propriedade, pacto social que construiu uma sociedade individualista baseada no interesse dos proprietários, que engordou a banca, a construção e mais recentemente os interesses imobiliários internacionais, não pode ser a solução eternamente recuperada para a resposta aos problemas habitacionais: por questões ambientais, do ordenamento do território, de economia de bens comuns, de escassez do solo, ... e porque não respondeu de forma estrutural ao problema lançando o país para a situação de pouca habitação pública, dispersão territorial e nova crise habitacional três décadas depois.



É urgente limitar o investimento estrangeiro em imobiliário, travar a canalização das casas para mercados mais rentáveis e reverter a possibilidade de construção dispersa quando tantas casas estão vazias e terrenos urbanos se encontram à mercê da especulação em que a sua situação expectante se mantém por falta de penalização, aguardando lucros futuros e arredados da função social do solo, finito e essencial para a vida em sociedade.

Ao mesmo tempo, este percurso histórico das políticas de habitação em Portugal impediu a existência de um parque habitacional público e social que pudesse ser uma garantia de estabilidade no arrendamento e no controlo de preços como acontece em Viena. Uma resposta para transformar a habitação a longo termo em Portugal terá de passar pela habitação pública e também cooperativa, através da requalificação dos imóveis devolutos do Estado, a coragem de canalizar os devolutos privados e ainda garantindo a resposta ao mínimo essencial que identifica mais de 130.000 necessidades. O PRR tem servido quase apenas para a reabilitação do parque público já existente e representa uma migalha para o que é necessário, muitas vezes sem ter em conta as necessidades das populações. Não podemos repetir o Programa Especial de Realojamento e o 1º Direito pretendia ser outra resposta mas está a demonstrar estar muito aquém de uma política de habitação e habitat que aprende com os erros do passado e constroi o futuro em que todas temos Casa para Viver.



Temos que falar de política industrial

Diogo Duarte Silva, Diogo Machado

Neste momento de reflexão interna e reformulação programática, parece-nos que temos que falar de Política Industrial. Genericamente, pode definir-se como um conjunto de políticas adotadas de forma seletiva para alterar a estrutura de produção a fim de acelerar o desenvolvimento económico. Está amplamente documentado que os países mais ricos recorreram durante a sua história a uma panóplia de instrumentos de política industrial para promover determinados setores que consideravam essenciais para o seu desenvolvimento nacional. Não é, portanto, surpreendente que vários atores na UE estejam ativamente a reconsiderar o potencial da intervenção do Estado para lidar com a estagnação económica de que sofre.

Em Portugal, a realidade é preocupante. Décadas de neoliberalismo, liberalização financeira, integração nos mercados globais e moeda única desestruturaram fortemente a economia portuguesa e viciaram-na em atividades de baixa produtividade e baixos salários. Os problemas do país, nomeadamente os baixos salários e o custo da habitação, são o resultado direto da frágil estrutura produtiva da economia portuguesa, com um padrão de especialização assente em setores de baixo valor acrescentado – turismo, restauração, construção e imobiliário – com fraca incorporação de tecnologia e inovação e baixa intensidade em capital.

Aquando da apresentação do relatório da primeira fase da Avaliação Estratégica de *Política Industrial em Portugal*, um estudo requisitado pelo último governo PS, em que foram apresentadas críticas aos sistemas de incentivos existentes, nomeadamente a necessidade de introduzir seletividade em torno de objetivos estratégicos, a resposta do novo Governo da AD, insistindo nos instrumentos horizontais, roçou não só o contra-senso, como o negacionismo da política industrial. Isto vê-se também nas suas escolhas políticas: quer no Programa “Acelerar a Economia” e o seu foco exaustivo no turismo, quer na insistência na redução do IRC, cujo efeito e ganhos se farão maioritariamente sentir nos setores financeiro, imobiliário e do comércio.

Só a reorientação em direção a um tecido produtivo com maior peso de atividades inovadoras e produtivas poderá proporcionar uma economia que gere melhores empregos e salários. A transformação estrutural da economia portuguesa tem, por isso, que ser uma prioridade do Bloco. Isto não será novo para muitas. É verdade que temos denunciado fortemente as privatizações e as perversidades do modelo económico baseado no complexo turístico-imobiliário, assim como temos defendido mais investimento público para lidar com a policrise que atravessamos. No entanto, é preciso ir mais além.

No último programa, que tem sido reaproveitado em eleições sucessivas, é notável a ausência de uma proposta forte e coerente de política económica. Focamo-nos em questões de redistribuição, de justiça fiscal e de melhoria dos serviços públicos, mas, sendo estas medidas importantes para re-equilibrar a repartição capital-trabalho, elas são de natureza ex-post, não sendo capazes de provocar alterações de fundo ao modelo económico. Quebrar o dogma neoliberal contra a intervenção do Estado exige ser capaz de apresentar uma proposta de política económica ver-



dadeiramente alternativa, ambiciosa e holística. O Bloco deve recuperar este debate e construir uma proposta de modelo de desenvolvimento alternativo para o país. Acreditamos que a noção de política industrial é fundamental para esse efeito.

Numa altura em que a direita portuguesa continua vinculada ao negacionismo da política industrial, e em que o PS começa, aos poucos, a adotá-la como elemento programático, embora de forma pouco aprofundada, acreditamos que esta é uma oportunidade singular e estratégica para o Bloco assumir liderança e protagonismo no pensamento do desenvolvimento do país, utilizando a política industrial como um alicerce para a formulação de um programa político coerente, fundamentado e de fácil comunicação, que se centre na transformação estrutural da economia portuguesa e orientado por objetivos sociais e ecológicos.

Um programa que promova o planeamento público e a participação do Estado em setores estratégicos, que pense nas empresas públicas como vetores de desenvolvimento económico, que reformule o sistema de incentivos e de apoios públicos com base em objetivos estratégicos e com condicionalidades sociais. Um programa que promova a descarbonização da economia, de forma interligada com a política urbana, de mobilidade e energética. Um programa que promova empregos estáveis e bem pagos, não só em setores intensivos em tecnologia e inovação, mas também nos setores essenciais para a nossa vida coletiva como a saúde, a educação, a formação profissional e o serviço social. Um programa essencialmente novo e ambicioso que permita transformar a economia e resgatar o futuro do país.



O regresso das grandes narrativas

Diogo Machado, Beatriz Realinho, Duarte Santos, Bruno Ramos, Cátia Sofia Silva

No final dos anos 70, o filósofo francês Jean-François Lyotard decretou com grande confiança 'o fim das grandes narrativas'. Esta frase simboliza na perfeição o *zeitgeist* pós-moderno da época. Ela rejeitava a tendência do pensamento moderno em construir metanarrativas que procuravam explicar a totalidade da história e do social, escondendo a sua multiplicidade e contradições, e reificando ao mesmo tempo uma visão arbitrária do real que, atingindo o estatuto de 'verdade', afastava alternativas.

Esta ideia fica clara quando olhamos para trinómio foucauldiano de poder-discurso-verdade, isto é, os mais poderosos num determinado momento histórico constroem e hegemonomizam pela via discursiva um entendimento sobre o real que, sendo aceite como verdadeiro e tornado autoevidente, orienta toda a forma como vemos o mundo e molda a subjetividade, condicionando a nossa perceção e ação. O poder seria, então, omnipresente e operaria em rede, espalhado por todo o social e interiorizado no subconsciente de cada um, forçando à obediência e ao cumprimento das normas sociais ditadas pelo sistema de conhecimento vigente naquele período histórico (*épistémè*).

Neste sentido, deixaria de fazer sentido pensar em termos de totalidade social dada a implausibilidade das metanarrativas (nas quais se inclui o marxismo) e a sua inevitável tendência para nos subjugar. Se o poder não está mais centralizado numa instituição, classe ou mesmo modo de produção, mas atravessa todo o social, a emancipação desloca-se do global para o local, em que cada arena do social e grupo oprimido luta por se libertar de regimes de categorização e de conhecimento específicos que constroem a sua liberdade de ação e autodefinição. Com o seu ceticismo em relação ao universalismo e à totalidade, o pós-modernismo propunha a desobediência aos padrões sociais, a diferença e a diversidade.

Este paradigma, muito influente na esquerda dita pós-marxista, tornou visíveis vários sistemas de opressão até então ignorados, mas também trouxe consigo várias armadilhas. A conceção do social como a combinação de várias arenas com lógicas próprias e formas de opressão distintas levou a uma compartimentalização das lutas e à incapacidade de diálogo entre elas. A recusa da totalidade fez esquecer aquele que é, não o único, mas o principal determinante da experiência humana – o modo de produção – e o maior sistema de opressão que todas as lutas devem combater em conjunto – o capitalismo. O foco no discurso e linguagem, que são importantes, não pode vir à custa da constatação da realidade material, pois isso concebe a libertação humana como alcançável dentro do capitalismo, remetendo-nos para uma ilusão reformista e idealista. O pós-modernismo cria também um relativismo e falsa equivalência, tanto empírica como normativa, entre as várias teorias da modernidade, o que nega não só a validade da teoria da história marxista, mas também a sua qualidade emancipatória.



Além disto, esta forma de pensar condena-nos a uma particular impotência política. A capacidade de mobilizar o povo para um projeto político depende de oferecer uma visão do mundo apelativa, plausível e suscetível de ser interiorizada. A noção de guerra de posição advogada por Gramsci sugeria que a construção da hegemonia seria anterior a, e uma condição para, chegar ao governo. Num contexto ideológica e materialmente adverso à esquerda radical, a nossa missão passa por criar um projeto contra-hegemónico contra as direitas neoliberal e neofascista. Só apresentando uma cosmovisão alternativa, radicalmente diferente, e por isso capaz de fazer a disputa cultural e de moldar (inter)subjetividades, poderemos almejar conquistar o apoio político das massas.

Ora, o que é preciso fazer é justamente recuperar uma grande narrativa. Elas, na verdade, nunca morreram nem perderam influência no social: veja-se a notável pervasividade do neoliberalismo, que contamina cada vez mais dimensões da experiência humana, ou então o apelo do etnodiferencialismo e autoritarismo da extrema-direita.

Está na hora de abandonar o foco excessivo em exigências circunscritas, de deixar de resumir a ação política a respostas a matérias compartimentalizadas, de uma forma desligada de uma narrativa geral sobre o social. É tempo de recuperar iniciativa política e de ser propositivo, em vez de estar constantemente a reagir às barbaridades com que a direita polui o debate público. É preciso investir no desenvolvimento de uma ideologia coerente e abrangente que dispute a cultura, os valores, as formas de ver do mundo, as emoções e as aspirações. A resposta aos problemas do sistema no seu contexto devem dar lugar a uma proposta totalizante alternativa com uma gramática própria, distinta das ideologias dominantes, que abra novas possibilidades do real e novos horizontes no imaginário político. Construamos uma nova grande narrativa que convoque a energia libidinal e devolva esperança no futuro. Só assim venceremos os monstros.



Democratizar a Economia: a chave para o poder popular

Duarte Graça

Vivemos uma época de ciclos recorrentes de encerramentos múltiplos de unidades industriais, em que se agudiza e, conseqüentemente, mais se evidencia o contraste de classe entre os proprietários - que concentram o poder de decisão e acautelam, prioritariamente, a sua segurança económica - e as pessoas trabalhadoras deixadas sem amparo, frequentemente num limbo entre emprego e despedimento que lhes impede o acesso à protecção social, sua por direito.

Ora, é quando os contrastes são mais pronunciados que os contornos da imagem pela qual se apresenta a realidade se tornam mais carregados. É precisamente no momento de maior urgência que devemos afirmar com particular ênfase a nossa vontade de virar a página à exploração.

Apesar de, frequentemente, as nossas iniciativas e o discurso de representantes do Bloco irem ao encontro da substância ideológica que nos move, o programa político com que vamos a eleições costuma ficar muito aquém disso. Ainda nas Eleições Legislativas de 2024, propusemos um conjunto de nacionalizações, de facto necessárias. No entanto, não associamos a isso uma transformação, em paralelo, do sector económico não-estatal, afastando-o de uma perspectiva capitalista em favor de uma construção socialista

Portanto, programaticamente, devemos propor a progressiva transferência da propriedade no sector privado de um grupo reduzido de proprietários para o conjunto de pessoas trabalhadoras que garantem a viabilidade e o funcionamento dos projectos económicos. Isto deverá estar associado à eleição democrática da gestão desses projectos.

Ademais, e num contexto em que temos particular dificuldade em garantir aprovação de propostas do Bloco na Assembleia da República, devemos assumir, na intervenção no terreno, um reforçado papel pedagógico e de apoio à dinamização de projectos económicos de natureza colectivista, assentes na propriedade comum e na gestão democrática, a par de uma mais significativa promoção do sindicalismo e das várias outras formas de organização colectiva de pessoas trabalhadoras.

Fundamentalmente, as nossas propostas e a nossa intervenção têm que estar à altura do nosso discurso.

A urgência de melhorar o sistema eleitoral

Duarte Graça

Tenho testemunhado discussões tidas no rescaldo de Eleições Legislativas, em que o método d'Hondt é apontado como principal culpado pelo excesso de representação dos partidos com maiores votações e sub-representação de partidos com votações mais reduzidas, assim como alguns fenómenos bizarros produzidos pelo sistema eleitoral da Assembleia da República (AR).

Vejamos exemplos:

- nas Legislativas de 2024, o PS obteve uma proporção em mandatos em relação ao PAN de 78 para 1, apesar de a proporção em votos ter sido de cerca de 14 para 1;
- também nessas eleições, a coligação PSD/CDS na Madeira conseguiu 3 mandatos nesse círculo eleitoral com cerca de 53 mil votos, enquanto que cerca de 126 mil votos para o PAN valeram apenas 1 mandato;
- nas Legislativas de 2022, o CDS perdeu a representação parlamentar, apesar de ter tido mais votos que PAN e Livre, que conseguiram 1 mandato cada.

Na verdade, comete-se uma profunda injustiça quando se coloca o ónus da desproporcionalidade sobre o método d'Hondt, que é, por definição, um método de distribuição proporcional de mandatos. Vejamos porquê.

O MÉTODO

O método d'Hondt é um método de representação proporcional, pelo qual a distribuição de mandatos é feita com base nas proporções relativas entre as votações das candidaturas que se apresentam a uma eleição. Atentemos num exemplo prático.

A tabela abaixo apresenta um cenário hipotético de 4 candidaturas numa eleição na qual disputam 7 mandatos. Para aplicar o método, divide-se a votação de cada uma por sucessivos números inteiros. Conforme se vê na tabela, os mandatos são atribuídos aos valores mais elevados entre os que resultam destas divisões, por ordem decrescente. Como o número de mandatos a atribuir se esgotou antes de algum valor da divisão por 4 contar para atribuição de um mandato, não é necessário dividir para lá disso.



	A	B	C	D	Total
N° Votos	12074	17816	18420	6037	54347
% Votos	22,20%	32,80%	33,90%	11,10%	100,00%
1	12074	17816	18420	6037	-
2	6037	8908	9210	3019	-
3	4025	5939	6140	2012	-
4	3019	4454	4605	1509	-
N° Mandatos atribuídos	1	2	3	1	7
% Mandatos atribuídos	14,30%	28,60%	42,90%	14,30%	100%
Rácio					
% Mandatos atribuídos /% Votos	0,64	0,87	1,26	1,29	1

Note-se que, pelo sistema eleitoral para a AR, em caso de empate, o mandato é atribuído à candidatura com menor número de mandatos. Isto produz um exemplo interessante, pelo qual se verifica que até há condições em que a candidatura menos votada pode ter maior peso em mandatos que em votos, ainda que seja improvável que esse cenário se verifique.

Se fizermos o exercício equivalente para 70 e 700 mandatos, resulta o seguinte:

Para 70 mandatos					
	A	B	C	D	Total
N° Mandatos atribuídos	15	23	24	8	70
% Mandatos atribuídos	21,40%	32,90%	34,30%	11,40%	100%
Rácio					
% Mandatos atribuídos /% Votos	0,96	1	1,04	1,03	1



Para 700 mandatos					
	A	B	C	D	Total
Nº Mandatos atribuídos	15	23	24	8	70
% Mandatos atribuídos	21,40%	32,90%	34,30%	11,40%	100%
Rácio					
% Mandatos atribuídos / % Votos	0,96	1	1,04	1,03	1

Observa-se uma tendência: quanto maior o número de mandatos a atribuir, mais tenderá a representação para a proporcionalidade directa. Então, o que explica a distorção de representação ao longo dos cerca de 50 anos de uma AR democraticamente eleita?

DIVISÃO DO TERRITÓRIO: O VERDADEIRO CULPADO

Ora, por mais proporcional que seja o método de distribuição de mandatos, a sua aplicação a um número reduzido de mandatos resultará sempre numa distorção significativa, como o exercício acima mostra. Assim podemos deduzir uma outra causa para a distorção da representação parlamentar: a multiplicidade de círculos eleitorais.

Isto é, as Eleições Legislativas não são uma eleição nacional: são 22 eleições, uma para cada círculo eleitoral, integradas num ato eleitoral para o mesmo órgão. Destes círculos, 12 têm menos mandatos que os 7 do exercício anteriormente apresentado. A divisão do território em círculos eleitorais é o maior obstáculo a uma constituição parlamentar mais próxima dos resultados eleitorais globais.

No ano passado, o Grupo Parlamentar do Bloco apresentou um projecto para a introdução de um círculo nacional de compensação. Foi um primeiro passo tímido, porém devemos ir mais longe. É fundamental que o Bloco, enquanto força política defensora de um aprofundamento democrático da sociedade em vários domínios, defenda a introdução de um círculo nacional único para a eleição da Assembleia da República, com 226 mandatos - mantendo-se a atribuição autónoma de 2 mandatos para cada círculo da emigração - e a composição das listas e distribuição de mandatos definidas com base na representação territorial proporcional, simultaneamente:

- maximizando a expressão de representação democrática do órgão, pela distribuição de mandatos por aplicação do método d'Hondt ao conjunto de 226 mandatos em território nacional;
- mantendo o princípio de representatividade territorial, pela exigência de constituição de listas com base na proporção populacional de cada território.

A máxima de que a qualidade da democracia é proporcional à proporcionalidade da representação deve ser uma bandeira do Bloco na intervenção pela defesa e aprofundamento da democracia no país.



BLOCO BAIXO

Francisco Sagorro

Não podemos continuar assim. O Bloco de Esquerda é demasiado importante para ver as suas propostas feridas de morte pelos erros cometidos na cúpula. A base sente-se desmoralizada, cada vez torna-se mais penoso explicar as contradições nas quais incorremos. As pessoas abordam-nos, armadas já de um sorriso trocista, com a pergunta fatal: “Então, o que é que se está a passar no teu partido?” E torna-se difícil encontrar explicações, pois mesmo nós temos dificuldades em perceber o que se passa.

O que se está a passar com o Bloco de Esquerda? É certo que estamos sob um ataque cerrado da extrema-direita, mas não é menos certo que estamos também a permitir o seu crescimento por não sabermos ler a conjuntura, nem guardarmos, numa altura especialmente crítica, as cautelas necessárias para fazer valer a nossa linha política. O caso das funcionárias dispensadas durante a licença de maternidade é o exemplo mais acabado do desmazelo reinante. Como pôde alguém sequer pensar que, num futuro não muito distante, uma situação destas não poderia vir a causar os danos que estão à vista de todos? Quem, no seu perfeito juízo, achou por bem lançar um comunicado sobre esta situação para vê-lo a ser desmentido, poucas horas depois, com o surgimento de detalhes ainda mais comprometedores? E depois uma assunção de erros atabalhoada e sem qualquer tipo de consequência políticas... o Secretariado Nacional não se demite e o partido vai perdendo credibilidade junto do eleitorado.

As derrotas dos últimos anos já deviam ter merecido uma profunda reflexão dentro do partido e levado a políticas mais inclusivas. E quando escrevo inclusivas, refiro-me à abertura para ouvir outras vozes que começam a ser marginalizadas dentro do BE. Se fui um defensor da abertura à participação de mais mulheres e de membros de minorias tradicionalmente discriminadas, não posso, para ser coerente, deixar de registar que o partido rejeita cada vez mais os contributos de quem não vem de um certo meio ou não conhece as pessoas certas. O compadrio impera, uma corte de deslumbrados dirige o partido a partir de Lisboa com o devido desprezo por aqueles que mais teme: os militantes que, tendo feito a sua vida profissional no sector privado, não dependem do Bloco e podem dar-se ao luxo de expressar livremente as suas opiniões. Alguns destes cortesãos, do alto do seu desdém pela plebe, até se permitem tecer considerações bastante infelizes sobre a cultura portuguesa, criando um profundo mal-estar no seio da militância. Por muito que doa à burguesia lisboeta, existe um Bloco, de Norte a Sul, que está em sintonia com o povo no seu amor pela pátria – Pátria também pode ser uma palavra de esquerda, como Guerra Junqueiro tão bem o demonstrou.

Entrei no Bloco em Março de 2015. Numa década, pouca coisa mudou. As mesmas pessoas vão perpetuando-se nos mesmos lugares ou rodando entre si por outros. Quando entrei, pareceu-me normal. Afinal, muitas delas levavam apenas uma legislatura no Parlamento Europeu ou na Assembleia da República, outras acabariam por ser eleitas pela primeira vez nas eleições de 2015. Seria expectável que, em 2023, muitas dessas pessoas tivessem retomado (ou iniciado) a sua vida profissional fora do BE e dado o lugar a outras. Porém, como quase sempre sucede, acomodaram-se e deixaram-se ficar.

Quando alguém levanta este tipo de questões, fica logo marcado como o oportunista que anda



à procura de tacho. Estando a viver no estrangeiro, e sem grande interesse num regresso a Portugal, posso dizer que ando à procura de tacho, sim. Mas para os outros. Aqueles que por aí andam a colar cartazes, a distribuir panfletos, a organizar eventos, a marcar presença nas reuniões concelhias, a expressarem os seus pontos de vista livremente, a receberem chamadas de outros membros da coordenadora quando as suas opiniões não estão alinhadas com as da maioria... Aqueles que são livres, que são vistos com condescendência, que não são uma espingarda para ser contada e que, mais do que serem da moção A, B ou Z, são do Bloco de Esquerda.

Decidi focar-me mais naquilo a que se convencionou chamar de baixa política, nas pessoas e não tanto nas ideias, porque sei o quão difícil é, para quem aí está, falar abertamente destas situações. À esquerda existe ainda uma certa dificuldade em abordar estes temas, porque parece mal. No entanto, parece-me pior deixar que estes militantes abandonem o partido silenciosamente do que lançar luz sobre uma realidade que salta à vista de todos, mas que quase todos fingem não ver.

Casas sim, barracas não, outra vez.

Gonçalo Filipe, Ana Durães, Sofia Valadas Lopes, João Carvalho, Rodrigo Machado, Paula Teixeira, Andreia Galvão, Daniel Borges, Mónica Pestana, Diogo Teixeira, Hugo Andrade

Estão a crescer bairros de barracas em Portugal, outra vez. Há terrenos que estão a ser ocupados por construções clandestinas, e em alguns lugares, essas construções já ultrapassam aglomerados de centenas de formações de tijolos, barrote e placas que fazem uma casa de alguma família.

Viver assim traz de volta toda a insalubridade que outrora Portugal já viu. Bairros de autoconstruções precárias são o caldo ideal para a perpetuação do ciclo de desigualdade e pobreza: as pessoas vivem em tremendo desconforto, com infraestruturas que não permitem viver em condições higiénicas nem de conforto térmico, aumentando a probabilidade de doença e colocando em causa a saúde pública. E a soma de más condições resulta numa menor capacidade de ter uma vida estável para poder trabalhar, ir à escola ou simplesmente ser feliz.

Está também demonstrado pela história destes fenómenos que o volume deste tipo de precariedade mais cedo ou mais tarde se transforma em insegurança pública. Responder ao grave problema do surgimento de barracas não é uma necessidade confinada às pessoas que estão nessa situação, é uma necessidade da sociedade.

O problema hoje tem ainda mais uma condição: são os imigrantes que estão na linha da frente desta enorme crise. Às suas dificuldades atuais com documentação e inclusão na sociedade junta-se um risco mais elevado em estar numa situação de habitação precária como esta.

Estas condições empurram comunidades para atividades paralelas ao sistema. É o padrão do resultado da exclusão social e económica. Está a acontecer novamente e teme-se que se o problema não for abordado, teremos novamente grandes bairros clandestinos à volta das grandes cidades, consequência direta da crise da habitação.

São vários os exemplos de câmaras municipais a enfrentar este flagelo com despejos frios e desumanos sem garantia de uma alternativa habitacional que temos vindo a assistir.

O Bloco de Esquerda tem de ser o partido que luta contra estas ações e que tem a coragem de construir uma proposta alternativa que desmantele os bairros de barracas de forma humana.

É verdade que o que empurra pessoas para esta situação é a crise da habitação que necessita de uma solução estrutural, mas as pessoas que estão hoje a viver e a ser despejadas de casas de autoconstrução precária precisam de um programa que as retire da precariedade habitacional já. Há em Portugal um historial de organização popular que ajudou a resolver o mesmíssimo problema durante o PREC.

Hoje, o que fazer?



É também neste terreno que o Bloco poderá alargar o seu trabalho militante de base bem como a sua luta efetiva por uma sociedade mais justa.

Terá o Bloco de Esquerda a capacidade ser a referência da luta pelo direito à habitação, do parlamento ao terreno?



Auto emprego - despertador social

Jorge Pereira

Começando pelo fim, não defendemos uma sociedade de auto empregados, mas que eles existem, existem! Uma grande questão que se coloca, mas quem são estes auto empregados?

A pergunta faz sentido porque é muitas vezes conotada com empreendedorismo, isso deve-se ao facto de não haver uma definição exata para ambos os termos e por via disso eles muitas vezes se sobrepõem e quererem parecer a mesma coisa, embora muitas vezes em contextos completamente diferentes. Ora é importante saber que devem ser considerados e ter uma diferenciação entre si, e se empreendedorismo pode querer dizer daqueles ou daquelas que pretendem ter a propriedade do negócio/empresa, já auto empregado é um termo que deve ser aplicado só para quem exerce uma atividade por conta própria mas de forma completamente individual (ou seja nem é patrão nem empregado).

Então vamos à raiz do problema e, pôr no debate a urgente necessidade de redefinir micro empresa. No quadro atual uma micro empresa comporta de um a dez elementos (sócios ou patrão empregados) isto levou aquele que trabalha de forma individual, mas sozinho, ficasse aqui neste enquadramento de micro empresário. Ora, o que se propõe é que a micro empresa seja considerada a partir de dois elementos, sócios ou patrão empregado. Este novo enquadramento legislativo ao ser adotado vai simplesmente repor a verdadeira dimensão do auto emprego, vai colocar a questão da criação de estatuto próprio, que apesar de todas as suas especificidades o vai considerar trabalhador, porque a sua única propriedade é o seu trabalho e a consequente remuneração, independentemente do tipo de atividade, ou setor em que esteja inserido (produção, comércio ou serviços). A partir desta diferenciação começamos a separar as águas e a deixar de confundir empreendedor com auto emprego, e simultaneamente a poder criar enquadramentos legais para o exercício da atividade, sociais e fiscais mais condizentes com a condição socio económica. Ao contribuir com esta nova abordagem, não deixamos ninguém para trás. Se é verdade que o dito "trabalhador independente" é muitas vezes fator de subdesenvolvimento verificável com maior taxa em países subdesenvolvidos, porque vem associado ao subemprego/subcontratação, já nos países desenvolvidos a sua existência tem mais a ver com a queda do emprego por um lado e muitos procurarem uma via alternativa de sobrevivência, mas também com a necessidade de combater os baixos salários provocados pela crise do capitalismo. Mas em muitos outros casos com as alterações no mundo do trabalho, com o aparecimento de novas tecnologias, a tomada de consciência por parte de muitos que o rendimento do trabalho já não é só importante pela via salarial mas também pela qualidade de vida pessoal/familiar como seja um maior controlo sobre o tempo, bem como a tomada de consciência de que é preciso mudar comportamentos.

Este facto originou o aparecimento de mais pessoas com ligações de trabalho na área das medicinas alternativas, macrobióticas, agricultura bio, tecnologias de informação, na cultura, no pequeno comércio local, nos serviços pessoais, e nas inúmeras atividades das artes e ofícios denominadas artesanais. Nesta área há já um trabalho feito com a criação do estatuto do artesão e da carta de unidade produtiva artesanal (UPA) bem como do relatório dessas atividades plasmado em decreto lei.



A partir dos anos 80 todas estas questões se tornaram mais evidentes, vão fazer o seu caminho e nós temos que lhes dar a importância devida e se por um lado não queremos uma sociedade de auto empregados, a verdade é que também queremos uma sociedade onde indivíduo possa escolher fazer a sua opção, muitas vezes tão importante por transportar raízes e tradições culturais, outras vezes tão somente porque acabam por criar laços entre o trabalho e a função social. Criando um verdadeiro estatuto de auto emprego também se contribuiria para combater um fator de economia informal, e se fomentavam novas necessidades de associação/ cooperativa bem como contribuiria para agrupar nos sindicatos largos milhares de trabalhadores que dispersos pelo território que hoje tem essa dificuldade no sindicalismo tanto mais que são considerados "patrões " É objetivo o alcance deste estatuto de autoemprego, redefine a micro empresa só é considerada a partir de dois elementos, faz o enquadramento no mundo do trabalho sindical e social do efetivo trabalhador independente e permite que se acabe com os denominados recibos verdes o que organizará melhor as contribuições tanto para a S.Social como com as obrigações fiscais. Este novo estatuto trará uma maior visibilidade a estes trabalhadores e trabalhadoras como garante da função social nos campos da prestação de serviços, nas áreas sociais, assessorias, e de manutenção, nos cuidados da saúde, e ainda na existência do pequeno comercio local, clarifica as situações profissionais de todos e todas que trabalham na área das artes e ofícios e do espetáculo.

Perante a desestruturação da nossa sociedade com a crise demográfica, concentração em grandes centros urbanos e com a perda de população do interior, este estatuto de autoemprego acompanhado de medidas de discriminação positiva pode contribuir para a fixação de populações. O autoemprego é uma realidade não é algo abstrato, tem dimensão e deve ser considerado nas políticas de emprego e de fator de coesão social.



A nossa aliança

José Gusmão, Catarina Martins

Ao longo dos últimos meses, o Bloco tem trabalhado numa nova aliança de forças de esquerda na Europa, a ELA (European Left Alliance for the People and the Planet). Este novo espaço é composto por partidos com quem temos trabalhado e que já integravam a plataforma "Agora o Povo". Não esgota o quadro das relações do Bloco com outros partidos e também não esgota as plataformas em que trabalhamos e continuaremos a trabalhar com as mais variadas correntes da esquerda anticapitalista

A ELA pretende reunir num espaço de reflexão, debate e iniciativa política um conjunto de partidos que partilham escolhas fundamentais que se colocam a toda a esquerda europeia. Essas escolhas constroem uma identidade que tem de se afirmar nos debates e nos combates que se aproximam.

A primeira dessas escolhas é sobre a guerra. O mundo aproxima-se perigosamente de uma nova era de guerra total. A expansão da NATO, a invasão da Ucrânia, o genocídio de Gaza estão a dividir o mundo em pólos cada vez mais radicalizados. Trump ganhou as eleições falando de paz apenas para se rodear dos maiores falcões da política externa norte-americana, incluindo os apoiantes mais fanáticos da política de Netanyahu.

O recuo norte-americano na Ucrânia não representa uma inversão da política externa de alargamento da influência militar dos EUA. Representa apenas o reconhecimento do que era óbvio desde o início: esta guerra só pode ter uma solução diplomática e a própria estratégia militar teria de ter isso claro. Agora, os Estados Unidos estão basicamente a abandonar a Ucrânia e a tentar aproveitar a sua fragilidade para adquirir direitos sobre os seus recursos naturais, no que constitui uma das manobras mais oportunistas algumas vistas no contexto de uma guerra.

Em tudo o resto, a grande novidade de Trump é a exibição despudorada do discurso do império. A tomada de posse da faixa de Gaza, da Groenlândia, do Canal de Panamá, de uma parte do Canadá são hipóteses grotescas que os EUA vão atirando para cima da mesa, mostrando um desprezo assumido pelo direito e instituições internacionais. Independentemente dos planos que venham a ser efetivamente concretizados, o quadro de relações internacionais saído da II Guerra Mundial está a ser abertamente atacado.

As forças que integram esta aliança assumiram a posição de defender a paz e esse quadro de regulação das relações internacionais que, por mais imperfeito que seja, tem funcionado como um travão às várias tentações imperiais, com a dos EUA à cabeça. A esquerda com que nos organizamos neste espaço reivindica a melhor tradição socialista, na recusa do alinhamento com qualquer bloco imperialista e na defesa do direito à autodeterminação e à autodefesa dos povos.

Um segundo eixo destas escolhas está relacionado com a construção de uma esquerda capaz de vencer a direita extremada e a extrema-direita num tempo em que estas praticamente se confundem. Esse combate implica organizar uma resposta popular, assente na organização política e social de todos os setores atacados pela direita e extrema-direita e desarmadilhar as estratégias de divisão da extrema-direita, em vez de as incorporar na política da esquerda.



Pensar e organizar as lutas do trabalho é tão central hoje como foi sempre ao longo da história do movimento socialista. E no atual contexto, em que a direita usa o trabalho migrante contra os direitos do trabalho e a extrema-direita usa os migrantes contra a democracia, a esquerda tem de ser capaz de consolidar a solidariedade de classe, regularizando, organizando, mobilizando.

Finalmente, a emergência climática há muito que tem um lugar central na agenda da esquerda anticapitalista. A eleição de Trump e a vitória do negacionismo militante e a resposta europeia, que assenta na desregulação ambiental massiva apenas reforçam a centralidade desse combate. Um combate que implica desmontar a suposta contradição entre padrões de vida e direitos do trabalho e a resposta à emergência climática. Esta tese é alimentada pelos que só atuam sobre a emergência climática quando esta se torna um argumento para uma extração ainda maior do salário, ao mesmo tempo que deixam os grandes poluidores à sola.

Um combate consequente à emergência climática, pelo contrário, constrói melhores serviços públicos, melhora a qualidade de vida e a saúde pública e pode criar milhões de empregos no que é a única estratégia viável de reindustrialização da economia portuguesa. Uma hipótese, aliás, para a qual o país tem recursos apreciáveis. O desafio climático não é portanto, uma política de nicho. É uma política que toca todos os aspetos da vida económica e social. E que coloca a esmagadora maioria das pessoas contra o poder económico. Para a nossa esquerda, só há socialismo verde.



Direitos dos povos contra as guerras dos impérios

José Manuel Pureza

Quem afiançou que não há imperialismo russo – porque imperialismo só há um, o americano e mais nenhum – teve a resposta esclarecedora de Trump: o fim da guerra na Ucrânia será negociado diretamente entre ele e Putin. As negociações entre Putin e Trump serão, pois, uma espécie de Yalta a dois. Sem voz da Ucrânia, sem voz da Europa, sem nenhuma voz que possa empecilhar o exercício de repartição dos despojos da guerra (territórios, fronteiras futuras, minérios, terras raras, etc.) entre os dois imperadores.

O campismo herdado da guerra fria toldou a visão de quem teimou na tese do imperialismo único e se deixou assim resvalar para uma representação do mundo que aceita colocar no campo anti-imperialista... potências imperialistas. Na viragem trumpista da política internacional, o campo anti-imperialista é plural porque são plurais as dinâmicas imperialistas.

O campismo tem um lado cínico e um lado liberal. O lado cínico é o daqueles – que se chamam a si próprios de realistas – para quem a política internacional é a política das grandes potências, tudo se resumindo a jogos de força entre elas para o desenho e redesenho das respetivas esferas de influência. Os realistas assumem a rivalidade entre imperialismos como o dado de base da política internacional e remetem o estatuto dos pequenos Estados e dos povos para o domínio da irrelevância. Os mais toscos dos realistas cínicos não hesitam em defender que há povos que não são povos só para não terem de equacionar-lhes um estatuto que vá além do de peões no jogo imperial. O lado liberal é o daqueles para quem a política internacional é uma extensão dos negócios internacionais e em que a exportação de políticas e de modelos institucionais vai de mão dada com a conversão de múltiplas geografias aos encantamentos do mercado. Para os liberais, há um imperialismo bom – o que impõe internacionalmente o seu modelo político e económico – e um imperialismo mau – o que lhe resiste.

São estas duas variantes do campismo que têm dominado o debate público sobre a guerra na Ucrânia. Ambas são contrárias ao que deve ser o posicionamento de uma esquerda internacionalista. Acima de tudo porque ambas negam o primado da autodeterminação dos povos. Os realistas cínicos descartam a autodeterminação dos povos porque a anulam na alegada inevitabilidade dos alinhamentos com as potências imperiais. Os liberais expansionistas descartam a autodeterminação dos povos porque a anulam na alternativa a que reduzem toda a política internacional: ser parte do campo liberal ou ser pária.

O mundo de Trump é desenhado friamente pelo negócio entre oligarquias imperiais. Sem filtro. Ao mapa da Europa, traçado no salão com Putin, seguir-se-á o mapa do resto do mundo, negociado, a bem ou a mal, com as demais oligarquias do capitalismo mundial.

Só há uma cultura política que se opõe tanto a liberais como a cínicos: é a de uma esquerda que assume a autodeterminação dos povos como o princípio essencial e inegociável da ordem internacional. E que, por ser assim, denuncia as guerras impostas por todos os imperialismos como inimigas dos povos. Na Ucrânia, na Palestina ou em qualquer outro ponto do mundo.



A centralidade dos tópicos feministas e LGBTI+ na estratégia do Bloco de Esquerda

Júlia Mendes Pereira

Num contexto em que os discursos conservadores e autoritários ganham força, torna-se imperativo que a defesa dos tópicos feministas e LGBTI+ seja erigida como um pilar estratégico e existencial para a construção da sociedade democrática, igualitária e plural que desejamos. Enquanto as direitas trumpistas investem em ataques brutais, tanto aos direitos laborais quanto às conquistas sociais, a nossa luta pela igualdade de género e pela diversidade não pode, de forma alguma, ser relegada a segundo plano – muito menos diluída por posturas acomodadas que, na prática, encarnam um conservadorismo de esquerda.

A Moção A denuncia, com veemência, que os próximos anos serão palco de ataques sistemáticos destinados a destruir as condições de igualdade para mulheres e pessoas LGBTI+. Tais ataques e discursos inflamados, que recorrem à apropriação de termos como “wokismo” para deslegitimar reivindicações históricas, não só evidenciam a urgência de uma resposta política firme, como também expõem a fragilidade de uma esquerda que se acomoda com posturas moderadas nestes setores. Aqueles que defendem uma narrativa que minimiza as lutas contra o machismo, a homofobia, a transfobia e a interfobia demonstram, na realidade, uma recusa inconsequente de romper com o status quo – uma postura que, se persistir, apenas fortalecerá os ataques dos verdadeiros adversários.

A interseccionalidade analisa como diferentes formas de opressão – baseadas em género, raça, classe, sexualidade e outras características – se interligam e produzem experiências únicas de discriminação. Ao adotarmos esta abordagem, rejeitamos a ideia de que as desigualdades possam ser combatidas de forma isolada. Reconhecemos que elas se sobrepõem, exigindo estratégias de resistência que considerem a complexidade das identidades e vivências individuais. Essa perspetiva não é um mero modismo, mas uma ferramenta indispensável para construir respostas políticas verdadeiramente revolucionárias e solidárias – algo que certas tendências de esquerda, presas a uma retórica conservadora, parecem ter esquecido.

As mobilizações feministas e LGBTI+ são conquistas históricas que transformaram a realidade – não só jurídica, mas sobretudo social – do país. Devemos criticar severamente quem tenta reduzir estas vitórias a meros itens numa agenda superficial. Quem, à esquerda, defende a limitação destes tópicos à sua dimensão pontual, sem encará-los como instrumentos para a transformação estrutural da sociedade, está a perpetuar uma esquerda conservadora, medrosa e, sobretudo, incapaz de desafiar o sistema. A experiência acumulada por militantes e ativistas mostra que o fortalecimento dos grupos feministas e LGBTI+ depende, inevitavelmente, da criação de espaços de debate e ação coletiva. Iniciativas em preparação como o II Fórum LGBTI+, em março, ou o Encontro Feminista, em maio, não são meras formalidades – são práticas que demonstram o poder da articulação interseccional. Estes encontros promovem a troca de experiências e a construção de estratégias que enfrentam de forma direta os discursos de ódio e a invisibilização das



identidades diversas. Mais: permitem posicionar o nosso partido, em contacto direto com as suas bases militantes e de apoiantes. Ao contrário de quem pretende silenciar ou trivializar tais debates, devemos afirmar que o diálogo é a base indispensável para a criação de propostas autênticas e eficazes, capazes de responder às necessidades de grupos historicamente marginalizados.

A incorporação dos tópicos feministas e LGBTI+ na agenda política do Bloco de Esquerda não é uma escolha de conveniência ou um capricho “moderno.” Trata-se de uma decisão ética e estratégica que, em meio aos discursos racistas, xenófobos, misóginos, interfóbicos e transfóbicos, torna a defesa dos direitos humanos uma condição inegociável. Aqueles que se opõem a esta integração – promovendo uma agenda diluída e conformista – estão, na verdade, a defender uma esquerda que se recusa a romper com o neoliberalismo e o autoritarismo. A nossa postura deve ser cristalina: compreendemos os movimentos sociais e rejeitamos quaisquer ideias moderadas que enfraqueçam a mobilização das massas.

A presença ativa de militantes feministas e LGBTI+ nas discussões internas e nos órgãos deve ser intensificada, fortalecendo uma política que se opõe de forma contundente ao sistema opressor. A continuidade e a ampliação dos encontros setoriais, como o Fórum LGBTI+ ou o Encontro Feminista, devem ser vistas não apenas como boas práticas, mas como imperativos estratégicos para a renovação da cultura organizativa e para a construção de uma resposta política verdadeiramente revolucionária. A luta pela emancipação da classe trabalhadora, pela igualdade de género e pela diversidade é uma luta de toda a gente e para todas as gentes – não haverá espaço para compromissos que enfraqueçam essa missão.

Partido e Frente de Massas

Nuno Pinheiro

Apesar de ser um exemplo confrangedor de pobreza ideológica, há alguns contributos que se devem creditar ao Estalinismo. Um deles é a conceção da ideia de que o partido devia ser acompanhado por uma frente de massas, uma organização que congregasse as massas na dependência do partido que seria a vanguarda.

A ideia surge para países com uma classe operária pouco numerosa e com enormes massas camponesas, é assim que vai ser aplicada, por exemplo na Albânia. Em Portugal podemos considerar como correspondendo ao modelo, o MUD e a CDE (formados durante a ditadura), assim como a FEPU/APU/CDU e a UDP, mesmo não correspondendo Portugal a esse modelo de países atrasados.

A base teórico/prática reside por um lado nas condições de clandestinidade em que assim se protegeria o partido, quer na ideia de que há um grupo restrito de vanguarda e um grupo mais alargado que não teria a dignidade/consciência de classe para fazer parte dessa vanguarda operária (muitas vezes composta de estudantes pequeno ou médio burgueses).

Estas organizações de massas não têm autonomia política, já que são correias de transmissão dos verdadeiros partidos onde as decisões são tomadas. Pode-se alegar que em situações de clandestinidade isso serve para proteger quer o aparelho central, quer os próprios aderentes da frente. Claro que também se ligam a uma conceção de socialismo em que as decisões não pertencem à maioria, mas sim a pequenas vanguardas que rapidamente se transformam em burocracias.

O estranho é falar nisto agora, o conceito parece estar mais que ultrapassado exceto para o PCP e a CDU, mas estará mesmo?

“Vivemos um tempo diferente no Bloco de Esquerda. As correntes fundadoras do partido/movimento estabeleceram entre si, (...) os consensos necessários ao progresso deste espaço político alternativo, sem prejuízo das votações democráticas estatutárias que impulsionaram o Bloco.” (...) “A valorização da articulação anterior entre correntes, única e singular na esquerda portuguesa, é onde pomos o pé no chão.” (texto fundador da Esquerda Alternativa” (2014).

A Rede Anticapitalista é mais subtil: “Não somos uma nova tendência, não viemos disputar uma nova hegemonia no Bloco ou outro equilíbrio de direção. Como bloquistas, apoiamos a força da Catarina Martins e reconhecemo-nos na voz que a Mariana Mortágua ou a Marisa Matias souberam dar ao Bloco. (...) julgamos que a Plataforma Unitária continua a ser indispensável: protegeu a cultura de convergência do Bloco quando esta esteve ameaçada e produz uma orientação forte, socialista e de combate, que continua a fazer caminho, na conjugação necessária à ação do Bloco.”

“Convergência”, “articulação”, qual o significado destas palavras? A não expressa “hegemonia partilhada” que afasta o Bloco da discussão política e da decisão democrática. A vida democrática do Bloco e a sua capacidade de decisão são substituídas por esta “articulação” ou este “consenso”. A discussão política é, assim, feita em entidades externas e não no próprio Bloco. Age-se como se a discussão política fosse um perigo, como se os militantes do Bloco tivessem de ser protegidos



dessa discussão. O resultado político é o mínimo denominador comum, um empobrecimento político que não resistiu aos últimos anos e é uma das causas das derrotas do Bloco.

Do ponto de vista organizativo leva à despolitização e desmobilização dos militantes, porque as principais discussões são feitas fora do Bloco. Também leva ao jogo de xadrez com peças que se mudam de um lado para o outro, em movimentos que são visíveis fora do Bloco e o descredibilizam. É um sistema de “despotismo iluminado” feito para o bem do povo, mas em que este não tem, nem nunca terá, preparação para participar.

Em 1999 fez-se questão de legalizar o Bloco como um novo partido, não como a coligação PSR/UDP/Política XXI (que tinha herdado o antigo MDP/CDE). Internamente, porém, funcionava como se fosse essa coligação. Não creio que tal se justificasse então, mas 26 anos são mais que suficientes para a maioria.

Os últimos anos, e os últimos meses foram marcados não só por derrotas eleitorais, mas por um desbaratar do património de credibilidade que levou anos a construir. A mudança é imperativa, é necessário sair dessa vereda que não leva a bom porto. O direito de tendência é fundamental, mas deve ser um instrumento de democracia, não de controle, não de imposição de hegemonias. O debate político deve ser feito no interior do Bloco, deve ser constante e aberto, sem trelas nem açaimes, deve ter os seus instrumentos, um boletim interno, uma formação que ultrapasse a simples doutrinação, que seja aberta e participada. É preciso confiar nos militantes.

Um partido revolucionário só pode ser intransigentemente democrático e senhor do seu destino, não pode ter tutelas. O Bloco tem de escolher entre definir numa “hegemonia partilhada”, numa menoridade tutelada, ou chegar à idade adulta e preparar-se para os combates do futuro.



Voltar à base para virar o jogo

Manuel Afonso

Vivemos tempos conturbados; as ondas de choque já nos atingem. As recentes polémicas envolvendo o Bloco resultam de uma ofensiva reacionária, de excessos fracionais, mas também de problemas reais. Isso tem levado a uma reflexão importante entre quem distingue os ataques nefastos dos problemas reais.

Na Moção A, assumimos que "o Bloco precisa de se reforçar e renovar a sua cultura de organização". Para enfrentar tempos duros, necessitamos reformar internamente o partido. A coragem necessária é comparável àquela que levou a esquerda radical a reinventar-se para formar o Bloco – mas, agora, dentro da casa comum bloquista. A mudança só vingará se feita por inteiro: mais militância ativa depende de maior descentralização do debate e das decisões; só há formação de quadros com mais autonomia e politização; só há mais exigência com mais democracia. As linhas abaixo pretendem concretizar na prática essa renovação.

Voltar à base. O centro da vida do Bloco devem ser reuniões regulares, de base, politizadas, onde se tomam decisões, sempre que necessário por votação, e se organiza atividade. Prioridade à formação de núcleos e a plenários regulares. Os núcleos, concelhias, distritais e Grupos de Trabalho (GT) devem ter liberdade e iniciativa de decidir e tomar posições públicas, em consonância com a orientação geral do partido, mas sem necessidade de ratificação superior. Há que combater a tendência a que as coordenadoras substituam os plenários e os secretariados (concelhios, distritais e nacional) substituam as coordenadoras. Balanços regulares e discussões fraternas corrigirão os erros inevitáveis. O papel de todas as direções, do secretariado às coordenadoras concelhias, é apoiar esta dinâmica.

Descentralizar. Voltar à base exige descentralização e vice-versa. O reforço dos organismos intermédios é essencial e isso significa desgraduar o peso do Secretariado Nacional. A Comissão Política (CP) e a Mesa Nacional (MN) serão as verdadeiras direções do partido, compostas por quadros que assumam responsabilidades, reconhecidos pelo seu trabalho na luta social ou partidário. As suas reuniões devem ser mais regulares, com votações de resoluções construídas coletivamente e divulgadas internamente. A intervenção nas lutas sociais, o acompanhamento dos GT, as orientações gerais do trabalho parlamentar e eleitoral devem ser da responsabilidade da CP e da MN, em diálogo com as concelhias e distritais. Os documentos e orientações que definem a política do partido devem ser construídos pela CP conjuntamente com a MN e GT. Descentralizar o debate, as decisões e as responsabilidades permite à base e aos quadros intermédios ter mais autonomia e às direções nacionais focarem-se mais nas questões estratégicas.

Toda a liberdade de discussão. "A organização é muito mais do que as regras democráticas que a fundamentam", assumimos na Moção A. Temos regras democráticas, mas a cultura de debate e decisão inclusivos está tolhida. Nenhuma medida organizativa ou estatutária aprofunda, per se, o debate interno – é precisa vontade política. Diferenças de opinião e decisões políticas devem ser tidas nos organismos, não no seio das moções, entre correntes ou em espaços informais. Votações por maioria, com base a resoluções escritas, publicações de atas das reuniões e balanços regulares devem existir do topo à base. Propõe-se a edição de um boletim interno



de discussão aberto a toda a militância. Nos debates, o método de caricaturar ou distorcer as opiniões divergentes deve ser repudiado, pois destrói laços de confiança, impede o trabalho em equipa e desincentiva a crítica: entre camaradas debatemos para convencer, não para vencer.

Enraizar. Trabalho político de base, nos setores mais explorados e oprimidos, serve de âncora em períodos de recuo e pode trazer uma nova camada de aderentes que diversificam o Bloco, aproximando-nos da classe trabalhadora, sobretudo das mulheres, pessoas racializadas, das e dos mais precários. Pensar campanhas orientadas a esses setores, formar núcleos de base e ter mais quadros a acompanhar essas iniciativas deve ser a prioridade de cada concelhia, distrital, GT e da direção. Raízes populares fortes contrabalançam o perigo do fechamento e da inércia.

Priorizar e convencer. Tudo isto implica mudanças profundas. Só pode ser feito com muito trabalho, desde logo, da direção. Reforçar a organização e a vida interna do Bloco implica não priorizar, por um tempo, outras frentes. Num período em que temos menos visibilidade mediática e representação institucional, devemos compensar com reforço na organização e intervenção por baixo. Isso significa redirecionar a atenção política, recursos humanos e financeiros. E saber que fazer menos e bem feito é melhor do que ir a todas. Uma mudança assim não pode ser meramente aprovada: é preciso discutir, ouvir e mobilizar o Bloco, de alto a baixo, para voltar à base.

Para polarizar é preciso juntar forças

Manuel Afonso, Rebeca Moore, Tiago Castelhana

Os tempos são difíceis para a classe trabalhadora e para a esquerda. Faltam ânimo, esperança, confiança às forças populares. Isso reflete uma veloz viragem à direita, em que a extrema-direita se tornou o elemento dinâmico da vida política. Ao contrário do que dizem comentadores e politólogos, não vivemos um momento de polarização política. Para isso seriam necessários dois polos, à esquerda e à direita, que se confrontassem. **A polarização à esquerda ainda está por fazer:** reequilibrar o cenário político, reforçar as mobilizações e causas da justiça social e da igualdade, arrastar parte do centro-esquerda para a nossa agenda e, assim, isolar o neofascismo. Polarizar à esquerda é resistência e contra-ataque.

Nenhuma das forças da esquerda combativa consegue, hoje, fazer essa polarização sozinha. **Polarização à esquerda exige unidade.** O risco da atual fragmentação da esquerda é sermos reduzidos à marginalidade – é essa a aposta da direita e do capital.

Na Moção A propomos a “unidade popular” para derrotar a “ofensiva conservadora e a voragem das direitas liberal e neofascista”. Agora, é necessário concretizar. Os subscritores deste texto apresentaram uma proposta de alteração à Moção A nesse sentido:

“Polarizar à esquerda é a estratégia para virar o jogo em tempos difíceis. Isso obriga a que o centro da política de convergência seja a construção de uma aliança contra as direitas e o extremo-centro. (...) Como interlocutores prioritários (...) o Bloco identifica os movimentos sociais e populares, o sindicalismo combativo e as forças à esquerda do PS, nomeadamente, PCP e Livre. Isto não exclui momentos de convergência mais ampla, antes distingue a esquerda combativa dos gestores de centro-esquerda do pântano neoliberal que, como tal, são incapazes de motivar verdadeira resistência popular.”

Sabemos que a unidade de esquerda sempre foi, ao mesmo tempo, debate permanente e tabu, e suscita questões. Tentamos responder-lhes.

Deixamos o PS de fora? Serão necessárias unidades com o PS, mas há uma diferença enorme entre unidades de ação pontuais (manifestações, abaixo-assinados, etc.) e confluências baseadas num programa para governar com o PS, intrinsecamente ligado ao neoliberalismo. As primeiras significam um reforço da capacidade de luta social; as segundas são uma armadilha que nos prende aos interesses dos ricos e poderosos. O grande problema, é que o centrão, preso às elites, é incapaz de mobilizar as camadas populares para lutar por direitos e pela democracia – vimos isso nos EUA, por exemplo, com a derrota de Kamala. Uma aproximação prolongada da esquerda ao PS, diminui, em vez de aumentar, a capacidade de mobilizar e criar esperança na derrota das direitas. Mesmo para disputar a base social socialista, precisamos de mostrar força mais à esquerda – o que exige unidade.



O Livre faz parte da esquerda combativa? O Livre apesar da sua matriz social-democrata recebe o voto de quem quer uma alternativa à esquerda do PS e não se conformam com o neoliberalismo do extremo-centro. Todos nós conhecemos votantes no Livre que em outras eleições votaram entusiasticamente no Bloco, não os podemos excluir do diálogo.

O PCP é sectário, é possível fazer a unidade com eles? Os tempos adversos que vivemos colocam a esquerda numa situação nova; o risco de marginalidade obriga todos à reflexão e a mudanças. Ao PCP também. Sabemos que o sectarismo do PCP não o cegou quando, em 2015, perante a possibilidade de a direita continuar no poder, apoiou o PS. Aliás, a base do PCP, como de toda a esquerda, tem instintos unitários. A questão é passar a ter uma política de desafio, solidariedade e diálogo entre todos os setores da esquerda: se o Bloco a tiver, arrastará os restantes.

A unidade não acontece já nas lutas comuns? Sim, mas o que aqui propomos é mais do que isso. Por exemplo, campanhas comuns, um congresso da esquerda combativa ou um apoio unitário a um candidato presidencial à esquerda dos candidatos do PS. Trata-se de construir um campo social e político alternativo à extrema-direita e ao centro.

Propõem também coligações eleitorais? O que estamos a propor são mais do que coligações eleitorais, mas em alguns momentos não são de excluir. Mas não se constrói a casa pelo telhado: primeiro, há que criar bases de diálogo, confiança e trabalho em comum que depois podem, ou não, proporcionar coligações eleitorais conforme cada caso e cada eleição.

A unidade da esquerda combativa é cada vez menos uma opção tática. É uma questão de sobrevivência da esquerda, mas também a forma de passar da resistência à ofensiva. Pelas dificuldades que ainda aí vêm, é provável que a unidade aconteça. O risco do sectarismo ou da diluição ao centro são os erros simétricos que a podem impedir – o cada um por si, ou a aproximação permanente ao PS. Como aqui propomos, há uma alternativa.

Mais inclusão cria mais militância

Paulo Aguiar, João Carvalho, Leonor Costa, Tatiana Monteiro, Hugo Andrade, Rafaela Pereira, Santiago Carrilho, Raul Noetzold, Jorge Tabuada, Ana Durães

Ser um jovem militante de esquerda é difícil nos tempos correntes, é difícil porque vivemos no tempo do capitalismo descontrolado, da oligarquia tecnocrata e do ascender do liberalismo neo-fascista. Mais difícil ainda é ser um jovem no Portugal de hoje. Ser jovem é sinónimo de saber que o mercado da habitação está inacessível para a maioria de nós. Ser jovem é saber que os salários são baixos e que não refletem o nível de qualificação que a maioria de nós tem. É saber que o governo quer aumentar as propinas e que muitos de nós deixarão de ter acesso à educação prometida em '76. Ser jovem é saber que nos vão colocar em pousadas da juventude sem condições porque o governo recusa investir na construção de residências públicas e a maioria de nós não tem recursos suficientes para arrendar um quarto nas grandes cidades.

E se já sabemos que os jovens atravessam inúmeras dificuldades, a verdade é que todas estas complicações agravam-se para os jovens deslocados. Quer sejam os estudantes que saem do interior para as grandes cidades ou se deslocam de uma cidade para outra, quer sejam os jovens trabalhadores que, na busca de melhores oportunidades, saem dos seus locais de origem para as grandes cidades, quer sejam os jovens professores que são colocados a centenas de quilómetros das suas casas e que raramente vão a casa.

O comum a todos estes jovens é que estão deslocados dos seus locais de origem, onde na maioria das vezes se encontravam a militar, onde faziam distribuições, impulsionavam debates locais, apoiavam a organização das suas concelhias, onde ocupam muitas vezes cargos formais. O seu sentido de dever para com a militância partidária local faz com que nunca mudem o seu local de militância, mas a verdade é que este dever traz algumas implicações práticas.

Um estudante ou um jovem trabalhador deslocado do seu lugar de origem, do seu local de militância, e que chega a uma nova cidade pronto para continuar a desenvolver e aprofundar o seu trabalho de militante, vê-se condicionado pela falta de inclusão e pela falta de oportunidade para contribuir para a sua nova área de militância uma vez que existem muitas poucas oportunidades para conhecer novos camaradas, não há oportunidade de participar na vida política da sua nova concelhia, não existe a oportunidade de ocupar cargos nas estruturas locais, mesmo que ali vivam há muitos anos. Estas condicionantes inevitavelmente afastam camaradas deslocados e levam à perda de militância que hoje, mais do que nunca, faz falta.

E esta é uma realidade que não afeta só o jovem estudante deslocado. Com a crescente precarização das nossas vidas, são cada vez mais os contextos laborais em deslocação, desde profissionais de saúde, professores, artistas e tantos outros setores da nossa sociedade. O Bloco de Esquerda enquanto partido da classe trabalhadora deve ser o espaço representativo destas pessoas, dando visibilidade às suas condições e dando força ao programa de defesa dos trabalhadores, dos precários, dos estudantes, das populações expulsas pelo agravar da crise da habitação.

Cabe ao Bloco ser um lugar de inclusão. Para todo o jovem deslocado, que se sente perdido, que sente que pode e quer fazer mais pelo partido, qualquer oportunidade de inclusão é sempre bem-vinda e faz falta. O Bloco pode e deve ser um amparo para a sua militância, a estrutura e



os seus militantes devem ir ter com os estudantes e trabalhadores deslocados porque isso cria uma relação mais profunda com o partido e gera oportunidades de criar mais atividade partidária. Deve ser o Bloco de Esquerda a ocupar esse lugar, incluir e criar uma maior militância.

A verdade é que os militantes deslocados mais pró-ativos, militantes que pelo seu dever sentem que podem e que querem fazer mais e que no final do dia querem ser a força da mudança, acabam por sentir-se reduzidos a momentos de distribuições em faculdades ou na rua, afastando-se da militância base. É preciso dar mais oportunidades aos estudantes e trabalhadores deslocados para aprofundar a sua militância partidária no seu novo local de residência sem terem que abandonar a militância no seu local de origem, onde muitas vezes são a força que impede que concelhias pequenas acabem ou onde são mesmo esses jovens que impulsionam a única atividade partidária do Bloco.

Chamar militantes deslocados para as reuniões das concelhias, para debates e discussões de projetos, colocá-los em grupos de comunicação, chamá-los para a organização de eventos locais e procurar saber as opiniões desses jovens porque na verdade, estas são igualmente válidas independentemente de estarem ou não a militar no seu novo local de residência.

Face a este problema, uma possível solução seria a criação de instrumentos formais na organização do partido, dando a oportunidade de estudantes ou trabalhadores deslocados de assumirem uma “dupla-militância” para exercerem os seus plenos direitos de militante quer nas suas concelhias/distritais de origem, quer nas suas zonas de vivência e de participação.

Dar a oportunidade de participar mais a fundo na vida local do partido cria uma militância mais forte, mais duradoura e mais convicta, dá às pessoas a oportunidade de sentirem que realmente estão a fazer a diferença e a ser motores da mudança e isso é uma coisa que faz realmente falta à militância jovem de esquerda neste momento.

Aprofundar e federar as Esquerdas: da autarquia ao País

Rafael Henriques

A realidade atual, nacional e mundial, é complexa, assistindo-se a um reforço concertado de forças de direita e de extrema-direita, em que o denominador comum é o jogo de bastidores, opaco e anti-democrático, das elites e oligarquias milionárias pela manutenção de um status-quo capitalista, mantendo como reféns os trabalhadores e a exploração até à exaustão dos recursos naturais do planeta, finitos e escassos. Urge a mobilização em torno de uma agenda Ecosocialista, dinâmica, eficaz e capaz de construir consensos.

Sem nunca desistir de uma plataforma de luta pela defesa do Planeta e dos seus recursos, há que reconhecer que o ponto de não retorno climático já foi alcançado. Mesmo que ainda alguma esperança resista, as políticas atuais pró-armamentistas só irão reforçar ainda mais a aceleração de um conjunto de eventos climáticos cataclísmicos, em crescendo e num galope irreversível, exigindo-se às forças de Esquerda a reflexão necessária e a construção de soluções de mitigação, num esforço hercúleo de preservação de ecossistemas e na procura de soluções para as crises climáticas que se avizinham e com particular atenção às suas vítimas, os mais pobres e os mais frágeis da sociedade, prevendo-se migrações desordenadas, suscetíveis de serem capturadas por interesses económicos, condenando muitos ao tráfico humano e trabalho escravo.

É em torno deste eixo central que se deve unir esforços, de trabalhadores, ativistas e militantes. Lutar pelo direito à auto-determinação dos povos, pela protecção dos bens mais essenciais como a água e pela construção de uma sociedade em que os serviços sociais se devem revestir por uma capilaridade democrática, desde a Saúde à Educação, passando pela Justiça e Segurança Social, recusando qualquer forma de discriminação, mesmo a mais encapotada. Todos iguais. Há que lutar por economia de trabalho e recusar qualquer tentativa de sequestro do discurso económico por parte de forças de direita e do extremo-centro que, negligentemente, lançaram o país para uma economia de baixos salários, predatória, assente no turismo barato, desconectado da realidade socio-cultural do país.

Se nos últimos ciclos eleitorais, não só em Portugal, mas também no resto de Mundo, temos assistido à conquista crescente de poder por parte de forças neoliberais e protofascistas, desde as claramente assumidas como as de algumas ainda envergonhadas, cabe aos defensores de um Estado Social, à Esquerda, tudo fazer para que a luta seja a mais organizada e construtiva em torno de programas, soluções para um futuro de esperança.

O sistema eleitoral português, datado e anacrónico, favorece os maiores partidos e os interesses dos de sempre. Defende-se a valorização do interior, mas um voto em Portalegre nas forças políticas de esquerda é um voto nulo, vítima de um sistema eleitoral discriminatório. Esta contradição é inaceitável. Também é verdade, como qualquer autarca e jornalista, também um trabalhador precário, que acompanha assembleias municipais pode atestar, ser quase impossível fazer-se um escrutínio sério e eficaz do trabalho desenvolvido a nível autárquico. O tempo de estudo e preparação de extensos documentos não é compaginável com uma função desempenhada cumulativamente, em tempo extralaboral, a uma vida profissional, familiar e social ativas.



Reconhecendo esta dificuldade, torna-se imperativo a união das Esquerdas. Os ciclos eleitorais que se avizinham, Autárquicas e Presidenciais, são o próximo grande teste e devem servir de pré-ensaio para o que fazer no dia seguinte sem qualquer espécie de embaraço.

O Bloco de Esquerda é exemplo disso mesmo. Quando se constituiu, e quase a fazer 25 anos, foi uma revolução galvanizadora e é neste espírito que tem de se continuar a pautar. Mais recentemente, em França, com a Nova Frente Popular, assistimos a algo análogo. Não sendo viável um decalque completo e, criticamente, com deficiências, foi possível a construção de um programa comum. O Bloco pode e deve ser essa força motriz em Portugal.

Esta Federação das Esquerdas, em torno de um conjunto de propostas e de soluções (Paz e auto-determinação; Saúde e bem estar; Educação e Integração; Segurança Social e Solidariedade; Economia do trabalho e valorização sindical) é possível e já tarda. Sem estigmatizar e anátemas, mas reconhecendo democraticamente onde discordamos, poderemos a partir de linhas vermelhas, construir um projecto robusto, de futuro e de esperança. Juntos conseguiremos unir não só os militantes, capitais em qualquer força partidária, mas cativar os nossos simpatizantes, os desiludidos do PS, perdido no paradoxo de um discurso proclamatório de Esquerda e uma praxis sequestrada pelos interesses, e alcançar os abstencionistas afastados da participação política ativa por sucessivas promessas não cumpridas ao longos dos últimos 50 anos. Onde eleitos, defenderemos este programa conjunto, mantendo cada força a sua autonomia, e sempre atentos onde trabalho construtivo comum possa ser desenvolvido.



Porque não subscrevi nenhuma das moções – I

Vítor Ruivo

SOBRE A POLÍTICA INTERNACIONAL DO BLOCO

Neste campo, em minha opinião, tanto a Moção A como a moção S sofrem de dois erros maiores. Por um lado, sobrevalorizam, de forma abstrata, o formalismo democrático existente nos países ditos “democráticos” onde domina política e economicamente o neoliberalismo capitalista. Por outro lado, consideram que os EUA, a Rússia e a China são igualmente imperialistas e que o Bloco deve opor-se do mesmo modo aos três, não distinguindo, no concreto, a perigosidade e os objetivos geopolíticos anunciados e postos em prática por cada um.

DOIS CONTEÚDOS OPOSTOS DE DEMOCRACIA

No posicionamento das esquerdas radicais, de inspiração marxista, distingue-se (distinguia-se?) os conceitos de “democracia proletária” e de “democracia burguesa”. A primeira, consubstanciada na aspiração revolucionária expressa em múltiplas tentativas, desde a Comuna de Paris, passando pela Revolução Soviética, alguns Estados de “democracia popular” e outros da luta anticolonial, mais ou menos exitosa. É a aspiração que hoje se mantém viva e só possível de vir a realizar-se em países onde as forças revolucionárias conquistem o governo e o consigam manter na construção do socialismo, abrindo caminho para essa verdadeira democracia.

A segunda, é o modo como o poder capitalista, na sua evolução e confronto com as massas trabalhadoras, tem mantido esse poder, legitimando-se, ora mais ora menos, de eleições em eleições. Em que os direitos democráticos não foram dádivas do poder, mas foram conquistados e alargados somente pela luta popular.

O CONTEÚDO DA DEMOCRACIA EVOLUI COM A LUTA DE CLASSES

Na sequência das duas Guerras Mundiais, dois polos se afirmaram: os EUA, como primeira potência capitalista e imperialista mundial e, como oponente, o “socialismo real” da URSS, reforçado pelas revoluções chinesa e cubana e pelos países antes colonizados. A força dos sindicatos, a influência dos partidos de esquerda e o ideal comunista cresceram um pouco por todo o mundo. Os EUA exaltaram, como seu objetivo de dominar o mundo e de perpetuarem o sistema capitalista, o perigo do “totalitarismo comunista” e a necessidade de combater a sua expansão. Neste sentido, tudo serviu, desde a ameaça nuclear, com a destruição criminosa de Hiroxima e Nagasaki, o aproveitamento dos quadros nazis, o crescendo da CIA na espionagem e no golpismo em associação com outras instituições, a subjugação económica e política de muitos países.



Face à luta dos trabalhadores, à aspiração comunista e à necessidade de recuperação da Europa, aumentaram os direitos laborais e instituiu-se o Estado Social, também como forma dos governos liberais e sociais-democratas travarem aquele avanço.

Porém, passados os chamados “trinta anos dourados”, ressurgiu nova crise do capitalismo, resultado da queda geral da taxa dos lucros e perante um valor dos rendimentos do trabalho que o Capital considerava excessivo. Como forma de inverter essa situação ganharam força as propostas neoliberais de fundamentalistas como F. Hayek e M. Friedman, e o neoliberalismo, experimentado na ditadura de Pinochet e aplicado por Thatcher e Reagan, passou a dominar a esmagadora maioria dos Estados.

Porque não subscrevi nenhuma das moções – II

Vitor Ruivo

DEMOCRACIA QUE ESMAGA OS POVOS É DITADURA

No princípio dos anos 90, logo após a queda do Leste, ainda se dizia que na apreciação do processo soviético, não devíamos “deitar fora o menino junto com a água suja do banho”. Agora, vai a água, vai o menino e vai todo o processo soviético, para enaltecer, no abstrato, os conceitos do pluralismo eleitoral, dos direitos humanos e da autodeterminação dos povos. Como se valessem apenas pelo seu formalismo, enquanto na realidade atual, eles estão cada vez mais a ser usados fraudulentamente, para justificar os maiores atropelos antidemocráticos, a ditadura capitalista dos EUA seja qual for o partido que governa, o terrorismo genocida de Israel, o aumento austeritário e militarista nos países “ocidentais”.

Neste tempo cresce ainda mais a ausência efetiva de poder cidadão nas questões determinantes do governo político e económico dos países da UE, sempre sujeitos à imposição sem alternativa das regras dos tratados (exemplo da Grécia e não só), desde Maastricht, passando pelo Tratado Orçamental e todos os outros, até hoje.

Na minha opinião, há uma visão enviesada do Bloco, que se reflete nas duas moções e que sobreleva os erros, o reacionarismo de costumes, o autoritarismo e a repressão nos governos que a “democracia ocidental” considera “ditaduras”. Por mais que uns se afirmem e atuem contra o imperialismo que constantemente os ameaça. E outros procurem na multipolaridade em desenvolvimento defesa para o unilateralismo estadunidense.

Por isso, considero inaceitável o ataque desenfreado à Venezuela, ignorando a permanente ação golpista dos EUA, que tudo fazem para recuperar o domínio do petróleo e do governo venezuelano, tentando levar ao poder a extrema-direita de Corina Machado. Carregando nas sanções criminosas, também sobre Cuba e outros.

E o mesmo se passa nas intervenções em África, na Ásia e sobretudo no Médio Oriente, alimentando o terrorismo israelita, procurando o domínio ou o caos no Líbano, na Síria, no Iraque, no Iémen, na hipótese de invasão ao Irão.

Uma política que vem de longe até Biden e se continua com Trump. Agora menos cínica porque se afirma mais pragmática e brutal. O que trará de diferente nas manobras imperialistas ou no neoliberalismo capitalista, ainda não está bem claro, mas, com toda a certeza, será mais militarista, forçando a UE a arcar com o aumento dos orçamentos para a guerra (NATO e compras aos EUA), a qual se dispõe até a excluir deles essas despesas! Será maior a “destruição criativa” pelo Capital na exploração e opressão dos povos e na rivalidade com a China.



Porque não subscrevi nenhuma das moções – III

Vitor Ruivo

POLÍTICA NACIONAL E INTERNA DO PARTIDO

Na moção S está presente a crítica, que julgo correta, ao excesso de parlamentarismo e insuficiências na democracia interna do Bloco. Mas parece-me também insuficiente o que é proposto para a melhoria da intervenção concreta nas lutas laborais e sindicais e na dinamização dos movimentos em defesa do SNS, pela habitação social, da educação, contra o crescendo das privatizações, etc. Tanto numa como na outra moção, falta colocar e passar à prática um plano geral que defina as lutas prioritárias para a intervenção, que implique planos semelhantes em todos os distritos, incluindo o avanço no conhecimento concreto da realidade laboral e económica das regiões. Ao contrário dos sucessivos relatórios das convenções, que se limitam ao enunciado do que foi feito, defendo balanços contendo o que não resultou e o que não se fez, e as medidas concretas para a sua melhoria. É necessário um relatório efetivo, divulgado aos aderentes, de quantos somos, quais as características sociais, profissionais, quantos são sindicalizados, delegados e dirigentes sindicais, quantos têm a cotização atualizada, contactando quem está fora das normas estatutárias. E fazer tudo isso em cada um dos distritos. E cumprir os Estatutos nos direitos dos aderentes, nomeadamente a alínea d) do Artigo 4º, tão desrespeitada.

Que, de uma vez por todas, se vá além do pega e larga e do bonito mas vago slogan de fazer a luta toda em todas as lutas.

REAFIRMAR O BLOCO COMO ANTISSISTEMA

Concordo, tanto na moção A como na S, com a identificação das nossas bandeiras de luta na conjuntura. Mas nessas bandeiras, julgo que também deveriam estar presentes aspetos da sociedade futura que desejamos, de radical diferença com o rumo que domina o presente. De tal modo que, juntamente com as propostas e as lutas para o dia-a-dia, se realçasse a identidade do Bloco como um partido antissistema relativamente ao capitalismo, na perspetiva da sua superação por uma sociedade socialista, e, quando a mim, de ideal comunista...

Para a questão da dívida imposta, mas impagável, que deve merecer uma auditoria para a recusa das parcelas abusivas e odiosas; para os abusos da banca e da especulação financeira, a corrupção endémica no capitalismo e no mercado sem lei que levam à acumulação de riqueza, quer das grandes empresas e monopólios, quer de indivíduos (dos executivos, acionistas, profissionais liberais, atletas e jogadores de topo, etc.) e que resulta na atual desigualdade em crescimento exponencial – para tudo isto, não deve haver medo da denúncia forte.

Também aí é urgente dinamizar movimentos de luta contra esses crimes sociais e não ficar à espera que um dia possam aparecer.



Não chegam os discursos no Parlamento, ou os artigos e conversas nas redes sociais. Só no apelo direto ao protesto dos cidadãos e no contacto pessoal com eles, no apoio aos seus problemas mais dolorosos, será possível alterar a imagem presente na opinião pública de que é o Chega quem é o radical antissistema.

Não compreendo que faça sentido o apelo, a pressão, para que a UE possa vir a alterar as suas posições, afinal uma infundada expectativa como nestes dias mais uma vez se vê, na humilhante sujeição e na busca de alguns arranjos face às loucuras trampistas.



Porque não subscrevi nenhuma das moções – IV

Vítor Ruivo

MAIS DEBATE E PARTICIPAÇÃO

Na moção A concordo com as intenções de maior debate e participação dos aderentes e com ações de formação política que a V Conferência propôs. Resta ver como elas se desenvolverão na prática. Com a preparação da XIV Convenção (fim de maio) que, como tem sido nos períodos das convenções, tende a afunilar o debate em torno dos apoios às moções e com as imperiosas tarefas de preparação para as eleições autárquicas (setembro), temo que a participação dos aderentes em geral nos debates e na formação e atualização programática seja escassa e pouco proveitosa.

POLÍTICA DE AÇÃO UNITÁRIA

Sem pôr de lado possíveis acordos autárquicos com o Livre e o PAN, bem como com coletivos e movimentos sociais, ou pessoas sem partido mas ativistas ou de prestígio social, o esforço maior deveria ser procurar em primeiro lugar esses acordos com o PCP.

O PC não está com essa intenção. Também aqui no Algarve, isso se verificou na resposta que deu ao pedido de reunião do Bloco, pondo de lado quaisquer acordos de coligação para as próximas autárquicas. Mas mostrou-se aberto a reunir sobre a ação conjunta nas diversas lutas. Pessoalmente, não sei até que ponto para o Bloco essa recusa não era o que desejava...

Ainda assim, deveríamos insistir em reunirmos, aproveitando a disposição para um aumento de lutas em comum, no apoio conjunto aos movimentos que as levantam (sindical, habitação, SNS, educação, Palestina, Paz, racismo, etc.), em vez de nos digladiarmos em promoções e apoios separados e sectários. Quanto a mim, a realidade política, social e económica, no nosso país, na Europa e no mundo, exige, cada vez mais, o discernimento que leve a essa capacidade de entendimento e ação comum.

Para já, o rumo que parece vir a acontecer nas próximas autárquicas, de eventuais acordos, aqui e ali, com o Livre e o PAN, ou com alguns membros seus, é o menos favorável às populações e às suas necessidades nos diferentes concelhos e ao enfrentamento da direita e da extrema-direita. Aqueles partidos, politicamente são muito mais reformistas e fracos do que nós e se acordarem algo conosco julgo que será mais como tábuas de salvação do que por um real empenho de esquerda na luta autárquica.

Esperemos que essa perspetiva não seja também a nossa e que sejamos capazes de reforçar muito mais um efetivo trabalho autárquico próprio, de ligação concreta e continuada às maiores necessidades dos municípios, sobretudo dos setores mais carenciados.

Concordo com a nossa perspetiva para Lisboa e para as presidenciais.

AS RAZÕES DA MOÇÃO 'E'

William Naval, Vítor Gonçalves, Vítor Ferreira, Vera Timóteo, Teresa Valério, Rui d'Ávila Lourido, Rui Cortes, Rui Castro, Roberto Tavares, Ricardo Salabert, Pedro Soares, Paulo Gonçalves, Patrícia Quintão, Nuno Onça, Miguel Cabral, Mário Tomé, Mário Correia, Maria Irene da Conceição, Maria da Luz Lopes, Manuela Tavares, Manuel Carlos Silva, Lurdes Gomes, Luís Mougá Lopes, Luís Gomes, Leandro Pires, José Manuel do Carmo, José Casimiro, José Bastos, Joaquim Chagas, João Vaz, João Paulo Marques, João Marques, João Carlos Nunes da Conceição, João Mota, Gabriela Mota Vieira, Francisco Tomás, Fernando Esteves, Feliciano João Rodrigues dos Santos, Elisa Antunes, Conceição Anjos, Carlos Matias, Carlos Marques, Carlos Marecos, Carlos Manuel Varandas da Cunha, Armando Rocha, Armando Mesquita, Armandina Fernandes, António Veloso, António Miguel, António Castela, António Alves, Ana Sofia Cotrim Lopes Mourão, Ana Sofia Cortes, Ana Lourenço, Ana D'Espiney, Ana Castro e Adelino Granja

Militantes subscritores da Moção 'E' na XII e XIII Convenções decidiram não apresentar nova moção na XIV Convenção. Com profundo respeito democrático pelos militantes envolvidos na próxima Convenção, os apoiantes da Moção 'E' não contribuirão para a legitimação de um processo e de um ato público que está longe de constituir o culminar de uma vivência democrática.

As condições democráticas internas entraram num processo de degradação acentuado que impede a pluralidade efetiva, o debate construtivo e a participação em pleno de opiniões críticas e alternativas. A moção do secretariado para a XIV Convenção demonstra-o. Não tem um pingão de reconhecimento de erros, não tira lições dos insucessos eleitorais nem da aproximação ao centro, da incapacidade para polarizar à esquerda, da perda de militância e da deterioração da democracia interna. Demonstra querer que tudo fique na mesma.

A não participação na XIV Convenção não é uma desistência. É uma afirmação clara e audível de que o Bloco tem de mudar, com urgência e por ação da sua base. Se não houver abertura nem vontades para que isso aconteça, os próximos tempos poderão ser ainda mais sombrios. Os duros combates contra o populismo, a fascização e o conservadorismo, os preparativos de guerra e o belicismo, o ataque a direitos elementares das/os trabalhadoras e ao Estado social não se compadecem com um partido diminuído na sua coerência e capacidade para ser ouvido pelo nosso povo.

A XIV Convenção tinha a obrigação de fazer um balanço profundo dos últimos anos, tirar lições do que não está a correr bem e fazer melhor, com coragem política para reconhecer com humildade os erros – que estão bem à vista, retirar consequências e mudar de rumo. Foi o apelo da Moção 'E' na XII e XIII Convenções. Insistiu-se durante o mandato que vai terminar. Procurou-se nas reuniões da Comissão Política e da Mesa Nacional alguma abertura, mas as portas permaneceram fechadas e os ataques pessoais subiram de tom.

Com a fuga à atualização do registo geral de aderentes, claramente inflacionado, o secretariado rejeitou a verdade. A não atualização influencia, a favor da maioria, o número de subscritores necessários para apresentação de moções e de candidaturas aos órgãos nacionais,



distorce os cadernos eleitorais para eleição de delegados, a sua distribuição pelo território e, conseqüentemente, a composição da Convenção. A dois dias da entrega das moções, impuseram a alteração do Regulamento da Convenção, aprovado a 8 de dezembro, com uma redução do número de subscritores necessários, apenas para contornarem e iludirem a verdade que seria a atualização do registo geral.

A Moção 'E' entregou na MN propostas de revisão dos Estatutos, subscritas por mais de 140 aderentes, que procuravam repor a democracia interna. As propostas foram liminarmente rejeitadas. O secretariado mantém o caminho da férrea centralização, tenta contornar o Acórdão do TC sobre Estatutos, esvazia os órgãos intermédios e nacionais, insiste em garantir lugares *ad eternum*.

Existem diferenças assinaláveis sobre a condução política do Bloco, é verdade, mas haver opiniões diversas é essencial numa organização democrática, contribui para que as decisões sejam mais participadas e potencialmente mais acertadas. Porém, não é assim que as coisas são entendidas. **Quem critica é ostracizado, impedido de participar em listas eleitorais, comissões organizadoras e de preparação de iniciativas, de campanhas ou dos principais eventos, como oradores em sessões públicas, fóruns ou comícios ou em grupos de trabalho temáticos.** Agora vem aí a "lei da rolha". O esforço de participação ao longo de anos dos eleitos da Moção 'E' na Mesa Nacional e na Comissão Política tem batido num muro.

A gota de água surge com a recusa à avaliação do processo de despedimentos de funcionários, apurando erros, responsabilidades e consequências, através da nomeação de uma comissão de inquérito interna. Teria sido fundamental para reconciliar a opinião pública com o Bloco. **O negacionismo é evidente e não pode ser torneado com uma declaração vaga sobre gafes e erros que ninguém consegue entender, contraditada por factos que surgem diariamente e por cartas das funcionárias despedidas.** Exigia-se coragem política e humildade. Afinal, o secretariado considera-se inimputável e demonstra não querer mudar.

Caso a Moção 'E' apresentasse uma proposta de orientação política na XIV Convenção teria a obrigação, perante os seus subscritores, de apresentar candidaturas à Mesa Nacional, à Comissão de Direitos e, posteriormente, à Comissão Política. **Pelas razões expostas, as/os camaradas da moção 'E' não querem participar em órgãos de direção com esta maioria que se reproduzirá nesta Convenção, em completa demarcação com a linha política que tem levado a derrotas consecutivas e com as práticas internas antidemocráticas que utiliza.** Os/as camaradas da Moção 'E' procurarão continuar a sua intervenção como aderentes de base do Bloco, sem qualquer cedência na crítica e na apresentação de posições alternativas. Queremos contribuir para que surja uma nova resposta política.



Moção

A

Um Bloco
para virar
o jogo



O Bloco de Esquerda apresenta na sua XIV Convenção a sua luta pela paz e pela democracia contra a oligarquia que ameaça o mundo. Mobiliza-se contra os interesses económicos que querem destruir o sistema de saúde e de segurança social. Organiza e participa em todas as lutas que representam a classe trabalhadora, a sua unidade e a aspiração ao socialismo. E disputa os próximos anos para reforçar a sua organização e vida democrática, como coletivo militante que amplia a sua intervenção.

1. UM PARTIDO DE COMBATE

1.1. Os próximos anos serão marcados pela ofensiva da direita trumpizada em todos os planos: guerra e discurso de guerra, degradação autoritária das regras democráticas, desinformação e manipulação, ataque aos direitos do trabalho, aposta na divisão xenófoba e racista e na destruição de condições de igualdade das mulheres e das pessoas LGBTQI+. Sabemos ao que vêm. A ofensiva conservadora é total e quer perseguir a esquerda.

1.2. Sabemos quem somos. A esquerda de combate perdeu expressão eleitoral mas tem uma raiz popular. Esta reforçou-se em três planos, na expressão de lutas de trabalhadores, como a de quem trabalha por turnos ou em plataformas; na criação de movimentos pela habitação; no alargamento da plataforma unitária de atuação antirracista e de luta social nas cidades. Essa é a disputa que vai continuar a crescer, a desafiar a oligarquia e a afirmar a liberdade e a democracia a partir da conquista de direitos sociais universais. É a partir daí que procuramos alianças e convergências populares. Só desse modo será possível à esquerda enfrentar o governo da direita, seja este apoiado na extrema-direita ou na anuência ou adaptação do PS. Além de lutas e mobilizações, este esforço pode concretizar-se em campanhas e posições políticas conjuntas com o objetivo de abrir espaço a uma polarização política à esquerda. O Bloco priorizará convergências que incluam movimentos sociais e populares, expressões sindicais combativas e forças à esquerda do PS, nomeadamente PCP e Livre.

1.3. Combatemos a trumpização e a guerra perpétua escolhendo uma prioridade: a defesa do povo palestino contra o extermínio. Gaza é a nossa fronteira. O movimento pela paz é a recusa do genocídio e do sionismo como forma de opressão colonial racista.

1.4. Para estes combates, o Bloco precisa de se reforçar e renovar a sua cultura de organização. Somos o único partido com regras democráticas consistentemente comprovadas: o direito de exprimir opiniões e propostas, de apresentar alternativas em todas as eleições internas, de fazer circular as moções e de as debater em igualdade de circunstâncias. Mas a organização é muito mais do que as regras democráticas que a fundamentam: a nossa prioridade é a socialização do exemplo das concelhias e distritais que mais envolvem os militantes; dos núcleos que garantem a continuidade do trabalho de base, onde se aprende a militância e se forma a cooperação no trabalho comum. Criar coletivos militantes é a única forma de nos comprometermos com movimentos, com batalhas políticas, com campanhas imediatas e trabalho de longo prazo. Os núcleos territoriais, a organização de militantes feministas, ou da saúde, ou antirracistas e de jovens nas escolas e universidades são a base de organização do Bloco. Para os próximos anos, que serão de luta dura, só o seu reforço e extensão garante que há um debate permanente, partilha de decisões e esforço conjugado.



1.5. A nossa cultura organizativa deve ser constituída por procedimentos claros, por dedicação que resista a flutuações conjunturais, por canais próprios de articulação e comunicação interna. A formação ideológica, a reflexão política e a autonomia na ação de núcleos militantes são a chave do nosso crescimento e da formação de quadros políticos.

1.6. A participação militante e o debate democrático no Bloco requerem canais próprios de organização e comunicação, que não são substituíveis por redes sociais ou pela comunicação social tradicional. As redes sociais são ferramentas de que o Bloco não abdica, reconhecendo, no entanto, que são espaços definidos pelas regras da manipulação da informação, pela individualização e isolamento e que, por isso, são inimigas da construção política coletiva. A presença e a partilha de experiência militante requer coletivos presenciais e formas pessoais de comunicação, sem a intermediação de um poder algorítmico. Por isso, a Mesa Nacional criará, em moldes a definir, um boletim regular de informação e debate político, aberto a contributos de aderentes para o debate político e socialização de experiências militantes.

1.7. A coordenação da Comissão Política compete à pessoa que encabece a lista candidata à Mesa Nacional que seja mais votada na Convenção.

2. ACELERA-SE A VIRAGEM AUTORITÁRIA PARA A IMPOSIÇÃO DE NOVOS MODELOS DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

2.1 Multiplicam-se os elementos de transição autoritária em regimes de democracia

O neoliberalismo está numa crise existencial iniciada com o crash de 2008. Depois de anos de política de austeridade que enfraqueceu os serviços públicos e o trabalho, as políticas monetárias expansionistas alimentaram a finança especulativa e os gigantes tecnológicos. A resposta dada à inflação que se gerou após a pandemia e a invasão da Ucrânia foi um aumento dos juros que castigou os salários, agravando as condições da crise.

Para estruturar novas formas de acumulação, o capitalismo requer novas formas políticas que consagrem a apropriação adicional de bens comuns e serviços públicos (cujo desmantelamento consta dos programas de Milei e de Trump) e o aumento da exploração (eliminando formas de proteção legal do trabalho e organização sindical, e mesmo estruturas da administração pública ligadas a objetivos de bem estar social). O encargo da direita radicalizada e do neofascismo é o de acelerar a instalação deste novo quadro político e legal.

A reeleição de Donald Trump desloca abruptamente a correlação de forças global a partir do imperialismo hegemónico. Mas essa mudança já se iniciara em diversas partes do mundo, incluindo na Europa, com regimes de subcidadania para imigrantes, restrições às liberdades de expressão e de protesto, concentração de competências legislativas no poder executivo, instrumentalização política dos aparelhos judicial, policial e militar ao serviço de agendas autoritárias e presença direta de oligarcas na estrutura dos governos.

A escalada da direita radicalizada vai assim muito além do negacionismo climático e da perseguição conservadora, que eliminam qualquer promessa verde ou de igualdade. O seu programa é o capitalismo absoluto: regressão social e confinamento da esquerda. O neoliberalismo conduziria forçosamente ao autoritarismo.



Essa transição é patente: o elogio neoliberal da desregulação e das privatizações foi elevada à exaltação da desigualdade social; além da culpabilização dos trabalhadores empobrecidos pela sua própria pobreza (acusados de iliteracia, falta de produtividade, formação, etc), a proteção das elites passa agora pela gestão do descontentamento popular através do racismo e pela criminalização dos segmentos marginalizados da própria classe trabalhadora; a proclamação neoliberal do “fim da história” é substituída pela pura paranóia “anti-marxista”, dirigida contra a esquerda e mesmo contra setores moderados; o culto dos “empreendedores”, doutrina escolar do neoliberalismo, é suplantado pela glorificação dos tecnoligarcas.

2.2. A economia da atenção e a tecnoligarquia no comando

Nos primeiros dias do mandato de Donald Trump, os monopólios globais da comunicação realizaram um ajustamento de posição, assumiram expressamente a sua aliança com a extrema-direita global e a promoção da sua agenda misógina, islamofóbica e antisemita como estratégia empresarial.

O processo de mercadorização da atenção, iniciado há dois séculos com a imprensa comercial, deu um salto qualitativo no século XXI. Com a generalização do acesso ao telefone com internet, a disputa capitalista pela atenção passou a abranger todas as geografias, toda a humanidade, desde a primeira infância, sob reduzida regulação e em rápida sofisticação técnica, mediando a realidade e ocupando os sentidos humanos, com grandes impactos no modo de vida e na existência individual.

A concentração dos fluxos de informação em monopólios globais, colossos financeiros assentes na receita publicitária e na mediação comercial, sufocou o potencial original da internet, descentralizador e democrático. Estas empresas monopolistas da atenção mercantilizada têm um poder político sem precedentes e sem escrutínio real. Os seus proprietários promovem e financiam projetos políticos regressivos nos cinco continentes, fornecendo os instrumentos de manipulação de massas e operando verdadeiros ataques à soberania popular.

Além da transição autoritária, o poder das tecnoligarquias é um fator de transformação da exploração do trabalho, estruturando em plataformas algorítmicas formas extremas de extração de valor, atomizando os indivíduos em modelos de subsistência à margem da proteção legal normal.

Noutro plano, o armazenamento dos dados digitais de que o novo capitalismo se alimenta obriga à construção de equipamentos gigantescos, superintensivos em eletricidade e geradores de um fardo energético em grande medida supérfluo (sistemas de validação de criptomoedas; inteligência artificial de uso lúdico, etc), incompatíveis com qualquer objetivo climático.

O curso da inovação tecnológica demonstra a urgência do plano ecossocialista para impor propriedade e regulação públicas, bem como de instituições de Direito Internacional que articulem objetivos de paz, segurança energética, saúde pública, justiça climática e proteção de bens comuns essenciais, entre estes a própria informação.

O poder dos tecnoligarcas é, em si mesmo, uma ameaça existencial à democracia, por reduzir a circulação de informação e enclausurar o debate público em espaços privatizados sob controlo de protagonistas do projeto autoritário da direita radicalizada. A defesa do acesso a informação fidedigna como condição da liberdade política impõe a urgente constituição de uma frente social ampla para combater o poder dos tecnoligarcas e para a neutralização das suas armas de manipulação massiva. De igual modo, lutamos pela imposição da lei laboral ao trabalho recrutado através de plataformas, visando a eliminação do comércio de mão-de-obra por via destas autênticas zonas de não direito.

2.3. Nas relações internacionais predominam formas de cooperação competitiva com riscos bélicos reais e mesmo existenciais

A atual competição geoestratégica agressiva, nos termos de Von der Leyen, não trava a integração do capital e a interdependência económica, tecnológica e energética. China e EUA coexistem no G20 enquanto ensaiam uma guerra comercial e manobras militaristas. Além dos impactos nos consumidores dos EUA, uma subida abrupta de tarifas aduaneiras - mesmo se parcialmente contornada através de países intermediários - atingiria interesses poderosos: uma das maiores fábricas de automóveis de Elon Musk situa-se em Shangai; é na China que se fabricam componentes essenciais para a indústria de armamento norte-americana e israelita; a economia chinesa é um dos terrenos de atuação dos grandes fundos de investimento globais - os chamados "proprietários universais", com interesses em todas as geografias (BlackRock, Vanguard, Apollo, etc). A China detém a terceira maior quota no FMI.

Esta cooperação desenvolve-se em paralelo com uma dinâmica de conflito que se acentua. Interessadas no desgaste militar da Rússia, as potências ocidentais procuram escalar o conflito como uma guerra por procuração, instalando uma dinâmica de guerra fria, no sentido em que a política é de preparação para a guerra, corrida às armas e retórica militarista. O mesmo tipo de guerra fria está em curso em torno de Taiwan, entre os EUA e a China.

A resistência ucraniana à invasão russa tem a legitimidade que assiste a qualquer país invadido e o mesmo direito a procurar apoio militar para a defesa do seu território e do seu povo. Essa legitimidade não justifica a orientação da NATO e das potências ocidentais contra soluções negociadas que garantam a neutralidade da Ucrânia e o fim da guerra.

2.4. A União Europeia em deriva militarista, contra o Direito Internacional e a ONU

O militarismo força o consenso para retrocessos sociais excepcionais, daí o ativismo armamentista da UE e a sua passividade diplomática perante a escalada na Ucrânia. O Mal banaliza-se em políticas europeias que descartam dezenas de milhares de vidas nas águas do Mediterrâneo ou em Gaza. Com a vitória de Trump, o anúncio da suspensão total da cooperação internacional norte-americana dá um sinal de continuidade e agravamento da política anterior.

A ocupação israelita da Palestina encanta o racismo profundo da Europa, que defende o protetorado norte-americano no Médio Oriente a partir dos seus velhos fantasmas colonialistas e islamofóbicos. Sob os escombros de Gaza, ficaram já as instituições de Direito Internacional, desautorizadas pelos próprios Estados que as subscrevem. Ao abastecer o genocídio com armas, dinheiro e propaganda, a União Europeia foi cúmplice de um crime testemunhado globalmente. O extermínio em direto mudou o mundo.

A marginalização das Nações Unidas é um retrocesso para a luta dos povos e para estratégias multilaterais de paz e desarmamento. A persistente mobilização da juventude, em particular nas universidades dos cinco continentes, prova que há uma geração que compreende o significado do genocídio na Palestina e que está disposta a tentar travar o curso da barbárie global.

O alinhamento do governo Português com esta política é completo, como se verifica na recusa de reconhecimento do Estado palestino; cumplicidade com os acordos UE-Marrocos e co-organização com a ditadura marroquina de competições desportivas que incluirão a implantação de infraestruturas em territórios saharais ocupados ilegalmente.



2.5. Em pé de guerra, a Europa assume o capitalismo de catástrofe

O pós-pandemia prometeu desglobalização e valorização do Estado prestador de cuidados e proteção. As regras da austeridade europeia chegaram mesmo a ser suspensas para estímulos de investimento às transições “verde” e “digital”. Mas esse momento foi muito breve: a invasão da Ucrânia deu pretexto para uma nova guinada política, destinada a drenar o investimento climático para os orçamentos militares.

O recuo da UE na política climática soma-se assim à tendência mundial registada nas COP, a recusa das potências em cumprir as metas de Paris e o assumido regresso dos conglomerados da energia a uma agenda de extração ilimitada de combustíveis fósseis. A melhor promessa dos Estados e das multinacionais é a adaptação dos mais fortes a um capitalismo de catástrofe.

2.6. Um governo de direita em radicalização, sustentado no PS

O centro liberal europeu governa em decomposição. É o caso de Macron, que quer o voto da social-democracia para bloquear a extrema-direita mas que aprova com esta as medidas exigidas pelo capital; é o caso de Scholz e dos verdes alemães, comprometidos com a guerra sionista.

Em Portugal, a opção do PSD para a conquista da maioria é uma radicalização à direita assente na ação legislativa e policial para concorrer com o Chega na disputa do senso comum xenófobo. Ao mesmo tempo, Montenegro recusa alianças formais com Ventura para poder disputar ao PS eleitorado do centro. Tal como noutros países europeus, esta receita reforça a imposição da agenda política da extrema-direita - securitarismo e xenofobia anti-imigrante - e condena a prazo as formações políticas tradicionais. Este é portanto um governo fraco, sujeito ao risco de derrotas parlamentares e com uma equipa frágil para a sua missão maior: a privatização do SNS e da Segurança Social.

Neste cenário, também o PS se desloca para a direita. No Orçamento para 2025 procurou agradar às grandes empresas com a redução da taxa de IRC e evitar uma antecipação de eleições, assegurando a continuidade do PSD no governo até final de 2026; sobre imigração, o PS reproduz os equívocos da direita sobre os mecanismos de regularização de imigrantes (nomeadamente a manifestação de interesse) e valida os termos do discurso xenófobo, ao abdicar de uma resposta no terreno das necessidades sociais para aceitar a retórica dos “valores” e da “cultura”.

3. A ESQUERDA É UNIVERSALISTA NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DA DEMOCRACIA

3.1. A democracia e os direitos humanos contra a disputa entre potências

Para dissociar a ideia socialista da sua caricatura soviética é necessário recusar qualquer nostalgia dos blocos da guerra fria. Recusamos o relativismo geopolítico que define uma “frente anti-imperialista” que inclui Estados ditatoriais e autoritários que desprezam a vontade do povo. Esse relativismo conduz ao abandono pela esquerda de parte da herança que a identifica: o respeito pelo sufrágio universal, pelos direitos humanos e pelo direito dos povos à autodeterminação.

O Bloco sublinha hoje, como ontem, a exigência da saída de Portugal da NATO, uma organização belicista de carácter ofensivo. Combatemos a escalada militarista porque a paz e a segurança dos povos depende da derrota da necropolítica.

Com a mesma clareza, denunciemos a fraude eleitoral na Venezuela, o historial de repressão e tortura na Síria ou no Irã, bem como a invasão russa da Ucrânia. Avaliemos estes processos com os mesmos critérios que usamos perante as fraudes, abusos e intervenções militares patrocinadas pela potência hegemónica, os Estados Unidos da América, e as suas aliadas. China e Rússia participam na disputa imperialista do mundo e não configuram qualquer desafio a essa disputa, como fica demonstrado pela estabilidade das suas relações com Israel ou o seu alinhamento neoliberal em questões climáticas ou de comércio internacional.

3.2. A esquerda anticapitalista recusa a normalização europeia do neofascismo

A extrema-direita ambiciona a hegemonia na Europa e a eliminação da esquerda e dos movimentos populares. O calvário de derrotas das correntes social-democrata e verde não resulta apenas da governação social-liberal que protagonizaram. Essa governação veio acompanhada de graves cedências à retórica securitária e anti-imigração da direita radicalizada, que aliás continuam: os social-democratas estão de saída do governo alemão e os verdes foram arrasados nas eleições europeias. Ato contínuo, integraram-se na coligação da direita europeia, sob a presidência de Ursula Von der Leyen e vice-presidência de um neofascista. Na União Europeia, os socialistas são subscritores do Pacto das Migrações e os verdes europeus, dirigidos pelo partido alemão, ultrapassam os socialistas no delírio armamentista. Ao mesmo tempo que abastecem de armas o genocídio na Palestina, respondem ao discurso isolacionista de Trump com a visão de uma Europa-superpotência no lugar de “polícia do mundo”.

As longas divergências no Partido da Esquerda Europeia culminaram numa crise que separou os partidos comunistas (PC francês, espanhol, italiano) dos partidos de esquerda mais representativos (France Insoumise, Aliança Vermelha Verde da Dinamarca, Aliança de Esquerda da Finlândia, Bloco). A atitude perante a invasão da Ucrânia tornou a continuidade no mesmo partido europeu impossível para as forças que se opõem a todos os imperialismos e que têm agendas mobilizadoras nos seus respetivos países. A estes partidos de esquerda, juntaram-se o Partido de Esquerda sueco e o Podemos (Estado espanhol).

Neste quadro, o Bloco de Esquerda desvincula-se do Partido da Esquerda Europeia e integra-se como membro na Aliança da Esquerda Europeia - pelo Povo e pelo Planeta, organização que expressa um socialismo de futuro e parte da luta dos povos para enfrentar as políticas liberais, o neofascismo e a disputa imperialista.

3.3. A identidade de classe define uma maioria que junta todos os grupos discriminados

A restauração capitalista no Leste foi também uma restauração conservadora. Nas últimas décadas, as direitas radicalizadas do ocidente seguiram Putin no ataque à emancipação das mulheres e das pessoas LGBTQI+ e fizeram da acusação de wokismo a sua armadilha: a rejeição do “politicamente correto” pintou o discurso de ódio como um exercício de liberdade. Um certo progressismo liberal há muito que caiu nessa armadilha, ao limitar-se à crítica e regulação de comportamentos individuais sem enfrentar a função disciplinar do racismo, do machismo, da homofobia e da transfobia na ordem social da exploração.

Um elemento relativamente novo e essencial do presente período é o espaço social conquistado em Portugal por um movimento antirracista amplo, com protagonistas próprios e bases



territoriais, implantado na juventude negra e afrodescendente, sobretudo da capital e das suas periferias. Esse movimento não só intervém em múltiplas dimensões - da violência policial racista às condições de vida nos territórios excluídos do acesso a equipamentos e serviços; da memória emancipatória da luta contra o colonialismo até aos direitos das pessoas migrantes - como se tornou num elemento central da resistência popular à ameaça neofascista.

A esquerda representa o conjunto da classe trabalhadora e não abandona nenhuma luta contra a opressão capitalista e os seus instrumentos de dominação. Em resposta à vaga conservadora contra os direitos das mulheres e das pessoas LGBTQI+, bem como à xenofobia e ao racismo que criminaliza a pobreza e as periferias urbanas, em particular as pessoas racializadas e migrantes, insistimos na constituição do bloco social dos explorados, pelos direitos sociais sem discriminações.

4. POLÍTICA ANTI-CAPITALISTA PARA UMA TRANSIÇÃO AMBIENTAL E CONQUISTA DE DIREITOS SOCIAIS

4.1. Um governo de transição justa, ecológica e social

Nos anos 2015-2019, o Bloco conseguiu, mesmo com uma relação de forças desfavorável, impor a reposição de rendimentos e direitos desfalcados pela direita. Nos anos 2019-2022, bastou ao PS um relativo reforço eleitoral para que António Costa rejeitasse qualquer reforma relevante. Sob a maioria absoluta, o PS empenhou-se em degradar os serviços públicos e em recusar as reivindicações que os reconstruíam. Essa falência política, associada à multiplicação da permeabilidade às pressões de interesses privados, potenciou a extrema-direita.

O Bloco é portador de um programa de transformação social, é uma oposição ligada às lutas e cria políticas de convergência para enfrentar a viragem à direita e a influência do neofascismo. Para vencer a direita radicalizada é necessário reconfigurar a esquerda a partir das necessidades sociais e de um projeto de vida boa para todas as pessoas.

O Bloco bate-se por um governo de transição justa, ecológica e social. Esse programa é o planeamento ecológico com a recusa do extrativismo e a recuperação dos bens comuns privatizados - na energia e na água, nos transportes e comunicações. Implica uma revolução fiscal para tributar a riqueza e políticas de habitação intransigentes com os interesses especulativos, a redução do tempo de trabalho, o acesso à cultura e o aumento de salários e pensões. Uma transição socialmente justa define políticas de respeito pelas pessoas com deficiência e pelas gerações mais velhas, com políticas de rendimentos e de cuidados que potenciem a qualidade de vida.

Este projeto inclui o aprofundamento e a democratização das autonomias regionais e o processo de regionalização administrativa do território continental.

4.2. O ciclo eleitoral

Nas eleições autárquicas, o Bloco promoverá o desenvolvimento equilibrado dos territórios e o combate à discriminação do interior. O Bloco lançará projetos transformadores à esquerda,



alternativos às governações municipais do PS e do PSD ou de outros partidos que favoreçam interesses imobiliários ou turísticos em detrimento das populações. No centro do nosso combate estarão o direito à habitação, o acesso a serviços públicos, a utilização sustentável da água e a transição climática. Partindo destas bases, as concelhias do Bloco de Esquerda avaliarão as condições para proporem à Mesa Nacional candidaturas próprias ou acordos pré-eleitorais de coligação. Neste contexto, iniciaram-se diversos diálogos a nível concelhio, nomeadamente com o Livre.

O Bloco contribuirá para a clareza de um programa que permita uma candidatura alargada, capaz de terminar a política de Carlos Moedas em Lisboa. Esta possibilidade deve representar mais que uma mera soma de partidos. A avaliação da sua viabilidade subordina-se aos critérios acima enunciados, na certeza de que um programa que não resolva as questões urgentes será uma lista derrotada. Na impossibilidade dessa convergência, assumirá a responsabilidade de dar expressão a uma candidatura consistente.

Nas eleições presidenciais, o Bloco está disponível para contribuir para uma candidatura de convergência democrática contra a subversão liberal dos direitos constitucionais e de luta pela paz. Reafirmamos a necessidade de uma voz que combata as novas e velhas oligarquias e a direitização autoritária da nossa terra.

O Bloco prepara-se para um cenário de eleições antecipadas com a mesma firmeza com que disputou as mais recentes eleições: para eleger deputadas e deputados que reforcem a luta popular e sejam pilares de resistência contra a extrema-direita.

4.3. Confronto ideológico, formação e debate programático

O Bloco assume a disputa das ideias e das políticas socialistas de futuro. Tal como desenvolveu nas conclusões do debate na Conferência Nacional de novembro de 2024, no terrenos ideológico, da formação e da atualização da proposta programática, o Bloco afirma-se como uma esquerda aberta e de combate que disputa as novas gerações às distopias regressivas do conservadorismo e ao conformismo da alternância.

4.4. Convergência na luta

Em cada dez pessoas nascidas em Portugal, entre os 15 e os 40 anos, três vivem hoje no estrangeiro. O Bloco representa a voz de todas as gerações afetadas pela precariedade social. Assim, o sujeito político da luta socialista são os e as trabalhadoras que combatem a sua exploração e opressão. Fazemos da igualdade uma energia social. Juntamos forças para os grandes combates da atual fase política: construir unidade popular contra as políticas liberais e proteger os bens comuns, garantir um salário e casa para viver, recusar o racismo e estabelecer na diversidade dessa luta uma identidade, que é o socialismo. Enfrentamos desse modo a ofensiva conservadora e a voragem das direitas liberal e neofascista.

O Bloco assume o objetivo de unificar o campo do trabalho contra a divisão xenófoba. Essa unificação, ainda embrionária nas mobilizações, só pode ser cumprida em torno de um programa de ruptura com a política liberal. O Bloco empenha-se na ampliação e na multiplicação das experiências de mobilização em curso.



O Bloco participa e apoia as lutas de trabalhadores e as experiências que renovam a resistência sindical, na luta pelo emprego, pelo salário, pela redução do tempo de trabalho. Valoriza as mobilizações feministas e LGBTQI+, que são uma linha essencial de resistência à agressividade do capitalismo absoluto.

Na construção de todos estes movimentos, o Bloco de Esquerda procura a mais ampla unidade possível e rejeita o sectarismo que tolhe o debate democrático nas organizações de trabalhadores e que diminui a sua capacidade de luta.

SUBSCRITORES

Mariana Mortágua	Lisboa	6687
Abílio Cerqueira	Viana do Castelo	16457
Abílio Urbano	Setúbal	4932
Ackssana Silva	Lisboa	13178
Ada Pereira da Silva	Porto	9785
Adelaide Oliveira	Porto	4854
Adelaide Teixeira	Porto	15996
Adriana Lopera	Lisboa	2447
Adriana Temporão	Viana do Castelo	15379
Adriano Campos	Porto	3120
Afonso Moreira	Lisboa	10022
Agata Marques Fino	Aveiro	11025
Agostinho Parrula	Setúbal	830
Aida Silva	Porto	10897
Aires Ventura	Coimbra	4404
Albano Rodrigues	Porto	12403
Alberto Matos	Beja	1542
Alberto Pestana	Região Autónoma da Madeira	17234
Albino Rodrigues	Coimbra	9979
Alda Sousa	Porto	654
Alexandra Ferreira	Aveiro	17347
Alexandra Teixeira	Porto	13816
Alexandre Abreu	Lisboa	9505
Alexandre Coutinho	Beja	13627
Alexandre de Sousa Carvalho	Coimbra	16382
Alfeu Frade	Aveiro	15940
Alice Tristany	Faro	3911
Aliyah Bhikha	Lisboa	15475
Almerinda Bento	Setúbal	529
Álvaro Arranja	Setúbal	569
Amarilis Felizes	Porto	9877
Ana Alves	Santarém	16374



Ana Campos	Lisboa	650
Ana Cansado	Lisboa	1166
Ana Carolina Gomes	Coimbra	12011
Ana Castro	Porto	12028
Ana Castro	Aveiro	18042
Ana Catarina Alexandre	Porto	16433
Ana Catarina Silva	Lisboa	15035
Ana Costa	Santare	12176
Ana Durães	Lisboa	15525
Ana Eleutério	Santarém	13293
Ana Feijão	Lisboa	5271
Ana Ferreira	Beja	8313
Ana Filipe	Santarém	3700
Ana Gomes	Europa	15365
Ana Goncalves	Europa	5602
Ana Isabel Gouveia Silva	Porto	13601
Ana Letícia Lopes Vieira	Braga	18025
Ana Lopes	Porto	17772
Ana Loureiro	Beja	8792
Ana Luzia Cruz	Aveiro	9084
Ana Maria Silva	Porto	5612
Ana Paula Sela	Setúbal	15727
Ana Rosa	Lisboa	13642
Ana Santos	Setúbal	12901
Ana Sousa	Porto	16463
Ana Teixeira	Viseu	16510
Ana Teresa Sebastião	Lisboa	15710
Ana Vasquez	Porto	16768
Ana Vieira	Setubal	13658
Anabela Bento	Setúbal	13351
Anabela Pires	Aveiro	13375
André Francisquinho	Setúbal	14806
André Julião	Lisboa	10632
André Ramalhais	Leiria	17173
Andrea Peniche	Porto	193
Andreia Galvão	Lisboa	14989
Andreia Gonçalves	Braga	17331
Andreia Leite	Aveiro	12838
Andreia Pinho	Aveiro	9724
Andreia Sousa	Porto	6737
Ann-Sophie Dentinho	Setubal	17199
Antero Fraga	Açores	16964
António Amaro	Viseu	979
António Costa	Viana do Castelo	17239
António Cruz	Aveiro	9083
Antonio Ferrão	Setúbal	16417
António Ferreira	Setúbal	12351
António Figueiredo	Lisboa	7302
António Fortaleza	Setúbal	223
António Gomes	Santarém	1353
António Jorge Sequeiros	Porto	952



António Lima	Açores	9362
António Manuel Alves da Silva	Porto	13579
António Marinho	Porto	341
Antonio Martins	Porto	2572
António Monteiro	Aveiro	12586
António Oliveira	Setúbal	6573
António Rocha	Setúbal	1085
António Rodrigues	Coimbra	9427
António Santos	Setúbal	8517
António Sérgio Luís	Faro	15931
António Soares	Porto	14931
António Teixeira	Porto	326
António Teixeira	Setúbal	1390
Armandina Afonseca	Porto	14089
Arnado Sarroeira	Leiria	269
Artur Duarte	Faro	14114
Augusto Taveira	Faro	935
Aurora Ribeiro	Açores	15403
Avelina Ferreira	Açores	12308
Bárbara Bica	Setúbal	10722
Bárbara Góis	Lisboa	16864
Barbara Ledo Maia	Porto	350
Bárbara Ranito	Coimbra	17119
Bárbara Santos	Porto	13775
Bárbara Xavier	Guarda	14775
Beatriz Jorge	Porto	17589
Beatriz Pedroso	Lisboa	14261
Beatriz Pinto	Setúbal	17769
Beatriz Pontes	Porto	16192
Beatriz Realinho	Guarda	16344
Belmira Ferreira	Aveiro	4559
Benjamim Sousa Vilela	Porto	8259
Bernardino Guia	Faro	2383
Berta Alves	Lisboa	666
Berta Faria	Porto	15782
Bruno Cabral	Lisboa	297
Bruno Carrapa	Porto	11067
Bruno Góis	Santarém	4521
Bruno Maia	Braga	2774
Bruno Martins	Évora	4645
Bruno Parente	Porto	15168
Bruno Pereira	Setúbal	2402
Camila Geirinhas	Lisboa	16407
Carina Quintal	Madeira	4924
Carla Barroso	Lisboa	17627
Carla Elisabete Vilela	Porto	5692
Carla Pimenta	Braga	18004
Carla Quintas	Porto	14139
Carlos Batista	Setúbal	16847
Carlos Borges Sousa	Lisboa	3943
Carlos Couto	Viseu	3141



Carlos Faria	Madeira	3577
Carlos Fialho	Setúbal	5001
Carlos Freitas	Braga	13464
Carlos Gonçalves	Lisboa	9661
Carlos Guinote	Setúbal	575
Carlos Honório	Coimbra	10430
Carlos Lázaro	Setúbal	533
Carlos Liberal	Aveiro	8699
Carlos Luís Ramalhão	Porto	17585
Carlos Manaia	Aveiro	17052
Carlos Marques	Setubal	14281
Carlos Motaco	Castelo Branco	13729
Carlos Oliveira	Setúbal	9199
Carlos Pereira	Castelo Branco	16365
Carlos Rodrigues	Viseu	121
Carlos romeiras	Setubal	14367
Carlos Santos	Lisboa	236
Carlos Silva	Aveiro	5605
Carlos Ubaldo	Leiria	16483
Carlos Veiros	Aveiro	698
Carmen Mafra	Setúbal	7549
Carmen Trindade	Lisboa	11716
Carolina Alberto	Setúbal	16315
Carolina Amaral	Aveiro	16761
Carolina Monteiro	Lisboa	17921
Carolina Serrão	Lisboa	16100
Casimiro Oliveira	Porto	9999
Catarina Ferreira	Viana do Castelo	18050
Catarina Laranjo	Lisboa	17259
Catarina Martins	Porto	8425
Catarina Oliveira	Lisboa	6764
Catarina Ramalho	Lisboa	14218
Catarina Ribães	Aveiro	17729
Catarina Santos	Lisboa	15743
Catarina Sofia Rodrigues	Lisboa	15409
Catarina Taborda	Castelo Branco	15884
Catarina Vieira	Viseu	306
Catarina Vitorino	Coimbra	17504
Cátia Domingues	Lisboa	16084
Cátia Nóvoa	Porto	4862
Cátia Silva	Lisboa	17417
Cecília Honório	Lisboa	446
Cecília Macau	Setúbal	10585
Célia Cavalheiro	Leiria	13394
Célia Marques	Setúbal	16848
Célia Riço	Lisboa	16639
Célia Rodrigues	Viseu	14317
Célia Santos	Faro	8644
Celme Tavares	Aveiro	6666
Celso Lima de Araujo	Lisboa	10113



Céu Fazenda	Lisboa	434
Chaima	Braga	17305
Clara Ferreira	Aveiro	11261
Clara Sandra Borges	Lisboa	16858
Cláudia Afonso	Aveiro	14354
Cláudia Braga	Porto	13165
Claudia Oliveira	Lisboa	304
Cristina Borges Guedes	Castelo Branco	7962
Cristina Matos	Coimbra	14135
Cristina Pereira	Setubal	1081
Crowley de Lima	Braga	17950
Cyntia de Paula	Lisboa	14548
Daniel Bernardino	Setubal	5151
Daniel Borges	Lisboa	16022
Daniel Carapau	Lisboa	2311
Daniel Morais	Viseu	15238
Daniel Silva	Aveiro	10838
Daniela Silveira	Faro	16011
Daniela Sousa	Coimbra	14437
Daniela Vespeira	Setúbal	14685
David Argel	Beja	1424
David Berrueco	Faro	10617
David Ferreira	Lisboa	14221
David Ribeiro	Viseu	17814
David Santos	Viseu	11750
David Silva	Setúbal	12398
Davide Santos	Lisboa	16881
Denise Miranda	Porto	16156
Deolinda Romba	Setúbal	3229
Diana Santos	Lisboa	16850
Dina Letra	Madeira	3588
Dina Nunes	Lisboa	692
Dina Sá	Santarém	13790
Diogo Barbosa	Aveiro	5265
Diogo Barros	Braga	15007
Diogo Duarte Silva	Coimbra	17066
Diogo Gomes	Santarém	15917
Diogo Mira	Setúbal	15586
Diogo Pedro	Setúbal	10398
Diogo Teixeira	RAM	16839
Doris Peleira	Faro	12957
Duarte Cavalinhos	Setúbal	821
Duarte Ferreira	Lisboa	16894
Duarte Igreja	Lisboa	15455
Duarte Santos	Porto	16575
Edite Costa	Viana do Castelo	14438
Eduardo Couto	Aveiro	13387
Eduardo Figueiredo	Coimbra	16679
Eduardo Marques	Viseu	6446
Eduardo Rocha	Setúbal	277



Elisabete Carvalho	Porto	12396
Elisabete Frade	Viseu	11546
Elísio Silva	Aveiro	1711
Elsa Pereira	Setúbal	15753
Elsa Santos	Coimbra	5398
Ernesto Costa	Coimbra	2821
Esmeralda Susana	Aveiro	17510
Eulália Bendito.	Açores	386
Eva Braga	Aveiro	105
Fabian Figueiredo	Lisboa	5232
Fabíola Cardoso	Castelo Branco	1324
Fátima Barata	Setúbal	754
Fátima Gomes	Braga	15786
Fátima Teixeira	Beja	13626
Fernanda Lopes	Aveiro	15312
Fernanda Salgado	Porto	12333
Fernando João Faria	Lisboa	1448
Fernando Oliveira	Faro	4352
Fernando Pinho	Setúbal	842
Fernando Rosas	Setúbal	657
Fernando Sequeira	Setúbal	1077
Ferreira dos Santos	Porto	646
Filipa Alexandre	Porto	15170
Filipa Gonçalves	Lisboa	3541
Filipa Vieira	Aveiro	13022
Filipe Mestre	Setúbal	11811
Filipe Nicolau	Lisboa	17070
Filomena Silveira	Açores	14178
Florabela Jesus	Aveiro	16392
Florentino Silva	Porto	14424
Francisca Sousa	Braga	17292
Francisco Alves Ramos	Setúbal	1107
Francisco Caetano	Lisboa	16071
Francisco Cordeiro	Santarém	7658
Francisco Louçã	Lisboa	1684
Francisco Matos	Leiria	10621
Francisco Moraes	Setúbal	9122
Francisco Soares de Oliveira	Coimbra	3987
Frederico de Moura Portugal	Leiria	15059
Gil Ferreira	Leiria	17796
Gilda Correia	Setúbal	16846
Gina Mateus	Beja	8781
Gisela Martins	Coimbra	8593
Gonçalo Braga	Lisboa	10728
Goncalo Carrilho	Lisboa	12578
Gonçalo Ferreira	Porto	8568
Gonçalo Filipe	Lisboa	15601
Gonçalo Pessa	Leiria	8545
Guilherme Araújo	Porto	17856



Guilherme Canelas	Setúbal	13349
Guilherme Nogueira	Coimbra	17360
Gustavo Behr	Lisboa	4574
Gustavo Mourinho	Coimbra	16962
Helena Loureiro	Coimbra	9426
Helena Martins	Porto	13600
Helena Oliveira	Aveiro	4557
Helena Órfão	Braga	924
Helena Pinto	Santarém	659
Helga Calçada	Porto	12776
Hernâni Carmo	Lisboa	12344
Higino Vasconcelos	Madeira	17035
Hugo Evangelista	Lisboa	3424
Hugo Meireles	Aveiro	2859
Hugo Monteiro	Porto	10717
Hugo Nunes	Aveiro	7344
Hugo Queirós	Braga	17517
Hugo Sampaio	Braga	10470
Hugo Seixas	Aveiro	12358
Iara Sobral	Lisboa	15150
Igor Cardoso	Porto	16155
Igor Constantino	Lisboa	16857
Inês Amaro	Lisboa	16784
Inês Antunes	Castelo Branco	16125
Inês Carreira	Lisboa	15447
Inês Coelho	Viseu	16702
Inês Colaço	Lisboa	14219
Inês Oliveira	Porto	6182
Inês Pintassilgo	Lisboa	11034
Inês Rasquinho	Lisboa	16400
Ines Sena	Lisboa	15340
Inês Tavares	Lisboa	9721
Iracema Maia	Lisboa	15522
Irene Rodrigues	LEIRIA	14758
Íris Sá	Aveiro	17352
Isabel Cruz	Setúbal	17670
Isabel Pereira	Setúbal	1197
Isabel Pires	Porto	6734
Ivo Conceição	Faro	13621
Ivo Santos	Leiria	15339
Jaime Mestre	Setubal	831
Jaime Pinho	Setúbal	671
Janet Ferreira	Aveiro	14107
Jefferson Oliveira	Setúbal	10814
Jessica Pacheco	Açores	16394
Jéssica Vassalo	Santarém	15053
Joana Bettencourt	Açores	15405
Joana Ideias	Setúbal	15508
Joana Leite	Porto	14920



Joana Micaelo	Évora	16700
Joana Mortágua	Setúbal	3772
Joana Neiva	Braga	16734
Joana Pina	Porto	17147
Joana Pires Teixeira	Lisboa	14204
Joana Rocha	Lisboa	15609
Joana Tavares	Lisboa	15557
João Afonso	Setúbal	519
João Alves	Setúbal	828
João Amoreira	Castelo Branco	13727
João Arnaldo Costeira	Faro / Algarve	16814
João Beles	Setúbal	1592
João Bernardo Narciso	Porto	15089
João Campos	Aveiro	6004
João Canudo	Setubal	15097
João Carvalho	Setúbal	16500
João Cercas	Setúbal	14903
João Chalas Carvão	Setúbal	1385
Joao Coelho	Setubal	17824
João Curvêlo	Lisboa	5267
João David Almeida	Lisboa	12534
João do Vale	Porto	6877
João Ferreira	Braga	919
João Filipe Conceição	Setúbal	14274
João Fonseca Cordeiro	Porto	5622
João Gomes	Coimbra	17498
João Gouveia	Setúbal	14904
João Jacinto	Santarém	6259
João Mendes	Coimbra	16098
João Mineiro	Lisboa	3665
João Pinheiro	Évora	17554
João Rodrigues	Lisboa	13258
João Santo	Coimbra	1456
João Sebastião	Lisboa	15547
João Teixeira Duarte	Porto	17788
João Teixeira Lopes	Porto	2168
João Vasconcelos	Faro	1508
Joaquim Calado	Lisboa	11035
Joaquim Raminhos	Setúbal	559
Joaquina Lourenço	Faro	9138
Joaquina Mendes	Braga	16666
Joel Oliveira	Porto	1238
Jorge Costa	Lisboa	635
Jorge Magalhães	Porto	4458
Jorge Martins	Setúbal	2957
Jorge Paiva	Porto	7182
Jorge Pinto	Setúbal	11452
Jorge Ramos	Faro	8646
Jorge Santos	Porto	10796
Jorge Silva	Setubal	4147
Jorge Sousa	Porto	1239



Jorge Tabuada	Lisboa	16880
José Dias	Braga	5727
José Abrantes	Setúbal	16873
José Arteiro	Braga	15352
José Bento	Setúbal	12076
José Carreira	Santarem	2758
José Castro	Porto	333
José Figueira	Funchal-	13014
José Figueiredo	Braga	10823
José Fonseca	Porto	2182
José Freire	Setubal	14445
José Gonçalves	Lisboa	620
José Gusmão	Faro	3283
José Jesus	Aveiro	8112
José João Lucas	Coimbra	4880
José Joaquim Ferreira dos Santos	Porto	646
José Luis Vieira Cardeira	Leiria	413
José Manuel Borges Martins	Detúbal	220
José Manuel Pureza	Coimbra	406
José Maria Cardoso	Braga	1308
José Miranda	Porto	5076
José Moreira	Faro	6643
Jose Moura	Portalegre	1867
José Palhares Falcão	Lisboa	653
José Panóias	Setúbal	1188
José Pedras	Braga	10774
José Pedro Oliveira	Beja	8293
José Pinto	Évora	10813
José Pinto	Braga	915
José Pinto	Aveiro	4176
José Pires	Castelo Branco	10361
José Raposo	Lisboa	16081
José Rebelo	Lisboa	16174
José Ricardo	Porto	15141
José Rocha	Setubal	4994
José Silva	Porto	14327
José Soeiro	Porto	948
José Vasconcelos	Viseu	3304
Josué da Silva Cavalheiro	Leiria	14624
Júlia Correia	Coimbra	4770
Júlia Pereira	Santarém	8834
Julieta da Assunção Espírito Santo Rocha	Setúbal	1191
Karim Quintino	Setúbal	11774
Karina Gonçalves	Setúbal	17150
Lara Sequeira	Setúbal	16342
Leandro País	Setubal	17202
Leila Pinheiro	Açores	16132
Leonor Amado	Lisboa	16896
Leonor Costa	Porto	17809
Leonor Monteiro	Porto	16769
Leonor Rosas	Lisboa	13980



Lídia Costa	Porto	1245
Liliane Ribeiro	Aveiro	16287
Lina Oliveira	Leiria	15860
Lou Loução	Lisboa	13974
Lucas Gonçalves	Leiria	17205
Lúcia Arruda	Açores	3863
Lúcia Pereira da Cunha	Lisboa	13763
Luís Borges	Açores	15789
Luís Branco	Lisboa	239
Luís Carocha	Lisboa	15143
Luis Costa	Lisboa	8295
Luís Fazenda	Lisboa	1685
Luís Filipe Pereira	Setúbal	543
Luís Grilo	Aveiro	11860
Luís Henrique Santos	Lisboa	14190
Luis Leiria	Lisboa	993
Luís Miguel Sandão	Porto	17877
Luís Monteiro	Porto	6793
Luís Salgado	Lisboa	9790
Luisa Maria Marcelino Bento	Castelo Branco	16525
Luisa Teixeira	Setúbal	750
Luiz Pessoa	Loulé	13361
Madalena Guerreiro	Setúbal	17830
Mafalda Brilhante	Lisboa	14847
Mafalda Félix	Setúbal	2863
Mafalda Guimarães	Lisboa	17300
Manuel Afonso	Lisboa	16856
Manuel Arsénio	Évora	18013
Manuel Braga	Setubal	3243
Manuel Canudo	Évora	16931
Manuel Coelho	Viseu	11659
Manuel Jorge Pires	Porto	13338
Manuel Pereira	Braga	16543
Manuel Perfeito Silva	Porto	317
Manuel Rocha	Aveiro	6815
Manuel Sabino	Setúbal	586
Manuela Antunes	Viseu	12215
Marcelo Leitão	Coimbra	11925
Marco Aboim	Lisboa	16740
Marco Andrade	Açores	6468
Marco Floro	Faro	3444
Marco Marques	Lisboa	5160
Marco Mendonça	Porto	122
Marco Pereira	Faro	9360
Margarida Lopes	Setubal	16347
Margarida Melo	Viana do Castelo	16347
Margarida Ribeiro	Porto	373
Margarida Vilela	Porto	5961
Maria Assunção Bacanhim da Silva	Madeira	3563
Maria Bogas	Setúbal	1190
Maria Carolina Gonçalves	Braga	17174



Maria Costa	Faro	14673
Maria da Conceição Gomes	Aveiro	4742
Maria Daniela Lebre	Aveiro	17759
Maria Deolinda Martin	Lisboa	3942
Maria Dias	Faro	10391
Maria do Carmo Marques	Porto	3655
Maria Elisabete Correia	Setúbal	14278
Maria Escaja	Lisboa	14637
Maria Estela Rodrigues	Porto	595
Maria Estrela Almeida	Viseu	3740
Maria Fernanda Teixeira	Porto	1239
Maria Graça Pestana	Lisboa	10290
Maria Helena Figueiredo	Évora	10812
Maria Helena Nunes	Setúbal	1193
Maria Isabel Pinto Ventura	Lisboa	7705
Maria Isabel Vieira	Setubal	1391
Maria João Café	Coimbra	17508
Maria João Macedo	Porto	4265
Maria José Ganhão	Setúbal	2222
Maria Leonor Figueiredo	Porto	7573
Maria Luísa Cabral	Lisboa	9516
Maria Madalena Rocha	Setúbal	17521
Maria Manuel Rola	Porto	9880
Maria Manuela Pereira	Leiria	8203
Maria Monteiro	Madeira	14508
Maria Mota	Porto	14446
Maria Pedro	Setúbal	4997
Maria Pestana	R.A. M	17233
Maria Rafael	Faro	12956
Maria Rodrigues	Coimbra	1155
Maria Rosa Dias	Faro	10391
Maria Santos	Faro	10577
Maria Santos	Setúbal	4986
Maria Serra Valente	Lisboa	16658
Maria Silva	Porto	5533
Maria Silva	Viseu	15280
Maria Silveira	Açores	443
Maria Teixeira	Porto	16739
Maria Teresa Rodrigues	Lisboa	2025
Maria Teresa Vieira Pinho	Aveiro	11668
Maria Veríssimo	Lisboa	17967
Mariana Aiveca	Setubal	241
Mariana Garrido	Coimbra	12097
Mariana Guerreiro	Setúbal	17812
Mariana Rodrigues	Coimbra	10057
Marilú Santana	Faro	12110
Marina Romana	Porto	13017
Mário André Macedo	Setúbal	15111
Mário Durval	Setúbal	583
Mário Moutinho	Porto	11159
Mário Silva	Porto	15995



Marisa Matias	Coimbra	3764
Marta Pereira	Setúbal	1195
Mary Rosas	Aveiro	10636
Matilde Porto	Setúbal	15642
Matilde Tavares	Leiria	17793
Michel Binet	Setúbal	16892
Miguel Cardina	Coimbra	7151
Miguel Pinto	Lisboa	448
Miguel Rodrigues Cardoso	Viseu	8662
Moisés Ferreira	Aveiro	2860
Mónica Moura	Açores	18059
Mónica Pestana	Região Autónoma da Madeira	17231
Nadia Leal	Porto	15981
Natercia Coimbra	Coimbra	644
Nazaré Nóvoa	Porto	5624
Nelson Amaral	Açores	4865
Nelson Moutinho	Faro	14785
Nelson Peralta	Aveiro	1664
Nelson Silva	Porto	14361
Nilo Cabrera	Braga	18027
Norberta Grilo	Braga	14911
Nuno calça	Evora	962
Nuno Canha	Lisboa	9675
Nuno Ferreira	Coimbra	7916
Nuno Lourenço	Évora	17594
Nuno Machado	Leiria	6886
Nuno Pedrosa	Europa	10488
Nuno Vale	Braga	16648
Nuno Vaz Silva	França	10867
Olinda Costa	Lisboa	17096
Patrícia Coutinho	Viseu	3142
Paula Monteiro	Santarém	15591
Paula Nogueira	Braga	2099
Paula Sequeiros	Porto	194
Paula Serralha	Setúbal	13470
Paula Soares	Setúbal	12865
Paula Teixeira	Lisboa	12438
Paulo Aguiar	Porto	17810
Paulo Campos	Leiria	17193
Paulo Ferreira	Lisboa	15660
Paulo Guimarães	Porto	16145
Paulo Jorge Vieira	Lisboa	1163
Paulo Martins	Braga	17386
Paulo Nogueira Ramos	Coimbra	16924
Paulo Oliveira	Aveiro	4833
Paulo Pinto	Porto	14538
Paulo Pinto	Europa	15662
Paulo Sanona	Ponta delgada	7870
Paulo Silva	Porto	11022
Paulo Sousa	Madeira	14523



Pedro Amaral	Açores	13254
Pedro Cabrita	Coimbra	17004
Pedro Carreira	Porto	9837
Pedro Faria	Porto	11624
Pedro Ferreira	Évora	17456
Pedro Ferreira	Aveiro	13688
Pedro Filipe Soares	Porto	2861
Pedro Henrique Sousa	Lisboa	12731
Pedro Jorge	Coimbra	16482
Pedro Mesquita	Castelo Branco	13405
Pedro Miguel Tavares Martins	Setúbal	2877
Pedro Pisco	Lisboa	7807
Pedro Ramajal	Porto	174
Pedro Ramos	Lisboa	3514
Pedro Soares	Aveiro	16293
Pedro Varela	Lisboa	16852
Plínio Sena Pessoa	Castelo Branco	16546
Rafael Henriques	Leiria	16152
Rafael Medeiros	Lisboa	15709
Raquel Bagulho	Lisboa	5059
Raquel Lindner Costa	Lisboa	15034
Raquel Pereira	Açores	11101
Raul Almeida	Beja	16420
Raul Noetzold	Faro	17997
Raul Rasga	Évora	16955
Rebeca Moore	Setúbal	16884
Renato Manuel Soeiro	Porto	2620
Renato Santiago	Aveiro	15537
Ricardo Cerqueira	Braga	9804
Ricardo Duarte	Lisboa	2516
Ricardo Lafuente	Porto	2011
Ricardo Miguel	Setúbal	17756
Ricardo Moreira	Lisboa	4622
Ricardo Pereira	Setubal	4322
Ricardo Reyes	Setúbal	14104
Ricardo Soares	Faro	11591
Ricardo Vicente	Leiria	6574
Rita Calvário	Lisboa	469
Rita de Sá	Aveiro	11283
Rita Frias	Setubal	16634
Rita Gageiro	Leiria	16523
Rita Nova	Porto	17353
Rita Sarrico	Lisboa	11369
Roberto Almada	Madeira	3579
Rodrigo Azevedi	Braga	17690
Rodrigo Machado	Lisboa	14947
Rodrigo Silva	Bragança	15093
Romana Sousa	Lisboa	13846
Rosa Pereira	Lisboa	6972
Rosária Rego	Açores	15300



Rui Antunes	Braga	8115
Rui Beato	Castelo Branco	14715
Rui Borges	Lisboa	17042
Rui Correia	Setúbal	13657
Rui Gutschmidt	Aveiro	13242
Rui Moreira	Porto	14414
Rui Nóvoa	Porto	159
Rui Sá	Coimbra	16381
Rute Barbosa	Braga	15252
Samara Azevedo	Lisboa	17071
Sandra Antunes	Porto	12869
Sandra Cunha	Setúbal	487
Sandra da Costa	Faro	13397
Sandra Dias	Évora	961
Santiago Carrilho	Setúbal	17565
Santiago Lima	Santarém	17050
Sara Barbosa	Lisboa	15899
Sara F. Costa	Aveiro	12095
Sebastião dos Santos	Setúbal	560
Sedrick de Carvalho	Santarém	13465
Serafim Duarte	Coimbra	1150
Sérgio Pestana	Região Autónoma da Madeira	17232
Sérgio Rafael Vieira	Porto	12189
Sérgio Sousa	Porto	9147
Silvana Paulino	Setúbal	8864
Silvestre Pereira	Porto	1262
Silvia Guerreiro	Setúbal	17813
Silvia Tibo	Faro	10703
Sofia Calado	Lisboa	17489
Sofia Escudeiro	Aveiro	15906
Sofia Estriga	Lisboa	16099
Sofia Figueiredo	Setúbal	14861
Sofia Lopes	Setúbal	15457
Sofia Marques	Setúbal	4995
Sofia Rajado	Lisboa	16854
Sofia Roque	Lisboa	3595
Sofia Santos	Europa	5342
Sónia Pedro	Lisboa	8215
Sónia Pinto	Aveiro	14992
Sónia Reis	Castelo Branco	13716
Sonia Ribeiro	Braga	10980
Susana Barros	Lisboa	17844
Susana Constante Pereira	Porto	10590
Susana Mota Pinto	Porto	13655
Susana Vieira	Açores	12396
Tainah Monteiro	Setúbal	15774
Tainara Machado	Lisboa	16653
Tânia Russo	Lisboa	13263
Tatiana Monteiro	Porto	17562
Telma Ferreira	Lisboa	16652



Telma Ferreira	Leiria	4506
Teresa Amorim	Braga	14320
Teresa Nascimento	Santarém	11824
Teresa Veiga	Setúbal	11032
Tiago Castelhana	Lisboa	16853
Tiago Ferreira	Viseu	14514
Tiago Gillot	Lisboa	636
Tiago Grosso	Faro	8113
Tiago Magalhães	Porto	15700
Tiago Paiva	Aveiro	16068
Tiago Rolino	Coimbra	15639
Tiago Sampaio	Lisboa	16372
Tiago Sequeira	Lisboa	16328
Tiago Silva	Braga	17181
Timóteo Macedo	Lisboa	1104
Tomás Fernandes	Setúbal	15955
Vanessa de Sousa	Setúbal	10007
Vasco Barata	Lisboa	10218
Vasco Diogo	Lisboa	16613
Vera Quirós	Lisboa	10898
Vera Veiga	Castelo Branco	16260
Verónica Lopes	Açores	10839
Vicente de Sá	Évora	11681
Vicente Ferreira	Lisboa	13219
Victor Salgueiro	SETÚBAL	13451
Vidal Marreiros	Faro	3939
Virgílio Matos	Porto	15022
Vítor Brilhante	Lisboa	1105
Vítor Cavalinhos	Setúbal	526
Vítor Correia	Lisboa	3917
Vítor Edmundo	Lisboa	1073
Vítor Ferreira	Évora	18012
Vítor Franco	Santarém	1329
Vitor Frango	Évora	11680
Vítor Lopes	Lisboa	16676
Vítor Parreira	Açores	7434
Vítor Pinheiro	Lisboa	712
Vítor Pires	Porto	1263
Vitor Rosa	Setúbal	10748
Vitor Sobral	Setúbal	14808



Moção

S

Novo
Rumo



Queremos um novo rumo. No socialismo por que lutamos cabe toda a gente, com esperança e dignidade. Só assim fazem sentido ideias, propostas, políticas, palavras e ações. Lutar, falhar, errar, corrigir, porfiar. No Bloco de Esquerda, sempre.

ABRIR O DEBATE

Sem surpresa, os textos propostos pela maioria da atual direção não têm sinal de autocrítica: numa lamentação sobre tempos difíceis, insiste na indefinição política, com atomização entre várias lutas sectoriais, sem perspectiva revolucionária e socialista.

O Bloco de Esquerda (BE) envolve-se em movimentos sociais, considerando-os de importância igual à do movimento laboral. Na prática, a participação no movimento sindical tem estado muito aquém do necessário, ficando o campo aberto para estratégias sectárias do PCP. A estratégia para o movimento laboral e sindical está ausente dos textos e da prática da maioria da direção do BE.

A participação em movimentos está desligada de objetivos transformadores da sociedade. Em vez de se afirmar como força transformadora, antissistema e socialista, ou mais concretamente, ecossocialista, o Bloco vem assumindo um modelo de “movimento de movimentos” ou de “federação de ONG”, focado em direitos humanos e sociais, indistinto de organizações social-democratas como o PS e o Livre. A diluição ideológica arrisca fazer perder o capital de luta do BE associado à sua história, assim como a sua utilidade social.

Entendemos ser necessário um novo rumo para o BE. Na sequência do documento proposto na V Conferência Nacional (2024), decidimos apresentar esta moção.

Queremos um BE mais combativo, mais ligado às lutas, nomeadamente a laboral, com mais clareza nas políticas, maior participação e melhor democracia interna.

1. O ESTADO A QUE CHEGAMOS

Formado em 1999 a partir de organizações revolucionárias, o BE é reconhecido como um dos principais partidos da esquerda portuguesa, aquele que não hesita em defender a luta sindical, enquanto combate pelo progresso social e pelos direitos humanos.

Impulsionou leis como a que reprime a violência doméstica, a que permite a interrupção voluntária de gravidez, a despenalização do consumo de drogas ou a da morte assistida. Em década e meia, obteve cerca de 10% da votação nacional e a influência correspondente.

Em 2015, o BE foi determinante para retirar o país da austeridade, possibilitando a existência de um governo do PS que, por via da pressão que teve à esquerda, foi obrigado a devolver parte dos direitos e rendimentos retirados desde os últimos tempos dos governos de Sócrates. Os tempos de maior proximidade ao poder ampliaram a capacidade real de influenciar os acontecimentos, porém, acentuaram ilusões parlamentaristas.



A direção não entendeu os sinais, contraditórios, das eleições de 2019: estava iniciada uma espiral descendente. A orientação política principal continuou a ser um apelo à geringonça que estava morta, o que contribuiu para libertar políticas de direita do PS.

Os sucessivos escândalos e demissões criaram o cenário para o desastre eleitoral do PS. Nas eleições de 2022, havia a ilusão de que o BE recuperaria os votos “perdidos para o PS”, mas não só não os recuperou, como ficou com a imagem de “partido do sistema”.

O BE sofreu derrotas em todas as recentes eleições, aproximando-se da irrelevância política. Vive atualmente um momento crítico e o seu futuro depende das decisões a tomar nesta Convenção.

Um partido revolucionário tem de ser intransigentemente democrático, para fora e por dentro. O BE tem alguns mecanismos internos de funcionamento democrático, mas transformou-se num partido de funcionários, sujeitos à dependência económica e política de duas fações dominantes, que evitam que a discussão seja alargada ao conjunto dos aderentes.

Apesar destas dificuldades, mantemos uma base militante importante, tradição de luta e reconhecimento social. Porém, sem alterações importantes na prática política e no funcionamento interno, quer a base militante quer o reconhecimento social estão sujeitos a forte erosão.

2. O CAPITALISMO ATUAL

As classes sociais sofreram mutações nos últimos 150 anos, em articulação com a própria evolução do capitalismo. O proletariado diferenciou-se, penetrou em novas esferas da atividade produtiva, nomeadamente na área da reprodução social e dos serviços, atomizou-se em alguns dos seus segmentos, precarizou-se e organizou-se em plataformas. Apesar desta fragmentação, a classe trabalhadora constitui a larga maioria da população mundial, o que coloca novas exigências ao processo de organização da luta pelo socialismo, sem alterar o seu papel dirigente na luta social e política com vista a uma transformação radical da sociedade.

O processo de globalização capitalista vive adaptações resultantes da concorrência entre as principais potências económicas e militares do mundo. A pandemia introduziu um quadro um pouco diferente na organização das cadeias de produção e distribuição, e tornou mais complexo o sistema de abastecimento tradicional de algumas matérias-primas, de energia e de bens alimentares. Com a agudização da concorrência capitalista mundial algum protecionismo seletivo, criou-se um confronto económico entre os EUA e a UE e as novas potências, como a China, a Rússia, a Índia e outras de menor dimensão. A China saiu do seu modelo de grande fábrica de mão-de-obra barata e de fornecedor de produtos de baixa qualidade, para se tornar num país de grande desenvolvimento tecnológico, com acumulação capitalista muito rápida, beneficiando a oligarquia dirigente do PC Chinês. O desafio colocado pela Rússia é, sobretudo, de natureza militar e territorial, somando confrontos, tais como a invasão da Ucrânia.

O protecionismo anunciado pela administração Trump é mais que um desejo de liderança económica americana cada vez mais ameaçada pela concorrência inter-imperialista. Também revela o declínio relativo da grande potência que liderou o mundo no pós II Segunda Guerra Mundial e no período posterior à queda do Muro de Berlim.

Apesar do discurso triunfante de Trump, são muito diversos, mesmo contraditórios, os projetos e interesses que atravessam a sua administração, movidos pelos colaboradores diretos, como



Musk ou Zuckerberg e outros. A possibilidade de colisão entre estes protagonistas estará sempre iminente.

Mais do que a inversão da lógica da globalização capitalista, está em marcha uma adaptação a novos contornos da rivalidade internacional, conforme a evolução do cenário político-militar. O capitalismo mundial, em particular a sua vertente financeira, busca desesperadamente o conjunto de circunstâncias que lhe permitam relançar a taxa de lucro. Nas últimas décadas, o neoliberalismo deu-lhe condições institucionais ideais para derrotar a classe trabalhadora e intensificar o grau de exploração, a todos os níveis. As ameaças de guerra generalizada e as guerras localizadas em curso ampliam o clima de corrida aos armamentos e a destruição de forças produtivas favoráveis ao relançamento capitalista. A concorrência chinesa, que ameaça sectores como o do automóvel, trará mais dificuldades ao capitalismo mundial, assim como mais desemprego e desvalorização salarial.

No mesmo sentido se configura o choque civilizacional entre o modelo de acumulação, assente na pilhagem de recursos naturais e na sobre-exploração dos trabalhadores, e o impacto brutal que as alterações climáticas impõem a nível global. Todos os sinais críticos da ultrapassagem de +1,5º Celsius na temperatura média do planeta, em relação à era pré-industrial, já foram atingidos e inscrevem-se numa progressão contínua e imparável.

Os recursos naturais da Mãe Terra colocam limites ao crescimento global e provam a justeza da análise de Marx quanto à contradição fundamental do capitalismo. Como se lê no Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política (1859): “em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes (...). **Instaura-se então uma época de revolução social! É a época que nos coube viver.**”

3. UM NOVO CICLO DE GUERRAS?

O mundo bipolar da Guerra Fria desmoronou-se com o afundamento da União Soviética. Depois de algumas décadas de hegemonia incontestada dos EUA no plano económico e militar, novos arranjos estão em vias de se consolidar, com o aparecimento em força de China, Rússia, Índia, Brasil e outras potências regionais.

A hegemonia ocidental, como a temos conhecido, parece cada vez mais posta em causa pela afirmação de economias fortes e com grande potencial de crescimento, em pressão constante por um mundo mais multipolar. Contestam a hegemonia de qualquer das partes, ainda que sob ameaças de enorme instabilidade e da guerra. O próprio projeto Draghi, recentemente apresentado para o relançamento tecnológico e a recuperação europeia face ao resto do mundo, contempla um acréscimo de despesas militares que só tem sentido nesta lógica.

As guerras em curso são conquista, tal como o foram as duas grandes guerras do século XX. A diferença é que se seguem a três fracassos do capitalismo global. Primeiro, o fracasso da globalização, proclamada pelos grandes grupos monopolistas para conquista de novos mercados, esbarrou na emergência de novas potências económicas com mais e maiores argumentos de penetração no mercado mundial (BRICS, Coreia do Sul, regimes árabes, etc.). Depois, o papel secundário dessa disputa global por parte dos países da velha Europa, cada vez mais subordinados à hegemonia norte-americana. Por fim, a corrida aos armamentos e à “solução da guerra” como

meio de recompor a hierarquia da dominação mundial, com os EUA à cabeça, sendo a NATO o principal instrumento da corrida e de consolidação desta hegemonia à escala internacional e, em particular, na Europa.

As guerras abertas, como na Palestina e na Ucrânia, colocam às forças de esquerda o imperativo da solidariedade com os seus povos.

A paz que defendemos não pode ser feita por via da cedência a invasores imperialistas.

As situações beligerantes proliferam um pouco por todo lado, nomeadamente em África, e são uma das grandes causas, se não mesmo a principal, da saída em grande escala de pessoas desses países primeiro para países vizinhos, e muitos para a Europa. A resposta da UE tem sido tornar-se uma fortaleza e recusar grande número de refugiados, chegando ao ponto de pagar a países vizinhos para os conterem.

4. DESAFIOS, RISCOS E OPORTUNIDADES DA LUTA CONTRA A CRISE E AS DESIGUALDADES

O BE tem vindo a preencher o vazio criado pelo recuo das mobilizações dos trabalhadores por uma agenda exclusiva dos movimentos sociais, que se tornaram o centro da intervenção política. Deste modo, alimentou lógicas de preocupações que reforçam sensibilidades individualistas, recorrendo a linguagem, intensidade e ritmo de compromissos de intervenção em que apenas se reconhecem “vanguardas” sociais minoritárias, dos principais centros urbanos. É uma linha política errada e empobrecedora, que torna o Bloco um partido de nicho, dificultando a sua projeção como partido de massas.

O BE não pode alhear-se dos movimentos dos trabalhadores. O que no 25 de Abril se conquistou, em matéria de liberdades e direitos sindicais, de contratação coletiva e de direitos laborais, está em risco 50 anos depois, fruto de dois tipos de circunstâncias. Por um lado, a pulverização e a divisão sindical arrastam o recuo em muitos direitos laborais, estando alguns em risco de desaparecer por efeito da legislação laboral, cada vez mais favorável ao patronato. Por outro lado, a profusão de mecanismos de desigualdade sobre rendimentos e as condições do trabalho – salários, prémios, subsídios, isenções, contratos precários - põem em causa a contratação coletiva e as carreiras a ela associadas.

Anualmente, as centrais sindicais e outros sindicatos ocupam-se com uma espécie de concurso inter sindical para saber quem “conquista” mais migalhas junto do patrão, qualquer que seja a sua natureza, em vez dar prioridade à luta pela recuperação da contratação coletiva, ou por melhores condições laborais. Nenhum contrato deve ser decidido nos gabinetes: apenas plenários democráticos, ou mesmo referendos, poderão decidir sobre salários e condições de trabalho.

Os sindicalistas e/ou ativistas do BE não podem continuar a pactuar com a divisão na classe trabalhadora, fruto da proliferação de contratos ou de más decisões, ao arrepio dos trabalhadores, decididas por alegados sindicatos em gabinetes de negociação. Os bloquistas, estejam onde estiverem, têm de ser uma voz ativa contra o divisionismo.

Se falha a democracia sindical, se a prática sindical é divisionista, se os sindicatos burocratizados só se preocupam com os seus filiados para perpetuarem direções, será preferível a demissão e a



opção pela (re)construção de formas de organização alternativas que estão para além das burocracias instaladas da CGTP e da UGT: comissões sindicais de base, comissões de trabalhadores, associações sindicais ou mesmo novos sindicatos independentes, sempre que se justifique, onde a democracia seja real e se promova o alargamento da sindicalização, especialmente aos trabalhadores precários e/ou imigrantes.

A opção estratégica de futuro pode vir a ser a construção de alternativa sindical de classe através da promoção de um Fórum Sindical Alternativo capaz de reunir todos os sindicalistas e ativistas, filiados ou não nos sindicatos da CGTP/UGT, em sindicatos independentes ou mesmo sem filiação e que se disponham a discutir e aprovar uma Plataforma Sindical Alternativa orientada exclusivamente pela defesa dos interesses da classe trabalhadora.

O BE foi capaz de trazer para a opinião pública a realidade de um sector de trabalhadores cada vez mais numeroso, os precários, porém essa dinâmica esgotou-se. É necessário renová-la, criando organizações alternativas de tipo sindical para os milhares de trabalhadores que vivem em condições salariais miseráveis.

A Coordenadora Nacional do Trabalho não pode servir apenas para troca de informações e, de vez em quando, para promover uns encontros nacionais onde há demasiado tempo para preleções e pouco tempo para discutir. Deve ser um coletivo de direção, com composição plural, sem sectarismos nem controleirismos, capaz de integrar quem se dispuser a agir pela construção de uma alternativa sindical de classe.

5. O SOCIALISMO POR QUE LUTAMOS

Crises e revoluções, intercaladas com expansões assentes no desenvolvimento tecnológico, alternaram nas últimas décadas. A ameaça atual de uma guerra em larga escala, como outras no passado, sem ou com recurso a armas nucleares, coloca à Humanidade o desafio de sobrevivência enquanto espécie.

Para ser possível recriar uma Utopia mobilizadora da construção de uma nova sociedade, socialista, é indispensável reconhecer que tanto o estalinismo, nas suas diversas facetas, como a social-democracia, foram os principais responsáveis pelo impasse histórico no progresso da Humanidade.

Como Marx, só podemos dizer o que “não pode ser” o Socialismo. Ele não definiu o que tem de ser o socialismo, não construiu um figurino, uma maquete ou o protótipo de socialismo. Defendeu uma “sociedade de produtores livres associados”, isto é, uma “sociedade cooperativa” na qual “o desenvolvimento livre de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos”. O “útero capitalista” (Marx) está mais que grávido! Só precisa de uma parteira.

Não basta desafiar manifestações do capitalismo – crise habitacional, crise climática, e lutas identitárias, etc. – se não questionarmos o próprio Capital enquanto relação social determinante e determinada pela produção-valor, por oferta e procura.

Ao combater neste terreno, mostramos que há alternativa e que é possível esboçar as características dessa nova sociedade. Criar um horizonte alternativo é projetar para o futuro o fim do capitalismo como causa última de catástrofes ecológicas e de guerras. Perdendo estas premissas, a esquerda falha.



A problemática ecológica não foi – não podia ser – cabalmente ponderada e analisada, assim como a luta emancipatória das mulheres e tantas outras, pela esquerda clássica dos séculos passados. Porém, o “conflito necessário”, o domínio da natureza pela Humanidade, foi considerado como indispensável para uma redistribuição igualitária da riqueza.

Hoje, parar a catástrofe climática e o declínio da biodiversidade requer, sem dúvida, uma redução imediata e significativa do consumo final de energia à escala global. A denominada “transição energética” será um “cavalo de Tróia” na recuperação capitalista da economia, se for entregue aos conglomerados privados. O chamado “crescimento verde” mais não é do que o capitalismo pintado de verde. A socialização dos principais meios de produção relativos à energia, incluindo a água, é indispensável ao combate das alterações climáticas. Ser ecologista é ser anticapitalista, defender valores incompatíveis com uma economia predadora, que se rege exclusivamente pela lei do valor e a busca insane do máximo crescimento do lucro.

A alternativa é o ecossocialismo, assente num planeamento ecológico, democrático, capaz de decidir o que produzir e como produzir, em serviços públicos gratuitos de acesso universal com respeito dos limites da sustentabilidade na utilização dos recursos naturais e materiais, como a água, a floresta, a energia, os transportes e a terra.

6. UM PROGRAMA PARA HOJE E PARA AMANHÃ

Os novos movimentos sociais revelam contradições criadas pela própria estrutura do capitalismo - racismo, questões de género, alterações climáticas, migrações, etc. - que só a transformação socialista poderá ajudar a superar. **O socialismo que queremos construir não dispensa a tomada do poder pelo proletariado, a socialização dos grandes meios de produção e a agenda socialista de novos movimentos.** Sem desenvolvimento do potencial do proletariado, não alcançaremos a vitória da revolução socialista nem a construção de um partido revolucionário. **É essencial conquistar e merecer** o apoio das massas e a influência junto dos trabalhadores, o que passa por distanciamento crítico e combate ideológico e político às correntes que dirigem os partidos comunistas e social-democratas. Rejeitamos, em absoluto, regimes oligárquicos por vezes ditos “de esquerda”, desde Maduro à Coreia do Norte ou à Rússia, do castrismo degenerado ao modelo chinês “comunista”. Também rejeitamos a política de gestão do sistema capitalista pelos partidos social-democratas.

Queremos construir uma sociedade socialista, **a associação livre dos produtores**, uma sociedade de igualdade, de direitos, onde a democracia se aprofunde, pluripartidária, com direitos à greve, à liberdade de expressão e manifestação, de organização sindical e de associação, com mecanismos institucionais que assegurem a separação de poderes. Uma sociedade que, ao contrário dos modelos ditos socialistas do passado, seja muito mais democrática que a atual, onde cada cidadão e cidadã multiplique os seus meios de participação e decisão. O peso determinante, mas não exaustivo, da propriedade pública dos meios de produção facilitará processos de planeamento coletivo e equilibrado dos recursos disponíveis. Só assim se garantem meios de subsistência a toda a Humanidade, e se evita esgotar os recursos do planeta.

Lutamos ainda por uma “governança global”, que trabalhe em questões essenciais já identificadas: alterações climáticas, conflitos e segurança, movimentos migratórios, redistribuição da



riqueza, questões de saúde, educação, cultura, reforço da democracia e da transparência, entre outras. Nenhuma destas questões terá possibilidade de resolução apenas a nível nacional. O desafio só pode ser pensado a partir da reformulação da ONU, ou de outra estrutura internacional de coordenação, que coloque as nações num patamar igualitário. **Urgem decisões de âmbito global, cumprindo e fazendo cumprir o Direito Internacional e os Direitos Humanos, pela Paz, pela adaptação às alterações climáticas, pela preservação dos recursos e da diversidade do planeta Terra.**

7. ELEIÇÕES

Seja qual for o escrutínio, e o número e duração dos mandatos dos eleitos e eleitas, o BE deve nortear-se sempre pela relevância do seu programa ideológico, com visão de futuro, de cariz progressista, transformador e revolucionário, autonomizando-o tanto quanto possível dos ciclos eleitorais. Cada eleição e cada tempo de mandato são oportunidades para afirmar a nossa alternativa.

7.1. Autárquicas 2025

As eleições autárquicas, e o exercício dos mandatos delas resultantes, são ocasiões muito importantes para a construção de um partido já com 25 anos e para a afirmação de uma alternativa de esquerda no plano local. São um terreno privilegiado para trabalho entre aderentes, simpatizantes e contactos, e com outras pessoas sem partido, referências locais, no programa e em listas, reunindo um conjunto de ativistas e de propostas capazes de transformar o quotidiano das pessoas onde nos apresentamos.

A primeira orientação a seguir nestas eleições é que, em tese, o Bloco apresentará listas próprias para reforçar a construção do partido e alargar a sua influência onde tivermos forças para tal. As listas, sempre que possível incluindo cidadãos e cidadãs sem partido, deverão assumir a defesa de um programa alternativo **pelo direito à cidade e ao lugar**, com propostas sobre cultura, ordenamento do território, urbanismo e qualidade de vida, direito à habitação, transportes e mobilidade, ambiente e recursos naturais, saúde e educação, cultura, coesão social e cuidados, transparência, cidadania e democracia local (ex: o orçamento participativo).

A intenção de assegurar a manutenção de lugares conquistados em atos eleitorais anteriores - vereadores, eleitos em assembleias municipais ou de freguesia - não se deve sobrepor à lógica do nosso combate político mais geral, não só contra a direita, mas também contra políticas erradas do PS e do PCP nas autarquias que governam. Isto significa que o programa deverá ser o critério dominante na negociação de eventuais coligações ou entendimentos com outras forças políticas, antes ou depois do acto eleitoral.

Recentemente, o governo AD trouxe para a agenda política a alteração da lei dos solos. As consequências desta legislação (DL nº 117/2024, de 30 de dezembro) serão desastrosas para o ordenamento do território, urbanismo, ambiente, habitação, mobilidade, agricultura e para os modos de vida das populações em geral. Por isso, esta questão não pode deixar de constar dos nossos programas autárquicos de 2025, sendo uma pedra de toque para eventuais acordos pré-eleitorais.

No mesmo plano, a descentralização de competências, a regionalização e o combate à corrupção são exemplos concretos de questões nacionais com forte reflexo local.

7.2. Presidenciais 2026

Enfrentamos um contexto político e social bastante desfavorável para uma candidatura própria à Presidência da República. Vivem-se tempos de grande refluxo social e político, observa-se o reforço da extrema-direita e de grupos proto-fascistas que dão eco ao discurso securitário e à restrição de direitos e liberdades democráticas. Corre-se o risco de uma candidatura própria ser tarefa muito desgastante e comprometer o objetivo de acumular forças para a mobilização pelas nossas principais causas.

Defendemos que a Direção deve comunicar aos e às aderentes **que o posicionamento do BE sobre as Presidenciais será discutido em Conferência Nacional, a realizar por deliberação da Mesa Nacional**, reservando para esse momento decisões relativas a candidaturas e campanhas.

7.3. Regionais, Legislativas e Europeias

Cada ciclo eleitoral tem os seus requisitos, impondo-se trabalho continuado de articulações e aprofundamento dos temas programáticos, de modo a consolidar a credibilidade do BE junto do eleitorado.

Da mesma forma, precisamos cuidar de **estratégias de comunicação e cooperação entre eleitos e aderentes envolvidos em cada contexto eleitoral** – autarquias, parlamentos regionais, nacionais e europeu, presidência da República – de modo a convergir no debate e nas propostas.

8. O BLOCO QUE QUEREMOS

Desde há muito que se assiste à tentativa de limitar e silenciar o debate interno, quer no que respeita à expressão de alternativas e minorias, quer no que respeita à generalidade dos militantes, cada vez mais afastados dos processos de decisão e de participação, sobrepondo-se a burocracia à democracia. O estatuto de plenos-poderes, quase incontestado, adquirido pelo secretariado da Comissão Política vai no mesmo sentido. A partir do momento em que o BE esgotou a sua auréola de novidade e foi perdendo terreno na disputa com outras forças políticas mais recentes, tem sido decisivo o papel das tendências dominantes na atrofiação do partido.

A existência de tendências faz parte da natureza do BE que, sem a sua aglutinação, nem sequer existiria. É saudável a manifestação de diferentes sensibilidades ideológicas dentro do partido. O facto de haver tendências não é, em si, um problema. O verdadeiro problema é que as duas principais tendências não cuidam de ideologia, focando atenção e energias em aspetos que, em vários domínios, possam favorecer o seu grupo, em prejuízo do interesse comum de todo o BE. O comportamento destas tendências maioritárias fragiliza, frequentemente, a vida democrática interna porque as decisões políticas mais importantes são predefinidas pelas suas cúpulas, servindo as reuniões dos órgãos dirigentes do BE apenas para sufragar as decisões antes “preparadas.” Quase sempre, esta “hegemonia partilhada” não respeita as minorias internas, sendo disso sinal a forma como foram sendo expurgadas da participação em Convenções, de que é exemplo o sucessivo aumento do número mínimo de subscrições para apresentar moções. Esta maioria



bicéfala dominante patrocina a disputa por lugares e não por ideias, porque cada uma das tendências dominantes tem uma agenda própria, que visa colocar os seus membros em todos os lugares de destaque. Acontece a mesma pessoa acumular mais do que um lugar de representação pública, inclusive em diferentes regiões, o que enfraquece a sua disponibilidade para ação eficaz e dedicada, e favorece o carreirismo e a ascensão de dirigentes sem condições para melhorar a qualidade da preparação e intervenção políticas.

Dado o esvaziamento político do debate interno em todo o BE e a evolução da distância entre as ideias das duas principais tendências, estas, em vez de conviverem fraternalmente com as suas diferenças, tendem a reduzir a sua práxis apenas ao pouquinho em que estão de acordo. Ou seja, renunciamos a discutir, aprofundar, inovar e criar política, em nome da coexistência pacífica entre as duas maiores tendências.

A falta de democracia interna é o principal factor de fragilidade do BE. O Bloco tem de voltar a ser mais, e querer ser mais, que a soma de votos e vozes de grupos que estiveram na sua origem.

À medida que o Bloco foi perdendo relevância política, foi-se encostando a uma estratégia tornada dominante à esquerda: articular-se com todos os movimentos sociais, sobretudo com os que conferem mais visibilidade mediática, independentemente de considerações políticas ou prioridades estratégicas. O resultado é uma espécie de amálgama sem identidade, que só serve para criar a sensação de "movimento", seja ele qual for. Este modelo de "movimento dos movimentos" opõe-se à ideia de partido de massas para uma profunda transformação social, uma revolução. Um partido que "atira em todas as direções" sem definir critérios de importância e prioridade política acaba por não atingir nenhum objetivo significativo.

O BE precisa de se refundar, valorizando sem medo o papel insubstituível das minorias, em vez de as asfixiar. Precisa de se democratizar de alto a baixo, começando pela libertação do Esquerda.net do controle rígido da maioria. A imprensa do Bloco deve ter e ser um espaço dedicado e totalmente aberto ao acesso e à contribuição de qualquer aderente que queira exprimir opiniões próprias. O Esquerda.net é um órgão de comunicação de qualidade, com uma audiência alargada, porém corre o risco de ser um órgão oficioso da direção. **As minorias com acesso à Comissão Política devem ter representação na direção do Esquerda.net, garantindo maior pluralidade.**

Para estimular o debate interno, o Esquerda.net deve prever um espaço digital de acesso livre a qualquer aderente, onde se possam publicar artigos ou comentários que apreciem a orientação política do BE, permitindo e promovendo a crítica e o livre debate entre todos e todas. Esta e outras formas de participação e de envolvimento direto dos e das aderentes, diversificando tecnologias para cultura de comunicação em rede, contribuirão para um Bloco mais democrático, participativo, plural, vivo, dinâmico e, ao mesmo tempo, integrador e mobilizador.

O peso esmagador de funcionários em todas as instâncias do BE deve ser combatido com alterações estatutárias, como já foi tentado no passado. O BE transformou-se num partido de funcionários que comandam a vida política quotidiana do partido, por intermédio da sua submissão ao secretariado da Comissão Política. Esvazia-se a autonomia política das direções regionais e locais eleitas bem como dos responsáveis pelas direções de intervenção sectorial: sindicatos, autarquias, grupos de trabalho, etc.

O mesmo se aplica à concentração das tarefas ao mais alto nível e em mandatos sucessivos, por



parte de um núcleo muito restrito de camaradas, ano após ano. Isso diminui a eficiência do desempenho, cria vícios e riscos de autoritarismo, reforça modos de oligarquização. **A duração dos mandatos e o número de mandatos atribuídos a cada eleito ou eleita devem ser limitados temporalmente.**

Queremos ampliar a ligação do BE às pessoas, reforçar a inserção dos e das aderentes em núcleos e organizações de base, melhorar a prática democrática e o conteúdo político dos órgãos, estimular a sua autonomia, respeitar as suas funções estatutárias, refrescar os quadros em quantidade e qualidade.

Só o Bloco em novo rumo, um partido com prática democrática viva e aberta, terá meios para lutar pelo socialismo que queremos.

SUBSCRITORES

Adelino Fortunato	Setúbal	8790
Albano Augusto Cavaleiro	Coimbra	3766
Aldair de Almeida Anhaia	Braga	16000
Alexandra Vieira	Braga	12281
Alexandre Sérgio Mano	Braga	8111
Ana Isabel Pereira da Costa Bernardes	Leiria	5056
Ana Margarida Roberto	Setúbal	17153
António Augusto Coelho Cerqueira	Porto	1475
António B. Moniz	Leiria	264
António Cruz Mendes	Braga	1301
António Gil Ferreira de Almeida Campos	Leiria	280
António Leonel Filipe	Leiria	11769
António Lopes Canhoto	Leiria	2894
António Manuel Louro Miguel	Porto	3614
António Manuel Maximiano Vicente	Leiria	2535
António Marinho da Silva	Coimbra	1660
António Proença	Setúbal	17115
António Ribeiro Pereira	Porto	16305
Armando Herculano Lopes Ferreira	Porto	1750
Artur Miguel Antunes Dias	Coimbra	1159
Bernardino Aranda	Lisboa	4657
Carla Maria da Silva Magalhães	Braga	15265
Carlos Alberto Guerreiro Costa	Faro	14187
Carlos Alberto Simões Silva Santos	Coimbra	6386
Carlos Cerqueira	Lisboa	501



Carlos Estevão	França	18049
Carlos Jorge Meneses Ferreira Machado	Porto	5187
Carlos Patrão	Lisboa	1052
Catarina Miranda Lourenço	Lisboa	12068
César Gastão Cardoso Pinheiro Silva	Porto	1473
Clara Dumont	Lisboa	4976
Cláudia Sofia Pereira Fernandes	Lisboa	17940
Cristina Barros Oliveira	Setúbal	17414
Cristina Eugénia Bighetti	Braga	15982
Daniela Sousa	Porto	16446
Duarte Graça	Porto	12034
Elísio Soares de Carvalho	Braga	16148
Fábio André Mendes Capinha	Leiria	11675
Fernando Gandra da Silva	Setúbal	15119
Fernando José L. O. Queiroz	Porto	555
Fernando Lacerda	Porto	356
Filipe Rosas	Lisboa	661
Francisco Monteiro da Silva	Porto	1596
Heitor de Sousa	Leiria	664
Helena Figueiredo	Lisboa	3736
Hélio Girão	Setúbal	14304
Hugo Quarteu	Bélgica	17625
Humberto Agostinho Carreira	Leiria	10260
Jaime Vaz dos Santos	Setúbal	4626
João Carlos Cid Novaes Pinto da Costa	Porto	11819
João Correia	Castelo Branco	18023
João d' Assunção,	Lisboa	12697
João Emanuel de Gouveia Martins	Porto	11495
João Fernandes	Lisboa	7782
João Graça	Porto	15099
João Manuel Pacheco Machado	Lisboa	3988
João Martins	Vila Nova de Gaia	11495
João Nóbrega	Sesimbra	13330
João Paulo Loureiro Maio	Vila do Conde	15668
Joaquim de Carvalho Coelho	Setúbal	688
Joaquim Mendes Teixeira	Braga	4252
Jorge Humberto Berardo Nogueira	Lisboa	14890
Jorge Manuel Carvalho Rato	Setúbal	758
Jorge Pereira	Porto	343
José António Almeida Dias Ferreira	Lisboa	1675
José Carita Monteiro	Portalegre	12856
José Carlos Ferreira da Silva Vieira	Porto	13119
José Carlos M Costa Santos	Braga	4525
José Carlos Ribeiro Gonçalves da Cunha	Porto	1469
José Estrela	Porto	9410
José Fernando Pinheiro da Cunha	Porto	15484
José Manuel Boavida	Lisboa	604
José Manuel Peixoto Figueira Henriques	Leiria	414
Jose Manuel Sousa Ribeiro Coelho	Lisboa	15960
Júlio Emanuel Pereira Coelho	Porto	17822



Laurinda Pinto	Porto	15393
Luís Carvalho	Lisboa	1950
Luís Sottomaior Braga	Viana do Castelo	13653
Luísa Ramos	Setúbal	1181
Luisa Santos	Madeira	13537
Manuel António Azenha Santos Pereira	Leiria	7643
Manuel Fernandes da Cunha	Braga	16842
Manuela Maria Ventura da Silva Cavaleiro Carvalho	Coimbra	4810
Maria de Fátima Gonçalves Francisco	Lisboa	15374
Maria Jesus Xavier	Portalegre	14377
Maria José Samora	Lisboa	502
Maria José Vitorino	Lisboa	612
Maria Leopoldina de Fátima Mendes Manteigas	Leiria	7378
Maria Marreiros	Lisboa	15680
Maria Paula Sobreiro Neves Carita	Portalegre	12802
Maria Teresa Teixeira Mota Silva	Porto	1595
Maria Virgínia Lima Rebelo Cerqueira	Porto	1464
Mário Olivares	Lisboa	10942
Maximiliano Nuno Torres Sá Pereira	Braga	16808
Mónica Daniela Teixeira da Rocha	Lisboa	15116
Nelson Calheiros	Lisboa	12392
Nuno Manuel da Rocha Freitas	Porto	9091
Nuno Pinheiro	Setubal	14306
Orlanda Manuela Carvalho Silva	Porto	15489
Patrícia Barreira	Lisboa	9959
Patrícia Kok Marinho da Silva	Coimbra	1158
Paula Cristina Brum da Silveira	Setúbal	14279
Paulo Maria Castelino Almeida	Portalegre	14346
Paulo Renato Soares Ferreira	Setúbal	15387
Ricardo Salabert	Porto	1961
Rodrigo Hora Marques	Lisboa	17960
Ruben Filipe Gomes Fernandes	Setúbal	17251
Rui Ferrão	Madeira	13297
Rui Jorge Cruz Araújo	Braga	16316
Rui Manuel Vitor Cortes	Vila Real	251
Rui Morgado	Matosinhos	6791
Sara Goulart	Lisboa	9586
Sonia Miceli	Lisboa	17603
Tiago Correia	Setúbal	17183
Vitor Manuel Marinho da Silva	Porto	1462
Vítor Quaresma	Porto	17464
Vítor Tojeira	Leiria	6908
Vitorino Pereira	Leiria	477





Contributos das Moções de Orientação



Moção S

Escolher um Novo Rumo para o Bloco de Esquerda

Um grupo de militantes do Bloco de Esquerda exerce o seu direito a discordar da linha política que a atual direção impõe ao Bloco de Esquerda e apresentam-se como alternativa através da Moção S, Novo Rumo, que surge na sequência do texto apresentado na V Conferência do Bloco de Esquerda. O que distingue esta moção é a necessidade de mudança, na convicção de que é no debate interno que se constrói a organização, mobilizando o mais possível os aderentes.

A Moção S, subscrita por 118 militantes, propõe-se traçar um novo rumo para o Bloco de Esquerda, já que o caminho de indefinição política interna têm levado o Bloco a sucessivas derrotas, a uma perda de influência social, ao descrédito e declínio da mobilização. Defendemos um novo rumo. Um Bloco que continue empenhado nos movimentos sociais, mas que aprofunde a sua participação no movimento laboral e sindical e expresse o socialismo como seu objetivo programático. Um socialismo que rejeite modelos repressivos, em que caiba toda a gente, com esperança e dignidade. Só assim fazem sentido ideias, propostas, políticas, palavras e ações. Lutar, falhar, errar, corrigir, porfiar. No Bloco de Esquerda, sempre.

Na XIV convenção podemos escolher o caminho de construir um partido com prática democrática, viva e aberta, na construção do socialismo que queremos, que não pode ser confundido com sistemas burocráticos e ditatoriais que usaram esse nome. Apesar da falta de democracia interna não ser um problema novo no Bloco, nos últimos anos tem-se agravado com decisões cada vez mais centralizadas e afastadas das e dos militantes. As últimas notícias sobre o Bloco só mostram a necessidade de nos opormos a um caminho pernicioso para o partido. A preocupação com a falta de democraticidade da vida interna do Bloco não nos é exclusiva, o que se pode constatar pelo número de propostas de alteração aos estatutos.

O ESTADO A QUE CHEGÁMOS:

Formado em 1999 a partir de organizações revolucionárias, o BE é reconhecido como um dos principais partidos da esquerda portuguesa, aquele que não hesita em defender a luta sindical, enquanto combate pelo progresso social e pelos direitos humanos. Em década e meia, obteve cerca de 10% da votação nacional e a influência correspondente.

Em 2015, o BE foi determinante para retirar o país da austeridade, possibilitando a existência de um governo do PS que, por via da pressão que teve à esquerda, foi obrigado a devolver parte dos direitos e rendimentos retirados. Os tempos de maior proximidade ao poder ampliaram a capacidade real de influenciar os acontecimentos, porém, acentuaram ilusões parlamentaristas que contribuíram para libertar políticas de direita do PS. Desde então o BE sofreu derrotas em todas as eleições, caminhando para uma crescente irrelevância política. **Vive atualmente um momento crítico e o seu futuro depende das decisões a tomar nesta Convenção.**



O CAPITALISMO ATUAL; UM NOVO CICLO DE GUERRAS:

Como resultado da evolução do capitalismo nos últimos 150 anos, as classes sociais sofreram mudanças. O proletariado diferenciou-se, penetrou em novas esferas da atividade produtiva, nomeadamente na área da reprodução social e dos serviços, atomizou-se em alguns dos seus segmentos, precarizou-se e organizou-se em plataformas. Apesar desta fragmentação, a classe trabalhadora constitui a larga maioria da população mundial, o que, sem alterar o seu papel dirigente na luta social e política com vista a uma transformação radical da sociedade, coloca novas exigências ao processo de organização da luta pelo socialismo

Com a agudização da concorrência capitalista mundial, criou-se um confronto económico entre os EUA e a UE e as novas potências, como a China, a Rússia, a Índia e outras de menor dimensão. A China saiu do seu modelo de grande fábrica de mão-de-obra barata e de fornecedor de produtos de baixa qualidade, para se tornar num país de grande desenvolvimento tecnológico, com acumulação capitalista muito rápida, beneficiando a oligarquia dirigente do PC Chinês e conseguindo concorrer em sectores como o automóvel. O desafio colocado pela Rússia é, sobretudo, de natureza militar e territorial, somando confrontos, tais como a invasão da Ucrânia.

O capitalismo mundial, em particular a sua vertente financeira, busca o conjunto de circunstâncias que lhe permitam relançar a taxa de lucro. Nas últimas décadas, o neoliberalismo deu-lhe condições institucionais ideais para derrotar a classe trabalhadora e intensificar o grau de exploração.

No mesmo sentido se configura o choque entre o modelo de acumulação, assente na pilhagem de recursos naturais e na sobre-exploração dos trabalhadores, e o impacto brutal que as alterações climáticas impõem a nível global. Os recursos naturais da Terra colocam limites ao crescimento global.

As guerras em curso são de conquista, tal como o foram as duas grandes guerras do século XX. Seguem-se a três fracassos do capitalismo global. Primeiro, o fracasso da globalização, proclamada pelos grandes grupos monopolistas para conquista de novos mercados, esbarrou na emergência de novas potências económicas com mais e maiores argumentos de penetração no mercado mundial (BRICS, Coreia do Sul, regimes árabes, etc.). Depois, o papel secundário dessa disputa global por parte dos países da velha Europa, cada vez mais subordinados à hegemonia norte-americana. Por fim, a corrida aos armamentos e à “solução da guerra” como meio de recompor a hierarquia da dominação mundial, com os EUA à cabeça, sendo a NATO o principal instrumento da corrida e de consolidação desta hegemonia à escala internacional e, em particular, na Europa. As primeiras medidas anunciadas pela administração Trump são apenas uma forma mais brutal de impor essa hegemonia.

As guerras abertas, como na Palestina e na Ucrânia, colocam às forças de esquerda **o imperativo da solidariedade com os seus povos.**

A paz que defendemos não pode ser feita por via da cedência a invasores imperialistas.



DESAFIOS, RISCOS E OPORTUNIDADES DA LUTA CONTRA A CRISE E AS DESIGUALDADES:

O BE tem vindo a preencher o vazio criado pelo recuo das mobilizações dos trabalhadores por uma agenda exclusiva dos movimentos sociais, que se tornaram o centro da intervenção política. É uma linha política errada e empobrecedora, que torna o Bloco um partido de nicho, dificultando a sua projeção como partido de massas.

O BE não pode alhear-se dos movimentos dos trabalhadores. O que desde o 25 de Abril se conquistou, em matéria de liberdades e direitos sindicais, de contratação coletiva e de direitos laborais, está em risco. As centrais sindicais, fruto do divisionismo e da burocratização não se têm conseguido opor a isto. É preciso encontrar novas estratégias, combatendo o divisionismo e a burocracia. Pode ser preferível a demissão e a opção pela (re)construção de formas de organização alternativas democráticas que promovam o alargamento da sindicalização a novos sectores.

A opção estratégica de futuro pode vir a ser a construção de alternativa sindical de classe através da promoção de um Fórum Sindical Alternativo orientada exclusivamente pela defesa dos interesses da classe trabalhadora.

O SOCIALISMO POR QUE LUTAMOS; UM PROGRAMA PARA HOJE E AMANHÃ:

As ameaças ambientais e bélicas colocam à Humanidade o desafio de sobrevivência enquanto espécie.

É necessário recriar uma Utopia mobilizadora da construção de uma nova sociedade, socialista, sendo indispensável reconhecer que tanto o estalinismo, como a social-democracia, foram os principais responsáveis pelo impasse histórico no progresso da Humanidade.

É necessário que mostrar há alternativa e que é possível esboçar as características dessa nova sociedade. Criar um horizonte alternativo é projetar para o futuro o fim do capitalismo como causa última de catástrofes ecológicas e de guerras. Perdendo estas premissas, a esquerda falha.

A alternativa não é a “transição energética” e o “capitalismo verde”, que são formas de recuperação capitalista. Para parar a catástrofe climática a alternativa é o ecossocialismo, assente num planeamento ecológico, democrático, capaz de decidir o que produzir e como produzir, em serviços públicos gratuitos de acesso universal com respeito dos limites da sustentabilidade na utilização dos recursos naturais e materiais, como a água, a floresta, a energia, os transportes e a terra.

Os novos movimentos sociais revelam contradições criadas pela própria estrutura do capitalismo - racismo, questões de género, alterações climáticas, migrações, etc., que só a transformação socialista poderá ajudar a superar. O socialismo que queremos construir não dispensa a tomada do poder pelo proletariado, a socialização dos grandes meios de produção e a agenda socialista de novos movimentos. É essencial conquistar e merecer o apoio das massas e a influência junto dos trabalhadores, o que passa por distanciamento crítico e combate ideológico e político às correntes que dirigem os partidos comunistas e social-democratas. Rejeitamos, em absoluto, regimes oligárquicos por vezes ditos “de esquerda”, desde Maduro à Coreia do Norte ou à Rússia, do castrismo degenerado ao modelo chinês “comunista”. Também rejeitamos a política de gestão do sistema capitalista pelos partidos social-democratas.



Queremos construir uma sociedade socialista, a associação livre dos produtores, uma sociedade de igualdade, de direitos, onde a democracia se aprofunde, pluripartidária, com direito à greve, à liberdade de expressão e manifestação, de organização sindical e de associação, com mecanismos institucionais que assegurem a separação de poderes. Uma sociedade que, ao contrário dos modelos ditos socialistas do passado, seja muito mais democrática que a atual, onde cada cidadão e cidadã multiplique os seus meios de participação e decisão.

As próximas eleições autárquicas são uma oportunidade de afirmar organizações, programas e políticas locais. O princípio deverá ser o da apresentação de listas próprias e de programas abrangentes pelo direito à cidade, o que não exclui a possibilidade de coligações e participação em listas abrangentes.

Defendemos que o posicionamento do BE sobre as Presidenciais deve ser discutido em Conferência Nacional, a realizar por deliberação da Mesa Nacional, reservando para esse momento decisões relativas a candidaturas e campanhas.

O BLOCO QUE QUEREMOS

Desde há muito que se assiste à tentativa de limitar e silenciar o debate interno, quer no que respeita à expressão de alternativas e minorias, quer no que respeita à generalidade dos militantes, cada vez mais afastados dos processos de decisão e de participação, sobrepondo-se a burocracia à democracia. O estatuto de plenos-poderes adquirido pelo secretariado da Comissão Política vai no mesmo sentido. Tem sido decisivo o papel das tendências dominantes na atrofiação do partido.

A existência de tendências faz parte da natureza do BE que, sem a sua aglutinação, nem sequer existiria. É saudável a manifestação de diferentes sensibilidades ideológicas dentro do partido. No entanto, o comportamento destas tendências maioritárias fragiliza a vida democrática interna porque as decisões políticas mais importantes são predefinidas pelas suas cúpulas, servindo as reuniões dos órgãos dirigentes do BE apenas para as sufragar. Quase sempre, esta "hegemonia partilhada" reduz-se ao mínimo denominador comum de acordo entre essas tendências, não respeitando as minorias internas, cada vez mais excluídas da participação na vida do partido. Existe uma concentração das tarefas ao mais alto nível e em mandatos sucessivos, por parte de um núcleo muito restrito de camaradas. Isso diminui a eficiência do desempenho, favorece o autoritarismo e a oligarquização. Defendemos a limitação de mandatos. Ao mesmo tempo o BE transformou-se num partido de funcionários que comandam a vida política quotidiana do partido, por intermédio da sua submissão ao secretariado da Comissão Política, esvaziando a autonomia política das suas estruturas.

À medida que o Bloco foi perdendo relevância política, foi-se encostando a uma estratégia de articulação com todos os movimentos sociais, sobretudo com os que conferem mais visibilidade mediática. O resultado é uma espécie de amálgama sem identidade, que só serve para criar a sensação de "movimento". Este modelo de "movimento dos movimentos" opõe-se à ideia de partido de massas para uma profunda transformação social, uma revolução. "Atirar em todas as direções" sem definir critérios de importância e prioridade política acaba por não atingir nenhum objetivo significativo.

A falta de democracia interna é o principal factor de fragilidade do BE. O Bloco tem de voltar a ser mais, e querer ser mais, que a soma de votos e vozes de grupos que estiveram na sua origem.



O BE precisa de se refundar, valorizando sem medo o papel insubstituível das minorias, em vez de as asfixiar. A imprensa do Bloco deve ter e ser um espaço dedicado e totalmente aberto ao acesso e à contribuição de qualquer aderente que queira exprimir opiniões próprias. As minorias com acesso à Comissão Política devem ter representação na direção do Esquerda.net, garantindo maior pluralidade. Para estimular o debate interno, o Esquerda.net deve prever um espaço digital de acesso livre a qualquer aderente, onde se possam publicar artigos ou comentários que apreciem a orientação política do BE, permitindo e promovendo a crítica e o livre debate entre todos e todas. Esta e outras formas de participação e de envolvimento direto dos e das aderentes, diversificando tecnologias para cultura de comunicação em rede, contribuirão para um Bloco mais democrático, participativo, plural, vivo, dinâmico e, ao mesmo tempo, integrador e mobilizador.

Queremos ampliar a ligação do BE às pessoas, reforçar a inserção dos e das aderentes em núcleos e organizações de base, melhorar a prática democrática e o conteúdo político dos órgãos, estimular a sua autonomia, respeitar as suas funções estatutárias, refrescar os quadros em quantidade e qualidade.

Um partido revolucionário tem de ser intransigentemente democrático. Só o Bloco num novo rumo, um partido com prática democrática viva e aberta, terá meios para lutar pelo socialismo que queremos.

Pretendemos continuar a lutar dentro do Bloco para que este seja a necessária alternativa de esquerda à extrema-direita que coloniza cada vez mais o discurso da direita tradicional e de uma social-democracia disposta a seguir os cantos de sereia neoliberais. Queremos que o Bloco de Esquerda seja a alternativa socialista ao capitalismo e um instrumento fundamental de luta.

Apresentamo-nos a esta convenção com uma moção, uma lista para a mesa nacional e alterações aos estatutos. Queremos um Bloco mais participado e iremos participar nos debates entre moções, assim como iremos organizar sessões para dar a conhecer a nossa moção.

A Moção S é a mudança necessária para o Bloco de Esquerda. Um Novo Rumo.

radarrededeativistas@gmail.com

radar887.webnode.pt

facebook: @radarrededeativistas



Plataformas Políticas Locais



Construir o Bloco em comum

Assembleia Eleitoral de Amadora

Proponentes:

António Manuel Candeias Coelho dos Santos, 1108
Maria Teresa dos Santos Nunes Ribeiro, 1109
Joana Nunes Ribeiro Coelho dos Santos, 3789

Une-nos o combate por um Bloco radicalmente socialista, irreverente, sem amarras, preparado para enfrentar os monstros dos nossos tempos e vencer a extrema-direita, o liberalismo e o centrão. Une-nos a luta por um Bloco plenamente democrático, construído de baixo para cima, em que a divergência é encarada como a riqueza de um socialismo que se quer policromático. Une-nos a urgência da transformação social e a necessidade de repensar caminhos para o fazer.

1- UM NOVO TEMPO DOS MONSTROS

O aumento da desigualdade de um capitalismo feroz dominado por novos oligarcas e velhos magnatas, o acentuar do crescimento da extrema-direita e do ultra-conservadorismo em grande parte do mundo e o regresso de Trump à Casa Branca com a sua ofensiva contra os direitos sociais, o genocídio do povo palestino e a continuação da invasão da Ucrânia pelo regime fascizante de Putin, os renovados choques entre imperialismos e o fortalecimento dos militarismos, o agravamento da crise climática e a inação dos poderes instituídos, a continuação da política da Europa-fortaleza que empurra incessantemente migrantes para a morte são sintomas mórbidos do estado do mundo.

Face a eles, o internacionalismo não pode ser uma solidariedade vaga e distante, tem de ser uma tarefa quotidiana. E o BE tem de ser o partido da solidariedade sem fronteiras. O combate aos monstros que se perfilam no nosso horizonte disso depende.

2- FACE AO COLETE DE FORÇAS DO EURO-LIBERALISMO, UMA DESOBE- DIÊNCIA CONSEQUENTE

A Europa enfrenta tensões no seu interior e vive um declínio enquanto potência económica cujas elites nunca se unificaram. Se persiste a sua crise de projeto político e a ausência de uma soberania popular como base da UE, há mudanças: o pilar da livre circulação perde peso face a um retomar das fronteiras mesmo no interior do espaço Schengen, à medida que, até no centrão político, a retórica anti-imigrantes e o securitarismo avançam e ganha força um novo militarismo europeísta.

A arquitetura das instituições europeias e da moeda única mantêm-se ao serviço das classes dominantes dos países mais poderosos, o euro-liberalismo austeritário permanece lei no Tratado Orçamental e o euro continua feito à medida dos interesses das potências do capitalismo centro-europeu, sendo um colete de forças para as classes trabalhadoras. Aos estados-membros

é imposta uma política económica única, de tal forma que a implementação de um programa mínimo de governo à esquerda, que incluísse por exemplo nacionalizações de setores essenciais, subidas de impostos sobre a riqueza ou reestruturação da dívida pública, implicaria um confronto com as instituições europeias e com os poderes por detrás delas.

Será, portanto, preciso desobedecer-lhes. E essa desobediência não pode ser um slogan vazio. O BE precisa de ser motor de iniciativas de mobilização e debate ao nível continental neste sentido e precisa de clareza: devemos bater-nos por alterar as regras do Euro e preparar política e tecnicamente uma saída eventualmente necessária da moeda única e da UE no quadro de um governo de esquerda que aposte na justiça social contra a euro-chantagem permanente.

3- A DIREITA DOS INTERESSES GOVERNA, A EXTREMA-DIREITA INTERESSEIRA ESTÁ À ESPREITA

O governo de direita é expressão de classe de uma burguesia interessada em continuar um rentismo predatório do Estado, avançar com a privatização na saúde e na Segurança Social e em fazer pender a balança ainda mais em benefício do capital contra o trabalho. É a manutenção da crise na habitação e do desinvestimento no Estado Social combinado com o assumir das roupagens da extrema-direita, nomeadamente nos temas migratórios.

A extrema-direita cavalga a onda reacionária internacional, recolhe apoio de vários setores do patronato e capitaliza a cobertura mediática de que é objeto, as “perceções” de insegurança alimentadas até pelo centrão, os descontentamentos difusos por anos de erosão do Estado social e a crise dos movimentos emancipatórios.

Por sua vez, a direção do PS, que escolhe fazer um ajuste de contas com o governo anterior de maioria absoluta do seu partido não pela diferenciação à esquerda mas precisamente sobre questões migratórias, assumindo a retórica da direita, que se juntou a esta para voltar a escancarar as portas aos interesses da especulação imobiliária na lei dos solos e que se mantém agarrada ao social-liberalismo, não faz qualquer caminho de aproximação à esquerda, desmentindo quem sonhasse com convergências.

Assim, o BE enfrenta o desafio simultâneo de juntar forças para resistir à ofensiva de direita, de não se deixar iludir com o canto de sereia do social-liberalismo e de combater determinadamente a extrema-direita.

Esta última prioridade implica que se deve esforçar tanto por desfazer a imagem de compromisso da esquerda com o poder, entranhada depois dos anos da geringonça, como os mitos de que fascismos e ultraliberalismos são alternativas ao sistema, insistindo que são apenas o seu lado mais obscuro. Cabe-lhe assumir-se como alternativa transformadora de fundo e recuperar a prática anti-sistema, sem a qual há um espaço de descontentamento que vai tendencialmente ser ocupado pela demagogia da extrema-direita.

4- O BLOCO DAS LUTAS

Depois de várias derrotas eleitorais, o caminho do BE não deverá ficar fechado num pequeno grupo de dirigentes e em rotinas. É preciso abertura e radicalidade, coragem de inovar e começar



de novo num partido-movimento para o qual o anticapitalismo não seja só uma palavra para dias de festa e se traduza permanentemente no concreto. Precisamos de um partido menos perdido nos Passos Perdidos, mais achado nas lutas e menos centrado no mediatismo imediatista. De um BE com mais dedicação ao apoio dos movimentos e que não ceda à tentação de os controlar, de atropelar as suas decisões, de impor a sua agenda ou à ânsia de fazer “porta-vozes”. Com um diálogo aberto, modesto e crítico das suas insuficiências e da insuficiente representatividade das franjas mais marginalizadas da sociedade.

Só o movimento das pessoas trabalhadoras, o antirracismo, o feminismo, o movimento LGBTQI+, o movimento de defesa dos animais, o anticapacitismo dão vida à diversidade que é a nossa matriz. Temos de ser a esquerda socialista que combina reconhecimento da diferença com a abolição de todas as formas de submissão e exploração. Um BE que ajude os movimentos a crescer em vez de procurar crescer neles.

Precisamos de ousar afirmar-nos como o partido das solidariedades, apoiando experiências coletivas criadoras de comunidade: coletividades, saúde, cooperativismo, produção agrícola alternativa ao agro-negócio, mercados sem intermediários, coletivos culturais alternativos, grupos que lutam pelo direito à habitação, associações e comissões de moradorxs. Estar em todos os lugares de participação coletiva que combatem a atomização e o individualismo.

5- ECOSSOCIALISMO OU MORTE

Todos os alarmes críticos já soaram sobre as alterações climáticas. As consequências do desastre ecológico fazem-se sentir dramaticamente. Esta bomba-relógio não espera pelos avanços e recuos dos bons e maus fígados dos corredores de poder, nem se desarma com meias-medidas ou promessas de capitalismo verde. Não há tempo nem condições para continuar com a política usual. Daí que seja necessário um BE em que o ecossocialismo não seja só um discurso bonito mas tenha consequências a todos os níveis. Que faça da urgência climática a convocatória decisiva na luta para ultrapassar o capitalismo, um projeto de transformação radical do planeta que combine a transição energética com a melhoria das condições de vida da maioria da humanidade, que construa comunidade fora das teias do mercado e novos entendimentos da vida e da nossa relação com os ecossistemas a que pertencemos. A demarcação clara das promessas do “capitalismo verde” tem de ser acompanhada pela defesa das formas de auto-produção, nomeadamente energética, essenciais a uma transição justa.

6- CONSTRUIR CONTRA-HEGEMONIA

A batalha contra a hegemonia capitalista, nomeadamente nas suas facetas mais agressivas e conservadoras, não pode ser adiada. Não se pode pôr a tática acima de tudo. Discussão estratégica e formação política têm de ser prioridades. É preciso promover a discussão de alternativas de fundo que configure uma aprendizagem e crescimento coletivo destemido na crítica radical do capitalismo. A esquerda precisa quebrar o ciclo de impotência política, sujeita à defesa de mínimos, assumindo a iniciativa política em vez de se concentrar apenas em reagir às manobras do poder: trazer a jogo a redução radical do tempo de trabalho e o aumento do tempo de férias ou definir limites máximos e mínimos ao rendimento por exemplo. O desafio do BE é abrir portas a novas formas de fazer política e repensar um socialismo que recuse a social-democracia e o estalinismo.



7- UMA DEMOCRACIA DE ALTA INTENSIDADE

Ao nível interno, o BE tem de estar menos centrado num número reduzido de figuras que se perpetuam nos lugares e concentram todas as decisões essenciais sobre a vida do partido. Rotatividade nos órgãos, limitação de mandatos, reafirmação do primado do trabalho coletivo de direção, mais decisões a partir da base, criação de um boletim interno como veículo da diversidade de opiniões, de um portal de transparência com informação atualizada sobre contas do BE, informação genérica sobre escalões salariais de funcionários e declarações de interesses, propriedades e rendimentos de pessoas eleitas e dirigentes bloquistas, reinventar a militância significativa sendo mais o partido-movimento que faz a diferença na forma de se organizar e não apenas reproduzir modelos gastos dos partidos tradicionais. Um partido no qual a diversidade interna não é apresentada como “divisão”, onde não há “inimigos internos”.

8- O LOCAL COMO MOTOR DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

Contando com milhares de militantes espalhados pelo país, o BE é bem mais do que a sua direção. O trabalho local deve ser a cara de uma forma de fazer política que marque a diferença, pautada pela democracia participativa, pela procura de unidade à esquerda do PS para resolver problemas concretos e essenciais, pelo encontro com o país das lutas concretas e das esperanças partilhadas que vive para além das instituições, pela criação de dinâmicas organizativas e políticas locais mobilizadoras que vão desenvolvendo coletivos no território, locais de trabalho, escolas e universidades, em vários sectores da sociedade.

Nas candidaturas autárquicas não nos devemos apresentar apenas para levar a bandeira do partido às urnas ou com o objetivo limitado de construir organização à escala municipal. Tal como nos programas que fazemos e nos cargos que exercemos não nos propomos meramente ser bons gestores. Queremos mudar paradigmas. Não nos submetemos às lógicas da lei do valor, de gentrificação, de privatização de serviços públicos de proximidade, não ficamos inativos perante as alterações climáticas nem aceitamos a insensibilidade social. Procuramos responder às necessidades reais das populações, através de alternativas democráticas e socialistas, ensaiando novas formas de pensar o território e de construir comunidade.

Na organização interna local, o BE deve pautar-se pela autonomia das concelhias, pela promoção de mecanismos democráticos de alta intensidade, pela construção de espaços de debate igualitários que ultrapassem o trefismo.

9- DESFAZER OS NÓS DO TRABALHO, UNIR OS PONTOS DO SINDICALISMO

O sindicalismo continua a perder força e representatividade com muitas dificuldades de renovação ou de encontrar formas de contrariar a atomização de classe e a perda de referenciais de luta.

Neste contexto, é imperativo pensar a organização sindical, resgatando-a das suas paralisias: democratizando-a com horizontalidade; ultrapassando as lógicas das burocracias sindicais tantas vezes afastadas do dia-a-dia de trabalho; abrindo-a a pessoas desempregadas e precárias, incentivando ação unitária entre diferentes setores e pensando à escala internacional.



Para o BE, o ativismo no mundo laboral é fundamental. Aí favorecerá a unidade em torno de processos de luta, a decisão informada, a democracia de base e a articulação das lutas, a coordenação da intervenção sindical com as necessidades das comunidades e o trazer as reivindicações anti-austeritárias para a luta laboral. É necessária uma coordenação entre movimentos e sindicatos que junte as questões económicas e políticas e possa construir uma frente anti-austeritária (e anti-capitalista e abertamente ecologista) que seja capaz de alargar lutas e protagonismos e inverter a relação de forças entre capital e trabalho.

10- APRENDER COM OS ERROS, FUNCIONAR MELHOR

Recebemos a herança da mitologia do revolucionário profissional que abdica de tudo na vida pela causa. Mas também a da crítica aos processos de burocratização no interior dos partidos e da defesa de uma democracia radical. A questão é o que fazer de tudo isto hoje nas condições atuais da sociedade e de um partido anti-capitalista.

E como responder aos graves erros cometidos pela direção do BE no caso dos despedimentos recentemente denunciados na comunicação social.

No passado recente, o partido implementou e desistiu de um modelo de contratação por concurso para afastar o espectro das contratações por grupos de amigos ou fações no interior do partido. Contudo, isso reproduziu muitas das práticas anteriores e nenhuma lição foi tirada.

E é preciso tirar lições. Sobre isso e sobre muito mais. Sobre os privilégios que implica para quem a comanda haver uma estrutura profissional, sobre os perigos da profissionalização política prevalecer sobre espaços de militância, sobre a reprodução no interior do partido da divisão do trabalho, das desigualdades salariais e estruturas hierárquicas, sobre carreiras e como o trabalho político pode ser também um privilégio ao alcance de poucas pessoas e de certas camadas sociais ou então como se torna uma dependência com consequências políticas e na vida, como condiciona todo um percurso de vida, sobre condições de trabalho e como de certas formas trabalho e militância se podem misturar num cocktail explosivo ou numa realidade esgotante. Sobre tudo isto e muito mais.

Há uma fragilidade imensa num partido dependente para o seu funcionamento de resultados eleitorais. Condiciona modos de funcionamento e até estratégias políticas. Há uma dificuldade estrutural em construir e fazer crescer um partido suportado sobretudo pelo auto-financiamento militante. Há uma forma dominante de fazer política que implica determinados gastos. Estas são questões estruturantes num projeto político e as respostas não são dados adquiridos.

E, para além de outras consequências, e dos aspetos humanos da questão dos despedimentos no BE que não são de somenos importância, tudo isto implica que o partido se repense profundamente. Um amplo processo de debate sobre isto deverá ser lançado desde já. E deve ter consequências de cima a baixo no partido.



Construir o Bloco em comum

Assembleia Eleitoral de Lisboa

Proponentes:

André Marques, 15285
Miguel Barrantes, 11466
Samuel Cardoso, 9828
Soraia Simões, 14724

Une-nos o combate por um Bloco radicalmente socialista, irreverente, sem amarras, preparado para enfrentar os monstros dos nossos tempos e vencer a extrema-direita, o liberalismo e o centrão. Une-nos a luta por um Bloco plenamente democrático, construído de baixo para cima, em que a divergência é encarada como a riqueza de um socialismo que se quer policromático. Une-nos a urgência da transformação social e a necessidade de repensar caminhos para o fazer.

1- UM NOVO TEMPO DOS MONSTROS

O aumento da desigualdade de um capitalismo feroz dominado por novos oligarcas e velhos magnatas, o acentuar do crescimento da extrema-direita e do ultra-conservadorismo em grande parte do mundo e o regresso de Trump à Casa Branca com a sua ofensiva contra os direitos sociais, o genocídio do povo palestino e a continuação da invasão da Ucrânia pelo regime fascizante de Putin, os renovados choques entre imperialismos e o fortalecimento dos militarismos, o agravamento da crise climática e a inação dos poderes instituídos, a continuação da política da Europa-fortaleza que empurra incessantemente migrantes para a morte são sintomas mórbidos do estado do mundo.

Face a eles, o internacionalismo não pode ser uma solidariedade vaga e distante, tem de ser uma tarefa quotidiana. E o BE tem de ser o partido da solidariedade sem fronteiras. O combate aos monstros que se perfilam no nosso horizonte disso depende.

2- FACE AO COLETE DE FORÇAS DO EURO-LIBERALISMO, UMA DESOBE- DIÊNCIA CONSEQUENTE

A Europa enfrenta tensões no seu interior e vive um declínio enquanto potência económica cujas elites nunca se unificaram. Se persiste a sua crise de projeto político e a ausência de uma soberania popular como base da UE, há mudanças: o pilar da livre circulação perde peso face a um retomar das fronteiras mesmo no interior do espaço Schengen, à medida que, até no centrão político, a retórica anti-imigrantes e o securitarismo avançam e ganha força um novo militarismo europeísta.

A arquitetura das instituições europeias e da moeda única mantêm-se ao serviço das classes dominantes dos países mais poderosos, o euro-liberalismo austeritário permanece lei no Tratado Orçamental e o euro continua feito à medida dos interesses das potências do capitalismo cen-



tro-europeu, sendo um colete de forças para as classes trabalhadoras. Aos estados-membros é imposta uma política económica única, de tal forma que a implementação de um programa mínimo de governo à esquerda, que incluísse por exemplo nacionalizações de setores essenciais, subidas de impostos sobre a riqueza ou reestruturação da dívida pública, implicaria um confronto com as instituições europeias e com os poderes por detrás delas.

Será, portanto, preciso desobedecer-lhes. E essa desobediência não pode ser um slogan vazio. O BE precisa de ser motor de iniciativas de mobilização e debate ao nível continental neste sentido e precisa de clareza: devemos bater-nos por alterar as regras do Euro e preparar política e tecnicamente uma saída eventualmente necessária da moeda única e da UE no quadro de um governo de esquerda que aposte na justiça social contra a euro-chantagem permanente.

3- A DIREITA DOS INTERESSES GOVERNA, A EXTREMA-DIREITA INTERESSEIRA ESTÁ À ESPREITA

O governo de direita é expressão de classe de uma burguesia interessada em continuar um rentismo predatório do Estado, avançar com a privatização na saúde e na Segurança Social e em fazer pender a balança ainda mais em benefício do capital contra o trabalho. É a manutenção da crise na habitação e do desinvestimento no Estado Social combinado com o assumir das roupagens da extrema-direita, nomeadamente nos temas migratórios.

A extrema-direita cavalga a onda reacionária internacional, recolhe apoio de vários setores do patronato e capitaliza a cobertura mediática de que é objeto, as “perceções” de insegurança alimentadas até pelo centrão, os descontentamentos difusos por anos de erosão do Estado social e a crise dos movimentos emancipatórios.

Por sua vez, a direção do PS, que escolhe fazer um ajuste de contas com o governo anterior de maioria absoluta do seu partido não pela diferenciação à esquerda mas precisamente sobre questões migratórias, assumindo a retórica da direita, que se juntou a esta para voltar a escancarar as portas aos interesses da especulação imobiliária na lei dos solos e que se mantém agarrada ao social-liberalismo, não faz qualquer caminho de aproximação à esquerda, desmentindo quem sonhasse com convergências.

Assim, o BE enfrenta o desafio simultâneo de juntar forças para resistir à ofensiva de direita, de não se deixar iludir com o canto de sereia do social-liberalismo e de combater determinadamente a extrema-direita.

Esta última prioridade implica que se deve esforçar tanto por desfazer a imagem de compromisso da esquerda com o poder, entranhada depois dos anos da geringonça, como os mitos de que fascismos e ultraliberalismos são alternativas ao sistema, insistindo que são apenas o seu lado mais obscuro. Cabe-lhe assumir-se como alternativa transformadora de fundo e recuperar a prática anti-sistema, sem a qual há um espaço de descontentamento que vai tendencialmente ser ocupado pela demagogia da extrema-direita.

4- O BLOCO DAS LUTAS

Depois de várias derrotas eleitorais, o caminho do BE não deverá ficar fechado num pequeno grupo de dirigentes e em rotinas. É preciso abertura e radicalidade, coragem de inovar e começar



de novo num partido-movimento para o qual o anticapitalismo não seja só uma palavra para dias de festa e se traduza permanentemente no concreto. Precisamos de um partido menos perdido nos Passos Perdidos, mais achado nas lutas e menos centrado no mediatismo imediatista. De um BE com mais dedicação ao apoio dos movimentos e que não ceda à tentação de os controlar, de atropelar as suas decisões, de impor a sua agenda ou à ânsia de fazer “porta-vozes.” Com um diálogo aberto, modesto e crítico das suas insuficiências e da insuficiente representatividade das franjas mais marginalizadas da sociedade.

Só o movimento das pessoas trabalhadoras, o antirracismo, o feminismo, o movimento LGBTQI+, o movimento de defesa dos animais, o anticapacitismo dão vida à diversidade que é a nossa matriz. Temos de ser a esquerda socialista que combina reconhecimento da diferença com a abolição de todas as formas de submissão e exploração. Um BE que ajude os movimentos a crescer em vez de procurar crescer neles.

Precisamos de ousar afirmar-nos como o partido das solidariedades, apoiando experiências coletivas criadoras de comunidade: coletividades, saúde, cooperativismo, produção agrícola alternativa ao agro-negócio, mercados sem intermediários, coletivos culturais alternativos, grupos que lutam pelo direito à habitação, associações e comissões de moradorxs. Estar em todos os lugares de participação coletiva que combatem a atomização e o individualismo.

5- ECOSSOCIALISMO OU MORTE

Todos os alarmes críticos já soaram sobre as alterações climáticas. As consequências do desastre ecológico fazem-se sentir dramaticamente. Esta bomba-relógio não espera pelos avanços e recuos dos bons e maus fígados dos corredores de poder, nem se desarma com meias-medidas ou promessas de capitalismo verde. Não há tempo nem condições para continuar com a política usual. Daí que seja necessário um BE em que o ecossocialismo não seja só um discurso bonito mas tenha consequências a todos os níveis. Que faça da urgência climática a convocatória decisiva na luta para ultrapassar o capitalismo, um projeto de transformação radical do planeta que combine a transição energética com a melhoria das condições de vida da maioria da humanidade, que construa comunidade fora das teias do mercado e novos entendimentos da vida e da nossa relação com os ecossistemas a que pertencemos. A demarcação clara das promessas do “capitalismo verde” tem de ser acompanhada pela defesa das formas de auto-produção, nomeadamente energética, essenciais a uma transição justa.

6- CONSTRUIR CONTRA-HEGEMONIA

A batalha contra a hegemonia capitalista, nomeadamente nas suas facetas mais agressivas e conservadoras, não pode ser adiada. Não se pode pôr a tática acima de tudo. Discussão estratégica e formação política têm de ser prioridades. É preciso promover a discussão de alternativas de fundo que configure uma aprendizagem e crescimento coletivo destemido na crítica radical do capitalismo. A esquerda precisa quebrar o ciclo de impotência política, sujeita à defesa de mínimos, assumindo a iniciativa política em vez de se concentrar apenas em reagir às manobras do poder: trazer a joga a redução radical do tempo de trabalho e o aumento do tempo de férias ou definir limites máximos e mínimos ao rendimento por exemplo. O desafio do BE é abrir portas a novas formas de fazer política e repensar um socialismo que recuse a social-democracia e o estalinismo.



7- UMA DEMOCRACIA DE ALTA INTENSIDADE

Ao nível interno, o BE tem de estar menos centrado num número reduzido de figuras que se perpetuam nos lugares e concentram todas as decisões essenciais sobre a vida do partido. Rotatividade nos órgãos, limitação de mandatos, reafirmação do primado do trabalho coletivo de direção, mais decisões a partir da base, criação de um boletim interno como veículo da diversidade de opiniões, de um portal de transparência com informação atualizada sobre contas do BE, informação genérica sobre escalões salariais de funcionários e declarações de interesses, propriedades e rendimentos de pessoas eleitas e dirigentes bloquistas, reinventar a militância significativa sendo mais o partido-movimento que faz a diferença na forma de se organizar e não apenas reproduzir modelos gastos dos partidos tradicionais. Um partido no qual a diversidade interna não é apresentada como “divisão”, onde não há “inimigos internos”.

8- O LOCAL COMO MOTOR DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

Contando com milhares de militantes espalhados pelo país, o BE é bem mais do que a sua direção. O trabalho local deve ser a cara de uma forma de fazer política que marque a diferença, pautada pela democracia participativa, pela procura de unidade à esquerda do PS para resolver problemas concretos e essenciais, pelo encontro com o país das lutas concretas e das esperanças partilhadas que vive para além das instituições, pela criação de dinâmicas organizativas e políticas locais mobilizadoras que vão desenvolvendo coletivos no território, locais de trabalho, escolas e universidades, em vários sectores da sociedade.

Nas candidaturas autárquicas não nos devemos apresentar apenas para levar a bandeira do partido às urnas ou com o objetivo limitado de construir organização à escala municipal. Tal como nos programas que fazemos e nos cargos que exercemos não nos propomos meramente ser bons gestores. Queremos mudar paradigmas. Não nos submetemos às lógicas da lei do valor, de gentrificação, de privatização de serviços públicos de proximidade, não ficamos inativos perante as alterações climáticas nem aceitamos a insensibilidade social. Procuramos responder às necessidades reais das populações, através de alternativas democráticas e socialistas, ensaiando novas formas de pensar o território e de construir comunidade.

Na organização interna local, o BE deve pautar-se pela autonomia das concelhias, pela promoção de mecanismos democráticos de alta intensidade, pela construção de espaços de debate igualitários que ultrapassem o tarefismo.

9- DESFAZER OS NÓS DO TRABALHO, UNIR OS PONTOS DO SINDICALISMO

O sindicalismo continua a perder força e representatividade com muitas dificuldades de renovação ou de encontrar formas de contrariar a atomização de classe e a perda de referenciais de luta.

Neste contexto, é imperativo pensar a organização sindical, resgatando-a das suas paralisias: democratizando-a com horizontalidade; ultrapassando as lógicas das burocracias sindicais tantas vezes afastadas do dia-a-dia de trabalho; abrindo-a a pessoas desempregadas e precárias, incentivando ação unitária entre diferentes setores e pensando à escala internacional.



Para o BE, o ativismo no mundo laboral é fundamental. Aí favorecerá a unidade em torno de processos de luta, a decisão informada, a democracia de base e a articulação das lutas, a coordenação da intervenção sindical com as necessidades das comunidades e o trazer as reivindicações anti-austeritárias para a luta laboral. É necessária uma coordenação entre movimentos e sindicatos que junte as questões económicas e políticas e possa construir uma frente anti-austeritária (e anti-capitalista e abertamente ecologista) que seja capaz de alargar lutas e protagonismos e inverter a relação de forças entre capital e trabalho.

10- APRENDER COM OS ERROS, FUNCIONAR MELHOR

Recebemos a herança da mitologia do revolucionário profissional que abdica de tudo na vida pela causa. Mas também a da crítica aos processos de burocratização no interior dos partidos e da defesa de uma democracia radical. A questão é o que fazer de tudo isto hoje nas condições atuais da sociedade e de um partido anti-capitalista.

E como responder aos graves erros cometidos pela direção do BE no caso dos despedimentos recentemente denunciados na comunicação social.

No passado recente, o partido implementou e desistiu de um modelo de contratação por concurso para afastar o espetro das contratações por grupos de amigos ou fações no interior do partido. Contudo, isso reproduziu muitas das práticas anteriores e nenhuma lição foi tirada.

E é preciso tirar lições. Sobre isso e sobre muito mais. Sobre os privilégios que implica para quem a comanda haver uma estrutura profissional, sobre os perigos da profissionalização política prevalecer sobre espaços de militância, sobre a reprodução no interior do partido da divisão do trabalho, das desigualdades salariais e estruturas hierárquicas, sobre carreiras e como o trabalho político pode ser também um privilégio ao alcance de poucas pessoas e de certas camadas sociais ou então como se torna uma dependência com consequências políticas e na vida, como condiciona todo um percurso de vida, sobre condições de trabalho e como de certas formas trabalho e militância se podem misturar num cocktail explosivo ou numa realidade esgotante. Sobre tudo isto e muito mais.

Há uma fragilidade imensa num partido dependente para o seu funcionamento de resultados eleitorais. Condiciona modos de funcionamento e até estratégias políticas. Há uma dificuldade estrutural em construir e fazer crescer um partido suportado sobretudo pelo auto-financiamento militante. Há uma forma dominante de fazer política que implica determinados gastos. Estas são questões estruturantes num projeto político e as respostas não são dados adquiridos.

E, para além de outras consequências, e dos aspetos humanos da questão dos despedimentos no BE que não são de somenos importância, tudo isto implica que o partido se repense profundamente. Um amplo processo de debate sobre isto deverá ser lançado desde já. E deve ter consequências de cima a baixo no partido.



Construir o Bloco em comum

Assembleia Eleitoral de Norte e do Oeste do Distrito de Lisboa

Proponentes:

Alexandre Café, 10070

Carlos Carujo, 101

João Patrocínio, 13408

Une-nos o combate por um Bloco radicalmente socialista, irreverente, sem amarras, preparado para enfrentar os monstros dos nossos tempos e vencer a extrema-direita, o liberalismo e o centrão. Une-nos a luta por um Bloco plenamente democrático, construído de baixo para cima, em que a divergência é encarada como a riqueza de um socialismo que se quer policromático. Une-nos a urgência da transformação social e a necessidade de repensar caminhos para o fazer.

1- UM NOVO TEMPO DOS MONSTROS

O aumento da desigualdade de um capitalismo feroz dominado por novos oligarcas e velhos magnatas, o acentuar do crescimento da extrema-direita e do ultra-conservadorismo em grande parte do mundo e o regresso de Trump à Casa Branca com a sua ofensiva contra os direitos sociais, o genocídio do povo palestino e a continuação da invasão da Ucrânia pelo regime fascizante de Putin, os renovados choques entre imperialismos e o fortalecimento dos militarismos, o agravamento da crise climática e a inação dos poderes instituídos, a continuação da política da Europa-fortaleza que empurra incessantemente migrantes para a morte são sintomas mórbidos do estado do mundo.

Face a eles, o internacionalismo não pode ser uma solidariedade vaga e distante, tem de ser uma tarefa quotidiana. E o BE tem de ser o partido da solidariedade sem fronteiras. O combate aos monstros que se perfilam no nosso horizonte disso depende.

2- FACE AO COLETE DE FORÇAS DO EURO-LIBERALISMO, UMA DESOBE- DIÊNCIA CONSEQUENTE

A Europa enfrenta tensões no seu interior e vive um declínio enquanto potência económica cujas elites nunca se unificaram. Se persiste a sua crise de projeto político e a ausência de uma soberania popular como base da UE, há mudanças: o pilar da livre circulação perde peso face a um retomar das fronteiras mesmo no interior do espaço Schengen, à medida que, até no centrão político, a retórica anti-imigrantes e o securitarismo avançam e ganha força um novo militarismo europeísta.

A arquitetura das instituições europeias e da moeda única mantêm-se ao serviço das classes dominantes dos países mais poderosos, o euro-liberalismo austeritário permanece lei no Tratado

Orçamental e o euro continua feito à medida dos interesses das potências do capitalismo centro-europeu, sendo um colete de forças para as classes trabalhadoras. Aos estados-membros é imposta uma política económica única, de tal forma que a implementação de um programa mínimo de governo à esquerda, que incluísse por exemplo nacionalizações de setores essenciais, subidas de impostos sobre a riqueza ou reestruturação da dívida pública, implicaria um confronto com as instituições europeias e com os poderes por detrás delas.

Será, portanto, preciso desobedecer-lhes. E essa desobediência não pode ser um slogan vazio. O BE precisa de ser motor de iniciativas de mobilização e debate ao nível continental neste sentido e precisa de clareza: devemos bater-nos por alterar as regras do Euro e preparar política e tecnicamente uma saída eventualmente necessária da moeda única e da UE no quadro de um governo de esquerda que aposte na justiça social contra a euro-chantagem permanente.

3- A DIREITA DOS INTERESSES GOVERNA, A EXTREMA-DIREITA INTERESSEIRA ESTÁ À ESPREITA

O governo de direita é expressão de classe de uma burguesia interessada em continuar um rentismo predatório do Estado, avançar com a privatização na saúde e na Segurança Social e em fazer pender a balança ainda mais em benefício do capital contra o trabalho. É a manutenção da crise na habitação e do desinvestimento no Estado Social combinado com o assumir das roupagegens da extrema-direita, nomeadamente nos temas migratórios.

A extrema-direita cavalga a onda reacionária internacional, recolhe apoio de vários setores do patronato e capitaliza a cobertura mediática de que é objeto, as “perceções” de insegurança alimentadas até pelo centrão, os descontentamentos difusos por anos de erosão do Estado social e a crise dos movimentos emancipatórios.

Por sua vez, a direção do PS, que escolhe fazer um ajuste de contas com o governo anterior de maioria absoluta do seu partido não pela diferenciação à esquerda mas precisamente sobre questões migratórias, assumindo a retórica da direita, que se juntou a esta para voltar a escancarar as portas aos interesses da especulação imobiliária na lei dos solos e que se mantém agarrada ao social-liberalismo, não faz qualquer caminho de aproximação à esquerda, desmentindo quem sonhasse com convergências.

Assim, o BE enfrenta o desafio simultâneo de juntar forças para resistir à ofensiva de direita, de não se deixar iludir com o canto de sereia do social-liberalismo e de combater determinadamente a extrema-direita.

Esta última prioridade implica que se deve esforçar tanto por desfazer a imagem de compromisso da esquerda com o poder, entranhada depois dos anos da geringonça, como os mitos de que fascismos e ultraliberalismos são alternativas ao sistema, insistindo que são apenas o seu lado mais obscuro. Cabe-lhe assumir-se como alternativa transformadora de fundo e recuperar a prática anti-sistema, sem a qual há um espaço de descontentamento que vai tendencialmente ser ocupado pela demagogia da extrema-direita.

4- O BLOCO DAS LUTAS

Depois de várias derrotas eleitorais, o caminho do BE não deverá ficar fechado num pequeno grupo de dirigentes e em rotinas. É preciso abertura e radicalidade, coragem de inovar e começar



de novo num partido-movimento para o qual o anticapitalismo não seja só uma palavra para dias de festa e se traduza permanentemente no concreto. Precisamos de um partido menos perdido nos Passos Perdidos, mais achado nas lutas e menos centrado no mediatismo imediatista. De um BE com mais dedicação ao apoio dos movimentos e que não ceda à tentação de os controlar, de atropelar as suas decisões, de impor a sua agenda ou à ânsia de fazer “porta-vozes”. Com um diálogo aberto, modesto e crítico das suas insuficiências e da insuficiente representatividade das franjas mais marginalizadas da sociedade.

Só o movimento das pessoas trabalhadoras, o antirracismo, o feminismo, o movimento LGBTQI+, o movimento de defesa dos animais, o anticapacitismo dão vida à diversidade que é a nossa matriz. Temos de ser a esquerda socialista que combina reconhecimento da diferença com a abolição de todas as formas de submissão e exploração. Um BE que ajude os movimentos a crescer em vez de procurar crescer neles.

Precisamos de ousar afirmar-nos como o partido das solidariedades, apoiando experiências coletivas criadoras de comunidade: coletividades, saúde, cooperativismo, produção agrícola alternativa ao agro-negócio, mercados sem intermediários, coletivos culturais alternativos, grupos que lutam pelo direito à habitação, associações e comissões de moradorxs. Estar em todos os lugares de participação coletiva que combatem a atomização e o individualismo.

5- ECOSSOCIALISMO OU MORTE

Todos os alarmes críticos já soaram sobre as alterações climáticas. As consequências do desastre ecológico fazem-se sentir dramaticamente. Esta bomba-relógio não espera pelos avanços e recuos dos bons e maus fígados dos corredores de poder, nem se desarma com meias-medidas ou promessas de capitalismo verde. Não há tempo nem condições para continuar com a política usual. Daí que seja necessário um BE em que o ecossocialismo não seja só um discurso bonito mas tenha consequências a todos os níveis. Que faça da urgência climática a convocatória decisiva na luta para ultrapassar o capitalismo, um projeto de transformação radical do planeta que combine a transição energética com a melhoria das condições de vida da maioria da humanidade, que construa comunidade fora das teias do mercado e novos entendimentos da vida e da nossa relação com os ecossistemas a que pertencemos. A demarcação clara das promessas do “capitalismo verde” tem de ser acompanhada pela defesa das formas de auto-produção, nomeadamente energética, essenciais a uma transição justa.

6- CONSTRUIR CONTRA-HEGEMONIA

A batalha contra a hegemonia capitalista, nomeadamente nas suas facetas mais agressivas e conservadoras, não pode ser adiada. Não se pode pôr a tática acima de tudo. Discussão estratégica e formação política têm de ser prioridades. É preciso promover a discussão de alternativas de fundo que configure uma aprendizagem e crescimento coletivo destemido na crítica radical do capitalismo. A esquerda precisa quebrar o ciclo de impotência política, sujeita à defesa de mínimos, assumindo a iniciativa política em vez de se concentrar apenas em reagir às manobras do poder: trazer a joga a redução radical do tempo de trabalho e o aumento do tempo de férias ou definir limites máximos e mínimos ao rendimento por exemplo. O desafio do BE é abrir portas a novas formas de fazer política e repensar um socialismo que recuse a social-democracia e o estalinismo.



7- UMA DEMOCRACIA DE ALTA INTENSIDADE

Ao nível interno, o BE tem de estar menos centrado num número reduzido de figuras que se perpetuam nos lugares e concentram todas as decisões essenciais sobre a vida do partido. Rotatividade nos órgãos, limitação de mandatos, reafirmação do primado do trabalho coletivo de direção, mais decisões a partir da base, criação de um boletim interno como veículo da diversidade de opiniões, de um portal de transparência com informação atualizada sobre contas do BE, informação genérica sobre escalões salariais de funcionários e declarações de interesses, propriedades e rendimentos de pessoas eleitas e dirigentes bloquistas, reinventar a militância significativa sendo mais o partido-movimento que faz a diferença na forma de se organizar e não apenas reproduzir modelos gastos dos partidos tradicionais. Um partido no qual a diversidade interna não é apresentada como “divisão”, onde não há “inimigos internos”!

8- O LOCAL COMO MOTOR DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

Contando com milhares de militantes espalhados pelo país, o BE é bem mais do que a sua direção. O trabalho local deve ser a cara de uma forma de fazer política que marque a diferença, pautada pela democracia participativa, pela procura de unidade à esquerda do PS para resolver problemas concretos e essenciais, pelo encontro com o país das lutas concretas e das esperanças partilhadas que vive para além das instituições, pela criação de dinâmicas organizativas e políticas locais mobilizadoras que vão desenvolvendo coletivos no território, locais de trabalho, escolas e universidades, em vários sectores da sociedade.

Nas candidaturas autárquicas não nos devemos apresentar apenas para levar a bandeira do partido às urnas ou com o objetivo limitado de construir organização à escala municipal. Tal como nos programas que fazemos e nos cargos que exercemos não nos propomos meramente ser bons gestores. Queremos mudar paradigmas. Não nos submetemos às lógicas da lei do valor, de gentrificação, de privatização de serviços públicos de proximidade, não ficamos inativos perante as alterações climáticas nem aceitamos a insensibilidade social. Procuramos responder às necessidades reais das populações, através de alternativas democráticas e socialistas, ensaiando novas formas de pensar o território e de construir comunidade.

Na organização interna local, o BE deve pautar-se pela autonomia das concelhias, pela promoção de mecanismos democráticos de alta intensidade, pela construção de espaços de debate igualitários que ultrapassem o trefismo.

9- DESFAZER OS NÓS DO TRABALHO, UNIR OS PONTOS DO SINDICALISMO

O sindicalismo continua a perder força e representatividade com muitas dificuldades de renovação ou de encontrar formas de contrariar a atomização de classe e a perda de referenciais de luta.

Neste contexto, é imperativo pensar a organização sindical, resgatando-a das suas paralisias: democratizando-a com horizontalidade; ultrapassando as lógicas das burocracias sindicais tantas vezes afastadas do dia-a-dia de trabalho; abrindo-a a pessoas desempregadas e precárias, incentivando ação unitária entre diferentes setores e pensando à escala internacional.



Para o BE, o ativismo no mundo laboral é fundamental. Aí favorecerá a unidade em torno de processos de luta, a decisão informada, a democracia de base e a articulação das lutas, a coordenação da intervenção sindical com as necessidades das comunidades e o trazer as reivindicações anti-austeritárias para a luta laboral. É necessária uma coordenação entre movimentos e sindicatos que junte as questões económicas e políticas e possa construir uma frente anti-austeritária (e anti-capitalista e abertamente ecologista) que seja capaz de alargar lutas e protagonismos e inverter a relação de forças entre capital e trabalho.

10- APRENDER COM OS ERROS, FUNCIONAR MELHOR

Recebemos a herança da mitologia do revolucionário profissional que abdica de tudo na vida pela causa. Mas também a da crítica aos processos de burocratização no interior dos partidos e da defesa de uma democracia radical. A questão é o que fazer de tudo isto hoje nas condições atuais da sociedade e de um partido anti-capitalista.

E como responder aos graves erros cometidos pela direção do BE no caso dos despedimentos recentemente denunciados na comunicação social.

No passado recente, o partido implementou e desistiu de um modelo de contratação por concurso para afastar o espectro das contratações por grupos de amigos ou fações no interior do partido. Contudo, isso reproduziu muitas das práticas anteriores e nenhuma lição foi tirada.

E é preciso tirar lições. Sobre isso e sobre muito mais. Sobre os privilégios que implica para quem a comanda haver uma estrutura profissional, sobre os perigos da profissionalização política prevalecer sobre espaços de militância, sobre a reprodução no interior do partido da divisão do trabalho, das desigualdades salariais e estruturas hierárquicas, sobre carreiras e como o trabalho político pode ser também um privilégio ao alcance de poucas pessoas e de certas camadas sociais ou então como se torna uma dependência com consequências políticas e na vida, como condiciona todo um percurso de vida, sobre condições de trabalho e como de certas formas trabalho e militância se podem misturar num cocktail explosivo ou numa realidade esgotante. Sobre tudo isto e muito mais.

Há uma fragilidade imensa num partido dependente para o seu funcionamento de resultados eleitorais. Condiciona modos de funcionamento e até estratégias políticas. Há uma dificuldade estrutural em construir e fazer crescer um partido suportado sobretudo pelo auto-financiamento militante. Há uma forma dominante de fazer política que implica determinados gastos. Estas são questões estruturantes num projeto político e as respostas não são dados adquiridos.

E, para além de outras consequências, e dos aspetos humanos da questão dos despedimentos no BE que não são de somenos importância, tudo isto implica que o partido se repense profundamente. Um amplo processo de debate sobre isto deverá ser lançado desde já. E deve ter consequências de cima a baixo no partido.



Plataforma de Paredes - Bloco +

Assembleia Eleitoral de Paredes

Proponentes:

Mónica Filipa Coelho Ferreira, A10384
Paulo Fernando Ribeiro Santos, A10901
António Fernando Correia Monteiro, A1489
Andreia Filipa Ferreira Rodrigues, A14009
Américo de Almeida Campos, A9572
Maria Fernanda Nogueira da Rocha, A11104
Fernando Campos Ribeiro, A15174
Maria Beatriz Ferreira Rodrigues, A15973
António Cláudio Teixeira Cardoso, A 14010
Fernando Seabra Ferreira, A17145
Maria Inês Moreira Bessa, A 10155
António Ferreira, A11123
Olívia Moreira de Barros, A11166
Joaquim Santos Leal, A10952
Luís Gabriel Lopes de Almeida Campos, A10159
Maria das Dores Fernandes, A15462
Paulo Jorge Moreira da Rocha, A10905
Isabel Cristina Barros Ferreira, A10906
Miguel Fernandes Gaspar, A15047
Maria Rosa Coelho Ferreira, A11165
Fernando Moreira, A10146
Bruno Miguel Ferreira da Rocha, A14236
Cidália Maria Moreira da Rocha, A10909
Raquel Martins da Siva, A13228
Heitor Manuel Moreira dos Santos, A14235
Albino Dias da Silva, A15974

POR MAL DAS NOSSAS TENDÊNCIAS

1. TENDÊNCIAS DOMINANTES

A existência de tendências faz parte da natureza do Bloco, pois, sem as suas tendências fundadoras, o Bloco nem sequer existiria. Além disso, é saudável que haja diferentes sensibilidades ideológicas dentro do partido. Por isso, o facto de haver tendências no Bloco de Esquerda não é, em si, um problema.

O verdadeiro problema é que as duas principais tendências não se preocupam com ideologia, focando a sua atenção e energia em aspetos que possam favorecer o seu grupo, em prejuízo do Bloco, através dos seguintes enviesamentos:



1. Fazem-nos perder democracia, porque as decisões políticas mais importantes são predefinidas pelas cúpulas das duas principais tendências e as reuniões dos órgãos dirigentes servem apenas para sufragar as decisões antes «cozinhas». As bases só servem para trabalhar pelo partido, mas não são ouvidas nem achadas para escolher as/os candidatas/os nas principais eleições, nem para a tomada de decisões estratégicas como, por exemplo, a adesão a um novo partido de esquerda europeu.

Em alternativa, as decisões do Bloco precisam de ser decisões coletivas, devem começar nas bases e aos órgãos dirigentes compete pôr em prática as escolhas da maioria dos aderentes.

2. A falta de democracia interna é o principal fator do declínio do Bloco.

Os novos aderentes entram com entusiasmo, mas logo este é esfriado, por dois motivos: são imediatamente cacticados por uma tendência ou então desiludem-se com outros aspetos da falta de democracia interna. A maioria acaba por se afastar.

3. Não respeitam as minorias internas e isso é um sintoma inequívoco da falta de democracia. Esse desrespeito ficou bem patente na forma como as pequenas moções foram expurgadas pelas duas tendências dominantes.

Não há democracia verdadeira sem respeito pelas minorias.

4. Patrocinam a disputa por lugares e não por ideias, porque cada uma das tendências dominantes tem uma agenda própria: colocar os seus membros em todos os lugares de destaque, o que **favorece o carreirismo e a ascensão de dirigentes sem qualidade política.**

Um carreirista só pensa na sua carreira e está pouco preocupado com o bem coletivo.

5. Fazem diminuir a autonomia de pensamento, pois a maioria dos seus membros «aluga» o cérebro aos dirigentes das tendências dominantes e desiste do seu direito a ter uma opinião.

Perde o aderente e perde o coletivo, quando cada um dos seus membros perde a capacidade de pensar.

6. Afunilam o Bloco em vez de alargarem a sua base de apoio, porque querem o partido pequeno, para melhor o poderem controlar.

O Bloco tem de voltar a ser mais do que a soma de votos dos grupos que estiveram na sua origem. Para isso, temos de voltar a ser apelativos para o eleitorado socialista que não se revê no PS, mas não confia na falta de democracia que o nosso partido apresenta.

Precisamos de nos abrir mais à sociedade, alargar a nossa base de apoio, conquistar pessoas que constituam uma mais-valia para o nosso projeto político.

7. Menorizam as Conferências Nacionais, pois as Resoluções ali aprovadas têm de submeter-se ao «controleirismo» da MN.

Nada nos Estatutos nos diz que as decisões das Conferências Nacionais devem ser submetidas à ratificação da MN.



8. A não existência de moções sectoriais é mais um entrave à democracia direta. As duas tendências dominantes são avessas às moções sectoriais nas

Convenções Nacionais porque não gostam da democracia, em especial se ela for direta.

As moções sectoriais são uma norma em partidos democráticos, porque enriquecem a democracia de base.

9. O facto de o Regulamento da Convenção definir que as/os delegadas/os das Plataformas não podem ser eleitas/os para os órgãos dirigentes constitui uma clara discriminação destes aderentes, que podem eleger e não podem ser eleitos, contrariando uma regra básica da democracia.

Se nós lutamos contra todas as formas de discriminação existentes na sociedade, como podemos tolerar esta forma de discriminação interna, tão injusta que ela é?

10. Trazem o sectarismo do século XX para o Bloco do século XXI.

É compreensível que os militantes da «velha guarda», oriundos dos partidos fundadores do Bloco, sintam nostalgia do passado. O que não é normal é que queiram incutir esse saudosismo nos mais novos.

Os jovens pertencem ao futuro e não ao passado. Que eles construam um Bloco novo, livre do sectarismo das tendências!

11. Preocupam-se muito com o controle dos órgãos (50/50) e menos com os aderentes, mas sem estes não há partido para eles poderem controlar.
12. Estimulam o esvaziamento político do Bloco, pois, dadas as diferenças ideológicas entre as duas principais tendências, estas, ao invés de conviverem fraternalmente com essas diferenças, preferem reduzir a sua práxis apenas ao *poucochinho* em que estão de acordo. Ou seja, **o Bloco renuncia voluntariamente a fazer política**, em nome da coexistência pacífica entre as duas maiores tendências.

As duas tendências dominantes não precisam de abafar as suas diferenças. Antes precisam de saber usá-las para construir um Bloco pujante, plural, democrático, socialista e inclusivo de que o país precisa e que está ao nosso alcance.

2, TENDÊNCIAS DISCREPANTES

Há uma enorme discrepância entre o que apregoam e aquilo que realmente são.

2.1. Convergência

Tendência estalinista que, de uma forma uma forma traiçoeira, mas não surpreendente, orquestrou uma campanha para denegrir e destruir o Bloco:

1. Demitiram-se da Comissão Política;
2. Desistiram de concorrer à Convenção;
3. Também desistiram de concorrer às Eleições Distritais do Porto;



4. Em Portalegre, um grupo de aderentes-fantasma demitiu-se em bando;
5. Apregoaram tudo isto na Comunicação Social, com o objetivo de prejudicar a imagem pública do Bloco de Esquerda;
6. Por despeito e vingança, quantos mais danos causarem ao nosso partido, antes de saírem, mais satisfeitos ficarão. Não terão sucesso.

O seu líder foi destacado dirigente do Bloco durante 19 anos e foi destituído porque, finalmente, a direção percebeu que não era adequado manter um estalinista na direção de um partido democrático, como é o Bloco de Esquerda. As alegadas divergências políticas começaram com a sua saída do Secretariado e terminariam, se a direção o quisesse de volta. Mas ninguém quer ter de novo estalinistas no Secretariado, a não ser eles mesmos.

Fartos de serem sucessivamente esmagados em eleições internas, recusaram apresentar-se a esta Convenção, alegando falta de democracia interna. Vinda de estalinistas, esta alegação revela que eles perderam quase tudo, menos o sentido de humor.

2.2. Radar/Moção S

Grupo trotskista que, de repente, acordou para a falta de democracia no Bloco. Pena é que não tenham notado isso quando as pequenas moções foram expurgadas, aliás com a cumplicidade deles.

Pertenceram à maioria por uma década, mas saíram, não por divergências políticas, mas porque o líder desta tendência não se conformou por ter sido despromovido do Secretariado para a Comissão Política.

Um dos subscritores desta moção foi um dos membros da Comissão Política eleitos pela Convergência, que se demitiram em janeiro e chamaram a Imprensa, com o intuito claro e inequívoco de se juntarem e incrementarem a campanha para denegrir e destruir o Bloco de Esquerda. O mesmo subscritor fez número igual nas Eleições Distritais do Porto, com a intenção de prolongar a campanha.

É sintomático que um destacado representante da Convergência seja subscritor da moção S. É também muito esclarecedor que a moção S tenha aceite este subscritor, quando podia não o ter feito.

Como explicar esta aproximação entre este e outros estalinistas a uma moção trotskista? Não se trata de Política, o assunto tem a ver com egos muito inflamados e rarefeitos, de parte a parte.

Sonham que estão ainda no PREC e fazem propostas ultrarrevolucionárias e lunáticas:

«O útero capitalista (Marx) está mais que grávido, só precisa de uma parteira»;

«O socialismo que queremos construir... não dispensa a tomada do poder pelo proletariado»;

«Instala-se uma época de revolução social. É a época que nos coube viver».

Revelam uma enorme falta de noção e de ligação à realidade.

3, CONCLUSÃO

As **tendências dominantes** são a «cara» do Bloco, para o bem e para o mal. Apontamos os defeitos, na esperança que venham a ser corrigidos, porque o Bloco é a nossa casa e nós queremos o melhor para ela.

As **tendências discrepantes** aproveitam-se do descontentamento de muitos aderentes com o nosso funcionamento. Ou seja, a falta de democracia interna é o combustível que alimenta estas tendências, mas não têm um projeto político que disfarce o seu oportunismo, falta de consistência e de credibilidade.

As **tendências só atrapalham o nosso funcionamento**, mas as tendências discrepantes não constituem uma alternativa credível às tendências dominantes, a Convergência muito menos que o RADAR.

MAIS ORGANIZAÇÃO

As tendências estão muito bem organizadas, mas focadas em hegemonizar as estruturas do Bloco em vez de estarem concentradas na organização local. Somos fraquíssimos em termos organizativos e isso impede-nos de chegar às pessoas, que moram nos bairros, nas freguesias, nas cidades e que só conhecem o Bloco através da televisão.

Precisamos de criar muitos mais núcleos locais e de empresa, mais concelhias e também interconcelhias, que possam suprir transitoriamente as nossas deficiências orgânicas. As tendências são avessas às interconcelhias, porque têm medo que as Distritais percam o controle dos organismos locais. No entanto, a sua criação poderia ser muito útil em termos organizativos. Desde logo, porque poderiam agregar pequenas e débeis estruturas locais. Também porque há inúmeros aderentes locais, um pouco por todo o país, que não pertencem a nenhuma estrutura local ou concelhia, mas que, através de uma interconcelhia teriam sempre a possibilidade de estarem integrados e não ficarem completamente abandonados, como estão atualmente.

O QUE FAZ FALTA AO PAÍS

1. Aumentar os salários e as pensões de reforma, em especial nos rendimentos mais baixos.
2. Fazer caminho para a nacionalização das empresas estratégicas, como a EDP, GALP, CTT, REN, ANA e manter aquelas que escaparam ao saque capitalista.
3. Financiar adequadamente o SNS, garantindo a sua eficácia. Diminuir drasticamente o desvio de verbas deste sector para empresas privadas.
4. Zelar pelos direitos sociais dos trabalhadores, tornando mais civilizada a legislação laboral.
5. Garantir a viabilidade financeira da Segurança Social, impedindo que as suas verbas sejam desviadas para seguros privados.
6. Combater o clientelismo, a corrupção e os crimes económicos.
7. Exigir uma política de habitação que vá ao encontro das necessidades da população, designadamente construção de casas a custos controlados e rendas a preços acessíveis.



8. Combater as alterações climáticas, causadas pela ganância capitalista, bem como proteger o meio ambiente.
9. Defender um ordenamento do território que previna os incêndios, impeça a especulação imobiliária e o caos urbanístico.
10. Combater todos os tipos de discriminação: racial, de género, de orientação sexual, de idade, sem esquecer a discriminação dos pobres.
11. Vencer o ódio fascista.

ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS E PRESIDENCIAIS

1. Eleições Autárquicas - Devemos aproveitar estas eleições para alargar a nossa base de apoio, convidando o máximo de candidatos independentes, para que eles possam caminhar connosco.

Sempre que possível, devemos fazer coligações com o Livre e, em Lisboa, também com o PS.

1. Eleições Presidenciais – O Bloco não está em condições de gastar um balúrdio numa candidatura autónoma. Ou apoiamos uma/um candidata/o com um mínimo aceitável de valores e princípios de esquerda ou, se isso não for possível, deveremos avançar com uma candidatura própria, com orçamento limitado, de preferência em coordenação com o Livre.

MOVIMENTOS SOCIAIS E LABORAIS

1. O Bloco deve manter com as forças laborais e movimentos sociais uma relação de cooperação, resistindo sempre à tentação de os controlar.
2. Devemos ter a noção que a generalidade dos sindicatos está contaminada pelo «controleirismo» partidário do PCP, que domina a CGTP, e PS-PSD, que hegemonizam a UGT, o que faz com que o nosso esforço neste sector seja inútil, como aliás sempre foi.
3. Devemos antes privilegiar as comissões de trabalhadores, que poderão, no futuro, servir de embrião a um sindicalismo de classe, livre do controle partidário.

REVOLUÇÃO E DEMOCRACIA

No passado, todas as revoluções se fizeram para derrubar ditaduras.

No futuro, nunca haverá espaço político para convencer o povo a apoiar uma revolução que sirva para derrubar um governo democraticamente eleito. E, sem apoio popular, não há revolução.

Dado em Portugal não existe uma ditadura para derrubar, quem prega a revolução está completamente fora da realidade e talvez deseje que venha aí uma ditadura, para depois tentarem a revolução.



SITUAÇÃO INTERNACIONAL

1. O cenário internacional é dominado pela ameaça fascista. Depois da eleição de Trump, as três nações mais poderosas do mundo têm agora líderes avessos à Democracia. Teremos de estar preparados e vigilantes para enfrentarmos os duros tempos que se avizinham. Para isso, precisaremos de ter em conta a realidade democrática e antifascista, sem esquecer os nossos valores socialistas.
2. É nosso dever apoiar sempre o povo da Ucrânia, vítima da agressão da Rússia. Se a Ucrânia for derrotada, o imperialismo russo não ficará saciado e outros povos serão vítimas do apetite voraz do fascista Putin.
3. A Palestina é vítima da Extrema-Direita israelita que, ajudada pelo imperialismo norte-americano, torna Israel militarmente imbatível.

Por outro lado, **os fanáticos religiosos do Hamas, ao matarem e sequestrarem mais de mil civis, incluindo idosos, jovens e crianças**, complicaram ainda mais a situação do povo palestino, que merece a Independência, mas em troca só obteve a fúria belicista de Israel.

A espiral de ódio gerou um **círculo vicioso**, em que as ações terroristas do Hamas atacam os extremistas de Israel, enquanto os estes cometem ações de vingança que, por sua vez, estimulam o radicalismo islâmico. Ou seja, ambos os lados desejam o extermínio do outro, mas um dos lados é mais forte e abusa dessa força.

Esperemos que partidos mais tolerantes e humanistas, de ambos os lados, assumam o poder e conduzam à paz, que passará obrigatoriamente pela **Independência da Palestina**.

4. Repudiamos as ditaduras neoestalinistas (Cuba, Nicarágua, Venezuela, China, Vietname, Laos, Coreia do Norte), que continuam a manchar o bom nome da Esquerda em todo o mundo e, claramente, não nos representam.
-



Plataforma Mobilizar em Bloco

Assembleia Eleitoral de Porto – Interior

Proponentes:

Duarte Graça, 12034
Daniela Sousa, 16446
Laurinda Pinto, 15393

Esta plataforma constitui-se na Assembleia Eleitoral do Porto Interior, que inclui Amarante, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Penafiel e Valongo. Avançamos com esta reflexão, balanço, proposta, contribuindo para o enraizamento popular e afirmação das causas que são a identidade do Bloco e nos movem.

CONTEXTO

Vivemos um momento desafiante. Entre fragilidades na organização local e um contexto parlamentar de 5 mandatos em 230, com larga maioria de Direita/extrema-direita, as condições para a intervenção não são favoráveis.

A isso se soma uma dificuldade em conseguir uma alargada exposição mediática focada no conteúdo da intervenção do partido, assim como boa expressão nas redes sociais, onde a tendência para o sensacionalismo limita o alcance de publicações com substância e detalhe, das quais depende a afirmação do Bloco.

MOTIVAÇÃO

Mesmo em contexto desfavorável, o Bloco conta com milhares de aderentes, muitas estruturas locais e grupos de trabalho, um Grupo Parlamentar muito ativo, uma representação no Parlamento Europeu influente à Esquerda. Tudo isto vem dum histórico de lutas e conquistas que mostra ser possível avançar para o país que queremos construir.

Partindo das nossas experiências militantes no interior do distrito do Porto, queremos reforçar o Bloco por dentro e para fora:

- dinamizar mais debate interno sobre a organização e a atividade do partido;
- criar mais oportunidades para contacto e troca de ideias entre camaradas;
- integrar aderentes adequada e consistentemente;
- multiplicar iniciativas pelo território, sobretudo onde não temos presença;
- desenvolver e solidificar estruturas locais;



- lançar novos grupos de trabalho temáticos e operacionais;
- reforçar o papel do Bloco de pedagogia e apoio à organização social;
- construir um programa político renovado, com contributos de dentro e fora do Bloco.

Ao compromisso militante das bases deve corresponder a dedicação de quem coordena a intervenção do Bloco. Isto implica fazer mais esforços, sabendo que será difícil fazer tudo o que se quer ou seria necessário. Não desistimos de fazer tudo para mobilizar a militância, e garantir que qualquer aderente tem oportunidades para contribuir para o partido.

BALANÇO

Nos últimos 2 anos, da maioria absoluta PS à da Direita/extrema-direita, aprofundaram-se desigualdades e erodiram-se princípios básicos do Estado Social.

De 2015 a 2019, o Bloco protagonizou conquistas importantes: aumento do salário mínimo, Leis de Bases da Saúde e da Habitação, Estatuto do Cuidador Informal, reconhecimento do trabalho nas pedreiras como profissão desgastante, redução das propinas de licenciatura.

Após esse período, as fragilidades na aplicação dessas conquistas ficaram bem visíveis, sujeitas às lógicas de poder que dominam o PS. Com o governo PSD/CDS/PPM, têm-se acumulado retrocessos, da privatização tácita do Estado Social, à virulência política anti-imigração, à retórica vazia na política externa.

Foi importante o que antes se conquistou. Ao fim de um ciclo de mudanças aceleradas no plano legislativo e governativo, parece-nos necessária e urgente uma reafirmação arrojada da nossa inconformação perante a violência das políticas de Direita e a negligência das políticas de "centro." Precisamos de uma reformulação programática e uma campanha de formações internas para ultrapassarmos este momento de excessiva timidez nas propostas, e algum recuo na afirmação destemida de valores fundamentais à sociedade livre, democrática, igualitária que a fundação do Bloco lançou como horizonte de luta.

Afinarmos a intervenção política exige que nos responsabilizemos, reorganizemos e foquemos. É indispensável compreender que não fizemos, ainda, tanto quanto poderíamos. A partir desta conclusão, desenhamos uma linha de ação que nos permitirá fazer melhor.

POR UM PLANO DE INTERVENÇÃO E UM PROGRAMA POLÍTICO REFORÇADOS

Do contexto à motivação e ao balanço, definimos linhas de ação política para um plano de intervenção e um programa reforçados, com duas grandes áreas:

- **Bloco cá dentro:** organização, participação e mobilização;
- **Bloco na sociedade:** afirmação, enraizamento e construção.



Bloco cá dentro: Organização, participação e mobilização

O Bloco é um partido plural, que abraça inúmeras lutas. Mas a sua estrutura e funcionamento reproduzem algumas das desigualdades que afetam a sociedade. Muitas estruturas locais do Bloco têm dificuldade em estabelecer ou manter uma base militante ativa. Ultrapassar os obstáculos que isto representa implica um esforço a todos os níveis.

Na nossa perspetiva, a mobilização da militância, a concretização de iniciativas, o enraizamento local dependem duma estrutura bem definida, com responsabilidades distribuídas, e abertura para integrar sugestões da militância de base para a intervenção. Assim, apresentamos um conjunto de prioridades e propostas.

Dinamizar as estruturas locais, temáticas e operacionais

As estruturas concelhias e os grupos de trabalho (GTs) permitem discutir, imaginar e concretizar iniciativas sobre áreas de intervenção específicas. Ambas são instrumentos indispensáveis de integração, consolidação ideológica e ligação ao terreno. Devemos lançar um esforço mobilizador e estruturante, para solidificar e desenvolver estruturas locais, e dinamizar GTs que contribuam para a formação militante e dêem suporte à intervenção.

Propomos:

- garantir a organização de reuniões de aderentes em concelhos sem concelhia, dinamizando núcleos onde haja condições;
- dar maior apoio às concelhias/núcleos com fragilidades;
- estabelecer um sistema solidário de quotização para sedes locais a nível nacional;
- divulgar mais a existência e atividade dos GTs;
- criar um GT da habitação, promovendo movimento social e discutindo medidas para garantir o direito à habitação;
- averiguar, junto da militância, interesse em novos GTs temáticos ou operacionais.

Reforçar a integração de aderentes

A adequada integração de aderentes é um desafio permanente. Muitos dos 10 mil aderentes do Bloco não são ativos ou não têm ligação constante a uma estrutura, em parte por termos processos de integração débeis e a atividade do partido não ser acessível à diversidade de circunstâncias que os aderentes vivem. Ora, a força da intervenção do Bloco depende de haver capacidade de mobilização e de inspirar qualquer camarada à militância, na medida do que lhe é possível.

Propomos:

- promover a realização de plenários das Assembleias Distritais/Concelhias com maior frequência que o definido nos Estatutos;



- contactar, ciclicamente, o universo de aderentes do partido, sobretudo quem tem maior dificuldade em participar;
- desenvolver um processo bem definido de integração de aderentes, garantindo-a via estruturas locais, no mínimo através de um contacto inicial e envolvimento na estrutura local ou grupos de trabalho;
- criar mais canais de comunicação onde aderentes possam partilhar informações.

Consolidar a formação política

O conhecimento e a experiência informam a ação política. Capacitar aderentes para as lutas que travam na militância do dia-a-dia é um ponto de partida para uma intervenção mais eficaz e convicta.

Propomos:

- avançar com formações teóricas e práticas regulares e diversas em temáticas, envolvendo os grupos de trabalho;
- redigir guias de organização coletiva, ferramentas para cada aderente promover a progressiva democratização da sociedade, nos domínios estudantil, da habitação, saúde, trabalho, ambiente, e tantos mais.

Garantir a ligação dos órgãos nacionais às bases

Um clima interno coeso depende da ligação de quem tem responsabilidades à militância de base e do reporte transparente do seu trabalho. Há espaço para melhorias na comunicação com a militância, partilha de informações sobre o que é feito, proximidade ao território.

Propomos:

- haver reuniões da Mesa Nacional (MN) em locais diferentes do país;
- haver reuniões dos órgãos nacionais com representantes das estruturas locais, a cada 6 meses;
- possibilitar que aderentes assistam às reuniões da MN;
- haver reporte à militância do trabalho desenvolvido, com resumos enviados via e-mail e maior detalhe das discussões nas minutas de reuniões;
- haver rotatividade nas funções e evitar excessiva concentração de tarefas;
- comunicar à militância a distribuição de tarefas nos órgãos e contactos para assuntos específicos;
- realizar referendos internos sobre filiações internacionais do partido, apoio a candidaturas presidenciais ou definição da política de alianças.



Democratizar o trabalho parlamentar

Numa altura de construção de um novo programa, deve-se reforçar a ligação do trabalho parlamentar à estrutura do Bloco, canalizando o conhecimento e experiência do universo militante do partido para a produção de iniciativas parlamentares mais informadas e representativas da realidade diversa no terreno.

Propomos:

- realizar reuniões entre o Grupo Parlamentar e a delegação no Parlamento Europeu e representantes das estruturas locais e grupos de trabalho;
- comunicar, regularmente, à militância sobre iniciativas parlamentares;
- recolher contributos de aderentes para iniciativas parlamentares, incluindo propostas de melhoria a iniciativas em desenvolvimento.

Lançar uma reformulação estatutária

A atual versão dos Estatutos padece de excessiva simplificação e indefinição. Podendo parecer uma boa forma de agilizar a organização, a experiência mostra-nos que tal leva a práticas muito distintas em matérias que merecem consistência e coerência.

A proposta da Mesa Nacional faz avanços, mas não aborda: a não-divisão em capítulos, a indefinição da natureza dos núcleos, a não-especificação da forma de eleição dos secretariados, a falta de limitações de mandatos ou impedimentos que garantam as melhores práticas no exercício de responsabilidades no partido.

Propomos a formação de um Grupo de Trabalho de Reformulação Estatutária, que procure redesenhar o documento, recolhendo sugestões das estruturas e da militância de base.

Bloco na sociedade: Afirmação, enraizamento e construção

Em jeito de introdução histórica, importa referir que o 25 de Abril não se concretizou em pleno. Vemos isto na forma pouco democrática e participada com que a sociedade se organiza e funciona; no modelo económico da desigualdade; na cultura dominante que despreza quem mais sofre com as desigualdades; nas estruturas de poder, motores que perpetuam a pobreza, a injustiça, a exclusão.

No Bloco, sabemos que os fatores causadores da exclusão, pobreza, e tantas outras maleitas do capitalismo, têm em comum a ideologia da ganância, da posse pela posse, da acumulação de riqueza e poder sem limites. Não vivemos, assim, a total emancipação que prometia o projeto da Revolução de Abril.

Para melhor representarmos o que defendemos, não podemos permitir que a inércia, receios, hesitações e complacência tomem conta de nós. Resistir, persistir, insistir: é esta a fórmula para a luta por uma sociedade justa, igual, livre, fraterna e solidária, onde a propriedade dos meios de produção seja socializada e todo o poder democratizado.



Para nós, não há verdadeira liberdade sem socialismo, nem socialismo sem liberdade. Então, vamos afirmar a identidade do Bloco, aprofundar o enraizamento, construir um programa transformador.

Intervir com preparação

A concretização da atividade de uma organização depende da qualidade da preparação. Assim perspectivamos a definição, a cada ano, de eixos centrais de intervenção, à volta dos quais se articule iniciativas locais, assegurando a presença e intervenção em todo o país, num conjunto alargado de temáticas.

Propomos:

- definir linhas gerais de intervenção numa base anual, diversas em temas, que proporcionem contacto com associações, coletivos, organizações;
- harmonizar as agendas nacional e locais, evitando sobreposições prejudiciais aos objetivos das iniciativas;
- promover um levantamento de organizações sociais e movimentos espalhados pelo território, em articulação com as estruturas locais, facilitando o contacto com e a ligação do Bloco a movimentos sociais e setoriais.

Aprofundar a renovação programática

Vivemos uma época de acelerado aprofundamento de desigualdades e crescente contraste de classe entre proprietários e pessoas trabalhadoras, cujo sofrimento se multiplica em função do género, orientação sexual, identificação etno-racial, diversidade funcional.

Quando os contrastes são pronunciados, mais devemos enfatizar a nossa vontade de pôr fim à exploração. Precisamos que o programa político do Bloco honre a nossa identidade coletiva. Apresentamos alguns aspetos onde falta arrojo, não sendo possível, por limitação de caracteres, desenvolver mais.

Propomos defender:

- a progressiva transferência da propriedade de empresas com, pelo menos, 100 pessoas trabalhadoras para propriedade coletiva, com gestão democrática;
- a gratuidade dos transportes coletivos;
- uma grande transformação do sistema fiscal que penalize rendimentos de capital;
- a democratização da gestão no SNS e na Escola Pública;
- o fim imediato das propinas, taxas e emolumentos no Ensino Superior.



Desenvolver iniciativa em todo o lado

Um partido que combate a austeridade e o centralismo não pode cair no erro de concentrar excessivamente a intervenção em centros urbanos. Temos que estar e saber o que se passa em todo o lado - e só o conseguimos com uma boa dose de presença.

Propomos:

- articular a Comissão Política e as CCDs para reunir com municípios em concelhos sem estrutura, e apoiar camaradas dos concelhos onde há estrutura, mas não representação autárquica;
- incentivar à organização de iniciativas distritais associadas a iniciativas temáticas nacionais;
- produzir panfletos e cartazes que reportem sobre a intervenção do Bloco a nível nacional, incluindo parlamentar, como forma de prestar contas e ligação às pessoas;
- organizar campanhas pedagógicas sobre direitos laborais, sociais e civis;
- organizar mobilização social contra borlas fiscais para grandes grupos económicos, injustiças fiscais que penalizam a classe trabalhadora;
- reforçar a organização de iniciativas regulares pelos grupos de trabalho.

Apostar no Poder Local

As Eleições Autárquicas são um dos maiores desafios para estruturas locais e órgãos nacionais. Um processo tão exigente suscita estreita cooperação entre estruturas, focada em garantir as melhores condições para uma presença reforçada em comunidades de todo o país. É, também, de aproveitar para lançar bases para o trabalho local pós-eleições.

Apesar dos obstáculos, importa não desistir de fazer um esforço para reativar estruturas desmobilizadas, criar mais ferramentas de capacitação para a intervenção autárquica e dinamizar iniciativas que aproximem simpatizantes ao Bloco e reforcem raízes locais.

Propomos:

- organizar, anualmente, um fórum autárquico nacional, para discutir temas de interesse transversal, com espaços de formação para a intervenção local;
- redigir guias de apoio à intervenção local, que permitam a camaradas com menos experiência autonomizar esforços enquanto ativistas locais;
- promover a articulação entre estruturas de concelhos de Comunidades Intermunicipais (CIMs) que atravessam vários distritos.



Calendário XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda

31 de maio e 01 de junho de 2025

DEZEMBRO

08.12 Reunião da Mesa Nacional convoca a XIV Convenção do Bloco de Esquerda e discute e vota Regulamento do processo da Convenção e elege a Comissão Organizadora da Convenção (COC).

09.12 Publicação da convocatória e do regulamento no bloco.org e envio às/aos aderentes por correio eletrónico.

JANEIRO

23.01 Apresentação pelos aderentes à MN de propostas de alteração aos Estatutos.

FEVEREIRO

01.02 Reunião da Mesa Nacional discute e vota propostas de alteração aos Estatutos e proposta de Regimento da XIV Convenção.

03.02 Entrega à COC (coc.2025@bloco.org) das Moções de Orientação até às 17 horas.

03.02 COC reúne às 18h para validar Moções.

07.02 Sai deBatEs #1 (Propostas de Regimento, Moções e alterações aos Estatutos).

14.02 Aderentes apresentam propostas de alteração às Moções e aos Estatutos.

17.02 Envio à COC de textos de debate/contributos para deBatEs #2.

18.02 Envio à COC dos Regulamentos Eleitorais das/os delegadas/os à Convenção.

21.02 Envio aos aderentes, por correio eletrónico, dos Regulamentos Eleitorais das/os delegadas/os à XIV Convenção.

24.02 Moções comunicam à COC as alterações que são aceites, enviando o texto final. Comunicam também fusões entre moções.

25.02 Envio à COC (coc.2025@bloco.org) de platafor-

mas políticas locais subscritas por três ou mais aderentes da mesma Assembleia Eleitoral.

27.02 Sai deBatEs 2# - Propostas finais de Moções e textos de debate/contributos.

MARÇO

07.03 Início período de debate das Moções.

16.03 Final do período de debate das Moções.

18.03 Apresentação às Coordenadoras Distritais/Regionais, com conhecimento à COC, das listas de candidatas/os a delegadas/os.

19.03 Validação das listas pelas Coordenadoras Distritais/Regionais e pela COC.

25.03 Envio pela COC, por correio eletrónico, das listas de candidatas/os a delegadas/os, bem como as informações relativas às respetivas Assembleias Eleitorais.

31.03 Envio das listas de candidatas/os a delegadas/os + kit voto para aderentes.

ABRIL

...

MAIO

16.05 Eleições de delegadas/os à XIV Convenção.

17.05 Eleições de delegadas/os à XIV Convenção.

18.05 Eleições de delegadas/os à XIV Convenção.

28.05 Sai deBatEs #3 para distribuição na Convenção (Regulamento, Regimento, guião votações dos Estatutos, guião votações das Moções).

31.05 XIV Convenção.

01.06 - XIV Convenção.



doar.bloco.org



bloco.org
esquerda.net